

histórias
história

Volume 9, jan./jun. 2021

EXPEDIENTE

EDITOR CHEFE

Luiz César de Sá, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Daher, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil.

Arthur Alfaix Assis, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil.

Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL ASSOCIADO

Giselle Venancio, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, Brasil.

Marlon Salomon, Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, Brasil.

Pedro Cardim, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CONSELHO CONSULTIVO

Antonella Romano, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.

Etienne Anheim, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.

Giovanni Levi, Università Ca' Foscari, Veneza, Itália.

Guillermo Wilde, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina.

Íris Kantor, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Jean Hébrard, Johns Hopkins University, Baltimore, Estados Unidos.

Marcello Moreira, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil.

Roger Chartier, Collège de France, Paris, França.

Sílvia Hunold Lara, Universidade de Campinas, Campinas, Brasil.

Stuart Schwartz, Yale University, New Haven, Estados Unidos.

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodolfo Nunes

DIAGRAMAÇÃO

Luiz César de Sá

CONTATO

Luiz César de Sá
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasil
+55 61 3107-6681
editorcheferhh@gmail.com

A forma e o conteúdo dos textos publicados, assim como as opiniões, citações e dados neles contidos, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
ARTIGOS	7
Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978), por Carlos Fico	8
Revisionismo e negacionismo: controvérsias, por Denise Rollemberg e Janaína Cordeiro	58
Um modelo de história marginal? Um estudo sobre as prescrições historiográficas de José Oiticica (1910), por Piero Detoni.....	99
O museu como objeto de pesquisa para o ensino de história: um balanço (1980-2017), por Marcelo Leite	131
As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência, por Anderson Ferrari .	152
“Eu não sou culpada, de gostar de beber e viver na madrugada”: Dora Lopes, o amor e a boemia em sambas canção (1950-1962), por Uelba Nascimento	175
Pela América Latina, em nome da Virgem Maria: o teatro de revista na peça Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex, de Vianninha (1967), por Letícia Nascimento	215
RESENHAS.....	233
A máquina de guerra de Florence Dupont: Notas críticas sobre o projeto de um “teatro verdadeiramente pós-aristotélico”, por Henrique Gusmão	234
HOMENAGEM	241
A história da filosofia como arqueologia, por Ernani Chaves	242
Roberto Machado ou a modesta sabedoria, por Durval Albuquerque	246
PUBLIQUE NA RHH.....	253

EDITORIAL

Um periódico acadêmico pode muito bem tornar-se uma marca forte do seu próprio lugar de inscrição. *História, histórias* vem hoje assumir essa vocação, buscando delinear o seu perfil próprio, como revista do Programa de pós-graduação em História da UnB.

História, histórias pretende desempenhar, assim, o seu papel de dar visibilidade à produção e participar da circulação do saber histórico, dentro das seguintes condições: estando aberta a todas as especialidades, períodos e temas históricos, através da recepção espontânea de artigos originais; estimulando o debate acadêmico através de entrevistas com especialistas das ciências humanas, das letras e das artes, nacionais e internacionais, e da publicação de comentários densos de questões em pauta ou de livros de valor e atualidade reconhecidos, feitos por pesquisadores confirmados, ou ainda, por meio de traduções de artigos de grande impacto para os estudos históricos; trazendo relatos de pesquisas de excelência em torno de documentação histórica específica; e publicando resenhas de obras recentes, elaboradas aos cuidados de um editor de resenhas. Na base dessa arquitetura – expressa nas seis seções, *Artigo, Entrevista, Notas críticas, Tradução, Documento de pesquisa* e *Resenha* - mantém-se uma sistemática de seleção de textos rigorosa, através de um corpo de *referees* qualificado.

Desde a sua concepção, a revista conta com um *Conselho Editorial*, constituído por quatro membros internos, cuja função fundamental é cuidar do seu funcionamento, responsabilizando-se pela estruturação geral dos números editados. Um *Conselho Editorial Associado* tem papel deliberativo junto a ele, no que diz respeito, em particular, a decisões relacionadas à emissão dos pareceres pelo corpo de *referees* e a eventuais reestruturações da publicação. Por sua vez, um *Conselho Consultivo*, formado por especialistas reconhecidos no âmbito das ciências sociais, para além das fronteiras nacionais, tem a função essencial de resguardar os critérios de pertinência em relação, precisamente, ao perfil proposto pela revista.

Nessas bases, *História, histórias* não apenas renova, com este número, o corpo de especialistas que participa da sua estruturação, como também vem expressar todo o seu

empenho para que a revista possa se afirmar como um veículo da produção contemporânea, nas mais diversas áreas do saber histórico.

Este número da revista conta, na sua estrutura desde sempre efetiva, com artigos e resenha de especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento histórico. Traz ainda, em caráter extraordinário, uma dupla homenagem a Roberto Machado, por Durval Muniz de Albuquerque Júnior e por Ernani Chaves, oferecendo-se, com isso, como espaço de reconhecimento do valor do legado do filósofo, que, para além da filosofia, instituiu-se tão naturalmente como nosso.



ARTIGOS
ARTICLES



ARTIGO
ARTICLE

Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978)¹

Institutional framework and institutionalization projects of the Brazilian military dictatorship

Carlos Fico 

Professor Titular de História do Brasil da UFRJ e pesquisador do CNPq

carlosficojr@gmail.com

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.39052>

Resumo: A ditadura militar consolidou moldura institucional que consistia na convivência de constituições (primeiro a de 1946, depois a de 1967) com legislação excepcional, especialmente os atos institucionais. Tal convivência não expressava uma contradição, tendo sido eficaz para a imposição das chamadas “punições revolucionárias”, ao mesmo tempo que possibilitou aos sucessivos governos militares a busca de um padrão de institucionalização que tinha como fundamento a inclusão em nova constituição de mecanismos de segurança do Estado que realizassem o projeto autoritário de uma “democracia forte”. A convivência entre constituição e legislação excepcional durante a ditadura militar foi possível como decorrência da tradição de intervencionismo militar na história republicana brasileira. O Superior Tribunal Militar (STM), a partir do momento em que passou a julgar civis acusados de crimes políticos, debateu a peculiar moldura institucional da ditadura militar.

Palavras-chave: ditadura militar; Superior Tribunal Militar; moldura institucional.

Abstract: The Brazilian military dictatorship established an institutional framework characterized by the coexistence of the 1946 and 1967 constitutions with institutional acts. The coexistence of constitutions with institutional acts was not a contradiction. This coexistence was effective not only for the application of “revolutionary punishments”, but also for the attempt to “institutionalize” the dictatorship. Institutionalization presupposed the imposition of a new constitution that would give birth the authoritarian project of a “strong democracy”. The coexistence of the constitutions with exceptional legislation was possible because of the tradition

¹ Este artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida durante estágio de pós-doutorado sênior na UnB sob a supervisão de Estevão Chaves de Rezende Martins.

of military interventionism in Brazilian republican history. The Superior Military Court (STM), since it started the political trials of civilians accused of political crimes, has debated the peculiar institutional framework of the military dictatorship. The aim of this article is to discuss the peculiarity of the institutional framework and institutionalization of the Brazilian military dictatorship – in light of the long tradition of interventionism by the military in the country's domestic policy – in the period of its consolidation (1964-1978).

Keywords: Brazilian military dictatorship; Supreme Military Court; institutional framework.

Militares e crises institucionais

Desde o Segundo Império, os militares provocaram ou foram agentes decisivos em todas as crises institucionais do país – aqui entendidas como crises políticas que afrontam a constituição. Essa duradoura tradição sempre se expressou pela ruptura da legalidade com o uso da força das armas e se fundamentou na suposição de superioridade dos militares em relação aos civis, vistos como despreparados e que, por essa razão, caberia tutelar.

Pode-se fazer uma breve relação dessas crises: a chamada “Questão Militar” (1886-1887) é considerada uma das principais causas do fim do Império e da instauração da República – que se deu mediante golpe militar.

As iniciativas de modernização do Exército no início do século XX não impediram que jovens oficiais afirmassem que “a arma, por vezes, fosse um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.”² As turbulências causadas pelo “tenentismo” (1922-1927) foram motivadas por militares voluntaristas, que defendiam ações militares como principal forma de luta e demandavam o fortalecimento do governo central, além de advogarem um governo provisório ditatorial, mesmo que não tivessem clareza sobre o que fazer caso conseguissem chegar ao poder.

Em 1930, militares depuseram o presidente Washington Luís, formaram uma junta governativa provisória e entregaram o governo a Getúlio Vargas. A implantação da ditadura do Estado Novo (1937) se deu com um “golpe militar sob roupagem civil” que inaugurou regime civil tutelado pelos militares.³ A deposição de Vargas, em 1945,

² *A Defesa Nacional*, 1913. p. 1.

³ CAMARGO, Aspásia e outros. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 13.

também se deveu à ação dos militares. O suicídio do presidente, em 1954, veio depois de pressão militar.

O general Lott, ministro da Guerra, em 1955, obrigou o Congresso a declarar impedidos dois presidentes, Carlos Luz e Café Filho, supondo que eles tramavam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Em 1961, os três ministros militares transformaram a crise política, resultante da inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros, em crise institucional – ao se pronunciarem contra a posse do vice, João Goulart, quase levando o país à guerra civil.

O golpe de Estado de 1964 inaugurou ditadura militar que foi a culminância dessa persistente tradição de fragilidade institucional. No Brasil de hoje – disse um coronel da reserva do Exército em 1989 –, “ainda não se realizou efetivamente a subordinação das Forças Armadas ao poder político.”⁴ É um problema antigo: em 1913, Tobias do Rego Monteiro, que foi chefe de gabinete de Rui Barbosa, referindo-se aos países sul-americanos, já dizia que

a maior praga destes países tem consistido na exploração do elemento militar pela velhacaria política (...) O fim principal dos seus homens de Estado (...) deveria ser a implantação definitiva da autoridade civil e a subordinação das classes armadas ao seu papel (...) de garantia da ordem interna e da paz com o estrangeiro.⁵

Trajetória desde o Império

Como se vê, essas crises institucionais protagonizadas por militares integram processo histórico de longa duração que convém examinar. Preocupa-me, sobretudo, encontrar a maneira pela qual a “licença” para o intervencionismo militar se constitucionalizou.

A “Questão Militar” no final do Segundo Reinado teve papel importante na constituição da tradição de intervenções militares, perigo que a Constituição do Império de 1824 buscou evitar ao estabelecer, em seu artigo 147, que a força militar deveria ser “essencialmente obediente” e que “jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela autoridade legítima.” Conforme José Antonio Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente, que foi presidente do Conselho de Ministros entre 1870 e 1871,

⁴ CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Forças Armadas: tutela militar e subordinação estratégica. Entrevista por Aldo Fornazieri. *Teoria & Política*, nº 11, maio 1989, p. 48.

⁵ MONTEIRO, Tobias. A questão militar. In: MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. p. 112.

uma força excessiva pode mesmo ser perigosa, ameaçar as instituições e liberdades públicas (...) Este preceito fundamental é a base da segurança social, sem ele não seria possível conter uma multidão de homens armada; o Exército seria um grande perigo; cumpre que ele seja puramente passivo.⁶

Durante boa parte do Império, houve proeminência do poder civil,⁷ mas a “reclamação dirigida aos poderes públicos por vários oficiais do Exército, que se julgam feridos em seus direitos e prerrogativas” – conforme a definição que o então senador Afonso Celso deu à “Questão Militar” – traria os militares para o proscênio da política doméstica.⁸

A Guerra do Paraguai (1864-1870) obrigou as forças militares, até então muito precárias, a alguma qualificação. Após a guerra, os militares passaram a demandar maior reconhecimento do governo. A “Questão Militar” teve seu auge em 1886. Em junho, o deputado pelo Piauí, Simplício Coelho de Rezende (ligado ao Partido Conservador), acusou o coronel Ernesto Augusto da Cunha Mattos (ligado ao Partido Liberal) de ter traído o país pondo-se a serviço do inimigo na Guerra do Paraguai. Rezende estava reagindo com rudeza à denúncia de Cunha Mattos de que um comandante militar no Piauí era corrupto.⁹ Cunha Mattos respondeu pela imprensa. Em julho, o ministro da Guerra, o civil Alfredo Chaves, advertiu Cunha Mattos em ordem do dia e decretou sua prisão por dois dias. Para muitos oficiais, a punição endossava as críticas de Simplício. O assunto mobilizou parlamentares e imprensa. Em agosto de 1886, envolveu-se na questão o tenente-coronel Antonio de Senna Madureira – que já havia tido problemas disciplinares em 1883. Madureira publicou matéria no jornal *A Federação* criticando discurso do senador Felipe Franco de Sá, ex-ministro da Guerra. Foi repreendido, solicitou um “conselho de guerra” (órgão julgador especial), mas o ministro indeferiu o pedido. Oficiais do Rio Grande reuniram-se em comício protestando contra o ministro. O

⁶ BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Público brasileiro e analyse da constituição do Império*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1857. p. 95.

⁷ “O governo imperial foi profundamente civil e os políticos se orgulhavam em apontar as vantagens do sistema brasileiro sobre os governos militares das repúblicas vizinhas”. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13.

⁸ PORTO, Costa. *Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto): discursos parlamentares*. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Câmara dos Deputados, 1978. p. 394.

⁹ “Indignou-se o Exército [quando da acusação de corrupção no caso do Piauí]; porém Cunha Matos, suspeitado outrora de haver servido a López com a sua perícia excepcional de artilheiro, não tinha prestígio para ocasionar um levante”. MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à constituição brasileira*. 5ª ed. atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954. Vol. I, p. 97.

comandante das armas do Rio Grande do Sul, marechal Deodoro da Fonseca, apoiou o protesto. O presidente do Conselho de Ministros, o barão de Cotegipe, escreveu a Deodoro em 1º de novembro de 1886 questionando o apoio.¹⁰ Deodoro respondeu no dia 14 dizendo que “os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios.” Houve mais debates parlamentares, na imprensa e em reuniões de militares. Em fevereiro de 1887, o marechal Deodoro presidiu reunião de cerca de duzentos oficiais no Teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, quando foi aprovada moção contra os “efeitos dos avisos inconstitucionais.”¹¹ O Conselho Supremo Militar (antecessor do Superior Tribunal Militar) havia decidido que a constituição não impedia a manifestação de opinião dos militares, havendo, nesse sentido, somente um aviso ministerial, sem força de lei.¹² Assim, os militares estariam obrigados à obediência, mas “dentro dos limites da lei.”¹³ Para o Conselho, os militares apenas não deveriam discutir entre si ou sobre questões militares pela imprensa, podendo, entretanto, se defender quando politicamente atacados. O governo, apesar disso, não retirou as punições no aguardo de um requerimento dos atingidos. Os oficiais punidos negaram-se a requerer. Somente em maio o Senado aprovou uma solicitação para que o governo retirasse as punições.

Afonso Celso, o visconde de Ouro Preto, foi presidente do último Conselho de Ministros, em 1889, deposto por militares, mas, em 1887, defendeu a decisão do Conselho Supremo Militar. Na ocasião, o senador Afonso Celso relativizou a obediência devida pelos militares ao poder civil: “Os exércitos passivamente obedientes não são defensores da nação, mas guardas pretorianas e facilmente se convertem em instrumentos de golpes de Estado.”¹⁴

Em 1913, Rui Barbosa analisou sua “esforçada atividade, nessa época [às vésperas da instauração da República], em socorro da lei militar, violada tantas vezes.” Disse que os militares eram preteridos, oprimidos, esbulhados e que, por isso, os defendia em

¹⁰ VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004. p. 134.

¹¹ “Reunião militar”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 34, 3 fev. 1887, p. 1.

¹² O aviso ministerial, de 26 de dezembro de 1884, feito pelo ministro da Guerra, Cândido de Oliveira, proibia os militares de alimentarem discussões pela imprensa, “ainda mesmo que seja para justificar-se de alguma acusação menos justa”, exceto quando autorizados pelo ministro.

¹³ FAGUNDES, M. Seabra. *As Forças Armadas na Constituição*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955. p. 9.

¹⁴ PORTO, Costa. *Op. cit.* p. 397.

artigos na imprensa: “iam se queixar no *Diário de Notícias*”, onde atuava como redator-chefe.¹⁵ Em 9 de novembro de 1889, por exemplo, reuniu no artigo “O plano contra a pátria” várias críticas e suspeitas contra a monarquia: d. Pedro II acabaria sucedido pelo conde d’Eu; a “reconstituição violenta” da Guarda Nacional fragilizaria o Exército; os batalhões seriam retirados da capital do Império. Haveria uma

pérfida e caluniosa propaganda contra o bom nome do Exército e da esquadra, maculados pelas intrigas oficiais, cuja senha se cifra em descrever as nossas forças militares como um ninho de revolução e indisciplina (...) O Exército (...) é nacional, e é constitucional. É a guarda das instituições contra a desordem e contra a tirania.¹⁶

Após a instauração da República, Rui Barbosa integrou o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca como vice-chefe e ministro da Fazenda. Ele teve atuação decisiva na redação da Constituição de 1891: teria sido praticamente o autor de todo o novo texto, como ele próprio sustentou.¹⁷ Visto como herói por João Mangabeira, teria sido o único ministro do governo provisório capaz de enfrentar a oposição de Deodoro a certos dispositivos do projeto de constituição. Os ministros se reuniam à tarde na casa de Rui para discutir os artigos que seriam levados, à noite, para a concordância do marechal – em cuja presença só se pronunciava Rui Barbosa.¹⁸ Deodoro, por exemplo, perguntou a Rui onde estaria o artigo que lhe permitiria dissolver o parlamento.¹⁹ Aqui interessa registrar a reação negativa de Deodoro ao futuro artigo 14 da Constituição de 1891, conforme relato de João Mangabeira:

Momentos houve, logo no início, em que tudo se considerou perdido, tão forte a oposição de Deodoro ao artigo que dispõe ser “a força armada, obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”! Ao espírito do velho cabo de guerra isso parecia diminuição no evidente prestígio da hierarquia militar, cujo comando não se pode sujeitar ao julgamento do seu inferior.²⁰

¹⁵ BARBOSA, Rui. “Militares versus militarismo” In *Obras completas de Rui Barbosa*. Discursos parlamentares e jornalismo. Vol. XL, 1913, Tomo V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1966. p. 271-272.

¹⁶ *Diário de Notícias*, ano VI, nº 1608, 9 nov. 1889. p. 1.

¹⁷ Prefácio de Pedro Calmon a BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. A Constituição de 1891. Vol. XVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. p. XI.

¹⁸ *Idem*. p. 371.

¹⁹ BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 5. ed. Brasília: OAB, 2004. p. 228.

²⁰ [Discurso de João Mangabeira durante as] Homenagens do Poder Legislativo à memória do Conselheiro Rui Barbosa. *Revista do Supremo Tribunal Federal*, vol. LII, maio 1923. p. XVIII.

Deodoro não recuou, a reunião foi suspensa, todos se foram, exceto Campos Sales, ministro da Justiça. Mais tarde, ele se dirigiu alarmado à casa de Rui relatando que Deodoro lhe havia dito que não aceitaria o desprestígio do Exército, que fizera a República, mas não para ver as ordens de seus chefes discutidas por inferiores e ficar sujeito aos civis. Diz-se que Rui voltou sozinho à presença de Deodoro na manhã seguinte e convenceu o marechal.²¹ Na véspera da abertura do Congresso Constituinte, Deodoro disse que pedira ao ministro da Fazenda alguns “retoques” no projeto, mas em vão.²²

A expressão “a força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos”, parte do artigo 14 da Constituição de 1891 – sugestão de Rui Barbosa –, pretendia associar o artigo 147 da Constituição do Império de 1824 (“A Força Militar é essencialmente obediente”) aos temores decorrentes das turbulências militares de que participaram ativamente tanto Deodoro quanto Rui. Daí a aporia da expressão “dentro dos limites da lei” quando combinada com o comando da obediência: a obediência e o exame da legalidade da ordem contrapõem-se. O advogado Aurelino Leal, em trabalho publicado em 1925, lembrou afirmação do jurista francês Léon Duguit para o qual a possibilidade de os militares recusarem obediência, “levada ao extremo [,] é inadmissível porque leva à escusa gerais que colaboram num golpe de Estado.”²³

Em livro de 1902, o ministro do STF João Barbalho Uchôa Cavalcanti, além de destacar que o artigo poderia ser interpretado como autorização para que inferiores examinassem ordens superiores sob o ponto de vista da legalidade, alertou para o fato de que “a garantia (...) da ordem e das instituições não se coaduna com a força armada deliberante; esta não queriam os constituintes, nem mesmo os de entre eles que eram militares.”²⁴

²¹ Discurso do senador Clodomiro Cardoso na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de Rui Barbosa, realizada em 5 de novembro de 1949. BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, ano IV, nº 211, 8 nov. 1949. p. 10853.

²² Ata da sessão do Governo provisório de 14 de novembro de 1890 citada por MANGABEIRA, João. *Rui – o estadista da República*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 48.

²³ LEAL, Aurelino. *Theoria e prática da constituição federal brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., 1925. p. 201.

²⁴ CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. *Constituição federal brasileira (1891): comentada*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 47. Original publicado em 1902.

Mas o médico Felisbello Firmo de Oliveira Freire, que atuou como deputado constituinte pelo estado de Sergipe, assegurou que,

em assuntos militares, o Congresso [Constituinte de 1890-1891] não usou do direito de discussão e análise com a liberdade indispensável em face do problema tão importante, como os deveres e direitos da Força Armada, suas funções, suas relações para com os poderes constituídos (...) [o Exército] representava então o poder mais efetivo e de existência real na vida pública do país. Além disso, o grande número de militares, com assento no Congresso, não deixou de influir sobre o grau de liberdade de ação do mesmo (...)²⁵

Felisbello Freire dizia que essa “doutrina” – isto é, a defesa da ideia de que o Exército deveria assumir posição de árbitro para julgar a legalidade das ordens das autoridades constituídas – foi resultado das questões militares e teria sua autoria no militar e engenheiro Benjamin Constant Botelho de Magalhães, adepto do positivismo, o “fundador da República”, como declarava o artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1891, proclamada pouco mais de um mês após sua morte.²⁶ De fato, poucos dias antes da Proclamação da República, Benjamin Constant buscava estimular a iniciativa do marechal Deodoro da Fonseca dizendo-lhe:

Pode [o exército], porém, e deve, quando são conspurcadas pela tirania as liberdades públicas, quando são falseadas as garantias constitucionais e o poder constituído se torna um inimigo da nação, intervir, como libertador da pátria, para uma transformação política.²⁷

Para Felisbello Freire, a possibilidade de as Forças Armadas poderem fazer esse julgamento seria “falível e perigoso”: para ele, “a classe investida de funções interpretativas do texto legal toma as feições de poder constituído.”²⁸

Rui Barbosa, no futuro, precisaria justificar a expressão “dentro dos limites da lei.” Aparentemente, arrependeu-se e deu mostras de constrangimento. Em 1893, tergiversou dizendo que não se recusava ao militar, individualmente, o direito de julgar a política, mas ao Exército como corpo constituído: “a farda não abafa o cidadão no peito do soldado”.²⁹ Em artigo publicado em 1898, sustentou que era falsa a interpretação do

²⁵ FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1895. Vol III, p. 60-61.

²⁶ FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Moreira Maximino & C, 1894. Vol II, p. 202-203.

²⁷ FIALHO, Anfriso. *História da fundação da República no Brasil*. Brasília: UnB, 1983. p. 79.

²⁸ FREIRE, Felisbello. *Op. cit.* p. 203.

²⁹ BARBOSA, Rui. Pelo exército contra o militarismo. *Jornal do Brasil*, 21 jun. 1893.

artigo 14 segundo a qual as Forças Armadas teriam o direito de julgar a legalidade das ordens recebidas:

Se essa doutrina fosse verdadeira, o eixo da República estaria deslocado. O supremo tribunal da legalidade seria a força armada. Os conflitos constitucionais não se resolveriam pela tribuna e pela toga, mas pela violência e pelas armas. A estas se teria confiado em derradeira instância a judicatura sobre o procedimento dos governos e a legitimidade das leis.³⁰

Seu principal argumento contra a interpretação supostamente falsa do artigo 14 era que a constituição “não pode admitir a resistência das forças de terra e mar ao chefe de Estado”.³¹ Rui disse que não se oporia à eliminação do artigo 14, que caracterizou como “superfluidade”. Nesse texto de 1898, Rui não menciona que defendeu arduamente, junto a Deodoro, a expressão “dentro dos limites da lei”, tendo sido o responsável por sua introdução na Constituição: usa as expressões “o legislador” e “intenção manifesta da assembleia constituinte”. Em 1913, entretanto, disse que “ninguém ignora que fui eu o autor principal” do artigo 14, que já aparecia nos decretos de 22 e 23 de outubro de 1890 (projeto de constituição enviado pelo governo provisório aos constituintes). Sustentou que as Forças Armadas, na Constituição, estavam “submetidas à ordem civil, isto é, ao conjunto dos três poderes” e acrescentou: “se o Exército fosse deliberante, não seria obediente; e, se é obediente, não pode ser deliberante”.³²

O que se consolidou, entretanto, foi a ideia das Forças Armadas como substitutas do Poder Moderador do Império. A partir da Constituição de 1891, também as de 1934, 1946, 1967 e 1969 reproduziram a fórmula que combinava a obediência dentro da lei e a incumbência de defender as instituições, algo que “concorreria sobremodo para a instabilidade dessas mesma instituições no futuro”.³³ Em 1969, João Camilo de Oliveira Torres, historiador conservador, admitiu a positividade do papel moderador das Forças Armadas, que poderiam fazer “intervenções em momentos de grave perigo”, para a “reposição das coisas em seus lugares”. Para Torres,

a posição do comandante supremo das Forças Armadas é, no Brasil, um título

³⁰ BARBOSA, Rui. “A obediência militar” *In Obras completas de Rui Barbosa*. A imprensa. Vol. XXV, 1898, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. p. 264.

³¹ *Idem*. p. 268.

³² BARBOSA, Rui. “Militares versus militarismo”. *Op. cit.* p. 239.

³³ BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Paes de. *Op. cit.* p. 260.

simbólico [do presidente da República] e puramente formal. Está bem claro na consciência dos chefes militares que, enveredando um governo por atalhos perigosos à segurança nacional, pode e deve ser afastado. E o juiz desta situação é, a rigor, o poder militar.³⁴

Para Miguel Reale – que ofereceu seus serviços de jurista à ditadura militar – as Forças Armadas só agiriam quando necessário, “após madura reflexão. É essa atitude prudente, mas decisiva e oportuna, que tem caracterizado a atuação democrática de nossas forças militares, procurando fundar a força da espada na força da razão”.³⁵ Outra avaliação positiva do intervencionismo militar encontra-se na *Formação histórica do Brasil*, de João Pandiá Calógeras, que classificou os militares como “salvadores do Brasil das ignomínias partidárias”.³⁶ Afonso Arinos de Melo Franco, que se assumia como liberal, chamava atenção para o fato de que as intervenções militares surgiam do “apelo das facções civis”.³⁷ Também o professor de Direito Constitucional da USP, Manoel Gonçalves Ferreira Filho – que foi secretário-geral do ministério da Justiça entre 1970 e 1971 na gestão de Alfredo Buzaid – sustentava que havia um “constante apelo às Forças Armadas como supremo foro político”, referindo-se ao período 1945-1964 e à UDN.³⁸

Quando da elaboração da Constituição de 1967, o senador Adolpho de Oliveira Franco (Arena – PR) apresentou emenda introduzindo a expressão “dentro dos limites da lei” e o sub-relator, deputado Accioly Filho (Arena – PR), deu parecer positivo justificando que “parece não ser demais tornar claro que as linhas da lei constituem a fronteira inafastável dentro da qual pode ordenar o presidente”.³⁹ Segundo o senador Paulo Sarasate (Arena – CE), amigo do presidente Castelo Branco, Adolpho de Oliveira apresentou a proposta

sob a alegação de que foi graças a essa cláusula que se tornou possível o movimento revolucionário [de 1964], ao se aplicar a chamada doutrina Castelo Branco, segundo a qual as Forças Armadas devem obediência e respeito à autoridade do presidente da

³⁴ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. p. 86. [publicação baseada na 2ª ed., José Olympio, 1973. A primeira edição foi publicada em 1969].

³⁵ REALE, Miguel. *Da revolução à democracia*. 2. ed. rev. São Paulo: Convívio, 1977. p. 44.

³⁶ CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1966. p. 306.

³⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O som do outro sino: um brevíário liberal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 71.

³⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição brasileira*. 6ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 1986. p. 10.

³⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Constituição do Brasil de 1967. Anais*, Vol. III. Brasília, 1969. p. 348 e 476.

República, na conformidade daqueles limites.⁴⁰

De fato, Castelo Branco disse, pouco antes do golpe de 1964, que as Forças Armadas compreendiam os “desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil” e respeitavam a autoridade do presidente da República “sempre ‘dentro dos limites da lei’”.⁴¹ Para Sarasate, entretanto, o debate sobre a controversa determinação constitucional seria puramente acadêmico, “eis que os fatos e as oportunidades se sobrepõem, afinal de contas, às razões jurídicas.”⁴²

Em plena ditadura militar, em 1970, o ministro togado do Superior Tribunal Militar, João Mendes da Costa Filho, disse que “as Forças Armadas, repetidas vezes, foram obrigadas a interferir na vida política do país, sempre, porém, no cumprimento da missão que lhes é reservada pela nossa Lei Maior, jamais se havendo aproveitado desse dever constitucional para instalar governo militarista.”⁴³

Autores críticos a essa ideia, de um modo ou de outro, fizeram a constatação de que não há no Brasil a proeminência do poder civil.⁴⁴

Superioridade e tutela

Como disse no início, a tradição de intervencionismo militar fundamenta-se, entre outras coisas, na suposição bastante generalizada de que os civis – povo e elites – são despreparados para o pleno exercício da democracia. Entre os militares,

depois da Guerra do Paraguai, este sentimento de distinção se intensificou ainda mais e repassou-se mesmo de um certo sentimento de superioridade (...) purificados [os militares] pela grandeza e heroicidade (...) [esse sentimento] lhes dava uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, amolentados sibaritas de casaca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver.⁴⁵

⁴⁰ SARASATE, Paulo. *A constituição do Brasil ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967. p. 415.

⁴¹ Instrução Reservada do general Castelo Branco, Estado-Maior do Ministério da Guerra, 20 mar. 1964.

⁴² SARASATE, Paulo. *Op.cit.* p. 415. Ver também FLORES, Mario Cesar. *As Forças Armadas na constituição*. São Paulo: Convívio, 1992. p. 22.

⁴³ STM. Ata da 3ª sessão, 30 mar. 1970. p. 11-12. As atas das sessões do STM encontram-se no arquivo da instituição em Brasília.

⁴⁴ Ver, por exemplo, CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, vol. 27, nº 45, jan./jun. 2011, p. 143 e DREIFUSS, René Armand, DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 90 e 94.

⁴⁵ VIANA, Oliveira. *Op. cit.* p. 116.

Floriano Peixoto, segundo presidente da República (1891-1894), em carta ao político baiano João Neiva, em 1897, dizia não desejar uma ditadura militar, mas fazia uma ressalva quanto à necessidade eventual do “governo da espada”, único capaz de “purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido”.⁴⁶

Esse tipo de interpretação considerava que somente o Exército e a Marinha eram instituições verdadeiramente nacionais, dada sua presença em todo o território e, por isso, “só à sombra delas é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade” – dizia por exemplo o general Góes Monteiro no contexto da Revolução de 1930.⁴⁷

Para uma sociedade frágil, haveria a necessidade de instituições peculiares, distantes e distintas das que prevaleceriam nos Estados Unidos ou nos países europeus, observadas as “reais condições da sociedade brasileira”.⁴⁸ Assim, diante de tais limitações, as Forças Armadas seriam, “de fato [,] a chave de organização política brasileira”.⁴⁹

O general que deflagrou o golpe de 1964, Olympio Mourão Filho, descartado pelos oficiais que efetivamente assumiram o poder, fez, posteriormente, muitas críticas à formação militar citando, especificamente, o Colégio Militar de Porto Alegre: “predomina ali um *esprit de corps* o pior possível, e que consiste sistematicamente no desprezo absoluto pelos *paisanos*, que são considerados gente de segunda classe”.⁵⁰ O chefe efetivo dos primeiros momentos após o golpe de 1964, o general Costa e Silva, bendisse o fato de que o primeiro presidente da República do novo regime era um militar, o general Castelo Branco: “Bendita a hora, por sorte deste Brasil, que a revolução caiu nas mãos de Castelo Branco e não de paisanos, pois, se ficasse com estes, a essas horas se teria que fazer uma outra revolução”.⁵¹

Essas visões preconceituosas se mesclavam a generalizações abusivas sobre suposto caráter nacional do povo brasileiro e a respeito de idealizadas características da

⁴⁶ Apud VIANA, Oliveira. *Op. cit.* p. 117-118.

⁴⁷ MONTEIRO, Góes A *Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio: Adersen Ed., 1934. p. 156.

⁴⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Op. cit.* p. 10.

⁴⁹ FERREIRA, Oliveiros S. *Forças armadas para quê?* Rio de Janeiro: GRD, 1988. p. 32.

⁵⁰ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978. p. 410. Grifado no original.

⁵¹ Costa e Silva relata episódios da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, 1º Cad., 4 abr. 1965, p. 5.

própria nação, “composta de bacharéis gárrulos [que falam demais] e povo ignorante” – como dizia o Visconde de Pedra Branca.⁵² Isso conviveria com traços positivos que marcariam a “índole do povo brasileiro” (como o sentimento de piedade, “típico da raça”⁵³), povo que também seria, “por tendência natural, infenso ao crime organizado”, não sabendo viver “sob regime totalitário”.⁵⁴ Assim, seria sempre necessário evitar o “derramamento de sangue”⁵⁵ de tal povo, “generoso e bom”, em grande medida composto por “pobres operários, pacatos, de cultura rude”.⁵⁶ Nesse contexto, a “política interiorana”, das cidades pequenas, sempre foi especialmente estigmatizada.⁵⁷

A ideia autoritária de que apenas parcela restrita da sociedade brasileira seria verdadeiramente capacitada para o exercício da democracia e, portanto, para a condução dos interesses nacionais, não afetou apenas os militares, pois muitos civis pensavam do mesmo modo. A interdição do voto do analfabeto é exemplo disso: “a participação ampliada, sobretudo a do analfabeto, era considerada uma das principais causas da corrupção eleitoral pois, alegava-se, faltava a esta população condições de entendimento e de independência para exercer a função do voto”.⁵⁸ Francisco Campos, que redigiu a Constituição de 1937 e o preâmbulo do AI-1, era conhecido por seu “elitismo de quem não confiava no cidadão comum nem na ‘classe política’ que este tendia a eleger”.⁵⁹ Alfredo Buzaid, que foi ministro da Justiça de Médici, garantia a existência de dois tipos de políticos: os “empreguistas” e os “corruptos”, “deputados de poucas letras e nenhum escrúpulo”.⁶⁰ Themístocles Brandão Cavalcanti, jurista e político que elaborou projetos para as constituições de 1934, 1967 e 1969, considerava que “a massa, o povo como eleitorado, é uma reunião inorgânica de indivíduos sem os requisitos mínimos para

⁵² Apud VIANA, Oliveira. *Op. cit.* p. 13.

⁵³ Ministro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio. Ata da sessão solene do STM, 17 maio 1974. p. 3.

⁵⁴ Ministro João Mendes da Costa Filho. Ata da 3ª sessão do STM, 30 mar. 1970, p. 13.

⁵⁵ Costa e Silva relata episódios da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, 1º Cad., 4 abr. 1965, p. 5.

⁵⁶ Advogado Milton Menezes, no julgamento da Apelação 41.672, na 23ª sessão secreta, 14 abr. 1978 (áudio). Os áudios das sessões de julgamento do STM no período 1975-1985 foram obtidos no próprio tribunal. Veja nota 103 para maiores informações.

⁵⁷ Ver, por exemplo, ministro Nelson Barbosa Sampaio, Recurso Criminal nº 4.922, sessão 21 fev. 1975 (áudio) e ministro Augusto e Fragoso, Apelação 41.662, 19ª sessão secreta, 5 abr. 1978 (áudio).

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Op. cit.* p. 395.

⁵⁹ SEELAENDER, Airton. Juristas e ditadura. In FONSECA, Ricardo M., SEELAENDER, A. (Orgs.). *História do direito em perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008. p. 259.

⁶⁰ BUZOID, Alfredo. *Rumos políticos da revolução brasileira*. Brasília: Ministério da Justiça, 1970. p. 19.

escolher, mesmo porque desconhece os problemas”.⁶¹ Armando Falcão, que foi ministro da Justiça do presidente Ernesto Geisel, entendia que “na nossa vida pública, o principal problema político não é a eleição, e sim o eleitor, que abastarda o voto trocando-o por favores espúrios na busca das compensações pessoais (...) O voto do irresponsável tem o mesmo peso do voto do patriota consciente”.⁶² O professor de Direito Constitucional da USP, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que também foi vice-governador de São Paulo entre 1975-1979, comentando a Constituição de 1967, mencionou a fragilidade das “massas excitáveis”, passíveis de exploração pelo “abuso de liberdade e pela demagogia”.⁶³ Também Oswaldo Trigueiro, político udenista que presidiu o STF entre 1969 e 1971, chamava atenção para nossa suposta e “persistente incapacidade para a prática do governo democrático”.⁶⁴ Assim, os partidos seriam frágeis, em decorrência da frágil educação política do povo: “os partidos nacionais sempre foram até hoje dominados por pequeninos grupos”.⁶⁵ Nossas crises políticas seriam “reflexo da carência e da pobreza estrutural de nossas agremiações políticas”,⁶⁶ consequências de “falhas de nossa formação política (...) erros e vícios de nossa imatura consciência política”.⁶⁷ Careceríamos de efetiva educação política, que estaria “longe de atingir o nível desejado” em “países como o nosso”.⁶⁸ Mesmo Hermes Lima, ex-udenista, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que acabaria migrando para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido nomeado por João Goulart para o STF, considerava que os defeitos de nosso sistema político decorriam das “condições sociais e culturais dominantes”. Ele se perguntava se tais defeitos não seriam decorrentes de “nossa educação política, que reflete em camadas superiores o atraso da própria educação popular”.⁶⁹

⁶¹ CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Democracia imperfeita (notas e apontamento). *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 1, jan./mar. 1978. p. 4.

⁶² FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 329 e 418.

⁶³ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Op. cit.* p. 24.

⁶⁴ TRIGUEIRO, Oswaldo. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 149.

⁶⁵ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Op. cit.* p. 26.

⁶⁶ REALE, Miguel. *Por uma constituição brasileira*. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1985. p. 11.

⁶⁷ REALE, Miguel. *Da revolução à democracia*. *Op. cit.* p. 49.

⁶⁸ Ministro Saldanha da Gama, 102ª sessão do STM, 29 nov. 1965, *Apud* SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de doutorado, História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2011. p. 90.

⁶⁹ LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p. 177.

Não surpreende, portanto, que os militares se sentissem amparados para fazer avaliações caracterizando o despreparo do povo e, desse modo, situando apenas em futuro remoto a efetivação da democracia no Brasil: “talvez para mais tarde, quando tivermos outro grau de politização, quando estivermos mais amadurecidos”, como disse Costa e Silva.⁷⁰ Na verdade, sempre foi comum entre os militares o “horror à política”.⁷¹

Curiosamente, esse povo despreparado, suscetível à demagogia de políticos corruptos, seria, entretanto, apto para autorizar golpe de Estado, como o de 1964, que não teria sido iniciativa autoritária dos militares, mas ação decorrente de autorização do povo, capaz de dar “certeza às Forças Armadas que, ao cumprirem sua missão constitucional de garantir a ordem democrática, contariam com o respaldo da opinião pública”.⁷²

Moldura institucional

Afonso Arinos de Melo Franco, quando se despediu do Senado em 15 de dezembro de 1966, chamou atenção para o que seria uma contradição entre a esperança e o medo que ele identificava no projeto de constituição enviado pelo marechal Castelo Branco ao Congresso Nacional, para tramitação sumária, e que resultaria na Constituição de 1967: “esta contradição é permanente, é básica, em todo o desenvolvimento do projeto: a aspiração por um governo de democracia e justiça e a execução de medidas que tornam praticamente irrealizável esta aspiração.”⁷³ Para melhor exemplificar, ele se referiu a episódio ocorrido dois meses antes, quando Castelo pôs o Congresso em recesso. O presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, havia se recusado a aceitar a cassação de seis deputados federais e o regime enviou um coronel para fechar o Legislativo. Contrariado, Adauto confrontou o militar dizendo-se representante do poder civil e o coronel, em resposta, disse ser o poder militar.⁷⁴

⁷⁰ BRASIL. Senado Federal. *A constituição que não foi: história da Emenda Constitucional n. 1, de 1969*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 62.

⁷¹ Apelação 40.982, 44ª sessão secreta do STM, 9 jun. 1976 (áudio). Para persistência dessa avaliação, ver FONSECA, Maximiano. *O que segura este país*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 48-52.

⁷² Ministro João Mendes da Costa Filho. Ata da sessão do STM, 30 mar. 1970. p. 13.

⁷³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.* p. 64.

⁷⁴ Poder civil e poder militar. *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 21 out. 1966, 1º Cad., p. 4.

O já mencionado João Camilo de Oliveira Torres, em 1969, referiu-se ao que seria um dos “paradoxos da vida brasileira”: “as nossas revoluções são legalistas”.⁷⁵ O tema se tornaria recorrente, sendo tratado sempre como contradição ou paradoxo: referindo-se à escolha do general Castelo Branco, após o golpe de 1964, para apenas concluir o mandato de Jânio Quadros, continuado por João Goulart e que se encerraria em 31 de janeiro de 1966, o também já mencionado Oswaldo Trigueiro chamou de paradoxo “escolher-se um presidente revolucionário para um governo constitucional de vinte meses”.⁷⁶ Trinta anos após aquele golpe de Estado, o advogado Carlos Roberto Siqueira Castro disse que “nunca se viu uma revolução destinada a manter uma ordem política e jurídica já estabelecida, de vez que as revoluções se fazem para mudar os tempos e regimes”.⁷⁷

Várias análises da moldura institucional do regime militar – na verdade quase todas – sustentam essa aparente contradição ou paradoxo. O professor de estudos brasileiros do King’s College London, Anthony Pereira, foi pioneiro no estudo do que ele chamou de “legalismo autoritário” da ditadura militar brasileira. O regime nunca teria chegado a solucionar totalmente a “contradição básica entre as maneiras conservadora e revolucionária de abordar a legalidade, sofrendo de uma tensão contínua entre as duas vertentes.”⁷⁸ O caso brasileiro seria o de um paradoxo:⁷⁹ “apesar de sua retórica sobre a ‘revolução’, o regime frequentemente recorreu à tradição para legitimar-se, incluindo o que identificava como a tradição brasileira de pluralismo, liberdade e respeito pela liberdade de expressão”.⁸⁰

Em sua tese de doutorado, Walter Swensson assinalou que a “tentativa dos militares em preservar o Estado de Direito, mantendo a legalidade formal do regime”,

⁷⁵ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Op. cit.* p. 82.

⁷⁶ TRIGUEIRO, Oswaldo. *A política do meu tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 245.

⁷⁷ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. O rompimento da legalidade democrática. In RAPOSO, Eduardo. *1964, 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. p. 99.

⁷⁸ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Original em inglês publicado em 2005. p. 119.

⁷⁹ PEREIRA, Anthony W. *Op. cit.* p. 252.

⁸⁰ [Despite its rhetoric about “revolution”, the regime frequently fell back on tradition to legitimate itself, including what it identified as the Brazilian tradition of pluralism, liberty, and respect for freedom of expression] PEREIRA, Anthony. *The Dialectics of the Brazilian Military Regime’s Political Trials*. *Op. cit.* p. 164.

provocou uma contradição que atravessou todo o período.⁸¹ Isadora Curi destacou a grande produção de leis durante a ditadura e assinalou que “a maior contradição em relação à questão legiferante do governo militar diz respeito ao fato de que, ao invés de criar um texto constitucional inteiramente novo e livre de todo o ordenamento jurídico que o precedeu, baseou-se na legislação autoritária prévia”.⁸² Para Chueiri e Câmara, isso seria uma dualidade.⁸³ Para Angélica Coitinho, a contradição decorreria da tentativa do governo de “manter algum grau de legalidade” quando buscou preservar “princípios liberais para manter sua legitimidade”.⁸⁴ Danilo Lima chegou a classificar como “esquizofrenia jurídica dos juristas da ditadura” a tentativa de “colocar em um mesmo plano duas situações totalmente incompatíveis: um discurso em defesa da normalidade e a desconstrução da Constituição de 1946”, ocasionando a “anormalidade institucional” dos atos institucionais.⁸⁵

Leonardo Barbosa, também em tese de doutorado na área do Direito, elaborou a questão: o Ato Institucional de abril de 1964 (posteriormente conhecido como AI-1) seria “contraditório e ambíguo” pois, com ele, os militares invocaram o poder constituinte, mas não outorgaram uma nova constituição, mantendo a de 1946. Entretanto, quando decidiram fazer uma nova constituição, em 1966-1967, usaram o Congresso Nacional. Haveria um “discurso vacilante entre revolução e reforma”. O AI-2 “concebia a si próprio como instrumento revolucionário e, ao mesmo tempo, mecanismo de reforma constitucional”. O ápice dessa contradição seria atingido no biênio 1968-1969 na medida em que, logo após a decretação do AI-5, houve a outorga da Emenda Constitucional nº 1, na verdade, toda uma nova constituição: “isso operou uma curiosa inversão” – diz Leonardo Barbosa. “Os atos institucionais nº 1, 2 e 5 iniciavam sua parte dispositiva

⁸¹ SWENSSON JR. Walter Cruz. *Os limites da liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)*. Tese de doutorado, História Social, USP, 2006. p. 61.

⁸² CURI, Isadora Volpato. *Juristas e o regime militar (1964-1985): a atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB*. Dissertação de mestrado, História Social, USP, 2008. p. 79.

⁸³ CHUEIRI, Vera Karam de, CÂMARA, Heloísa Fernandes. (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. *Lua Nova*, nº 95, 2015. p. 264.

⁸⁴ COITINHO, Angélica do Carmo. *Sob a toga e a farda: o ministro general de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979)*. Dissertação de mestrado, História, Unirio, 2012. p. 81-82.

⁸⁵ LIMA, Danilo Pereira. *Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da ditadura militar de 1964*. Tese de Doutorado, Direito, UNISINOS, 2018. p. 93.

afirmando que a constituição era mantida em vigor. Agora, era a própria constituição que se encarregava de declarar vigente o ato institucional que lhe precedia:”

A conjugação do Ato Institucional nº 5 e da Emenda Constitucional nº 1 [de 1969] forneceu a versão definitiva do jogo normativo que turvava os limites entre a normalidade constitucional e a adoção de medidas excepcionais, quando a própria Constituição passou a afirmar a possibilidade de que suas normas fossem excepcionadas conforme a vontade do governante.⁸⁶

Para diversos autores, esse esforço regulatório seria simples fachada, tentativa do regime militar de aparentar normalidade em busca de legitimidade. Uma “aparência de legalidade”.⁸⁷ Assim, os generais teriam buscado “dar aparência de Estado de Direito” construindo “narrativa constitucional que garantia sua legitimidade”.⁸⁸ A “preocupação com a fachada” explicaria a outorga da Constituição de 1969, mesmo com o AI-5 em vigor.⁸⁹ “A aparência de democracia deveria ser preservada ao máximo”.⁹⁰ A existência de julgamentos de crimes políticos pela Justiça Militar “dava uma aparente legitimidade ao regime”.⁹¹ Corresponderia à busca de “respeitabilidade e legitimidade”.⁹² Paulo Sergio Pinheiro fala em “dissimulação”.⁹³ Anthony Pereira destaca, corretamente, que os julgamentos angariavam “legitimidade para o regime ao convencer setores importantes do público de que os oponentes são tratados com justiça” e também sustenta que eles foram “importantes em termos de consolidação” do regime, mas ele também menciona a busca de um “verniz de legalidade”.⁹⁴ Na verdade, conforme Barbosa e Paixão, “o funcionamento do Judiciário e do Parlamento , ainda que sob rígida vigilância do

⁸⁶ BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. Tese de doutorado, Direito, UnB, 2009. Os trechos citados estão, respectivamente, nas páginas 48, 47, 65 e 119.

⁸⁷ CURI, Isadora Volpato. *Op. cit.* p. 78.

⁸⁸ LIMA, Danilo Pereira. *Op. cit.* p. 80-81.

⁸⁹ BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Paes de. *Op. cit.* p. 434.

⁹⁰ ARAUJO, Caetano Ernesto Pereira de, MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. A Comissão de Alto Nível: história da Emenda constitucional nº 1, de 1969. In BRASIL. Senado Federal. *Op. cit.* p. 33.

⁹¹ MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. Dissertação de mestrado, História Social, USP, 2003. p. 54.

⁹² PACHECO, Thiago da Silva. Crime político, terrorismo e tribunais na ditadura de 1964. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho, n. 29, 2018, p. 272. Ver também SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971)*. Dissertação de mestrado, História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. p. 27.

⁹³ Prefácio de Paulo Sergio Pinheiro a PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. *Op. cit.* p. 10.

⁹⁴ PEREIRA, Anthony W. *Op. cit.* p. 73, 46 e 142.

Executivo, não representou mera formalidade”.⁹⁵ A “paradoxal convivência entre judiciário e regimes autoritários é, então, apenas aparente”.⁹⁶

No contexto em que são usadas, as ideias de contradição e paradoxo têm o sentido de falta de nexos, de lógica, algo que seria incoerente – circunstância que problematizaria bastante o entendimento histórico que busque estabelecer nexos causais com base em lógica e coerência. O entendimento da moldura institucional do regime militar como contraditória ou paradoxal pressupõe uma coerência que consistiria na atitude radical de total ruptura com a juridicidade anterior e na instauração de regime inteiramente desregulado e com plenos poderes excepcionais.⁹⁷ Assim, a manutenção da Constituição de 1946, num primeiro momento, e a Constituição de 1967/1969, posteriormente (assim como a manutenção do Congresso, do STF e o rodízio dos generais na Presidência da República), seriam mera fachada. Aqui, tento sustentar outra leitura.

O regime militar brasileiro, formado em grande medida por militares antigetulistas, buscou diferenciar-se da ditadura do Estado Novo de Vargas (1937-1945) que, como se sabe, fechou o Congresso e impôs nova constituição. Castelo Branco, por exemplo, dizia ter “horror ao DIP”.⁹⁸ Logo após o golpe de Estado de 1964, o general Costa e Silva reclamava um instrumento regulador qualquer que possibilitasse a aplicação das cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos. Já como presidente, durante reunião do Conselho de Segurança Nacional em 1968, Costa e Silva resistiu à decretação do AI-5 alegando que já havia sido ditador na fase em que chefiou o Comando Supremo da Revolução e que não pretendia ser de novo.⁹⁹ Ademais, como lembrou Oswaldo Trigueiro, para muitos militares “os regulamentos estão acima das constituições (...) o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não sobreviveriam sem um corpo de normas

⁹⁵ BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade, PAIXÃO, Cristiano. A memória do direito na ditadura militar: a cláusula de exclusão da apreciação judicial observada como um paradoxo. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, ano 1, nº 6, dez. 2008. p. 1.

⁹⁶ VALÉRIO, Otávio L. S. *A toga e a farda: o Supremo Tribunal Federal e regime militar (1964-1969)*. Dissertação de mestrado, Direito, USP, 2010. p. 22.

⁹⁷ Uma pressuposição comum na historiografia sustenta que a ditadura poderia ter sido amplamente repressiva, mas buscou “rota de burocratização” em busca de legitimidade. Ver, a propósito do caso da censura, SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 210.

⁹⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 89.

⁹⁹ Arquivo Nacional. Ata da continuação da 41ª sessão, 11 jul. 1968, do Conselho de Segurança Nacional, em 16 jul. 1968. Livro 4, fl. 29.

disciplinares.”¹⁰⁰ Conforme destacou Danilo Lima, “a vida no quartel é totalmente pautada por regulamentos e manuais de procedimentos”.¹⁰¹

Mais importante do que isso, o aparente paradoxo mencionado por tantos autores não deve encobrir o fato de que o regime militar brasileiro, ainda que se caracterizasse como regime de exceção, estabeleceu uma determinada juridicidade, “mesmo não sendo uma ordem jurídica”, isto é, “a suspensão da norma não significa a sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (...) destituída de relação com a ordem jurídica”.¹⁰² Assim, a análise que proponho da moldura institucional do regime militar brasileiro não parte do pressuposto de que o “certo” teria sido livrar-se de todo o ordenamento jurídico, nem de que haveria uma contradição básica entre a existência dos atos institucionais e a persistente busca de constitucionalização. Tampouco me parece que haveria alguma incompatibilidade entre as duas coisas nem, muito menos, que aquela busca expressasse essencialmente uma tentativa de legitimação. Na verdade, todos os generais-presidentes, com exceção do presidente Médici, tentaram alguma forma de “institucionalização” que consistiria na feitura de nova constituição que abrigasse as salvaguardas relacionadas à segurança do Estado estabelecidas nos atos institucionais. A promessa de defesa da democracia, que todos os generais-presidentes fizeram, pressupunha a configuração de um “Estado forte”, tradicional aspiração do pensamento autoritário brasileiro.

A dificuldade de efetivação dessa proposta sempre foi percebida pelos agentes históricos mais diretamente envolvidos e, frequentemente, também foi lida como uma contradição. Os agentes mais envolvidos com o problema em pauta situavam-se, naturalmente, no campo da justiça – daí nossa opção pela análise das sessões de julgamento do Superior Tribunal Militar.¹⁰³ Por exemplo, em 1970, o ministro do STM Alcides Vieira Carneiro, civil, disse que “nas horas de tranquilidade as circunstâncias se adaptam às leis, da mesma forma que nas horas inseguras as leis se adaptam às

¹⁰⁰ TRIGUEIRO, Oswaldo. *Op. cit.* p. 195.

¹⁰¹ LIMA, Danilo Pereira. *Op. cit.* p. 74.

¹⁰² AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 54 e 39.

¹⁰³ O material de análise consiste em cerca de 10.000 horas de gravação de mais de 800 sessões do STM a partir de 1975 e até 1985. Neste artigo, apresentamos resultados da primeira fase da pesquisa, abrangendo sessões entre 1975 e 1979. Sobre o histórico do acervo, ver TALENTO, Aguirre. As vozes da ditadura. *Época*, 24 jul. 2017, p. 26-37.

circunstâncias”.¹⁰⁴ No mesmo ano, o ministro civil João Mendes da Costa Filho mencionou a “convivência incômoda e difícil dos poderes judiciário e revolucionário”.¹⁰⁵ Também expressando consciência sobre a convivência entre o normal constitucional e o excepcional dos atos institucionais, o ministro general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, durante julgamento tardio do caso Marcio Moreira Alves,¹⁰⁶ disse que tomaria “uma decisão revolucionária porque pela lei não se pode condenar (...) estamos julgando como um tribunal de segurança”. Referindo-se à evidente inviolabilidade do mandato do então deputado, acrescentou: “se nós não temos base para agir legalmente, só podemos agir revolucionariamente”. O ministro general Augusto Fragoso foi na mesma linha: admitiu que o mandato era inviolável segundo a Constituição de 1967, mas condenaria o ex-deputado.¹⁰⁷ No ano seguinte, Rodrigo Octávio – diante das reclamações de presas políticas no presídio Talavera Bruce, em Bangu, na cidade do Rio de Janeiro – disse que havia legislação constitucional ao lado de institucional, “ordenamento jurídico que não pode deixar de ser observado”.¹⁰⁸

A moldura institucional do regime militar não parece ter sido contraditória ou paradoxal. Ela decorreu de uma estratégia claramente pensada. Carlos Medeiros foi um advogado que colaborou com o regime militar. Formou-se em 1929 na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e, em 1937, datilografou para Francisco Campos o texto da Constituição do Estado Novo. Em 1964, redigiu o Ato Institucional de 9 de abril e seu mentor fez o preâmbulo. Foi nomeado por Castelo Branco para o STF em 1965, mas deixou aquela corte em 1966 para se tornar ministro da Justiça do marechal. Sobre o AI-1, disse o seguinte: “não quis, o comando da revolução, que editou o ato, outorgar uma carta constitucional, com a ab-rogação da constituição até então vigente; preferiu derogá-la, por prazo certo, naquilo que tornou explícito.”¹⁰⁹ Ou seja, a convivência da Constituição de 1946 com a legislação excepcional – o Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Além disso, Medeiros também considerava fundamental ampliar os poderes do Executivo, em função da “inércia do Legislativo”, podendo o presidente da República

¹⁰⁴ Ata da 3ª sessão do STM, 30 mar. 1970. p. 11.

¹⁰⁵ *Idem.* p. 12.

¹⁰⁶ Apelação 41.098, 98ª sessão secreta, 15 dez. 1976 (áudio).

¹⁰⁷ *Idem.*

¹⁰⁸ Comunicação do presidente, 83ª sessão secreta, 9 nov. 1977 (áudio).

¹⁰⁹ SILVA, Carlos Medeiros. O ato institucional e a elaboração legislativa. *Revista dos Tribunais*, n. 347, set. 1964, p. 1.

propor legislação ordinária e emendas constitucionais, tudo com quórum reduzido e tramitação facilitada por prazos limitados.¹¹⁰ Logo após o golpe, o deputado federal Pedro Aleixo (UDN-MG), designado líder do governo, disse que “o alvo visado pelo movimento era a preservação da legalidade e a manutenção da ordem jurídica.”¹¹¹

Também o jurista Miguel Reale, mencionando o golpe de 1964 e a Constituição de 1946, disse, após o fim da ditadura, que “ninguém pensava em revogá-la, mas todos sentíamos a necessidade de introduzir nela mudanças substanciais” para o desenvolvimento e segurança do Estado.¹¹² Durante o regime militar, ele lamentava que o AI-1 não tivesse sido usado para uma “planejada revisão constitucional”. Para Reale, seria um equívoco dos vitoriosos em 1964 “querer ser uma ‘revolução’ e querer, ao mesmo tempo, voltar à chamada ‘normalidade constitucional’”, isso seria uma “solução simplista” ou expressão de complexo de culpa, como se “houvéssemos praticado um ato censurável [com o golpe]”. Para ele, seria indispensável a “institucionalização do poder político”.¹¹³ Themístocles Cavalcanti, na mesma linha, disse que a tentativa de Castelo Branco de “conciliar a revolução com uma estrutura democrática era a negação da própria revolução”.¹¹⁴

Assim, essa moldura institucional surgiu com o primeiro ato institucional, que foi decretado pelo Comando Supremo da Revolução, chefiado pelo general Costa e Silva,¹¹⁵ e foi perpetuada por todos os generais-presidentes. Diga-se de passagem que a convivência entre constituições já existentes e normas excepcionais de regimes de exceção não foi novidade da ditadura militar brasileira.¹¹⁶ Além disso, como disse Tércio Sampaio Ferraz Jr., professor de Filosofia do Direito da USP e que foi procurador-geral da Fazenda Nacional entre 1991 e 1993, “ordenamentos não são sistemas estritamente lógicos,

¹¹⁰ SILVA, Carlos Medeiros. *Op. cit.* p. 4-5.

¹¹¹ ALEIXO, José Carlos Brandi, CHAGAS, Carlos. *Pedro Aleixo: testemunhos e lições*. Brasília: Senado Federal, 1976. p. 261.

¹¹² REALE, Miguel. *Memórias: a balança e a espada*. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 120.

¹¹³ REALE, Miguel. *Da revolução à democracia*. *Op. cit.*

¹¹⁴ *Apud* RECONDO, Felipe. *Tanques e togas: o STF e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 120.

¹¹⁵ Pode-se dizer, portanto, que a arquitetura jurídica do regime foi estabelecida por Costa e Silva e não por Castelo Branco, como preferem dizer LIMA, Danilo Pereira. *Op. cit.* p. 98 e NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2016. p. 73.

¹¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Op. cit.* p. 75-76.

obedecendo antes a uma racionalidade própria da chamada coerência retórica ou também lógica do razoável”.¹¹⁷

A convivência dos dois ordenamentos criou problemas para o Superior Tribunal Militar. Se ele recorria à constituição, era acusado de benevolência; quando observava rigorosamente os mecanismos de punição excepcionais, era acusado de ser tribunal de exceção. Para o ministro do STM, almirante Júlio de Sá Bierrenbach, a adoção de medidas excepcionais em 1964 se justificava: “teríamos que embarcar na ilegalidade para procurar botar o Brasil nos trilhos”.¹¹⁸ A observância da constituição vigente juntamente com os atos institucionais e demais instrumentos excepcionais gerou preocupação constante entre os membros do tribunal.¹¹⁹ O ministro Rodrigo Octávio Jordão Ramos sustentou em 1979 que, até o ano anterior (quando foi promulgada a emenda constitucional que extinguiu o AI-5), o país vivia regime de exceção.¹²⁰ Essas circunstâncias excepcionais, entretanto, não faziam com que os ministros do STM considerassem a corte um tribunal de exceção. Referindo-se ao “nobre e difícil encargo” de julgar crimes políticos, o ministro civil Waldemar Torres da Costa garantiu que aquela não era um “corte de exceção”.¹²¹ Na sessão solene de posse de novo presidente para o biênio 1975-1976, o ministro civil Alcides Vieira Carneiro reiterou reclamação persistente (“suportamos em silêncio certas discriminações e certos desapareços”), mas garantiu que o trabalho dos ministros “não é a tarefa de tribunal de exceção”.¹²² Ele elaboraria a questão dois meses depois:

sofremos às vezes restrições quanto a nossa, ao nosso modo de julgar, porque muitos não veem, ou não sabem, ou não querem ver que nós não somos um tribunal de exceção, somos um tribunal de justiça, órgão do Poder Judiciário, previsto na constituição. Nós julgamos de acordo com as leis do país e a prova dos autos (...) ¹²³

Só os adeptos da subversão no Brasil e no exterior alardeariam que o STM seria um tribunal de exceção, reclamava o ministro almirante Sylvio Moutinho: “pelo contrário,

¹¹⁷ FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Atos institucionais e exclusão de apreciação judicial*. Disponível no blog do autor em www.terciosampaioferrazjr.com.br

¹¹⁸ BIERRENBACH, Julio de Sá. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996. p. 162.

¹¹⁹ COITINHO, Angélica do Carmo. *O Superior Tribunal Militar durante a ditadura militar brasileira*. Tese de doutorado. História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2018. p. 48.

¹²⁰ *Apud* SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de doutorado, História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2011. p. 150.

¹²¹ STM. Ata da 6ª sessão, 31 mar. 1971. p. 24.

¹²² Sessão solene de posse do presidente e vice-presidente para o biênio 1975-1977, 19 mar. 1975 (áudio).

¹²³ Comunicações iniciais na sessão do STM, 19 maio 1975 (áudio).

somos muitas vezes criticados pelos nossos amigos e colegas, atribuindo-nos excesso de benevolência em nossos julgados”.¹²⁴ A referência à suposta benevolência do STM foi tema recorrente e isso provavelmente se deve ao fato de que as vítimas de tortura na fase do inquérito se sentiam minimamente seguras quando enviadas para a esfera judicial militar, não exatamente na primeira instância, nas auditorias, que podiam ser bastante tendenciosas, com seus conselhos sofrendo pressões dos comandantes das regiões militares.¹²⁵ “A maioria dos advogados achava que o STM era mais aberto a defesas bem fundamentadas do que os tribunais de nível inferior e, de fato, as evidências sugerem que o STM teve uma taxa de absolvição mais alta – e pena média inferior – do que os tribunais inferiores”.¹²⁶ A corte seria uma “instância atenuadora de decisões radicais das auditorias militares”.¹²⁷ Essa percepção, entretanto, está sujeita a controvérsias.

Se, para réus e advogados, o STM podia parecer benevolente, tal suposta indulgência surgia como problema para os ministros e para os órgãos de informações do regime. Mencionando a absolvição de “notórios comunistas” por causa de imprevisão legal, o ministro civil João Mendes da Costa Filho acusou a “incompreensão para com este tribunal, por parte de certos ‘zelosos revolucionários’, que se atribuem o direito de julgar nossas decisões.”¹²⁸ Para a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, a redução ou anulação de penas das auditorias traziam “inquietação à área militar” e prestavam-se a “explorações no meio civil, justificando campanhas de descrédito à revolução e aos órgãos de informações e repressão”.¹²⁹ O ministro Alcides Vieira sempre mencionou o tema, “o travor das incompreensões, e a incompreensão não deixa de ser uma forma de injustiça”.¹³⁰ Em 1975, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou matéria segundo a qual o STM estaria julgando com menor rigor em função do projeto de distensão política do

¹²⁴ Sessão solene de posse do presidente e vice-presidente, 17 mar. 1977 (áudio).

¹²⁵ MOURÃO FILHO, Olympio. *Op. cit.* p. 442.

¹²⁶ *Most lawyers felt that the STM was more open to well-argued defenses than the lower level courts, and in fact evidence suggests that the STM had a higher acquittal rate, and lower average sentence, than did the lower courts.* PEREIRA, Anthony. *The Dialectics of the Brazilian Military Regime’s Political Trials.* *Op. cit.* p. 173.

¹²⁷ SILVA, Angela Moreira Domingues. *Op. cit.* p. 121.

¹²⁸ Ata da 3ª sessão, 30 mar. 1970. p. 14.

¹²⁹ Brasil. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Documentos Micrográficos. Agências. Agência Central. Redução e anulação de pena de subversivos pelo Superior Tribunal Militar. Informação nº 727/71-E2.2 da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército enviada ao CIE e SNI em 24 de novembro de 1971. Confidencial. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041084.

¹³⁰ Ata da 3ª sessão, 30 mar. 1970. p. 8.

presidente Ernesto Geisel, mas o ministro general Augusto Fragoso negou que houvesse orientação nesse sentido: “a atuação do tribunal obviamente nunca se subordinou a qualquer orientação governamental.”¹³¹

Em 1971, a agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações (SNI) fez longo estudo sobre penas impostas por auditorias que tiveram redução no STM. Concluiu que, apesar das críticas nos meios militares – “não faltando insinuações quanto à honorabilidade [dos ministros] e até mesmo dúvidas quanto às suas convicções revolucionárias” –, o levantamento indicava que a acusação de benevolência era injusta, “se considerarmos o elevado número de acusados que são ali julgados”. Os ministros absolviavam ou reduziam penas, tanto quanto condenavam ou agravavam penas. Ademais, haveria muitas absolvições nas auditorias, o que se deveria a mudanças nos conselhos locais: “ao chegar a data do julgamento, o conselho já foi substituído, sendo os indivíduos julgados por um conselho que não ‘sentiu’ o problema”. Além disso, os inquéritos policiais militares seriam apresentados com “incrível quantidade de falhas”. Conforme esse estudo do SNI de 1971, embora não houvesse tendência clara de benevolência, os ministros do STM dividiam-se entre os mais rigorosos e os mais benevolentes, com predomínio de civis entre os últimos. Isso seria agravado pelo fato de que os ministros civis togados exerceriam grande influência sobre os militares por conta da complexidade da aplicação das leis.¹³² Para o SNI, alguns ministros abrandaram suas posições, outrora rígidas, depois que foram nomeados: o ministro civil Waldemar Torres da Costa seria “mais rigoroso quando era ministro convocado e vivia na expectativa de sua efetivação”. No caso dos “rigorosos” civis Jacy Guimarães Pinheiro e Nelson Barbosa Sampaio (ambos ex-procuradores militares), “suas nomeações foram, evidentemente, condicionadas ao rigor e à identificação com os fundamentos revolucionários”. O civil Amarílio Lopes Salgado, por outro lado, “não sintoniza com a linha revolucionária”, segundo o estudo. Para o SNI, o STM seria “excessivamente liberal” em um aspecto: “o acesso fácil de qualquer pessoa aos ministros e seus assistentes”, sobretudo de “parentes de

¹³¹ Sessão do STM, 4 mar. 1975 (áudio).

¹³² O ministro almirante Sylvio Monteiro Moutinho reconheceria, anos depois, que “quem está preparado para julgar são os togados”. Sessão do STM, 11 abr. 1975 (áudio).

subversivos” que tentavam comover os ministros. Pior ainda, os ministros receberiam vários pedidos de amigos, “muitos dos quais oficiais das FFAA”.¹³³

Diga-se, aliás, que os ministros também comentavam sobre procuradores mais ou menos rigorosos, como Joaquim Simeão de Faria Filho, que atuava em Juiz de Fora, e era tido como “excessivo”, sempre propondo penas rigorosas. A “linha do dr. Simeão de Faria”, reclamava o ministro Amarílio Lopes, que, ao comentar caso em que o procurador não pediu condenação, afirmou: “para o dr. Simeão de Faria pedir o arquivamento é porque não há prova mesmo”.¹³⁴

Em junho de 1975, o procurador-geral do Ministério Público da União junto à Justiça Militar, Ruy de Lima Pessôa, apresentou estudo estatístico ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que logo o encaminhou ao presidente Ernesto Geisel. Os levantamentos foram, em seguida, enviados ao SNI para conhecimento. De acordo com o procurador, o trabalho resultou de “pesquisa dificultada pela quantidade de processos, muitos já no arquivo do STM, e pela diversidade dos artigos infringidos”. Acrescentou, em síntese, que “o número de absolvição é superior ao dos condenados, não obstante os esforços [dos procuradores] no sentido de tentarem comprovar a existência de todos os elementos que caracterizam a infração penal”. Naquele momento, havia 1.168 pessoas condenadas nas doze circunscrições judiciárias militares, sendo que 558 estavam foragidas, 106 eram revéis e 504 estavam presas.¹³⁵ Ruy de Lima Pessôa tentou sistematizar os dados relacionados às pessoas acusadas de subversão e julgadas pelo STM entre 1964 e 1974, discriminando a lei de segurança nacional utilizada, o período de julgamento e a condição de denunciado, condenado ou absolvido:

Tabela 1. Pessoas incursas nas leis de segurança nacional julgadas pelo STM (1964-1974)

LSN	PERÍODO	DENUNCIADOS	CONDENADOS	ABSOLVIDOS
DL314/67	1967/74	1.490	500	990
DL510/69	1967/74	202	57	145
DL898/69	1970/74	1.349	476	873

¹³³ Brasil. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Documentos Micrográficos. Agências. Agência Central. Levantamento de todas as penas impostas por auditorias que tiveram redução no Superior Tribunal Militar. Informação nº 621/71/ARJ/SNI, de 6 de agosto de 1971, da Agência Rio de Janeiro. p. 16-22. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71060850.

¹³⁴ Apelação 40.564, 47ª sessão secreta, 5 mar. 1975 (áudio); Correição parcial 1.105, 15 maio 1975 (áudio).

¹³⁵ Brasil. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Documentos Micrográficos. Agências. Agência Central. Pesquisa sobre elementos subversivos julgados (quadros estatísticos). Dados extraídos das páginas 4, 9 e 8, respectivamente. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75085929 – Justiça Militar.

L1802/53	1964/74	1.709	117	1.592
TOTAL		4.750	1.150	3.600

Fonte: Ministério Público da União junto à Justiça Militar. Ver nota 135.

Assim, a percepção sobre benevolência ou rigor do STM variou. Quase no final da ditadura, quando o regime aprovou nova lei de segurança nacional, em 1983, o advogado de presos políticos Heleno Cláudio Fragoso disse que “nos últimos tempos, a lei de segurança nacional vinha sendo aplicada pela Justiça Militar de forma draconiana”.¹³⁶

Havia um aspecto peculiar, ainda sobre essa questão da benevolência: o tratamento recebido por jovens e arrependidos na Justiça Militar. Para o general Ernesto Geisel, seria cabível aliviar a punição nesses casos: “o que se pode fazer, levando em conta o fato de ele ser jovem, é admitir atenuantes e dar-lhe pena menor”.¹³⁷ Essa atitude de benevolência foi comum a partir da chamada “distensão”, mas, em 1971, o SNI acusou o ministro civil Alcides Carneiro de “beneficiar os acusados, particularmente quando se trata de jovens envolvidos em subversão”.¹³⁸ O ministro brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio lamentava o envolvimento em crimes de segurança nacional de “parte da juventude estudiosa, mas inexperiente, desavisada (...) com o destemor que lhes é próprio, jovens são levados a enganos, erros e até crimes”. Para ele, deveriam ser liberados os que reconhecessem o erro cometido, que tivessem bons antecedentes e não oferecessem periculosidade.”¹³⁹ Rodrigo Octávio falava em “parcelas desavisadas da nossa juventude, trabalhada pelo mao-anarquismo e o leninismo”.¹⁴⁰ Em seu discurso de posse, o almirante Júlio de Sá Bierrenbach prometeu “especial cuidado quando julgar estudantes”.¹⁴¹

Em alguns casos, o art. 7º do decreto-lei 898 foi usado: ele estabelecia que os crimes deveriam ser claramente relacionados à segurança nacional.¹⁴² Em outros, recorreu-se ao art. 14º do mesmo decreto, que definia penas menores para simples

¹³⁶ FRAGOSO, Heleno. A nova Lei de Segurança Nacional. *Revista de Direito Penal e Criminologia*, nº 35, jan./jun. 1983, p. 1.

¹³⁷ D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (Orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 206.

¹³⁸ Brasil. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Documentos Micrográficos. Agências. Agência Central. Levantamento de todas as penas impostas por Auditorias que tiveram redução no Superior Tribunal Militar. *Op. cit.* p. 19.

¹³⁹ Ata da sessão solene de 17 de maio de 1974. p. 2-3.

¹⁴⁰ Ata da sessão de 2 de abril de 1975. p. 4.

¹⁴¹ Posse do ministro Julio de Sá Bierrenbach, 27 jun. 1977 (áudio).

¹⁴² Ver, por exemplo, Apelação 40.472, 46ª sessão secreta, 14 jun. 1976 (áudio).

filiados (não organizadores) de grupos “subversivos”.¹⁴³ Pessoas foram absolvidas porque “a tendência era não mais delinquir”, “houve recuperação”;¹⁴⁴ ou porque o “jovem que enveredou pelo caminho da subversão” estava arrependido.¹⁴⁵ “Já que abandonaram, podem ser isentadas”, “voltaram para a vida normal”.¹⁴⁶ Jovens estudantes “ingênuos” não deveriam ser mandados à prisão para ficarem juntos de doutrinadores comunistas experimentados. Segundo o ministro civil Waldemar Torres da Costa, “é a mocidade que nos tem dado trabalhos. Os maiores subversivos são rapazes de 20, 25 anos; os velhos de 40 anos estão fora dessa jogada”. O ministro almirante Hélio Ramos de Azevedo Leite considerava suficiente a punição no ambiente universitário: “eles já foram suficientemente punidos” na esfera disciplinar.¹⁴⁷ “Aliciados pela subversão”, seria melhor que jovens cumprissem prisão em casa, com os pais.¹⁴⁸ Perdoando-os, não se criaria revolta.¹⁴⁹ Uma jovem teria sido “arrastada por uma questão passional” ao tentar ajudar o namorado e mostrava-se arrependida.¹⁵⁰ “Inocentes úteis”, outrora com “amizades mal intencionadas”, poderiam agora ser beneficiados porque “constituíram suas famílias, seus filhos, estão postos em sociedade”.¹⁵¹ A ideia de um passado conturbado era recorrente e utilizada pelos advogados de defesa (“moços que cometeram seus pecados, mas que hoje, tantos anos depois, estão com a vida organizada”),¹⁵² mas também pelos ministros: “hoje são trabalhadores integrados”.¹⁵³ “Era um jovem estudante e agora já é um doutor”.¹⁵⁴ Foi frequente a referência aos fatos que ocorreram na “fase da vida conturbada” do movimento estudantil no final dos anos 1960 para se alegar que houve recuperação e integração à sociedade.¹⁵⁵

Do mesmo modo que a questão da benevolência, a caracterização do STM, durante o regime militar, como tribunal de exceção também é controversa. Segundo

¹⁴³ FRAGOSO, Heleno. *Op. cit.* p. 5.

¹⁴⁴ Apelação 40.170, sessão secreta, 18 abr. 1975 (áudio).

¹⁴⁵ Recurso criminal 4946, sessão 19 maio 1975 (áudio).

¹⁴⁶ Recurso criminal 4944, sessão 14 maio 1975 (áudio).

¹⁴⁷ Apelação 41.252, 70ª sessão secreta, 20 set. 1976 (áudio).

¹⁴⁸ Representação 1.022, 50ª sessão secreta, 21 jun. 1976 (áudio).

¹⁴⁹ Apelação 41.178, 68ª sessão secreta, 26 set. 1977 (áudio).

¹⁵⁰ Apelação 41.311, 46ª sessão secreta, 5 ago. 1977 (áudio).

¹⁵¹ Apelação 41.373, 29ª sessão secreta, 9 maio 1977 (áudio).

¹⁵² Advogado Antonio Carlos da Gama, Apelação 41.570, 24ª sessão secreta, 17 abr. 1978 (áudio).

¹⁵³ Ministro general Reynaldo Mello de Almeida, Apelação 39.134, 26ª sessão secreta, 24 abr. 1978 (áudio).

¹⁵⁴ Apelação 37.637, 64ª sessão secreta 30 ago. 1978 (áudio).

¹⁵⁵ Apelação 41.776, 37ª sessão secreta, 23 maio 1978 (áudio).

Maria Celina D’Araujo, “o STM foi transformado em tribunal de exceção (...) foi o auge e o esgotamento de um modelo de dominação militar no país (...) leis de exceção são cumpridas diretamente pela corte superior de Justiça Militar”.¹⁵⁶ O ponto levantado por Maria Celina é importante: embora não se possa definir o STM precisamente como tribunal de exceção – como os que são criados *ex post facto*, de maneira excepcional, para julgar ocorrências específicas anteriores à sua criação – é certo que a corte julgou com base em leis de exceção, como são as leis de segurança nacional que vigoraram entre 1967 e 1978, todas impostas por meio de decreto-lei com base nos atos institucionais.¹⁵⁷ Além disso, algumas vezes os ministros julgaram com base em convicção sem maiores justificações, sobretudo em ambiente poluído por ideias persecutórias referidas ao comunismo e à subversão. O ministro general Reynaldo Mello de Almeida, por exemplo, condenou um réu porque o conhecia.¹⁵⁸ Não menos importante, vários ministros procuraram validar confissões obtidas sob tortura na fase dos inquéritos, como ainda se verá.

Além desses impasses vividos pelo STM, o que desejo destacar é que a moldura institucional do regime militar contava não apenas com a combinação da constituição vigente com os atos institucionais. Esse arcabouço institucional também incluía as leis de segurança nacional e outros mecanismos que acabavam por conferir plenos poderes ao regime, a saber: a redução do quórum para aprovação de emendas constitucionais; a possibilidade de publicar decretos-lei; a imposição do sistema de “decorso de prazo” para aprovação de projetos de lei do Executivo; a atribuição de julgamento de crimes políticos pela Justiça Militar; a exclusão de apreciação judicial das decisões tomadas com base nos atos institucionais e a suspensão do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos.

O Brasil conta com leis de segurança do Estado, que definem crimes políticos, entre outras coisas, desde 1935.¹⁵⁹ O regime militar, inicialmente, usou a lei de 1953. Como a Constituição de 1946 estabelecia que os crimes políticos eram da alçada da justiça comum, os responsáveis pelos inquéritos enquadravam os investigados em certos

¹⁵⁶ D’ARAUJO, Maria Celina. *Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção*. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006. p. 15 e 12.

¹⁵⁷ Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967; Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969 e Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.

¹⁵⁸ Apelação 41.499, 17ª sessão secreta (2ª parte), 3 abr. 1978 (áudio).

¹⁵⁹ Lei nº 38, de 4 de abril de 1935 (define crimes contra a ordem política e social); Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (define crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social).

crimes previstos nessa lei a fim de levá-los a julgamento na Justiça Militar.¹⁶⁰ Isso porque o art. 42 da Lei nº 1802 de 1953 dizia que competia à justiça castrense o julgamento de crimes que atentassem contra a soberania, que procurassem mudar a ordem política e social (art. 2º, incisos I, II e III), ou que organizassem milícias ou fizessem espionagem (arts. 24 a 29).

Em 1967, Castelo Branco fez aprovar nova constituição, na qual inseriu artigo que definia que todos eram responsáveis pela segurança nacional, “nos limites definidos em lei”. Dois meses depois, impôs nova lei de segurança nacional, tipificando os crimes, por meio de decreto-lei assinado por ele e por Carlos Medeiros.¹⁶¹

A noção de segurança nacional, muito imprecisa, levou o Supremo Tribunal Federal a buscar definição, tendo sido adotada a de Aliomar Baleeiro, político udenista indicado para o STF quando o AI-2 ampliou de 11 para 16 o número de ministros. Segundo Baleeiro, segurança nacional “envolve toda matéria pertinente à defesa da integridade do território, independência, paz e sobrevivência do país, suas instituições e valores materiais e morais, contra ameaças externas e internas”.¹⁶²

Em 1969, após o AI-5, o decreto-lei 314 sofreu algumas alterações¹⁶³ e, depois, foi inteiramente substituído por outro, ainda mais rigoroso, após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos.¹⁶⁴

Alguns ministros do STM costumavam apontar problemas nessa legislação sobre a segurança nacional. Em 1975, o ministro civil Amarílio Salgado mencionou a dificuldade de se considerar pertinente o julgamento de crimes sem que houvesse clara “conotação político-subversiva”. Ele se perguntava: “indivíduo que saqueia no Nordeste para matar a fome está incurso na lei de segurança nacional? Não”.¹⁶⁵ Em julgamento ocorrido em 1976, o questionamento sobre o que seria efetivamente segurança nacional retornou, quando se discutia a atitude do então vereador Fábio Lucena que rasgou guias de IPTU em Manaus protestando contra valores elevados. Ocorrências no interior seriam

¹⁶⁰ SILVA, Angela Moreira Domingues. *Op. cit.* p. 57.

¹⁶¹ Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967. Castelo “inspirou a redação” dos conceitos de segurança interna, guerra psicológica e guerra revolucionária. VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 484.

¹⁶² SWENSSON JR. Walter Cruz. *Op. cit.* p. 43.

¹⁶³ Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969.

¹⁶⁴ Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.

¹⁶⁵ Recurso criminal 4.921, sessão 24 abr. 1975 (áudio).

desimportantes.¹⁶⁶ O médico Fued Saad, acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista, indicou Jorge Amado para testemunhar em defesa, por carta. O decreto-lei 898 proibia que isso fosse feito no art. 66, mas parecia permitir no artigo seguinte. Rodrigo Octávio, crítico contumaz dessa legislação, disse que “os artigos 66 e 67 são absolutamente contraditórios”.¹⁶⁷ O ministro sempre mencionava “as difíceis contingências que, a partir de 27 de outubro de 1965, impuseram ao país legislação excepcional revigorada com sensíveis defeitos em [19]69”.¹⁶⁸ Na sessão secreta do STM de 14 de abril de 1978, Rodrigo Octávio disse que a lei de segurança nacional tinha todos os defeitos que Rui Barbosa condenava: era “manca, imprecisa, obscura, disforme, solecista”. Além disso, por variar conforme a época, sendo “lei circunstancial, casuística”, o general afirmou que “condenamos de acordo com os ventos que sopram”. Concluindo, criticou o autor da lei em vigor, Gama e Silva, “que fez esse amontoado de coisas incoerentes”.¹⁶⁹

Essas “leis” de segurança nacional do período 1967-1978, como já disse, foram impostas por meio de decretos-lei, sem a apreciação do Congresso Nacional, ou seja, diplomas legais que, não sendo formalmente leis, tinham, entretanto, “força de lei”.¹⁷⁰ No Brasil, os decretos-lei foram adotados na ditadura do Estado Novo e no regime militar. O AI-2 permitia ao presidente da República legislar quando o Congresso estivesse em recesso, podendo expedir decretos-lei sobre matérias relacionadas à segurança nacional.¹⁷¹ O AI-5 autorizou o presidente a legislar sobre todas as matérias enquanto o Congresso estava fechado.¹⁷² Com a Constituição de 1967, os decretos-lei foram regulados, podendo o presidente expedi-los nos casos de urgência, interesse público relevante, segurança nacional ou finanças públicas, sendo automaticamente aprovados pelo Congresso após sessenta dias, caso não houvesse rejeição, sem a possibilidade de emendas.¹⁷³ Finalmente, em 1969, a Constituição foi alterada para esclarecer que os atos

¹⁶⁶ Apelação 40.982, 44ª sessão secreta, 9 jun. 1976 (áudio).

¹⁶⁷ Correição parcial 1.098, sessão 10 mar. 1975 (áudio).

¹⁶⁸ Comunicação sobre matéria na imprensa. Sessão do STM, 4 mar. 1975 (áudio).

¹⁶⁹ Apelação 41.672, 23ª sessão secreta, 14 abr. 1978 (áudio).

¹⁷⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Op. cit.* p. 60.

¹⁷¹ Art. 30 do Ato Institucional nº 2, 27 out. 1965.

¹⁷² Art. 2º do Ato Institucional nº 5, 13 dez. 1968.

¹⁷³ Art. 68.

praticados com base em decreto-lei eventualmente rejeitado não seriam anulados.¹⁷⁴ Como se vê, o “decorso de prazo” também compunha a moldura institucional da ditadura: com o AI-1, os projetos de lei apresentados pelo presidente da República seriam considerados automaticamente aprovados caso o Congresso não se manifestasse em trinta dias.¹⁷⁵ O AI-5 ampliou o prazo para 45 dias aprimorando essa inovação brasileira, que Miguel Reale considerava uma “excrescência”.¹⁷⁶

As cláusulas de exclusão também compunham o arcabouço institucional do regime.¹⁷⁷ Atos praticados com base na legislação excepcional não podiam ser apreciados pela justiça. Isso já havia sido feito em 1930.¹⁷⁸ Os três principais atos institucionais tinham esse tipo de cláusula.¹⁷⁹ Em alguns momentos, o Poder Judiciário teve de decidir que não podia decidir.¹⁸⁰ Como uma espécie de super-cláusula de exclusão, o AI-5 suspendeu a garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.¹⁸¹ Com isso, o STM teve de decidir que não tomaria conhecimento de *habeas corpus* em matéria de segurança nacional, “mesmo em se tratando de casos de prescrição e incomunicabilidade”.¹⁸² Como já foi dito, os civis que cometessem crimes políticos passaram a ser julgados pela Justiça Militar desde o AI-2 (modificando artigo da Constituição de 1946 que estabelecia isso apenas nos casos de crimes contra a segurança externa).¹⁸³ Sintomaticamente, quando os atos institucionais foram extintos pela Emenda Constitucional de outubro 1978, a nova lei de segurança nacional, sancionada dois meses depois, manteve a competência da Justiça Militar para julgar os crimes contra a segurança nacional.¹⁸⁴

Como não poderia deixar de ser, a existência da tortura contra presos políticos foi o principal ponto de tensão entre a constitucionalidade e as leis de exceção. Segundo o

¹⁷⁴ Art. 55, § 2º.

¹⁷⁵ Art. 4º.

¹⁷⁶ REALE, Miguel. *Por uma constituição brasileira*. *Op. cit.* p. 12.

¹⁷⁷ Ver, sobre o tema, BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade, PAIXÃO, Cristiano. *Op. cit.* e FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Op. cit.*

¹⁷⁸ Ver Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.

¹⁷⁹ Art. 7º, § 4º do AI-1; art. 19 do AI-2 e art. 11 do AI-5.

¹⁸⁰ BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade, PAIXÃO, Cristiano. *Op. cit.* p. 3.

¹⁸¹ Art. 10 do AI-5.

¹⁸² Ata da 6ª sessão do STM, em 8 de abril de 1970. p. 32.

¹⁸³ Ver art. 8º do AI-2 e art. 108º da Constituição de 1946. No STM, o número de julgamentos de réus civis ultrapassou o de réus militares em 1969. Ver SILVA, Angela Moreira Domingues. *Op. cit.* p. 186.

¹⁸⁴ Art. 52º da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.

general Olympio Mourão – que deflagrou o golpe de 1964 e, em 1967, tornou-se ministro do STM – “as torturas foram o molho dos inquéritos levados a efeito nos desvãos dos DOPS ou dos quartéis”.¹⁸⁵ O tema da tortura passou a ser abordado pelos ministros do STM, cada vez mais abertamente, a partir de 1975.¹⁸⁶ De início, a menção a “brutais sevícias” ocorria apenas por descuido de leitura dos autos dos processos e frases debochadas sobre vítimas (como “morreu por aqui, morreu e tá enterrado”;¹⁸⁷ “é o caso daquele camarada que apanhou pra burro, parece um chum[beiro?]”¹⁸⁸) podiam ser ouvidas entre pilhérias. Com o tempo, descrições detalhadas de tortura foram ouvidas no plenário do STM: “foi preso, subjugado, encapuzado e deitado no piso do veículo e durante o trajeto levou murros e pontapés e ameaças (...) mãos e pés amarrados (...) choque elétrico (...) desmaiou (...) ferimento na cabeça (...) introduziram um cabo de vassoura no ânus (...) pau-de-arara”.¹⁸⁹ Ré transformada em “farrapo humano”, “vilipendiada da pior maneira possível”.¹⁹⁰ O ministro Lima Torres, relatando uma apelação, mencionou acusações de tortura e sevícias “das mais requintadas, inclusive provocando que uma das acusadas (...) abortasse após sofrer castigos físicos no CODI-DOI”.¹⁹¹ Rodrigo Octávio disse que já vira vítima de tortura “morrer, diante dos meus olhos”.¹⁹² Para o SNI, as posições de Rodrigo Octávio geravam “descontentamento na área militar” e motivavam “campanha adversa ao regime no país e no exterior”.¹⁹³ O ministro acabaria hostilizado pela corte, não foi eleito presidente em 1979 mesmo sendo o militar mais antigo em exercício e deixou o STM.¹⁹⁴

Para os ministros, era mais fácil admitir que as torturas eram praticadas por policiais nos departamentos de ordem política e social estaduais, os DOPS. Por exemplo,

¹⁸⁵ MOURÃO FILHO, Olympio. *Op. cit.* p. 434.

¹⁸⁶ SILVA, Angela Moreira Domingues. *Op. cit.* p. 33.

¹⁸⁷ Revisão criminal 1.108, sessão 7 abr. 1975 (áudio).

¹⁸⁸ Apelação 41.777, 11ª sessão secreta, 10 mar. 1978 (áudio).

¹⁸⁹ Apelação 40.748, 45ª sessão secreta, 11 jun. 1976 (áudio).

¹⁹⁰ Apelação 39.544, 30ª sessão secreta, 13 maio 1977 (áudio).

¹⁹¹ Apelação 41.140, 44ª sessão secreta, 24 jun. 1977 (áudio).

¹⁹² Apelação 41.253, 64ª sessão secreta, 30 ago. 1978 (áudio).

¹⁹³ Brasil. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Documentos Micrográficos. Agências. Agência Central. Atuação do Ministro Gen Ex Rodrigo Octavio Jordão Ramos. Informação nº 014/10/AC/77, de 17 de agosto de 1977, da Agência Central do SNI. Confidencial. p. 3. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77105179. STM.

¹⁹⁴ COITINHO, Angélica do Carmo. *Sob a toga e a farda: o ministro general de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979)*. Dissertação de mestrado, História, Unirio, 2012. p. 109 e segs.

o DOPS de Niterói, segundo o ministro almirante Bierrenbach, era especialmente violento.¹⁹⁵ O ministro general Augusto Fragoso disse que ficou constrangido com acusações de tortura no DOI-CODI e registrou em ata que “nunca ouvi acusações desse jaez (...) acho que nosso Exército (...) devia rapidamente se recolher aos seus afazeres profissionais como em tão boa hora, em discurso de 31 de março, recomendou o presidente da República”. Ele comentava acusações dos advogados, muitas delas com “aparência de verdade”.¹⁹⁶

Confissões muito minuciosas, na fase do inquérito, sugeriam sua obtenção forçada.¹⁹⁷ Rodrigo Octávio insistiria sempre na necessidade de se apurar as denúncias de tortura:

A condenação só baseada na declaração [do réu] no inquérito, que eu tenho convicção de que foi obtida por meios tortuosos, porque eu fui comandar aquela região imediatamente após esses fatos todos no ano de [19]66 e que o próprio chefe de gabinete do presidente da República foi lá para verificar. Todas essas acusações foram obtidas de uma maneira lamentável, lamentável para a nossa cultura, lamentável para a nossa justiça. E lamentável, quer na polícia, quer também no Exército. É triste dizer, mas é a realidade dos fatos.¹⁹⁸

A validação das provas obtidas na fase dos inquéritos passou a ser constantemente questionada. No julgamento de grupo acusado de incendiar um ônibus, o advogado José Roberto Leal leu acórdão do próprio STM condenando confissões na fase policial.¹⁹⁹ O ministro Amarílio Lopes Salgado reproduziu o depoimento de um réu que denunciou: “‘ou a gente confessa ou entra no pau’ (...) Entrou dessa vez – prosseguiu Amarílio – e muita gente tem entrado. Por isso é que a gente muitas vezes acha aqui que o inquérito não tem valor por esses fatos. Eles apanham mesmo.”²⁰⁰ Em alguns julgamentos, a admissão de depoimentos na fase do inquérito era precariamente justificada: um ministro acatou esse tipo de prova convencido de que “a polícia não ia inventar um depoimento pra ele assinar mediante tortura com detalhes dessa natureza. É porque realmente ele declarou esse detalhe.”²⁰¹ Para alguns ministros, “só as provas

¹⁹⁵ Apelação 41.802, 33ª sessão secreta, 15 maio 1978 (áudio).

¹⁹⁶ Apelação 41.593, 42ª sessão secreta, 9 jun. 1978 (áudio).

¹⁹⁷ Apelação 36.716, sessão 25 abr. 1975 (áudio).

¹⁹⁸ *Idem*.

¹⁹⁹ Apelação 40.883, 49ª sessão secreta, 18 jun. 1976 (áudio).

²⁰⁰ Apelação 41.027, 47ª sessão secreta, 15 jun. 1976 (áudio).

²⁰¹ Embargo 40.639, 44ª sessão secreta, 9 jun. 1976 (áudio).

judiciais devem ser consideradas”.²⁰² Procuradores indicavam que o STM já admitia provas da fase policial.²⁰³ Para o ministro Waldemar Torres da Costa, o entendimento do STM sobre essas confissões era que elas podiam ser admitidas quando “se entrosam” com outros elementos dos autos.²⁰⁴ Ele se referia a posicionamento do advogado Sobral Pinto, que admitia tais provas, desde que não houvesse tortura.²⁰⁵ Em 1978, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh lançou mão de argumento peculiar sobre confissões na primeira instância: fazendo-as, os réus ganhariam importância para serem incluídos em lista de trocas nos sequestros de embaixadores.²⁰⁶ Outras irregularidades nas auditorias eram apontadas: a prática de policiais assinarem sistematicamente como testemunhas de depoimentos que não assistiram.²⁰⁷ Os ministros conheciam a prática.²⁰⁸

Para a Justiça Militar da época, a denúncia de tortura deveria ser comprovada pela vítima. O ministro civil Waldemar Torres da Costa reclamava do advogado Sobral Pinto por ter alegado torturas, “mas não indicou as provas dessa tortura”.²⁰⁹ “Não provou que foi torturado”, frase ouvida em vários julgamentos.²¹⁰ Um ministro, diante da mesma alegação, tentou argumentar: “no princípio universal de direito o ônus da prova é...”, mas foi interrompido por outro, que disse: “Bom, era”. O ministro retrucou: “Continua a ser”, mas ouviu em resposta: “Não continua a ser desde que a lei modifique (...) Não continua. As leis estão modificando e justamente em função da periculosidade dos criminosos”.²¹¹ O ministro Waldemar Torres da Costa acreditava que policiais cometessem tortura, mas julgava que “constituiria uma desmoralização a prática de tortura por oficiais do Exército”. Por isso, exigia que as denúncias fossem provadas.²¹² A exigência de “prova da verdade” foi debate constante entre os ministros.²¹³

²⁰² Apelação 40.471, 46ª sessão secreta, 14 jun. 1976 (áudio).

²⁰³ Apelação 41.333, 37ª sessão secreta, 6 jun. 1977 (áudio).

²⁰⁴ Ver, a propósito, SWENSSON JR. Walter Cruz. *Op. cit.* p. 116.

²⁰⁵ Apelação 41.229, 80ª sessão secreta, 13 out. 1976 (áudio).

²⁰⁶ Apelação 41.728, 14ª sessão secreta, 15 mar. 1978 (áudio).

²⁰⁷ Apelação 41.707, 41ª sessão secreta, 7 jun. 1978 (áudio).

²⁰⁸ Apelação 41.282, 62ª sessão secreta, 14 set. 1977 (áudio).

²⁰⁹ Apelação 41.229, 80ª sessão secreta, 13 out. 1976 (áudio).

²¹⁰ Ver, por exemplo, debate sobre a morte de Armando Teixeira, 25ª sessão secreta, 19 abr. 1978 (áudio).

²¹¹ Embargo 40.833, 41ª sessão secreta, 15 jun. 1977 (áudio).

²¹² Apelação 41.229, 80ª sessão secreta, 13 out. 1976 (áudio).

²¹³ Apelação 40.748, 45ª sessão secreta, 11 jun. 1976 (áudio).

As torturas ocorriam quando a polícia se “empenhava”: “queria pegar, a todo vapor, alguém...”.²¹⁴ O ministro general Reynaldo Mello de Almeida achava que não se podia aceitar “como premissa” as acusações de tortura. O ministro almirante Bierrenbach temia que a “imprensa comunizada” dissesse que o STM admitia a existência de tortura.²¹⁵ Ele dizia que a imprensa generalizava, como se existisse uma “nação de selvagens”. Para o ministro, a tortura acontecia em todo o lugar: ele continuaria “intransigente no combate à subversão e à corrupção”.²¹⁶ Os pedidos de investigação feitos pelo tribunal não eram atendidos.²¹⁷ Para a maioria dos ministros, as investigações deveriam ser feitas na primeira instância e, quando Rodrigo Octávio insistia, outro ministro recomendava: “não entra nisso não”. Augusto Fragoso falava em “preservar a imagem do tribunal”, isto é, não fazendo investigações, ainda que admitisse o objetivo comum de “acabar com esse estado de exceção, acabar com essa direita extremada”. Os ministros lamentavam a posição de Rodrigo Octávio, que poderia ser visto como único a defender a apuração das acusações de tortura.²¹⁸ O ministro brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira não admitia receber qualquer tipo de acusação de tortura “sob pena de comprometer a repressão”. Ele também considerava que os casos deviam ser tratados na primeira instância.²¹⁹ Além disso, muitos consideravam inútil solicitar investigação após muitos anos do ocorrido:²²⁰ “não estamos aqui para exumar coisas do passado”.²²¹

Esses casos de tortura eram tratados com maior desenvoltura em sessões secretas do STM, que, entretanto, se destinavam majoritariamente a não divulgar resultados que pudessem ensejar fuga de réu solto.²²² Também se recorria a elas em julgamentos de crimes sexuais, como no “assunto muito escabroso”, segundo o relator, de soldado que sofreu grave assédio homossexual²²³ ou de segundo-tenente que se travestia.²²⁴ Alguns ministros entendiam que as discussões em sessões secretas não deveriam constar em

²¹⁴ Apelação 40.889, 12ª sessão secreta, 15 mar. 1976 (áudio).

²¹⁵ Apelação 41.311, 46ª sessão secreta, 5 ago. 1977 (áudio).

²¹⁶ Apelação 41.264, 76ª sessão secreta, 19 out. 1977 (áudio).

²¹⁷ Apelação 41.629, 70ª sessão secreta, 5 out. 1977 (áudio).

²¹⁸ Apelação 41.587, 75ª sessão secreta, 18 out. 1977 (áudio).

²¹⁹ Apelação 41.264, 76ª sessão secreta, 19 out. 1977 (áudio).

²²⁰ Apelação 41.570, 24ª sessão secreta, 17 abr. 1978 (áudio) e Apelação 41.967, 53ª sessão secreta, 4 ago. 1978 (áudio).

²²¹ Comunicação do presidente, 83ª sessão secreta, 9 nov. 1977 (áudio).

²²² Ação Penal Originária 42, 59ª sessão secreta, 9 set. 1977 (áudio).

²²³ Apelação 40.538, sessão secreta, 5 mar. 1975 (áudio).

²²⁴ Conselho de Justificação 49, 75ª sessão secreta, 18 out. 1977 (áudio).

ata, como se deu no acalorado debate do caso Riocentro.²²⁵ Em 1976, o advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego pediu para permanecer na sessão secreta de julgamento de uma apelação. Os advogados de defesa não eram admitidos nessas sessões, mas o procurador-geral da Justiça Militar, sim.²²⁶ A questão seria cada vez mais abordada nos anos seguintes. Para muitos ministros, não cabia autorizar a presença do advogado de defesa porque o contraditório se daria na primeira instância.²²⁷ Para o procurador Benedito Felipe Raven, não caberia considerar a procuradoria-geral como parte.²²⁸ O ministro civil Jacy Guimarães Pinheiro insistia que a Justiça militar era especial, “uma justiça diferente onde aqui há assuntos particularíssimos (...) que devem ficar no âmbito dos senhores ministros”.²²⁹ Em 1978, o ministro general Fragoso lembrou decisão do STF segundo a qual ou permaneciam ambos ou nenhum, mas se o defensor não pedia para permanecer, não caberia anular julgamento já havido.²³⁰

Outras controvérsias marcaram as dificuldades decorrentes da convivência entre a constituição e os atos institucionais, como é o caso da suspensão dos direitos políticos como pena acessória, algo que, segundo a Constituição de 1969, só podia ser feito pelo STF,²³¹ mas que o STM acabou por impor em alguns casos. A suspensão dependia de lei complementar que não existia.²³² Em 1977, o ministro Augusto Fragoso negou a aplicação da pena acessória porque “apesar de o AI-5 [inaudível] a Constituição prevalece sobre a lei ordinária”.²³³

Como se vê, todos esses problemas vividos pelo STM decorrem da moldura institucional do regime militar. Essa moldura possuía lógica, coerência e sistematicidade, nada tendo de contraditório ou paradoxal. Ela permitiu que o regime operasse no sentido de sua utopia autoritária: fazer o “saneamento” das instituições, por meio das punições revolucionárias, e configurar um Estado forte, bem aparelhado – em termos constitucionais – com mecanismos de segurança capazes de controlar a “sociedade

²²⁵ 71ª sessão secreta, 2 out. 1981 (áudio).

²²⁶ Apelação 41.098, 98ª sessão secreta, 15 dez. 1976 (áudio).

²²⁷ Apelação 41.672, 23ª sessão secreta, 14 abr. 1978 (áudio).

²²⁸ Apelação 41.593, 42ª sessão secreta, 9 jun. 1978 (áudio).

²²⁹ *Idem*.

²³⁰ Apelação 41.007, 16ª sessão secreta, 29 mar. 1978 (áudio).

²³¹ Arts. 154 da Constituição de 1969.

²³² Art. 149, § 3º, da Constituição de 1969.

²³³ Apelação 40.954, 78ª sessão secreta, 24 out. 1977 (áudio).

despreparada” e as “instituições frágeis”. Por isso, a busca constante por nova constituição que concretizasse tal objetivo – processo que o regime chamava de necessidade de institucionalização.

Institucionalização

Dada a relativa polissemia dos termos em pauta, convém reiterar a distinção entre as expressões “moldura institucional” e “institucionalização” – conforme o uso que estou adotando. Busquei caracterizar a moldura institucional do regime militar como sendo a convivência eficiente e não contraditória entre constituições (entendidas como lei fundamental de algum modo contempladas pelo Parlamento – a Assembleia Constituinte de 1946 e o Congresso Nacional em 1967) e legislação excepcional, especialmente os atos institucionais. Por outro lado, o que chamo de busca de institucionalização do regime militar foi a constante tentativa de inserir em uma constituição mecanismos de segurança do Estado correlatos aos definidos nos atos institucionais e demais instrumentos arbitrários. Portanto, essa institucionalização supunha a eliminação dos atos institucionais e o estabelecimento de nova constituição (ou a reformulação da existente por meio de emenda constitucional).

Assim, a institucionalização buscava uma conciliação entre a “manutenção dos princípios do movimento de março” – consubstanciados no objetivo do Estado forte – e a alegada defesa da democracia prometida pelo regime militar.²³⁴ Note-se que outros analistas, como Marcello Ciotola, têm entendimento diferente, associando a ideia de institucionalização à busca de arcabouço jurídico que permitisse a continuidade do regime, a “estabilização e perpetuação do autoritarismo”, algo que teria sido alcançado com o AI-5.²³⁵ A análise de Anthony Pereira também difere da minha na medida em que, segundo ele, o esforço de institucionalização do regime estaria contemplado nos atos institucionais que se seguiram ao AI-2, que visariam à “consolidação legal da revolução”. Pereira também reitera sua tese sobre a “legalidade autoritária” mencionando a redação

²³⁴ ARAUJO, Caetano Ernesto Pereira de, MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *Op. cit.* p. 48.

²³⁵ CIOTOLA, Marcello Raposo. *Os atos institucionais e o regime autoritário no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. p. 116 e 131.

de nova constituição como etapa desse processo.²³⁶ Possivelmente na mesma linha, Ângela M. Domingues da Silva sugere que a institucionalização do regime militar decorreria dessa consolidação de uma legalidade autoritária, na medida em que sustenta que, com o AI-2, “a Justiça Militar assumiu papel preponderante no processo de institucionalização do regime militar”, quando passou a julgar civis acusados de crimes políticos.²³⁷

Na lógica do regime militar, entretanto, a institucionalização seria mais do que a montagem de um arcabouço legal autoritário que permitisse sua perpetuação: seria a solução ideal para o Brasil, considerando-se a “realidade” do país. Segundo Oscar Dias Corrêa, advogado e político udenista que foi ministro do STF entre 1982 e 1989, Castelo Branco “queria institucionalizar a revolução democraticamente, para pôr fim ao regime de atos institucionais e outras medidas excepcionais.”²³⁸

Milton Campos, político udenista que foi ministro da Justiça entre 1964 e 1965, julgava que havia uma diferença entre a revolução e seu processo: “a revolução há de ser permanente como ideia (...) O processo revolucionário há de ser transitório e breve (...) O que urge institucionalizar, portanto, é a revolução e não o seu processo.”²³⁹

O ministro Rodrigo Octávio também falava na necessidade de “cessação gradual e controlada da excepcionalidade política” tendo em vista a “oportuna institucionalização” que dotaria o país de uma “renovada constituição (...) em cujo texto se possa conciliar a irreversibilidade das conquistas revolucionárias, com a segurança e liberdade civil.”²⁴⁰

Afonso Arinos de Melo Franco disse que sempre fez “reiteradas manifestações em favor do trabalho de consolidação constitucional, de institucionalização jurídica da revolução” quando apreciou a proposta de constituição de Castelo Branco – que ele reconhecia ser “o assentamento das linhas jurídicas que, de certa maneira, terminam a fase do poder arbitrário e inauguram a fase do poder legal.”²⁴¹

²³⁶ O autor confunde a Constituição de 1967 com aquela que Costa e Silva tentou outorgar em 1969. PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. *Op. cit.* p. 121-122.

²³⁷ SILVA, Ângela Moreira Domingues da. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, jan./abr. 2014. p. 52.

²³⁸ CORRÊA, Oscar Dias. A ordem jurídica e a revolução de 1964. In RAPOSO, Eduardo (Coord.). *1964, 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. p. 95.

²³⁹ ALEIXO, José Carlos Brandi, CHAGAS, Carlos. *Op. cit.* p. 82.

²⁴⁰ STM. Ata da sessão de 2 de abril de 1975. p. 4.

²⁴¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.* p. 61 e 46.

Desde 1964, o STM viveu o problema da necessidade de institucionalização. Os ministros ressentiram-se de não terem sido “nem ouvidos, nem cheirados”, conforme dizia moção aprovada antes mesmo da decretação do Ato Institucional de 9 de abril, mas congratulavam-se com o “louvável esforço de aproveitar a magnífica oportunidade que se lhe oferece para propiciar à Nação a contextura jurídica que lhe está faltando.”²⁴² Poucos meses depois, o ministro marechal Tristão de Alencar Araripe fez uma série de sugestões no sentido da institucionalização do novo regime: excluir de apreciação judicial as punições revolucionárias; tornar a Justiça Militar responsável pelo julgamento de crimes políticos cometidos por civis; suspender o direito de *habeas corpus* no caso de crimes políticos e decretar nova lei de segurança nacional “para definir melhor os fatos criminosos”. Segundo Araripe, ex-presidente do STM (1960-1961), “com esses adendos, ficará a Justiça Militar aparelhada ao supremo e elevado intuito regenerador do governo vigente”.²⁴³ Todas essas sugestões acabariam sendo adotadas.

A primeira tentativa de institucionalização – com uma nova constituição – foi feita por Castelo Branco, motivado não apenas pelo propósito “doutrinário” que temos mencionado, mas também pela pretensão de enquadrar seu indesejado sucessor, Costa e Silva. Um projeto inicial foi redigido por comissão formada por Orozimbo Nonato, Levi Carneiro, Themístocles Cavalcanti e Seabra Fagundes, nomeada em abril de 1966, mas resultou “pouco inovador”, distante das “concepções do ministro da Justiça, Carlos Medeiros, para quem o liberalismo, a harmonia dos poderes e outros preceitos constitucionais, nas suas expressões clássicas, estariam superados.” Medeiros queria incorporar na constituição maiores poderes para o presidente da República e restringir o processo legislativo, conforme sua aspiração “inclinada para um governo forte”. O próprio Castelo Branco, quando empossou Medeiros, transmitiu-lhe orientação de reforçar a autoridade do chefe do Poder Executivo “ante a ameaça de subversão e atentados à vida”. Segundo Castelo Branco, vivia-se, naquele momento, a fase de institucionalização da revolução e, após a posse de Costa e Silva, pareceria “só ter

²⁴² Ata da 10ª sessão do STM, em 6 de abril de 1964.

²⁴³ Ministro explica como reprime os desatinos. *Correio da Manhã*, 20 ago. 1964. p. 1.

cabimento o que puder ser feito pelos processos normais”.²⁴⁴ Medeiros, então, fez novo rascunho, finalizado em outubro.

O projeto deveria ser aprovado pelo Congresso Nacional, em rito sumário, entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967, definido pelo AI-4.²⁴⁵ Vivia-se, ainda, o impacto das cassações de seis deputados federais que não haviam sido aceitas pelo presidente da Câmara e levaram ao recesso do Parlamento. O rito sumário e as cassações obviamente comprometiam todo o processo. Ademais, o projeto tinha muitas falhas: o deputado Gerardo de Mello Mourão listou 328 erros de português.²⁴⁶ Afonso Arinos também apontou os defeitos de redação e disse que o projeto padecia de “índignidade total” e “afrontosa insuficiência”.²⁴⁷ Além disso, o capítulo dos direitos individuais, ausente do projeto, foi praticamente feito por ele.²⁴⁸ Apesar de tudo isso, o projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, que promulgou a Constituição de 1967.

Houve a tentativa de introdução no projeto da figura do Estado de Emergência, espécie de Estado de Sítio mais rigoroso, “por expressa recomendação do presidente”, para quem “somente uma constituição que fortalecesse o governo, assegurando-lhe instrumentos adequados para o exercício do poder, evitaria que o país caísse numa ditadura à vista das primeiras dificuldades.” Para Castelo Branco, “se o governo, no Brasil, e em outros países, não dispuser, em potencial, para serem usados apenas nos momentos próprios, de elementos de segurança prontos e eficazes, ninguém poderá dizer a que ponto chegaremos em matéria de subversão”. A ideia, por fim, foi abandonada.²⁴⁹

Castelo conseguiu sua nova constituição e também promulgou uma lei de imprensa bastante rigorosa (igualmente aprovada pelo Congresso Nacional) e ainda impôs a primeira lei de segurança nacional, por meio de decreto-lei, como já mencionado. Ele e seu sucessor supunham que, com esse arcabouço, o país deixaria a fase de excepcionalidade e ingressaria em período de normalidade constitucional devidamente municiado para fazer frente a quaisquer ameaças à segurança do Estado – ou seja, a

²⁴⁴ VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 452-453.

²⁴⁵ Art. 1º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966.

²⁴⁶ BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Paes de. *Op. cit.* p. 442.

²⁴⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.* p. 64.

²⁴⁸ CHACON, Vamireh. *História institucional do Senado do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997. p. 180.

²⁴⁹ VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 455-456.

institucionalização da “revolução”. Entretanto, como se sabe, o governo Castelo encerrou seu período extremamente impopular, sobretudo em função dos efeitos do saneamento financeiro que promoveu. Setores da classe média, que foram simpáticos ao golpe de 1964, passaram a criticar o governo. Na verdade, o governo Costa e Silva, inicialmente, foi visto com otimismo em contraposição ao “ditador” Castelo Branco, pois o novo presidente prometia um governo baseado no “humanismo social”.²⁵⁰ Essa boa receptividade de Costa e Silva logo se diluiria a partir do final de 1967 e início de 1968, sobretudo por causa da violenta repressão aos protestos estudantis deste último ano, motivados, inicialmente, pelo assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto. A grande visibilidade da repressão da PM da então Guanabara – de responsabilidade do governo estadual de oposição eleito em 1965, um dos que foram pretexto para o AI-2 – decorreu, precisamente, da falta de instrumentos excepcionais, pois dificilmente os jornais publicariam as chocantes imagens da repressão se o ato institucional estivesse em vigor.

Militares e civis linhas-duras tentaram arrancar de Costa e Silva, ainda em julho de 1968, um novo ato institucional. O presidente resistiu alegando que “a ditadura jamais será uma solução para o Brasil”.²⁵¹ Note-se, portanto, a importância da perspectiva de institucionalização que tenho mencionado: o marechal Costa e Silva, tido como líder da linha dura, tentou evitar o caminho da excepcionalidade. Na verdade, conforme já indiquei em outros trabalhos, o breve surto de protestos estudantis entre março e junho de 1968 foi sucedido por uma série de provocações da linha dura que objetivava criar atmosfera de conflagração capaz de justificar nova lei de exceção.²⁵² Finalmente, em dezembro de 1968, os radicais conseguiram seu novo ato institucional com o objetivo de reabrir a temporada de punições revolucionárias.

Essa é uma história bem conhecida. Vale destacar, entretanto, que seis meses após a decretação do AI-5, em junho de 1969, Costa e Silva recebeu do vice-presidente, Pedro Aleixo, cerca de trezentas laudas sobre nova constituição que encomendara. Surpreendendo seus detratores – que o chamavam de “sargento ignorante” – o marechal

²⁵⁰ FICO, Carlos. *Op. cit.* p. 60.

²⁵¹ FICO, Carlos. Ditadura militar: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, vol. 9, nº 20, jan./abr. 2017, p. 22.

²⁵² *Idem.* p. 50.

empenhou-se em estudar o material até o início de julho. Após isso, entre 14 e 17 de julho, o presidente reuniu-se com comissão que nomeara para elaborar anteprojeto de nova constituição. A comissão era composta por Gama e Silva (ministro da Justiça), Rondon Pacheco (chefe do Gabinete Civil), Hélio Beltrão (ministro do Planejamento), o sempre presente Themístocles Cavalcanti (ministro do STF), Carlos Medeiros (ex-ministro da Justiça e do STF), Miguel Reale (reitor da USP) e pelo vice-presidente Pedro Aleixo, que funcionava como relator. Com base nas recomendações da comissão, Pedro Aleixo concluiu o anteprojeto em 24 de julho, que foi submetido, dois dias depois, ao Conselho de Segurança Nacional. As sugestões do Conselho – sobre o qual Costa e Silva reclamou: “nunca vi um conselho mais duro”²⁵³ – foram incorporadas, o texto passou por revisão de português sob a responsabilidade do escritor Abgar Renault e, no dia 26 de agosto, o assessor de imprensa do governo anunciou que o projeto estava concluído.²⁵⁴ Costa e Silva pretendia outorgar a nova constituição no dia 1º de setembro de 1969 através de novo ato institucional,²⁵⁵ mas sofreu um derrame três dias antes, em 29 de agosto, possivelmente devido às pressões da linha dura que não via com bons olhos a iniciativa. Assim, não conseguiu efetivar “a mais importante obra do seu governo” – como disse o general Jayme Portella de Mello, chefe do gabinete militar.²⁵⁶

Para Miguel Reale, a ideia era apenas “rever a Constituição de 1967 e ajustá-la à legislação revolucionária”. Mas o ponto central do projeto era o art. 182 estabelecendo que “o presidente da República, quando considerar de interesse nacional, fará cessar, mediante decreto, a vigência de qualquer ou de todos os dispositivos constantes do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e dos demais atos posteriormente baixados”. O projeto também estabelecia a ampliação dos poderes do presidente da República para decretar o Estado de Sítio, que poderia ser por 180 dias (a Constituição de 1967 de Castelo havia aumentado os trinta dias previstos na Constituição de 1946 para sessenta). Após o derrame de Costa e Silva, seus ministros militares deram um golpe de Estado, impedindo a posse do vice-presidente. Tomaram o poder, formando uma junta

²⁵³ A história da constituição de Costa e Silva só foi amplamente documentada em 2002, conforme se vê em BRASIL. Senado Federal. *Op. cit.* Ver p. 23 para dados gerais e p. 332 para frase sobre o CSN.

²⁵⁴ CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

²⁵⁵ Mello, Jayme Portella. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. p. 801 e BRASIL. Senado Federal. *Op. cit.* p. 446.

²⁵⁶ Mello, Jayme Portella. *Op. cit.* p. 793.

militar, e modificaram o projeto em pontos essenciais, promulgando a constituição com alterações. A nova redação do artigo 182 passou a ser: “continuam em vigor o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais atos posteriormente baixados.” Portella de Mello diria que, para a nova versão, “os retoques foram mínimos”.²⁵⁷ O ministro da Marinha, Augusto Rademaker – que integrara o Comando Supremo da Revolução, em 1964, viria a ser vice-presidente da República do general Médici e, na época, estava na junta militar – foi evasivo: teriam sido feitas “as modificações que se tornaram imperativas, no tempo e contexto”. Em síntese, Costa e Silva buscou revogar os atos institucionais, contra a vontade da linha dura, e não conseguiu.²⁵⁸

Verifica-se, pois, a existência de um padrão tanto na constituição de Castelo Branco quanto na de Costa e Silva: a busca de “normalidade” constitucional com a adoção de instrumentos fortes de segurança do Estado. Como se sabe, esse objetivo seria plenamente atingido com a Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978, com a qual o general Ernesto Geisel extinguiu os atos institucionais. Havia algum tempo, falava-se na necessidade da “eliminação do regime excepcional (...) só assim será possível institucionalizar a revolução e permitir a permanência do seu ideário”.²⁵⁹ A ideia básica, como sempre, era a adoção do Estado de Emergência, como dizia Miguel Reale em 1977. Seria preciso

armar o poder público de instrumentos de ação adequados a afrontar com rapidez e eficiência atos que ponham em grave risco a ordem social, sem ser preciso recorrer a todo o cerimonial que cerca a decretação do “estado de sítio”, remédio de amplo espectro (...) mas de eficiência muitas vezes tardia.²⁶⁰

Afonso Arinos, sete meses antes da promulgação da emenda de outubro de 1978, sustentava que “a estabilidade do poder e a segurança de Estado são essenciais à ordem e à liberdade (...) A cessação de vigência do ato 5 será, pois, coincidente com medidas que garantam a estabilidade e a segurança do Estado (...) Em casos excepcionais, outras

²⁵⁷ *Idem.* p. 947

²⁵⁸ BRASIL. Senado Federal. *Op. cit.* p. 64.

²⁵⁹ Ministro Rodrigo Octávio, Abertura dos trabalhos de 1977, sessão 25 fev. 1977 (áudio).

²⁶⁰ REALE, Miguel. *Da revolução à democracia. Op. cit.* p. 149.

medidas se imporiam, a critério do Executivo, mediante a criação da outorga de plenos poderes pelo Legislativo” – condicionante que não se verificou na emenda de Geisel.²⁶¹

Ernesto Geisel, ao contrário de Castelo Branco e de Costa e Silva, conseguiu se contrapor à linha dura, “revolucionários sinceros, mas radicais”, como ele disse.²⁶² Ele conseguiu “pôr um termo a leis de exceção (...) substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitam (...) a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e da ordem”.²⁶³ O Estado de Emergência permitia a aplicação de todas as medidas do Estado de Sítio pelo presidente da República, sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional, sempre que os poderes ou as instituições estivessem “gravemente ameaçados ou atingidos por fatores de subversão”.²⁶⁴ Segundo o jurista Enrique Ricardo Lewandowski, era “um dos mais violentos remédios para preservação das instituições existentes em todo o ordenamento constitucional”. A volta ao Estado de Direito no Brasil

somente foi possível na medida em que os promotores da abertura política ofereceram às Forças Armadas plenas garantias de que a Segurança Nacional, tal como concebida pela Escola Superior de Guerra – ESG, não seria colocada em risco por falta de instrumentos legais adequados à sua proteção, ou seja, em outros termos, na medida que ficou assegurado aos militares e grupos a eles ligados o domínio da situação política na difícil fase de transição do arbítrio para a legalidade.²⁶⁵

O Estado de Emergência vigorou por quase dez anos, até que a Constituição de 1988 o revogasse. Apesar disso, os constituintes de 1987/1988 não conseguiram eliminar da carta magna a competência das Forças Armadas de garantirem os poderes constitucionais, a lei e a ordem – resquício do vício original inserido na Constituição de 1891, embora tenha sido eliminada a contribuição de Rui Barbosa sobre a obediência “dentro dos limites da lei”.

O objetivo deste artigo foi problematizar a peculiaridade da moldura institucional e dos projetos de institucionalização da ditadura militar brasileira – à luz da longa tradição de intervencionismo dos militares na política doméstica do país – no período de

²⁶¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Op. cit.* p. 314-315 e 325.

²⁶² GEISEL, Ernesto. Discurso aos dirigentes da Arena, no dia 1º de dezembro de 1977, no Palácio da Alvorada.

²⁶³ *Idem.*

²⁶⁴ Art. 156, Emenda Constitucional nº 11, 13 out. 1978.

²⁶⁵ LEWANDOWSKI, Enrique Dias. As salvaguardas do Estado no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito, USP*, vol. 79, 1984, p. 140 e 158.

sua consolidação (1964-1978). No contexto de um projeto mais amplo sobre a utopia autoritária brasileira, espero, em breve, poder apresentar as consequências desse arcabouço na fase da transição para a democracia, que culminaria na Constituição de 1988.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade; PAIXÃO, Cristiano. A memória do direito na ditadura militar: a cláusula de exclusão da apreciação judicial observada como um paradoxo. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, ano 1, nº 6, dez. 2008.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. Tese de doutorado, Direito, UnB, 2009.
- BARBOSA, Rui. "Militares versus militarismo". In *Obras completas de Rui Barbosa*. Discursos parlamentares e jornalismo. Vol. XL, 1913, Tomo V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1966.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. A Constituição de 1891. Vol. XVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- BIERRENBACH, Julio de Sá. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 5. ed. Brasília: OAB, 2004.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Constituição do Brasil de 1967. Anais*, Vol. III. Brasília, 1969.
- BRASIL. Senado Federal. *A constituição que não foi: história da Emenda Constitucional n. 1, de 1969*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Público brasileiro e analyse da constituição do Império*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1857.
- BUZUID, Alfredo. *Rumos políticos da revolução brasileira*. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1966.
- CAMARGO, Aspásia e outros. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, vol. 27, nº 45, jan./jun. 2011.
- CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. O rompimento da legalidade democrática. In RAPOSO, Eduardo. *1964, 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Forças Armadas: tutela militar e subordinação estratégica. Entrevista por Aldo Fornazieri. *Teoria & Política*, nº 11, maio 1989.
- CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. *Constituição federal brasileira (1891): comentada*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 47. Original publicado em 1902.
- CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Democracia imperfeita (notas e apontamento). *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 1, jan./mar. 1978.
- CHACON, Vamireh. *História institucional do Senado do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997.
- CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- CHAGAS, Carlos. *Pedro Aleixo: testemunhos e lições*. Brasília: Senado Federal, 1976.
- CHUEIRI, Vera Karam de, CÂMARA, Heloísa Fernandes. (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. *Lua Nova*, nº 95, 2015.
- CIOTOLA, Marcello Raposo. *Os atos institucionais e o regime autoritário no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.
- COITINHO, Angélica do Carmo. *O Superior Tribunal Militar durante a ditadura militar brasileira*. Tese de doutorado. História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2018.
- COITINHO, Angélica do Carmo. *Sob a toga e a farda: o ministro general de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979)*. Dissertação de mestrado, História, Unirio, 2012.
- CORRÊA, Oscar Dias. A ordem jurídica e a revolução de 1964. In RAPOSO, Eduardo (Coord.). *1964, 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- CURI, Isadora Volpato. *Juristas e o regime militar (1964-1985): a atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB*. Dissertação de mestrado, História Social, USP, 2008.
- D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (Orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção*. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006.
- DREIFUSS, René Armand, DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FAGUNDES, M. Seabra. *As Forças Armadas na Constituição*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Atos institucionais e exclusão de apreciação judicial*. Disponível em www.terciosampaioferrazjr.com.br.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição brasileira*. 6ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 1986.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Forças armadas para quê?* Rio de Janeiro: GRD, 1988.
- FIALHO, Anfriso. *História da fundação da República no Brasil*. Brasília: UnB, 1983.

FICO, Carlos. Ditadura militar: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, vol. 9, nº 20, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FLORES, Mario Cesar. *As Forças Armadas na constituição*. São Paulo: Convívio, 1992.

FONSECA, Maximiano. *O que segura este país*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FRAGOSO, Heleno. A nova Lei de Segurança Nacional. *Revista de Direito Penal e Criminologia*, nº 35, jan./jun. 1983.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O som do outro sino: um breviário liberal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1895. Vol III.

FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Moreira Maximino & C, 1894. Vol II.

LEAL, Aurelino. *Theoria e prática da constituição federal brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., 1925.

LEWANDOWSKI, Enrique Dias. As salvaguardas do Estado no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito, USP*, vol. 79, 1984.

LIMA, Danilo Pereira. *Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da ditadura militar de 1964*. Tese de Doutorado, Direito, UNISINOS, 2018.

LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. Dissertação de mestrado, História Social, USP, 2003.

MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à constituição brasileira*. 5ª ed. atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954. Vol. I.

MONTEIRO, Goes A *Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio: Adersen Ed., 1934.

MONTEIRO, Tobias. A questão militar. In _____. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016

PACHECO, Thiago da Silva. Crime político, terrorismo e tribunais na ditadura de 1964. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho, n. 29, 2018.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Original em inglês publicado em 2005.

PEREIRA, Anthony W. *Op. cit.* p. 252.

- PORTO, Costa. *Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto): discursos parlamentares*. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Câmara dos Deputados, 1978.
- REALE, Miguel. *Da revolução à democracia*. 2. ed. rev. São Paulo: Convívio, 1977.
- REALE, Miguel. *Memórias: a balança e a espada*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- REALE, Miguel. *Por uma constituição brasileira*. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1985.
- RECONDO, Felipe. *Tanques e togas: o STF e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SARASATE, Paulo. *A constituição do Brasil ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.
- SEELAENDER, Airton. Juristas e ditadura. In FONSECA, Ricardo M., SEELAENDER, A. (Orgs.). *História do direito em perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008.
- SILVA, Ângela Moreira Domingues da. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, jan./abr. 2014.
- SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de doutorado, História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2011.
- SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de doutorado, História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2011.
- SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971)*. Dissertação de mestrado, História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SWENSSON JR. Walter Cruz. *Os limites da liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)*. Tese de doutorado, História Social, USP, 2006.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- TRIGUEIRO, Oswaldo. *A política do meu tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- TRIGUEIRO, Oswaldo. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- VALÉRIO, Otávio L. S. *A toga e a farda: o Supremo Tribunal Federal e regime militar (1964-1969)*. Dissertação de mestrado, Direito, USP, 2010. p. 22.
- VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004. p. 134.

Recebido em 20 de julho de 2021
Aprovado em 23 de agosto de 2021



ARTIGO
ARTICLE

Revisionismo e negacionismo: controvérsias

Revisionism and denialism: controversies

Denise Rollemberg 

Professora de História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense; Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado)

deniserollemberg@uol.com.br

&

Janaina Martins Cordeiro 

Professora de História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense; Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado)

janainamcordeiro@gmail.com

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.36429>

Resumo: Embora revisionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludem a coisas distintas, não raramente são confundidos em estudos sobre diferentes temáticas e conjunturas. Este artigo procura diferenciá-los e analisar as razões e os processos a partir dos quais em muitos momentos os dois termos se confundiram. A questão ganhou visibilidade particular nas polêmicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autônomas, com frequência, se embaralharam: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. Envolvendo disputas do passado, a interpenetração dessas dimensões ocorre, sobretudo, quando estão em causa temas da história do Tempo Presente.

Palavras-chave: Revisionismo; Negacionismo; Holocausto; Historiografia.

Abstract: Although revisionism and denialism are terms and concepts that allude to different things, they are often confused in studies on different themes and situations. This article seeks to differentiate them and to analyze the reasons and the processes from which the two terms were often confused. The issue gained particular visibility in the controversies surrounding Nazi crimes in World War II, but it involves controversies before and after the conflict. Such a reality can be observed in three dimensions that, being autonomous, not infrequently got mixed up: (a) political and ideological; (b) historiographic; (c) judicial. Involving disputes from the past, the

interpenetration of these dimensions occurs, above all, when issues of the history of the Present Time are at stake.

Keywords: Revisionism; Denialism; Holocaust; Historiography.

A história mal-entendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar finalmente em seu descrédito a história mais bem entendida. Mas se um dia chegássemos a isso, seria ao preço de uma violenta ruptura com nossas mais constantes tradições intelectuais.¹

Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalizações tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso (...). Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido.²

Em janeiro de 2019, próximo ao Dia da Lembrança do Holocausto, promovido pela Nações Unidas (*UN Holocaust Remembrance Day*), foi divulgado um documento elaborado por pesquisadores da Universidade de Yale, do Grinnell College e representantes da European Union of Progressive Judaism (EUPJ). Intitulado “Relatório sobre o Revisionismo do Holocausto” (*Holocaust Revisionism Report*), o documento, que cobria as políticas sobre o passado estabelecidas por cada país membro da União Europeia (UE), chegava às seguintes conclusões principais:

Muitos governos da União Europeia estão reabilitando colaboradores da Segunda Guerra Mundial e criminosos de guerra, minimizando sua própria culpa na tentativa de extermínio de judeus.

O **revisionismo** é pior entre alguns dos países da Europa Central, que são membros mais recentes da UE - Polônia, Hungria, Croácia e Lituânia.

Mas nem todos os países da região estão caminhando na direção errada: dois países exemplares que estão encarando seus passados trágicos são a República Tcheca e a Romênia. O modelo romeno de nomear uma comissão independente para estudar o Holocausto deve ser expandido.

Os países da Europa Ocidental não estão livres de infecção - a Itália, em particular, precisa melhorar.

No Ocidente, a Áustria fez uma reviravolta notável, enquanto a França se destaca por seu progresso em aceitar a responsabilidade pelo governo colaboracionista de Vichy.

Em vez de protestar contra os excessos **revisionistas**, Israel apoia muitos dos

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 42.

² ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: o anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975, p. 21.

governos nacionalistas e **reversionistas**³.

O Relatório e as conclusões às quais chegou são importantes sob vários aspectos, a começar, pelo seu pioneirismo: tratou-se do primeiro documento a analisar, no âmbito da UE, como cada um dos 27 países do bloco vêm lidando com suas responsabilidades com relação ao Holocausto. Não obstante, gostaríamos de chamar atenção para um aspecto em particular: a utilização do termo *reversionismo* ao longo do documento e, inclusive, no próprio título do Relatório para se referir às políticas de Estado que buscam relativizar e, no limite, negar os crimes do passado.

Assim, “reversionismo” é compreendido ali como uma forma de retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade.

O termo reversionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado de forma positiva, ora pejorativamente; ora servindo – de formas plurais – a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas acadêmicas e intelectuais – estas também, de maneira alguma, estranhas às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de *negação*. É o que faz, por exemplo, Pierre Vidal-Naquet em conhecido artigo da década de 1980:

Chamarei aqui “reversionismo” a doutrina segundo a qual o genocídio praticado pela Alemanha nazista contra judeus e ciganos não apenas não teria existido, como não passaria de mito, fabulação ou fraude. Falo aqui do “reversionismo” no sentido absoluto do termo, mas existe também reversionismos relativos, sobre os quais eu direi algumas palavras. A palavra em si possui uma história que é estranha e que mereceria ser desenvolvida. Os primeiros “reversionistas” modernos foram, na França, os partidários da “revisão” do processo de Alfred Dreyfus (1894), mas a palavra foi muito rapidamente apropriada pelos seus adversários e essa mudança de sentido deve ser considerada sintomática. A palavra ganhou em seguida um sentido tanto positivo como negativo, implicando sempre a crítica a uma ortodoxia dominante.⁴

Portanto, embora reversionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludem a coisas distintas, não raramente são confundidos. Isso ocorre em estudos sobre

³ Cf.: Holocaust Remembrance Project. Key Findings, p. 1. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/c1aa54_d6fdacf05b6845a3a2cacbf80ed6720c.pdf [grifos nossos]. Acesso realizado em 01/02/2020.

⁴ VIDAL-NAQUET, Pierre. “Thèses sur le “révisionnisme” (1985). *Les assassins de la mémoire. “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme, sous la direction de Vidal-Naquet Pierre*. Paris, La Découverte, Poche / Essais, 2005, p. 103-4.

diferentes temáticas e conjunturas, desde fins do século XIX até os dias atuais. O documento da ONU, acima citado, bem como as palavras de Vidal-Naquet o demonstram. Liminarmente, a ideia de *revisão* refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; *negacionismo*, por sua vez, a iniciativas de negá-los. Negacionismo – a palavra e o conceito -, veremos adiante, só surgiu no fim da década de 1980, mas a negação de acontecimentos comprovados por documentação é antiga. A questão ganhou visibilidade particular nas polêmicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autônomas, com frequência se embaralharam, por boa ou má fé de políticos, intelectuais e historiadores: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. Envolvendo disputas do passado, a interpenetração dessas dimensões ocorre, sobretudo, quando estão em causa temas da história do Tempo Presente.

Se são conceitos distintos, quais as relações entre *revisão* e *negacionismo* que estimulam tal confusão? Como e sob que sentidos *revisão* passou a aproximar-se e, em alguns casos mesmo, a confundir-se com a ideia de “*negacionismo*”?

A questão é complexa, sem dúvida. Porém, um ponto nos parece cristalino: o *revisão* é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o *negacionismo* é funesto e obscurantista, a própria negação da História.

A seguir, trataremos de casos exemplares de *revisões* que deram contribuições importantes à historiografia. Tais iniciativas nada tiveram a ver com a negação de fatos comprovados, senão com a revisão de interpretações até então hegemônicas. Em seguida, abordaremos casos históricos de *negacionismos*, com ênfase, no caso do *negacionismo* do Holocausto, evidenciando as diferenças em relação aos *revisões* estudados. Refletiremos ainda sobre as motivações que levam à fusão entre *negacionismo* e *revisão*. Num terceiro momento, veremos os legados do século XX sobre as controvérsias em torno dos dois conceitos que, atualizados, nos desafiam para grandes questões do século XXI. Por fim, propomos algumas reflexões, que nos ajudam a melhor avaliar tão complexa temática.

1) *Revisões*

A Segunda Internacional Socialista e a ortodoxia marxista

Uma das primeiras vezes em que o termo revisionismo, entendido como crítica de uma ortodoxia dominante, foi empregado, contemporaneamente ao Caso Dreyfus, foi na conhecida polêmica suscitada por Eduard Bernstein, político e teórico da social democracia alemã, e o grupo em torno dele, no contexto da Segunda Internacional Socialista, criada sobre os pilares da ortodoxia marxista, em 1889.

Uma década mais tarde, Bernstein publicou o livro “Socialismo evolucionário”⁵. Através de uma análise da economia e da política dos países europeus industrializados, expôs uma interpretação a respeito da não correspondência entre as análises e as projeções de Marx, presentes, por exemplo, no Manifesto Comunista (1848), acerca da evolução do capitalismo e a realidade que observava como intelectual, militante e estudioso do assunto. Entre outras referências, o “colapso da economia burguesa”⁶ não se verificaria a curto prazo e apostar na “grande e iminente catástrofe social” era um erro que o movimento socialista internacional devia superar.

O próprio Engels, coautor do *Manifesto*, já o havia reconhecido no prefácio de *As lutas de classes na França* (1850). A economia capitalista, tal como se desenvolvera no século XIX nos “países avançados”, ocorria simultaneamente “aos avanços das organizações democráticas”. O movimento operário tivera papel nas “concessões” feitas pela burguesia e se fortalecera nesse processo. Diante dessa realidade, Bernstein defendeu que o confronto direto e violento contra o capitalismo deixara de ser uma necessidade para a revolução socialista. Sem abrir mão do “controle de governo” por parte da classe operária, sustentou que a “conquista do poder político” poderia ocorrer pacificamente. Em outras palavras, Bernstein seguia no combate pelo socialismo, mas acreditava que este poderia ser alcançado por meio de disputas no interior do capitalismo nas instâncias e instituições democráticas que surgiam no século XIX, como, por exemplo, o voto universal (masculino). As ideias de Bernstein foram expostas no

⁵ Originalmente, *Die voraussetzungen des sozialismus und die aufgaben der sozialdemokratie* [Os requisitos do socialismo e as tarefas da social-democracia]. Usamos a tradução para o inglês: *Evolutionary socialism: a criticism and affirmation*. New York, B.W. Huebsch, 1909. No Brasil, foi publicada uma versão muito reduzida, a partir da edição norte americana de 1961, da Schocken Books (New York): *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

⁶ Para as citações seguintes: BERSTEIN, Edward. *Evolutionary socialism: a criticism and affirmation*. New York, B.W. Huebsch, 1909, p. 3-6.

Congresso de Hannover, em outubro de 1899, suscitando um intenso e tenso debate. Desde o início das discussões, as críticas e as propostas de Bernstein foram caracterizadas como um “abandono” das ideias de Marx e do marxismo, configurando críticas e propostas “revisionistas”, empregando-se o termo em tom depreciativo e desqualificador. Até o advento da Grande Guerra (1914-1918), a querela na Internacional em torno da alternativa “reforma ou revolução?”, fórmula consagrada no título do texto de Rosa Luxemburgo, também de 1899, em resposta a Bernstein, seguiu em tom áspero e acusatório, permanecendo, sob outras formas, ao longo do século XX.

Em 1919, a fundação da Terceira Internacional Socialista formalizou o divórcio entre sociais-democratas e comunistas, consagrando dois campos não apenas diferentes, mas opostos. Entretanto, ambos os lados se apresentavam como adeptos da ortodoxia marxista e acusavam-se mutuamente de heterodoxos. De um lado, os que defendiam a revolução como confronto e ruptura; de outro, os que viam a revolução como um processo gradual e reformista. No prefácio à edição em língua inglesa, Bernstein reafirmava seu ponto de vista:

Subsequentemente [à publicação do original em alemão], as opiniões lançadas no livro receberam o epíteto de REVISIONISMO e, embora muitos dos que são chamados REVISIONISTAS na democracia social alemã mantenham pontos de vista diferentes dos meus, o livro pode, em conjunto, ser considerado como uma exposição das tendências teóricas e políticas dos revisionistas socialdemocratas alemães (grifos no original).⁷

Nesse embate, como referido, o termo “revisionismo” ganhou conotação pejorativa e foi utilizado para desqualificar os argumentos e posições do político alemão e seus seguidores. Da mesma forma, a palavra “reformista” em oposição a “revolucionário”. Apesar de tratar-se de um embate político, lembremos que os argumentos de Eduard Bernstein se basearam no estudo da economia e da política dos países industrializados de sua época. Em sua leitura do processo histórico e de novas evidências produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa (permanência de um importante campesinato, ampliação das camadas médias, incorporação de relevantes demandas da classe operária pelas instituições políticas e sociais, entre outras), Bernstein apontava para o envelhecimento de teses centrais do pensamento de Marx sobre a revolução. Já seus adversários, apesar de reconhecerem estas evidências incontornáveis,

⁷ BERSTEIN, Edward. *Evolutionary socialism*, op. cit., p. 10-11.

rejeitavam a ideia de que elas pudessem ter o condão de fazer envelhecer o pensamento de Marx. As revisões de Bernstein foram consideradas, portanto, incompatíveis com as concepções revolucionárias de Marx. Assim, a conotação pejorativa atribuída ao "revisonismo" passou a ser estendida, desde então, aos que abandonavam a revolução em proveito de reformas parciais⁸.

No debate acadêmico e historiográfico, o uso da palavra revisionista com significado negativo tornou-se relativamente recorrente a partir desse momento. Fundiu-se, em certa medida, com o sentido que lhe foi atribuído na luta política (“reforma” x “revolução”) do contexto da Segunda Internacional. Assim, um *revisionista* seria aquele que desafia e rejeita uma ortodoxia dominante, no campo político ou historiográfico. Mas, o que, a princípio, poderia ser profícuo – afinal, *desafiar, duvidar, contestar, desconfiar, verificar* não são atributos positivos de um bom pesquisador? Não são componentes indispensáveis à curiosidade intelectual? – passou a ser utilizado para designar pesquisadores que colocavam em questão uma *verdade* de tal forma estabelecida que, nesse processo, se aproximariam da relativização (e mesmo da negação) da história.

Nas batalhas historiográficas, ao longo do século XX, o termo revisionismo apareceu relacionado a temáticas distintas, em contextos e cenários acadêmicos igualmente distintos. Veremos, a seguir, exemplos de revisionismos e revisionistas que em muito contribuíram para a produção do conhecimento histórico.

A historiografia da Revolução Francesa

Em 1965-1966, François Furet e Denis Richet lançaram *La Révolution Française*, livro em dois volumes, em que interpretaram o evento na contracorrente das interpretações marxistas, então, consagradas no meio acadêmico.⁹ Segundo Alice Gérard, o “revisonismo da historiografia da Revolução Francesa”, já estava em curso desde a década anterior, com a publicação do texto *The myth of the French Revolution*, do

⁸ Esta polêmica é distinta da polêmica em torno das Revoluções Russas. Grande parte dos que condenaram Bernstein não aprovaram os bolcheviques. Mesmo Rosa Luxemburgo, sua principal opositora, formulou muitas reservas aos bolcheviques, antes e depois da Revolução. Como disse o revisionista Gramsci, a Revolução Russa foi uma revolução contra *O Capital*, ou seja, contra o livro de Marx, que previa as revoluções nos países capitalistas mais desenvolvidos. Aliás, querendo-se ortodoxos, os bolcheviques foram grandes revisionistas.

⁹ FURET, François e RICHET, Denis. *La Révolution Française*. 2 vols. Paris, Hachette, 1965-1966.

historiador britânico Alfred Cobban¹⁰, mas a obra de Furet e Richet foi o ponto de inflexão desta revisão¹¹.

As publicações posteriores de Furet sobre o assunto, embora revejam aspectos defendidos na primeira abordagem, mantiveram no essencial a interpretação que suscitou polêmica, desde os anos 1960, ganhando enorme visibilidade na ocasião das comemorações do Bicentenário da Revolução, em 1989¹².

A obra de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, de 1856, esteve na base da reflexão de Furet (e Richet). Ao invés de estudar a Revolução conforme as abordagens comuns na época - personalistas e sectárias, voltadas para as vivências dos revolucionários -, o historiador do século XIX fez do enfrentamento de classes o objeto em questão. No processo de construção do Estado centralizado, datado do reinado de Luís XIV, estava a origem da sujeição da nobreza e do progressivo sentimento de igualdade difuso nas classes populares, sobretudo, no campesinato. Ao inserir o evento na longa duração, Tocqueville pôde enxergar as transformações econômicas no tempo e suas implicações nas dimensões políticas. Com esse ponto de vista, negou a ruptura revolucionária em favor das continuidades. “Plantada por filósofos”, com uma perspectiva internacional (Humanidade universal, Razão universal, Religião laica), a Revolução levou a uma nova religião, fanática, disposta a tudo. A Democracia, destino na história da França, poderia ter sido alcançada sem a Revolução nem autoritarismos.

Por meio de uma leitura própria de Tocqueville, Furet e Richet negaram o caráter burguês e de luta de classes da Revolução na chave interpretativa do marxismo. Enxergaram a “Revolução dos Iluministas” como “opinião revolucionária”, como

¹⁰ COBBAN, Alfred. *The myth of the French Revolution*. London, University College, 1955, 25 pp.

¹¹ GERARD, Alice. “La crise révisionniste de l'historiographie révolutionnaire et le bicentenaire”. Dans: AMALVI, Christian (dir.). *Une passion de l'histoire: histoire(s) mémoire(s) et Europe: hommage au professeur Charles-Olivier Carbonell*. Toulouse, Privat, 2002. Apud LOUVRIER, Julien. “Penser la controverse: la réception du livre de François Furet et Denis Richet, La Révolution française”. *Annales historiques de la Révolution française*, n°351, 2008. pp. 151-176.

¹² Para uma excelente reconstrução crítica da trajetória da tese de Furet, ver: FLORENZANO, Modesto. “François Furet, historiador da Revolução Francesa”. *Revista de História*. São Paulo, USP. 1o semestre de 1995. As publicações de Furet sobre a Revolução Francesa, posteriores ao livro de 1965-66 foram: *Le catéchisme révolutionnaire*. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 26^e année, N. 2, 1971. pp. 255- 289; e *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978. No Brasil, o livro foi publicado com o título *Pensando a Revolução Francesa* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989). Na 2^a parte da publicação, encontra-se o artigo “O catecismo revolucionário”, revisto, em relação ao original publicado nos *Annales*, como analisa Florenzano. Ver também: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

linguagem, onde a política se tornara soberana em relação à economia. Desafiavam, assim, uma tradição interpretativa esboçada no século XIX e consolidada no pós-1945.

Tal linhagem, em resumo, remontava a Jules Michelet. Em *Histoire de la Révolution*, de 1847, um dos volumes de sua obra *Histoire de France*, o historiador celebrou a “revolução popular” e as ideias jacobinas, embora não o Terror. Também no século XIX, Louis Blanc, liderança socialista, também em 1847 em obra com o mesmo título, incensou o jacobinismo, realçando o que considerou suas tendências socialistas, sem tratar, entretanto, de assuntos socioeconômicos. Uma história no campo da esquerda, certamente, mas exclusivamente política e social. Em seguida, esteve Karl Marx que compreendeu a Revolução em função da luta de classes provocada pelas mudanças socioeconômicas, no caso a emergência do capitalismo. Para Marx, teria sido no enfrentamento do Terceiro Estado contra o Antigo Regime que a burguesia assumiria uma consciência de classe própria, tornando-se uma “classe para si”. De acordo com Jacques Godechot, o filósofo alemão foi:

o primeiro a formular com clareza a opinião que os acontecimentos históricos eram mais influenciados pela corrente lenta e profunda das características econômicas e sociais (infraestrutura), que pelas decisões, por mais clamorosas que fossem, dos homens políticos (a superestrutura).¹³

Quanto a Jean Jaurès, intelectual, parlamentar socialista e pacifista, em *História socialista da Revolução Francesa* (1901), baseando-se nos *Cahiers de doléances*, destacou a miséria do proletariado agrícola e urbano e buscou ligações entre história social e ideias revolucionárias das “classes médias”. Em sua interpretação, a Revolução Francesa fora “largamente burguesa e democrática”. Por fim, Albert Mathiez (1874-1932), historiador marxista, fundador da *Société des Études Robespierriennes*, em publicação de 1922 (*Révolution Française*), reprovou em Danton, a venalidade e os objetivos exclusivamente políticos, em oposição a Robespierre, o “incorruptível”, cuja política, ao contrário, visava à melhoria da sorte dos indigentes por meio da repartição da riqueza.¹⁴

No pós-Segunda Guerra Mundial, com o prestígio crescente do marxismo nos meios políticos e acadêmicos, não somente na França, assistimos à consagração da interpretação que afirmou o caráter burguês da Revolução. Os aspectos econômicos

¹³ GODECHOT, Jacques. “As grandes correntes da historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos nossos dias”. *Revista de História* (USP), 1969, vol. 39, n. 80. p. 423-470, p. 447.

¹⁴ MATHIEZ, Albert. *La Révolution Française*. Paris, Armand Colin, (1ª ed.), 1922.

estariam na base das suas transformações políticas e sociais; a participação das massas populares e os confrontos sociais expressaram a luta de classe que marcou o conflito, não a luta de classes a que Tocqueville havia se referido, mas a que opunha burguesia e nobreza. Dois exemplos desta linhagem dominante no período pós-1945 são clássicos.

Albert Soboul, em *La Révolution française, 1789-1799* (1948), argumentou que, mesmo na fase jacobina, tratou-se de uma revolução burguesa. As massas teriam entrado em cena orquestradas pela burguesia que, diante da radicalização do processo, derrubou o líder Robespierre.¹⁵ Eric Hobsbawm, em *A era das revoluções (1789-1948)*, de 1962, acompanhou Soboul, enfatizando ainda mais a tese da manipulação das classes populares pela burguesia, no período jacobino, e os aspectos econômicos como decisivos para a eclosão do conflito.

François Furet e Denis Richet, se insurgiram, portanto, em 1965-66, contra esta hegemonia marxista na compreensão da Revolução Francesa: a que insistia na luta de classes entre burguesia x nobreza e na ruptura do processo revolucionário. A resposta de Soboul veio em 1974¹⁶, no artigo em que chamou os dois historiadores de revisionistas, em sentido desqualificador, assim como outros críticos liberais da interpretação marxista da “revolução burguesa”¹⁷.

Pouco antes do livro de Furet e Richet, em 1963, Hannah Arendt lançara, nos EUA, *On Revolution*.¹⁸ Opondo-se como Furet às teses marxistas, a filósofa alemã compreendeu a Revolução Francesa contrapondo-a à Revolução Americana (1776). Teve como premissa a tese de que, embora buscassem a Liberdade, todas as revoluções implicaram em guerra e violência. Em oposição, estaria a política, entendida como negociação e, assim, contrária à intolerância. Na Revolução Americana, a política esteve a serviço do ideal democrático liberal que celebrou a Liberdade. Na Revolução Francesa, a violência teria frustrado a busca da Liberdade, impondo, por outro lado, a lógica da necessidade. Robespierre foi tomado como encarnação deste desvio, ao incorporar as massas populares na luta pela igualdade. Afinal, entre outros fatos, foi Robespierre quem

¹⁵ SOBOUL, Albert. *La Révolution française, 1789-1799*, Éditions Sociales, 1948.

¹⁶ SOBOUL, Albert. “L’historiographie classique de la Révolution française. Sur des controverses récentes”. *La Pensée*, 1974, p. 40-58.

¹⁷ LOUVRIER, Julien. *Penser la controverse*, op. cit. P. 151-176.

¹⁸ ARENDT, Hannah. *On Revolution*. New York, The Viking Press, 1963.

cunhou o conceito “Despotismo da Liberdade”, conceito paradoxal, mas adequado à intolerância radical do regime.

Hannah Arendt certamente deve ter incentivado Furet. *Penser la Révolution* (1978) foi, por sua vez, a resposta a Soboul e outros historiadores marxistas. Neste livro, além de recorrer a Tocqueville, Furet recuperou August Cochin, também historiador do século XIX. Em *L'esprit du jacobinisme*, obra póstuma só publicada em 1975, defendeu que o jacobinismo não foi conspiração nem somente ideologia, mas uma *sociedade de pensamento* ancorada em um projeto de *democracia pura*. A onipotência da máquina militante foi o preço a pagar por ela. A ditadura da “salvação pública” com o Terror, para onde descambou a Revolução, não foi luta pelo poder, mas a lei de funcionamento da máquina. “A máquina não pensa, só fala. A Revolução é uma linguagem”. Cochin, quase prognostica o jacobinismo como matriz do bolchevismo. Furet, que não conhecia a obra em 1965-66, adotou e levou adiante a tese de Cochin, que, morto em 1916, em combate na Grande Guerra, não viu nem a Revolução Bolchevique de outubro de 1917 nem o regime soviético, cujas origens, segundo a interpretação de Furet, estavam na Revolução jacobina de Robespierre.

François Furet, Denis Richet e Hannah Arendt apresentaram, portanto, revisões interpretativas da Revolução Francesa, sem negar fatos e processos. Foram chamados de revisionistas pelos defensores da interpretação marxista da Revolução Francesa, que pretendiam desqualificá-los por razões ideológicas. Afinal, as teses revisionistas colocaram em xeque, para além da interpretação da Revolução Francesa dominante na época, a própria filosofia marxista da história.

A historiografia da Revolução Russa

Quase simultaneamente ao desenrolar da longa polêmica historiográfica em torno das teses de Furet e Richet sobre a Revolução Francesa, dessa vez, porém na academia anglo-saxã, um grupo de historiadores apresentou uma proposta de “revisão” do passado, envolvendo outro processo revolucionário que marcou a contemporaneidade: a Revolução Russa. Curiosamente, se ambas as historiografias foram ditas *revisionistas*, os processos de renovação que propuseram, no entanto, percorreram caminhos distintos. De acordo com Ronald G. Suny, uma das mais intrigantes ironias no estudo das grandes

revoluções europeias, a partir das décadas de 1960 e 1970, é o fato de que as interpretações dominantes sobre as Revoluções Francesa e Russa caminharam em direções opostas: os "revisonistas" da Revolução Francesa opuseram-se à ortodoxia marxista – chamada em um primeiro momento de a "interpretação social" da Revolução Francesa – e enfatizaram a história das ideias e representações culturais, bem como a história política, conforme a renovação proposta, então, pela academia francesa. Já seus colegas, que estudavam as revoluções russas e o socialismo soviético, atacaram justamente a ortodoxia antimarxista e liberal que se concentrou no estudo das ideologias, das grandes personalidades e no papel do Estado, rejeitando a análise social ou de classe das Revoluções de 1917.¹⁹

Eram, portanto e também, revisionistas. Reivindicavam-se como tais. Mas a ortodoxia a qual combatiam não era a marxista. Ao contrário, opuseram-se a pressupostos básicos dos ditos autores ortodoxos da Guerra Fria, os *cold warriors*. Entre as décadas de 1950 e 1960, essa escola, também chamada “tradicionalista”, foi marcada de forma profunda pelos embates ideológicos do período e por dada leitura, aplicada à União Soviética, das teorias do totalitarismo. Suas interpretações expressaram, sob múltiplos aspectos, certo anticomunismo intelectual que caracterizou em boa medida parte da produção acadêmica durante a Guerra Fria, sobretudo, no mundo anglo-saxão. Embora não se possa considerar o trabalho destes autores de forma homogênea, de modo geral, suas análises caracterizaram-se por uma visão da União Soviética como um “Estado monolítico em que a sociedade atomizada era controlada por um Estado policial opressor”²⁰. Nesse tipo de interpretação, muito concentrada não apenas no Estado soviético todo-poderoso, mas também no Partido e suas principais lideranças, não havia espaço para a compreensão das formas plurais em torno das quais a sociedade, em distintos momentos, viveu e sobreviveu, adaptou-se e negociou sua existência, ajudando a construir a experiência socialista naquele país.

Nesse sentido, a historiografia revisionista, marcada pelos embates e lutas de 1968, deu ênfase ao caráter de classe das lutas políticas e sociais que caracterizaram o

¹⁹ SUNY, Ronald G. “Revision and Retreat in the Historiography of 1917: Social History and its critics”. In: *The Russian Review*, Vol. 53, No. 2 (April, 1994), p. 165. Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/130821>. Accessed: 09-02-2020 17:12 UTC.

²⁰ SEGRILLO, Angelo. “Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens”. *Projeto História* (PUCSP), v. 41, p. 63-92, 2010, p. 72.

ano de 1917. Assim, se a ortodoxia liberal da Guerra Fria via a Revolução Russa como um evento que colocou fim a um processo de transformações liberalizantes, pelas quais o czarismo vinha passando, os revisionistas buscaram analisar o processo além da superfície política e voltaram-se para as aspirações e atuações de operários e soldados, dentre outros²¹. A partir da história social e da história vista de baixo e, posteriormente, da história do socialismo soviético, autores como David Mandel, Diane Koenker, Sheila Fitzpatrick e Moshe Lewin buscaram compreender as articulações, as transformações ou mesmo o caráter de uma verdadeira “revolução cultural”, como postulou Fitzpatrick, que transformou a existência e as estratégias políticas da sociedade soviética²². Com o fim da Guerra Fria e a abertura de arquivos, a história da Revolução Russa e do socialismo soviético produzida no Ocidente passou por transformações importantes. Emergiram tanto perspectivas de estudos regionais da Revolução e da experiência socialista, como tentativas de sínteses entre uma história social e política de tais processos²³. A proposta de tornar complexa a visão sobre o Estado e a sociedade soviéticos, continuou, no entanto, presente.

O revisionismo sobre a França durante a Segunda Guerra Mundial

Dois meses após a Libertação de Paris, o general Charles de Gaulle, em discurso pronunciado em 14 de outubro de 1944, afirmou que apenas “um punhado de miseráveis” havia colaborado com o inimigo. Nem todo o território francês estava livre do domínio nazista iniciado com a derrota para a Alemanha, em junho de 1940, e já nascia o mito da Resistência: embora vencida militarmente, a França não se curvara diante do invasor e de seus – *poucos* – colaboradores nacionais²⁴.

No pós-guerra, esta versão desempenhou papel essencial na reconstrução da identidade nacional francesa que, abalada no entre-guerras, se dilacerou nos anos seguintes ao armistício que pôs fim à guerra entre os dois países. Na Grande Guerra, as Forças Armadas e a população francesas defenderam-se bravamente da invasão da parte

²¹ SUNY, Ronald G. *Revision and Retreat in the Historiography of 1917*, op. cit. p. 165.

²² FITZPATRICK, Sheila. *Cultural Revolution in Russia*. Bloomington, 1978.

²³ Cf. FIGES, Orlando. *A People's Tragedy: a History of the Russian Revolution*. Londres: Jonathan Cape, 1996.

²⁴ Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Resistência*. Memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo, Alameda, 2016.

Norte do território por longos e penosos anos. Em 1940, já na Segunda Guerra Mundial, não mais do que três semanas bastaram para os chefes militares franceses aceitarem a rendição. Diante do desafio de a França se recompor social, política, moralmente, o mito da Resistência serviu para aliviar dores e constrangimentos que diziam respeito aos comportamentos dos franceses diante da ocupação e do Estado colaborador com o nazismo. Segundo Jacques Sémelin, o mito da Resistência surgiu, portanto, de uma necessidade social. É nesse sentido que o historiador diz que, se a resistência não existisse, seria preciso inventá-la. Por meio dele foi sido possível minorar por um tempo as “realidades incômodas” da participação social na colaboração e do Estado no genocídio²⁵.

O caso francês, entre tantos outros países derrotados e ocupados durante a Segunda Guerra, teve sua particularidade. O armistício assinado entre os dois países fraturou física (e moralmente) o país, deixando marcas profundas. Na parte Sul do território, o documento pôs fim à República Francesa, refundando o Estado, oficialmente denominado *Estado Francês*. À frente do governo instalado na cidade de Vichy, pontificou o Marechal Philippe Pétain, herói da Grande Guerra. Em Vichy, ascendeu ao poder a classe política de extrema direita ativa politicamente desde fins do século XIX.

Foi somente a partir da década de 1970 que o país começou a enfrentar o mito da Resistência, desconstruindo-o. Assim como o revisionismo da historiografia da Revolução Russa, a revisão da história da Resistência francesa foi marcada pelos embates e lutas de 1968.

Em 1971, a estreia do filme *Le chagrin et la pitié* (A tristeza e a piedade), de Marcel Ophüls, causou um enorme impacto na França. O documentário, filmado em 1969, pretendeu narrar a história dos anos da ocupação. O cotidiano da cidade de Clermont-Ferrand, na região do Auvergne, serviu de cenário para observar o dia-a-dia do país sob o Regime de Vichy. Com mais de quatro horas de duração, o documentário mostrava imagens de época e entrevistas com pessoas de diferentes origens, posição social e opção políticas, desde personalidades célebres até cidadãos provincianos envolvidos nos acontecimentos. A proposta do documentário era demonstrar ao espectador que o comportamento da maioria dos franceses diante da situação fora bem diferente daquele

²⁵ SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. *Esprit*, Paris, n. 198, jan. 1994, p. 63.

que vinha sendo contado desde a Libertação. Multiplica evidências de que, longe de serem resistentes de primeira hora, os franceses foram sobretudo colaboradores, quando não débeis ou indiferentes face à situação²⁶.

O impacto do filme foi tamanho que o governo francês proibiu a sua exibição na TV durante 10 anos, somente o liberando em 1981, no governo de François Mitterrand. Assim, a opinião pública francesa se deslocou de um polo para ao outro: a memória oficial de que os franceses foram *todos resistentes*, versão criada ainda em 1944, como vimos, foi desafiada pela ideia de que foram *todos colaboradores*. Uma espécie de contra-memória. Num só golpe, pôs-se em xeque o mito da resistência, presente em livros de história, testemunhos, filmes, romances, enfim, na opinião pública. O combate resistente contra a Alemanha viu-se transformado em “mito da resistência”, uma *honra inventada*, como a chamaram depois os historiadores.

No entanto, deslocar a interpretação de um extremo ao outro também evidenciava a dificuldade de lidar com o passado à luz do presente, de perceber a complexidade dos comportamentos reais, não raramente distantes dos dois extremos.

Muitos historiadores haviam endossado o mito da Resistência. As pesquisas sobre a temática e seus personagens dominaram a produção historiográfica. A colaboração e seus personagens, por outro lado, permaneceram temas-tabu. Para Pierre Laborie, a “ideia de resistência” esteve marcada por “mitologias e heroísmos, entusiasmos cândidos e teorizações estéreis”²⁷. É essa ideia que, no entanto, orientou todo o trabalho de análise, conforme observou François Bédarida, até a desconstrução do mito da Resistência²⁸.

No ano seguinte ao lançamento de *Le chagrin et la pitié*, ou seja, em 1972, foi publicado o livro do historiador norte-americano Robert O. Paxton, nos EUA e na Grã-Bretanha, *Vichy France*, e em 1973, na França, *La France de Vichy* (Paxton, 1997). A partir de então, a historiografia sobre a França durante a Segunda Guerra Mundial, em

²⁶ Cf. ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy. De 1944 à nos jours*. 2ème éd. Paris, Éditions du Seuil, 1990 (1ª ed. 1987); LABORIE, Pierre. *Le chagrin et le venin*. La France sous l'Occupation, mémoire et idées recues. Montrouge: Bayard, 2011.

²⁷ LABORIE, Pierre. “L’idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement.” In: LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003, p. 67 (artigo foi publicado originalmente em 1998, em *Cahiers de l'IHTP*, número especial, dez. de 1997).

²⁸ BÉDARIDA, François. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain.” *Vingtième Siècle*, Paris, n. 11, jul-set, 1986 *Apud* LABORIE, Pierre. *L’idée de Résistance, entre définition et sens*, op. cit.

particular, sobre o Regime de Vichy deu uma guinada. O impacto da tese de Paxton foi chamado de *revolução paxtonienne*²⁹. Por meio de documentação, Paxton demonstrou que o Estado nascido da derrota, a França de Vichy, não era um fantoche da Alemanha, mas o próprio Estado francês reformulado. A nova conjuntura de 1940 abriu espaço para a extrema-direita, nacionalista, antissemita, crítica dos valores liberais. Paxton comprovou com documentação, inclusive, a participação do Estado francês no Holocausto, contribuindo, nesse sentido: 1) a promulgação de legislação antissemita: entre outubro de 1940 e setembro de 1941, foram 57 textos de leis e decretos relativos a restrições de direitos dos judeus; 2) a atuação da polícia francesa no recenciamento dos judeus residentes no país (franceses ou não); 3) a atuação da polícia francesa na prisão e na deportação para os campos de trânsito - os campos franceses -, de concentração e extermínio, no Leste.

Essa inflexão desencadeou, nos anos seguintes, pesquisas de temas e objetos até então tabus, assim como novas abordagens para antigas temáticas. A colaboração do Estado francês e de segmentos expressivos da população; os comportamentos sociais durante os anos 1940-44, na zona ocupada e na *zona libre*; os campos franceses de trânsito e confinamento dos “indesejáveis”; a questão dos espanhóis e catalães refugiados da Guerra Civil, desde inícios de 1939; “a estranha derrota” (Marc Bloch); a fragilidade dos valores da Revolução Francesa; as referências da Terceira República; o antissemitismo francês; os comportamentos das Igrejas católica e protestantes etc.

A iniciativa que colocou em xeque a interpretação hegemônica, na opinião pública e na historiografia, não se restringiu ao mundo acadêmico. Contudo, os historiadores desempenharam um papel essencial nesse processo. Nesse revisionismo, não negaram a existência de ações concretas e variadas de Resistência. O que rejeitaram foi a reconstrução desse passado recente que atribuiu uma dimensão para o fenômeno sem correspondência com a realidade.

No que diz respeito aos comportamentos sociais diante da difícil situação da França vencida, desde os anos 1990, a historiografia da geração paxtonienne chegou a uma interpretação mais refinada, mais complexa. Nesta direção, as revisões de Pierre

²⁹ Cf. FISHMAN, Sarah; DOWNS, Laura Lee; SINANOGLU, Ioannis; SMITH, Leonard V. e ZARETSKY, Robert (orgs.). *La France sous Vichy: autour de Robert O. Paxton*. Paris: IHTP/CNRS; Bruxelas: Editions Complexe, 2004.

Laborie deram contribuição inestimável. Entre a colaboração mais aguerrida com o ocupante estrangeiro e a resistência mais combativa a ele, foram inúmeros os comportamentos sociais diante de um cotidiano – e suas necessidades – que se impunham: omissões, adaptações, *attendisme*³⁰; capacidade de dizer não a certas situações e dizer sim a outras... Tampouco os franceses foram, como se interpretou em dado momento, colaboradores entre 1940 e 1942, e resistentes entre 1943 e 1944. Para compreender a complexidade dos comportamentos, o historiador trabalhou os conceitos ambivalência, pensar-duplo e zona cinzenta, este desenvolvido por Primo Levi como chave para a compreensão dos comportamentos de uma situação-limite: a existência em Auschwitz.

Embora o livro de Robert O. Paxton tenha sido publicado em 1972, como vimos, somente em 16 de julho de 1995, Jacques Chirac, então presidente da República Francesa, reconheceu a responsabilidade do Estado francês na entrega à Alemanha nazista de perseguidos pelo regime. Era a primeira vez que um chefe de Estado o fazia. Citamos Chirac:

Sim, a loucura criminoso do ocupante foi auxiliada por franceses, pelo Estado francês (...). A França, pátria dos Iluministas e dos Direitos do Homem, terra de acolhimento e de asilo, a França, neste dia, realizava o irreparável. Faltando com a palavra, entregava os que tinha sob sua guarda a seus carrascos³¹.

O discurso do presidente Chirac foi pronunciado na comemoração da grande razia do Velódromo de Inverno, ocorrida em 16 e 17 de julho de 1942, quando, em Paris e na região parisiense, cerca de dez mil homens, mulheres e crianças judeus foram presos no estádio de corridas de bicicleta. Nele, esperaram dias, até serem enviados a campos de trânsito, abertos pelo governo de Vichy e, em seguida, juntos a outros judeus aprisionados, posteriormente, em Paris e no interior do país, conduzidos em 74 trens em direção a Auschwitz.

³⁰ *Attendisme* e *attendistes*, do verbo *attendre*, esperar, não tem uma tradução precisa para o português; no contexto tratado pelo autor, refere-se aos franceses que não assumiram uma posição explícita quando da derrota da França para a Alemanha nazista, da Ocupação e do estabelecimento do Regime de Vichy, esperando os desdobramentos de um mundo em guerra para se posicionarem a respeito da nova realidade.

³¹ Jacques Chirac. Discurso do presidente da República, na comemoração da grande razia do Vel' d' Hiv, de 16 e 17 de julho de 1942. Paris, 16/07/1995. www.sunderland.ac.uk/~os0tmc/occupied/chirac.htm Last Update 16-Oct-00. Acesso em 08/02/2007. Nota-se que eram os primeiros meses do primeiro mandato de Chirac, como observou Vincent Duclert. "Le Panthéon, un double enjeu". *Libération*. Paris, 19/01/2007, p. 28.

As palavras de Chirac causaram enorme impacto, sendo muito bem recebidas pela comunidade judaica. François Mitterand, presidente socialista que o antecederia, nunca admitiu a participação do Estado francês no genocídio. Alegava que Vichy não era a República Francesa, o Estado francês, jogando com as palavras e os conceitos, num mal-estar que falava de muitas questões, inclusive de seus compromissos com o regime. Mas o próprio general Charles de Gaulle jamais o fez. Até então, prevalecera entre os chefes de Estado a tese de que Vichy era um Estado ilegítimo. A República, o Estado legítimo, estava em Londres, com De Gaulle. O Estado que participara no crime não era o francês, não era a França. Uma negação, se não dos fatos, ainda não comprovados por meio da documentação, da realidade que esses homens políticos haviam vivido e testemunhado.

O discurso do gaullista Chirac, afirmou Jean-Michel Thénard “virou a página de uma mitologia gaullista perniciosa”³². Chirac dizia “oportunamente” à nação, em 1995, ainda seguindo as palavras do jornalista, “o que para todo historiador é evidente e perfeitamente estabelecido”, como avaliara Philippe Joutard³³.

Na Libertação, a história tornara-se prisioneira da memória. Foi necessária, então, *outra resistência*. Agora, a resistência à memória, em defesa da história. Nesse combate, o revisionismo deu preciosa contribuição.

2) Negacionismos

Negacionismos no século XX

Pouco antes da derrocada da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, os nazistas tentaram apagar as provas dos crimes cometidos nos campos de extermínio, destruindo fornos crematórios e documentação escrita, desenterrando corpos de valas comuns para incinerá-los etc. Henry Rousso observa, contudo, que, terminado o conflito, no Tribunal de Nuremberg (1945-46), que pretendeu julgar lideranças do nazismo, os acusados pelos crimes do regime não negaram os fatos pelos quais eram acusados. O mesmo ocorreu nos tribunais que colocaram no banco dos réus os colaboradores franceses durante a ocupação (1940-44). Nessas ocasiões, os incriminados chegaram por vezes a declarar que

³² THÉNARD, Jean-Michel. “Vérité”. Editorial. *Libération*. Paris, 19 de janeiro de 2007, p. 2.

³³ JOUTARD, Philippe. “Préface”. GUILLON, Jean-Marie e LABORIE, Pierre (dirs.). *Mémoire et Histoire*. La Résistance. Toulouse, Privat, 1995, p. 10.

desconheciam os crimes ou não eram responsáveis por eles, sem, contudo, negá-los como crimes³⁴.

A inflexão data do início da Guerra Fria, em 1947, quando apareceram as iniciativas de negar a existência dos campos de extermínio nazistas, dos fornos crematórios ou a dimensão dos crimes neles perpetrados. A negação de fatos fartamente documentados, sobretudo por imagens e testemunhos, foi assumida, não por antigos nazistas e colaboradores dos territórios ocupados durante a expansão alemã, mas por intelectuais e políticos que não tinham envolvimento direto nos crimes³⁵. O conceito de negacionismo, entretanto, apareceu na historiografia somente a partir de 1987, no clássico *Le syndrome de Vichy (A síndrome de Vichy)*, de Henry Rousso.

A partir de então, o conceito de negacionismo se difundiu entre os historiadores para se referir à negação do Holocausto, fenômeno já em curso, como dissemos, desde os primeiros anos da Guerra Fria. Portanto, tal negação esteve marcada pelo caráter ideologizado dos embates da nova fase, que, por vezes, assumiu pretensões historiográficas e acadêmicas.

Apesar da formulação do conceito de negacionismo, muitos políticos, intelectuais e historiadores continuaram usando o termo revisionismo para designar a negação dos crimes nazistas, explorando, alguns mais explicitamente, outros menos, a conotação pejorativa nele implícita em virtude de outras polêmicas. O apego ao termo revisionismo também se explica pelo fato de os negacionistas se dizerem revisionistas, para dourar o *status* de sua argumentação, alegando que ofereciam uma *revisão* dos crimes nazistas ou uma *revisão* da sua dimensão.

Foi o francês Robert Faurisson o primeiro a sugerir o uso da expressão “revisionismo histórico” para se referir a escritos dedicados à negação deliberada dos crimes cometidos pelo nazismo contra os judeus³⁶. Professor de literatura em Lyon II, Faurisson tinha uma carreira acadêmica consolidada, quando em 1978, escreveu artigo em que colocava em questão a existência das câmaras de gás nos campos de extermínio

³⁴ ROUSSO, Henry. “Les racines du négationnisme en France”. *Cités*, 2008/4 (nº 36), p. 51-62.

³⁵ Cf. ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit.; ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy*, op. cit.; TROPER, Michel. “La loi Gayssot et la Constitution”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 54^e année, N. 6, 1999. pp. 1239- 1255.

³⁶ MORAES, Luís Edmundo. “Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista”. In: SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SILVA, Giselda Brito. *Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: EDUPE, 2014, p. 75.

nazista. O artigo acabou sendo publicado pelo jornal *Le Monde* em dezembro daquele ano e suscitou viva polêmica. Em 1979, no mesmo periódico, Faurisson publicou outro texto, como direito de resposta, em que afirmava:

Até 1960, eu acreditava na realidade desses massacres gigantescos em "câmaras de gás". Então, quando li Paul Rassinier, ex-deportado resistente e autor da Mentira de Ulisses, comecei a ter dúvidas. Após catorze anos de reflexão pessoal, depois quatro anos de investigação incansável, adquiri a certeza, como vinte outros autores **revisonistas**, de que estava diante de uma mentira histórica (Grifo nosso).³⁷

O uso de expressões como "revisonismo" ou "revisonista" dava às teses defendidas por Faurisson e outros negadores do Holocausto um aspecto de "verdade acadêmica/científica" da qual elas careciam e a qual reivindicavam. Como Faurisson foi o primeiro negador do Holocausto advindo dos meios acadêmicos, suas ideias causaram certo impacto e influência. É o caso, por exemplo, do grupo reunido em torno do *Institute for Historical Review* (IHR). Fundado em 1978, na Califórnia, o grupo era também responsável pela publicação do *Journal of Historical Review* (JHR) e reunia indivíduos que professavam profundo antissemitismo.

De acordo com Deborah Lipstadt, a fundação do IHR tinha um objetivo claro: "mover a negação da margem lunática do extremismo racial e antissemita para o domínio da respeitabilidade acadêmica".³⁸ Assim, o IHR, se organizou desde fins dos anos 1970, segundo Lipstadt, de forma inovadora: como instituto de pesquisa. Seguindo esse padrão, fundaram sua revista de circulação trimestral, o JHR, e organizavam anualmente "congressos sobre revisonismo". Apesar da forma inovadora de organização, no entanto, sua agenda professava o velho negacionismo de sempre, baseado em tentativas de reabilitação do nazismo e retórica racista e antissemita³⁹.

Assumir, portanto, que termos como *revisonismo* e *negacionismo* possam ser utilizados como sinônimos não deixa de ser uma forma de ceder às ambições de cientificidade e demanda por respaldo acadêmico de notórios negacionistas, como Faurisson ou o grupo em torno do IHR.

Deborah Lipstadt também foi categórica a esse respeito:

Como o movimento para disseminar esses mitos não é acadêmico nem

³⁷ *Le Monde*, 16/01/1979.

³⁸ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*. The Growing Assault on Truth and Memory. Plume, 1994, p. 141.

³⁹ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*, op. cit., p. 142.

historiográfico, escolhi evitar o termo revisionismo sempre que possível e, em vez disso, usar o termo *negação* para descrevê-lo. A escolha por parte dos negacionistas do nome *revisionista* para descrever a si mesmos é indicativa de sua estratégia básica de engano e distorção e de sua tentativa de se retratar como historiadores legítimos envolvidos na prática tradicional de iluminar o passado. Para os historiadores, de fato, o nome revisionismo tem uma ressonância perfeitamente legítima [...].⁴⁰

Rouso, ao elaborar o conceito de negacionismo, procurou colocar os pingos nos *is*. Sustentou, com perspicácia, que o revisionismo é da natureza do trabalho científico, por meio do qual temáticas e interpretações são constantemente revisitadas em função de arquivos, documentação, abordagens, distanciamento no tempo etc. Integra, assim, o processo de produção do conhecimento. Por meio das revisões, o conhecimento atualiza-se e se desenvolve. Outros historiadores como Pierre Laborie⁴¹ e Enzo Traverso⁴² endossaram os argumentos de Rouso. A diferenciação entre os dois conceitos é, portanto, fundamental. O revisionismo atua em favor da história; o negacionismo, ao contrário, ao relativizar ou desqualificar fatos e testemunhos, atua contra a própria história⁴³. Em tempos de desprestígio dos fatos na compreensão do passado, lembremos Carlo Ginzburg que defendeu, em *O juiz e o historiador* (1993), as noções de *prova* e de *verdade* como parte constitutiva do ofício do historiador⁴⁴.

Formulado em referência à negação dos crimes nazistas, desde então, o conceito de negacionismo foi estendido para designar todos os casos de negação de crimes em massa, em geral associados a genocídios⁴⁵. Da mesma forma, o termo de direito internacional “crimes contra a humanidade”, surgido em Nuremberg, passou a ser

⁴⁰ LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*, op. cit., p. 25.

⁴¹ LABORIE, Pierre. “Négationnisme”. In: LABORIE, Pierre. *Les mots de 39-45*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2006.

⁴² TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2016.

⁴³ LABORIE, Pierre. “Négationnisme”, op. cit.

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.

⁴⁵ Para ficarmos apenas no século XX, citemos alguns deles. A negação do Estado turco até hoje do genocídio armênio, perpetrado pelo Império Otomano durante a Grande Guerra, inclusive, criminalizando a associação do Estado turco ao genocídio. A negação por parte do Estado soviético do massacre ocorrido nas florestas de Katyn e proximidades, na Rússia, em abril e maio de 1940, quando cerca de 22 mil oficiais (prisioneiros de guerra), policiais e cidadãos poloneses foram sumariamente executados. Foi somente no quadro da crise final do Estado soviético, durante a Glasnot, em 1990, que Mikhail Gorbachev reconheceu a responsabilidade do Estado e, ainda assim, não como crime de guerra ou assassinato de massa. Lembrar igualmente a ONG Memorial russa desmascarando este negacionismo específico. Outro caso conhecido é a negação do genocídio perpetrado em Ruanda por membros da elite política dos *Hutus*, diante do Tribunal Penal Internacional para Ruanda. O Tribunal foi criado pelo Conselho de Segurança da ONU, em novembro de 1994, para julgar o massacre ocorrido entre abril e julho.

utilizado na acusação de perpetradores de massacres de grandes proporções por motivos raciais ou religiosos.

Nos embates ideológicos da Guerra Fria, muitas vezes apresentados como políticos e mesmo historiográficos, homens e mulheres públicos, intelectuais e historiadores frequentemente atribuíram caráter negacionista a iniciativas revisionistas, tentando, com isso, desqualificar procedimento próprio ao trabalho científico. O Tribunal de Nuremberg esteve nesse limiar entre a realidade da aliança das potências na Segunda Guerra na luta contra o nazismo e a nova fase que se anunciava, caracterizada pelo desgaste e logo pela ruptura da aliança entre as democracias ocidentais e a URSS. Crimes cometidos pelos países aliados e encobertos ou silenciados nas formulações da acusação do Tribunal de Nuremberg vieram à tona, nos anos seguintes, servindo como argumento para a desculpabilização dos crimes da Alemanha nazista. Uma das acusações centrais da promotoria do Tribunal formada por representantes dos países vencedores (EUA, URSS, Grã-Bretanha e França) referiu-se ao “plano ou conspiração comum para cometer Crimes contra a Paz, Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade”. Robert Gellately destaca que, relacionadas aos “crimes contra a paz” estavam as guerras de agressão. Sob essa acusação, foram julgados somente os “agressores” alemães da Polônia, evento que deu início à guerra em setembro de 1939, mas não os “agressores” soviéticos⁴⁶. Amparada em cláusula secreta do pacto germânico-soviético, de agosto de 1939, a URSS, invadiu a Polônia pelo Leste, como se sabe, enquanto a Alemanha o fazia a Oeste, colocando em prática os entendimentos secretos conjuntamente estabelecidos em 1939. Em Nuremberg, a URSS não só não estava no banco dos réus; mas estava no púlpito da promotoria. Outro ponto da acusação também problematizado por Gellately, que veio a ser evocado pelos negacionistas, já iniciada a Guerra Fria, diz respeito ao fato de que “nenhum dos arguidos indiciados perante o Tribunal Militar Internacional foi especificamente acusado da perseguição e do homicídio de judeus”. Os “Crimes contra a humanidade” envolvendo “assassínio, extermínio, escravidão, deportação e outros

⁴⁶ GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*. Conduzidas por Leon Goldensohn. Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

actos desumanos cometidos contra populações civis, antes de e durante a guerra” fizeram referência à “perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos...”⁴⁷.

O termo genocídio, cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin, em 1944, bem como holocausto, então ressignificado, não teriam aparecido, segundo Robert Gellately, em Nuremberg, e só se tornaram correntes mais tarde⁴⁸. Isso levou o historiador a interpretar que o genocídio dos judeus não foi tratado diretamente como tal, no Tribunal, o que teria servido, em seguida, para estimular os que o colocaram em xeque. No entanto, o termo “holocausto” foi mencionado ao menos uma vez em Nuremberg. Na página 531 do volume 21 da compilação “Trial of the Major Criminals before International Military Tribunal”, a palavra foi utilizada como sinônimo de destruição generalizada. O termo “genocídio”, por sua vez, foi empregado várias vezes no Tribunal Militar Internacional, já no sentido estabelecido por Lemkin. Apenas no volume 19 da compilação “Trial of the Major Criminals before International Military Tribunal”, o conceito foi usado onze vezes. O genocídio ainda não tinha sido codificado como crime, mas já era pensado desta forma. Sua codificação como tal ocorreu somente em 1948, no contexto da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, em 11 de dezembro daquele ano. Seja como for, para Gellately, nos anos seguintes, outras “ausências” no Tribunal teriam sido usadas por negacionistas na contestação dos crimes nazistas e/ou a sua relativização, na busca de desculpabilização. Entre elas, estavam as destruições de cidades alemãs e suas populações civis pela Real Força Aérea Britânica, bem como da norte-americana, em particular, o bombardeio de Dresden. Além das bombas atômicas lançadas pelos EUA no Japão, especialmente, em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, atingindo fundamentalmente civis. A Justiça de Nuremberg fora a justiça dos vencedores, argumentavam os negacionistas.

Com o reposicionamento da URSS no cenário internacional, iniciada a Guerra Fria, o país passou a ser acusado de crimes semelhantes aos do nazismo. O conceito de totalitarismo usado para se referir ao sistema alemão, logo passou a servir para aludir ao novo inimigo, o Estado soviético. Basta lembrar a publicação de *Origens do totalitarismo*,

⁴⁷ GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*, op. cit., p. 20-21.

⁴⁸ GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*, op. cit., p. 20.

de Hannah Arendt (1951)⁴⁹, obra que exerceu grande influência no estudo e debates comparativos entre os dois sistemas totalitários, o nazista e o stalinista (ou comunista). Ainda assim, vale notar que a sofisticação da obra distancia a filósofa daqueles que tentaram instrumentalizar suas análises, inclusive, distorcendo-as, nos embates extremados e limitadores de um mundo polarizado. O tema mobilizou políticos, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, num debate no qual a ideologia predominou. Atualmente, tais estudos comparativos entre os dois sistemas parecem ter saído do universo de interesses tanto da política, estrito senso, como da academia.

Dois episódios foram emblemáticos nessa inflexão dos primeiros anos de disputas. O primeiro data de novembro de 1949: David Rousset, militante francês trotskista, sobrevivente de Buchenwald e Dora, fez um apelo aos ex-deportados comunistas, na imprensa francesa, para que denunciassem a existência de campos soviéticos. Se a opinião pública se chocara com as notícias e imagens dos campos nazistas que já não mais existiam, devia, então, se mobilizar contra os campos de trabalho forçado que permaneciam ativos no regime stalinista. A iniciativa de Rousset abriu uma polêmica acalorada na França, dividindo associações de sobreviventes do Holocausto, rendendo-lhe acusações e insultos na imprensa comunista e um processo de difamação na Justiça pelo Partido Comunista Francês (PCF), vencido por Rousset⁵⁰. Ou seja, os ex-deportados da esquerda stalinista denunciavam as atrocidades sofridas e testemunhadas, cometidas pelos nazistas, mas silenciavam ou mesmo negavam a existência do sistema concentracionário do Gulag. Afinal, do que se tratava: denunciar e julgar crimes em massa cometidos por Estados ou defender a qualquer custo determinado sistema? Rousset, como intelectual do século XX, continuou seu combate. Afinal, como disse o grego, inesquecível personagem dos testemunhos de Primo Levi, *la guerre est toujours*.

O segundo episódio envolveu Paul Rassinier, professor e político francês, socialista, com uma passagem pelo comunismo, pacifista, militante da Resistência na zona ocupada. Preso em 1943, no ano seguinte foi deportado para Buchenwald e, depois, para Dora. Considerado um dos fundadores do negacionismo do Holocausto, em 1950,

⁴⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*, op. cit.

⁵⁰ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 2004; ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit.; ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Les Éditions Textuel, 1998; ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy*, op. cit.

publicou o livro *Le mensonge d'Ulysse*, no qual colocou em questão os testemunhos de sobreviventes de campos de concentração nazistas, a existência das câmaras de gás e o extermínio dos judeus. Tratava-se, antes, de uma mentira forjada pelos próprios judeus, responsáveis pela guerra, com a intenção de servir a seus interesses e os do Estado de Israel⁵¹.

Segundo Henry Rousso, a rejeição ao comunismo soviético e o pacifismo de Rassinier estavam na origem e na motivação de seu comportamento negacionista. Temendo que as denúncias dos crimes nazistas levassem a uma nova guerra, procurou desculpar a Alemanha nazista de seus crimes, acreditando que tal iniciativa colocaria em evidência os crimes de Stalin, assim como os do capitalismo fomentador de guerras. Nesse combate, se aproximou da extrema direita, mantendo-se, entretanto, no campo socialista e próximo a meios anarquistas⁵².

Portanto, o negacionismo do Holocausto não se limitou ao campo das extremas direitas identificadas com o nazismo, mas serviu também às extremas esquerdas antissionistas, reatualizando o antisemitismo no contexto da criação do Estado de Israel (1948)⁵³. Os negacionistas possuem ligações ideológicas diversas, como observou Pierre Laborie⁵⁴. Nas palavras de Pierre Vidal-Naquet,

o revisionismo [referia-se ao negacionismo] se encontra na encruzilhada de ideologias muito diversas e, por vezes, contraditórias: o antisemitismo de tipo nazista, o anticomunismo de extrema direita, o anti-sionismo, o nacionalismo alemão, os diversos nacionalismos dos países do Leste europeu, o pacifismo libertário, o marxismo de ultraesquerda.⁵⁵

⁵¹ ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit.

⁵² VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le "révisionnisme"* (1985), op. cit., pp. 103-132.

⁵³ Ver, por exemplo, o caso do grupo de extrema esquerda fundado na França em meados dos anos 1960 e ligado à livraria e, mais tarde, editora *La Vieille Taupe*. Como livraria, *La Vieille Taupe* funcionou entre 1965 e 1972. A partir de 1979, uma editora dirigida por um dos antigos membros da livraria passou a utilizar o nome *La Vieille Taupe* e, sob este selo, imprimia obras de viés negacionista. Ainda em 1970, publicaram a brochura *Auschwitz ou le Grand Alibi*, reprodução de um artigo anônimo publicado em 1960 no *Programme communiste*, órgão de um outro grupo marxista, fundado por Amadeo Bordiga. O panfleto ancorava-se numa forte oposição ao "antifascismo". Este era considerado perigoso pelas extremas esquerdas uma vez que, ao fazer do fascismo e do nazismo em particular "um mal absoluto pela demonstração de seus crimes, o antifascismo produz o encobrimento dos crimes cometidos pela 'democracia burguesa' e pelo stalinismo" (MORAES, 2014, p.70). Assim, o "grande alibi" do antifascismo, de acordo com os ultra-marxistas de *La Vieille Taupe*, teria sido a exterminação dos judeus por Hitler (Cf.: VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le "révisionnisme"* (1985), op. cit., p.20). Cf. também: DELY et VIROT. *Libération*. 21/08/1996. https://www.liberation.fr/societe/1996/08/21/la-lente-insinuation-des-revisionnistes-quand-l-ultragauche-remet-en-cause-la-realite-du-genocide-ju_179222. Acesso realizado em 29/03/2020.

⁵⁴ LABORIE, Pierre. "Négationnisme", op. cit.

⁵⁵ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le "révisionnisme"* (1985), op. cit., p. 114.

Curiosamente, no contexto da polêmica acima tratada, quando ex-deportados comunistas dos campos nazistas negaram a existência dos campos soviéticos, posição que se estendeu até a divulgação dos crimes do período stalinista, em 1956, por Nikita Khrushchev, sucessor de Stalin, morto em 1953, o termo negacionista não serviu para se referir à esquerda stalinista. Embora a negação da existência dos campos, bem como de outros crimes cometidos pelo stalinismo já tenha sido amplamente assinalada e criticada, a adjetivação negacionista não lhe foi atribuída⁵⁶.

Enfim, a partir de 1947, a negação do Holocausto mobilizou grandes confrontos, sobretudo a partir dos anos 1970, e esteve presente nas mídias, na política, na academia. Política, ideologia e historiografia se interpenetraram e polêmicas acabaram na Justiça. Nesse movimento, o debate envolveu crimes do mundo comunista e do mundo capitalista, mesmo depois da queda do muro de Berlim (1989) e da desagregação da URSS (1991).

Em 1997, foi publicado, por exemplo, o *Livro negro do comunismo*, obra coletiva organizada pelo historiador francês Stéphane Courtois. Rememorando os 80 anos da Revolução Russa, fez um amplo balanço de crimes imputados a diferentes Estados. Em resposta, saiu, no ano seguinte o *Livro negro do capitalismo*, organizado por Gilles

⁵⁶ Veja-se, por exemplo, as controvérsias acadêmicas e ideológicas suscitadas ainda hoje em torno do papel desempenhado pela URSS e por Stálin, em particular, na grande fome ocorrida na Ucrânia entre 1932 e 1933. De acordo com Pauline Peretz, embora existam importantes diferenças entre os pesquisadores quanto à interpretação dos eventos, sobre a parte da responsabilidade a ser atribuída à Stalin e suas motivações, “os historiadores que fizeram da fome objeto de seus estudos, quebrando, assim, o muro do silêncio, são unânimes: os ucranianos foram verdadeiramente condenados à fome entre 1932 e 1933, apesar do que dizem todos os desmentidos, oficiais ou não”. A autora chama atenção para o fato de que desde o começo da grande fome, constituiu-se um complô de silêncio, cuja iniciativa partiu de Moscou, e que permite falar de um verdadeiro “negacionismo” stalinista no que diz respeito ao fato (PERETZ, Pauline. “La Grande Famine ukrainienne de 1932-1933: essai d'interprétation”. In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, vol. 30, 1999, nº1. Dossier: “Retours sur le passé” pp. 31-52, p. 31-32). Ainda assim, o tema provoca muitas controvérsias e a atribuição da pecha de “negacionistas” àqueles que não reconhecem o papel deliberado do Estado soviético nos eventos ocorridos na Ucrânia, são até hoje objeto de politização. A partir de 2004, por exemplo, o tema da grande fome da Ucrânia nos anos 1930, passou a ser retomado em debates por vezes acalorados nas diversas instâncias legislativas da União Europeia. Não obstante, em tais discussões, frequentemente travadas em nome da história, esta foi inúmeras vezes instrumentalizada em função dos interesses políticos do momento. Nesse sentido, importantes reflexões, em torno das quais historiadores vêm avançando para melhor compreender tais episódios, acabaram reduzidas aos debates entre esquerdas e direitas ou entre eurocéticos e europeístas. (Cf.: PERCHOC, Philippe. “Un passé, deux assemblées. L'Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe, le Parlement Européen et l'interprétation de l'histoire (2004-2009)”. In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2014/3 (Nº 45), pp. 205-235, p. 220. DOI: 10.4074/S0338059914003088. URL: <https://www.cairn.info/revue-revue-d-etudes-comparatives-est-ouest1-2014-3-page-205.htm>).

Perrault, jornalista e escritor francês, com a formulação em contraponto aos crimes atribuídos ao sistema capitalista e seus Estados.

As acusações e as negações dos crimes cometidos pelos dois sistemas totalitários (nazista e soviético), acrescidos então pelas denúncias de crimes cometidos por Estados democráticos (em Dresden, Hiroshima, Nagasaki etc.) serviram menos para fazer justiça e mais para jogar o jogo do mundo pós-1945, onde as posições ideológicas prevaleceram. Da mesma forma, apesar dos avanços no conhecimento da história do século XX, esse nem sempre foi o objetivo das análises e debates, mas a afirmação de ideologias e/ou de tendências políticas de cores diversas.

O contexto em que o negacionismo, como conceito historiográfico, foi formulado é o da ascensão de Mikhail Gorbachev (1985-1991), último secretário geral da URSS. Suas posições e ações inauguraram a última fase da Guerra Fria ou renunciaram o fim da polarização e o colapso do bloco soviético e da própria URSS, embora isso não fosse evidente na época. Contudo, Gorbachev apenas admitiu a responsabilidade do Estado soviético no massacre da Katyn em 1990.

Com a derrota do socialismo, as extremas direitas europeias ganharam fôlego, por vezes, reivindicando o legado nazista, por vezes, buscando no presente suas referências. Na década de 1990, a guerra da Iugoslávia (1991-2001), país que reuniu diferentes nações ao longo do século XX, quatro décadas sob regime socialista, trazia de volta à Europa a realidade de massacres em massa e genocídios. Por outro lado, a partir da desagregação da URSS, aos poucos, a União Europeia parecia se afirmar como o inevitável futuro do continente. E, a partir de 2004, quando o bloco começou a crescer em direção ao Leste⁵⁷, mais uma vez, os fantasmas do passado retornaram, confrontando a UE não apenas com formas diversas de negação da história, mas também com o desafio de fazer dois distintos “imperativos categóricos de memória”, o Holocausto e o Gulag, coexistirem sem despertarem soluções recíprocas de negacionismo⁵⁸.

57 Em 2004, a UE passou pelo que ficou conhecido como seu “quinto alargamento incorporando dez novos países membros, a maior parte deles, antigas Democracias Populares: República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Hungria, Eslovênia, Letônia, Lituânia e Estônia, além de Chipre e Malta. Em 2007, o “sexto alargamento” incluiu a Bulgária e a Romênia e em 2013, a Croácia tornou-se o 28º país-membro do bloco, consolidando a expansão do bloco a Leste. Cf.: https://europa.eu/european-union/about-eu/history_en. Acesso realizado em 28/01/2020.

58 DROIT, Emmanuel. “Le Goulag contre la Shoah. Mémoires officielles et cultures mémorielles dans l'Europe élargie”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. 2007/2, nº 94, p. 102.

A partir do caso emblemático da Hungria, país colaborador da Alemanha nazista, nos anos da Segunda Guerra, e submetido ao domínio da URSS, após o fim do conflito mundial, veremos a seguir, de que forma as heranças das controvérsias em torno dos revisionismos e negacionismos impõem desafios para o século XXI.

Legados do século XX

Quem passa hoje pela Praça da Liberdade (*Szabadság Tér*), uma das mais belas de Budapeste, capital da Hungria, encontra, entre as muitas edificações e monumentos que compõem seu conjunto arquitetônico, uma obra que chama particularmente a atenção: o monumento dedicado à memória das “vítimas da ocupação alemã”, ocorrida em março de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial. Concebido pelo artista plástico Péter Párkányi Raab, o monumento consiste em um conjunto formado por um anjo, Gabriel, representando a Hungria – vítima inocente –, sendo atacada pela águia imperial alemã.

A ordem para a construção do monumento veio no último dia de 2013, emitida pelo governo neoconservador e nacionalista de direita do partido FIDESZ – União Cívica Húngara⁵⁹. A ideia era que estivesse pronto em 19 de março de 2014, dia exato em que se comemorariam os 70 anos da Ocupação alemã.

Mas se o monumento chama atenção de quem passa, o mesmo ocorre com o seu entorno imediato: sobreviventes dos campos de concentração e extermínio ou familiares que tiveram seus antepassados assassinados deixam, permanentemente, pertences e lembranças de seus entes queridos. Organizam protestos e debates, em uma tentativa de mobilizar a opinião pública, opondo à narrativa oficial do Estado húngaro, um relato alternativo. Cartas e textos, em diversas línguas, juntamente com os outros objetos e recordações compõem o chamado “*Eleven Emlékmű*” (*Memorial Vivo*), um “contra-

⁵⁹ Fundado em 1988, o FIDESZ – União Cívica Húngara, é um partido político nacionalista de direita, cujo presidente é o atual primeiro ministro da Hungria, Viktor Orbán. Quando de sua formação, em fins dos anos 1980, o FIDESZ surgiu como um movimento que reunia jovens contrários ao regime de partido único da então República Popular da Hungria e se auto definia como “liberal, radical e alternativo”. Tornou-se gradualmente um partido conservador e antiliberal. Embora seu aliado tradicional seja o Partido Popular Democrata Cristão (KDNP), no âmbito da política interna, vem se aproximando cada vez mais de posições da extrema-direita. Cf.: <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/Fidesz-Union%20civique%20hongroise/fr-fr/>. Acesso em 27/01/2020.

monumento”⁶⁰ que, essencialmente, acusa o governo da Hungria de propor uma releitura da história que nega e falsifica o passado. Quanto a isso, um dos textos ali presentes é taxativo: “Com paciência e perseverança, nós testemunhamos que o único modo de compreender e superar o passado não é através de sua negação ou acobertamento, mas encarando-o com responsabilidade”⁶¹.

De acordo com Agnes Erőss, as “políticas simbólicas” têm sido parte importante da atuação do FIDESZ desde o seu retorno ao poder, em 2010.⁶² A partir de então, o governo vem investindo, por exemplo, em extenso processo de renomeação dos espaços públicos, substituindo palavras estrangeiras por outras de origem húngara e suprimindo da paisagem urbana homenagens públicas a personagens considerados “esquerdistas”. Ao mesmo tempo, figuras e eventos ligados ao período entre-guerras, marcado pela emergência de um governo autoritário e comprometido com a criação de leis raciais, foram reabilitados e festejados pelas políticas cívicas do novo governo. A recuperação da figura do próprio Almirante Miklos Horthy, chefe de Estado entre as décadas de 1920 e 1940, é um dos sintomas mais claros de uma política de reconciliação da Hungria com sua história nacional, baseada no silenciamento e na relativização dos crimes do passado. E é exatamente contra tais processos que os manifestantes reunidos em torno do “Eleven Emlékmű”, na Praça da Liberdade, protestam. Para eles, a escultura do Anjo Gabriel/Hungria atacado pela águia alemã

reflete obsequiosamente a nova lei fundamental colocada em vigor pelo Fidesz, populista e autoritário, esquecendo, mais uma vez, de consultar a opinião pública, absolvendo a responsabilidade do Estado Húngaro na deportação para os campos de extermínio de aproximadamente 600.000 cidadãos húngaros (principalmente judeus, ciganos, homossexuais e intelectuais), após a invasão do país pelos alemães. (Grifos no original).⁶³

É justamente nesse sentido que os manifestantes propõem uma narrativa alternativa àquela instituída pela obra do governo. Pretendem, assim, confrontar uma leitura oficial da História que assume como proposta o negacionismo, propondo uma “revisão” de determinados eventos que, se não *nega* diretamente o passado, propõe uma

⁶⁰ Cf. ERŐSS Ágnes. “‘In memory of victims’: Monument and counter-monument in Liberty Square, Budapest”. *Hungarian Geographical Bulletin*, 65(3), 2016, pp. 237-254.

⁶¹ Texto disponível no Memorial Vivo da Praça da Liberdade, em Budapeste. Agosto, 2019.

⁶² ERŐSS Ágnes. ‘In memory of victims’, op. cit., p. 241.

⁶³ Texto disponível no Memorial Vivo da Praça da Liberdade, em Budapeste. Agosto, 2019.

narrativa que banaliza o crime e o papel do Estado em sua execução. Assim, o contra-monumento faz questão de lembrar a aliança constituída pela Hungria, pelo menos desde 1940, com os alemães e questiona se é possível “considerar inocente um Estado que [...] enviou para os campos, em 1941, mais de 20.000 judeus que não podiam comprovar sua nacionalidade húngara”⁶⁴.

Não é, todavia, a primeira vez que a relativização e o silenciamento em torno da especificidade do crime do Holocausto tem lugar na Hungria. Ao contrário, e como se verifica também em outros países do Leste europeu, os caminhos da relativização, da negação e dos silêncios vêm sendo construídos há décadas. Iniciada pouco depois do fim da Guerra, a construção de tais caminhos ganhou espaço durante os governos comunistas. Michael Shafir fala em um processo de “organização do esquecimento pelo Estado” para tentar compreender como os regimes comunistas da região puseram em andamento uma espécie de apagamento do caráter especificamente antijudeu⁶⁵ das atrocidades perpetradas pelos nazistas ou seus aliados locais⁶⁶. Sob este aspecto, o comunismo legou à maioria destes países uma memória que silenciava sobre o passado, operando ao mesmo tempo a “nacionalização” e a “internacionalização” do Holocausto. Em um sentido, enfatizava-se a origem nacional das vítimas em detrimento da étnica – eram *poloneses, húngaros, romenos* e não *judeus* ou *ciganos*; em outro sentido, o destaque recaía sobre o caráter internacional da luta de comunistas e seus aliados progressistas contra o *fascismo* de maneira geral, silenciando sobre as diversas formas de colaboração e convivência/conivência de muitos desses Estados nacionais e seus cidadãos com o nazismo.

Ainda de acordo com Shafir, a construção de tais silêncios em torno do caráter especificamente judeu do Holocausto tornou a tarefa dos negacionistas mais fácil na região, bem como ampliou a receptividade daquilo que ele chamou de “trivialização do Holocausto”⁶⁷. Assim, trivialização e relativização permaneceram presentes, no Leste europeu, durante todo o processo de transição política pelos quais passaram tais

⁶⁴ Texto disponível no Memorial Vivo da Praça da Liberdade, em Budapeste. Agosto, 2019.

⁶⁵ No original, em inglês, o termo usado pelo autor é “de-Judiazation” dos crimes e atrocidades cometidos pelos nazistas e seus aliados locais (2002, p.3).

⁶⁶ SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization"*: Holocaust Negationism in Post-Communist East Central Europe. Jerusalem: Vidal Sassoon International Center for the Study of Antisemitism, ACTA, No. 19, 2002, 84 pp., p. 3.

⁶⁷ SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization"*, op. cit., p. 4.

sociedades a partir de 1989, em muitos casos como política de Estado e como continuação, a partir de caminhos distintos, do “silêncio organizado” pelos Estados comunistas. Um legado ressignificado em função das diferentes experiências históricas, bem como das circunstâncias a partir das quais cada país experimentou as transformações pós-1989.

Esta herança, somada a uma outra ainda mais antiga, qual seja, a de um arraigado antissemitismo experimentado na região, sejam talvez as responsáveis por tornar o Holocausto um evento *trivial*. Em fins dos anos 1990, o escritor húngaro de origem judaica, Imre Kertész, sobrevivente dos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra, concluía que, em seu país e em comparação ao Ocidente europeu, “se ouve e se fala do Holocausto de maneira diferente (já que é impossível não falar dele)”. Segundo Kertész, na Hungria, o Holocausto é considerado, desde o fim da Segunda Guerra, “um tema ‘delicado’, que os diques dos tabus e eufemismos protegem do processo ‘brutal’ de revelação da realidade”⁶⁸.

Assim, o silêncio construído em torno do Holocausto contribuiu para um processo de relativização do crime, reforçando-o. Apesar disso, de acordo com o historiador Randolph L. Braham, a existência de “negadores” do Holocausto no sentido estrito do termo, como no caso de grupos neonazistas quer na Hungria, quer em outros países da região, era relativamente pequeno, ao menos até o os primeiros anos do século XXI. Ainda assim, o número de pessoas e grupos que distorciam e relativizavam a catástrofe dos judeus era bastante grande e, como se verificaria com o passar dos anos, crescente⁶⁹. Em 2001, quando Braham publicou esta análise, a Hungria vivia sob o primeiro governo do FIDESZ, já liderado pelo atual primeiro-ministro Viktor Orbán. Então, o governo dava importantes passos no sentido da construção de uma política sobre o passado que relativizava o Holocausto pela comparação, por exemplo, com o sofrimento impingido ao país pela dominação soviética⁷⁰.

Mas, se até então, imperava um processo de relativização do crime cometido contra os judeus, algo mudou a partir de 2010, quando o FIDESZ retornou ao governo. Se, há duas décadas, Braham chamava atenção para o peso maior dos “relativizadores” em

⁶⁸ KERTÉSZ, Imre. *A língua exilada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 177.

⁶⁹ BRAHAM, 2001 *Apud* SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization"*, op. cit., p. 10.

⁷⁰ DROIT, Emmanuel. *Le Goulag contre la Shoah*, op. cit., p. 108.

detrimento dos “negadores”, atualmente, é possível observar um processo de integração por parte do FIDESZ de elementos da retórica de grupos de extrema direita, tendo em vista o potencial eleitoral destes segmentos. Assim, o partido vem, aos poucos, integrando, inclusive, algumas referências do antissemitismo muito presentes, por exemplo, no discurso político do partido radical de extrema direita e declaradamente antissemita, o JOBBIK⁷¹.

O exemplo húngaro nos coloca diante não apenas da especificidade das elaborações sobre a memória e os silêncios em torno do passado recente no Leste europeu, mas também da importante questão sobre as formas a partir das quais as novas direitas na Europa vêm – através de um processo de deliberada banalização dos crimes do passado –, se aproximando cada vez mais de uma retórica negacionista. Sob este aspecto, a Hungria está longe de constituir um caso isolado. Ao contrário, são inúmeros os exemplos recentes nesse sentido.

Um deles é a Polônia, governada desde 2015 pelo partido nacionalista de direita Lei e Justiça (PiS). Ali, o Senado fez aprovar, em 2018, uma lei que criminaliza quem responsabilize – através do uso de determinadas expressões ou defesa de certos argumentos – a Polônia e os poloneses pela cumplicidade nos massacres cometidos contra judeus durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o governo do país, a lei tinha por objetivo “preservar a imagem da Polônia”. Especialistas, no entanto, viram o projeto de lei com muitas ressalvas e mesmo com temor, uma vez que poderia abrir brechas para que o governo formulasse versões que negassem a participação polonesa em crimes de guerra cujas responsabilidades tanto do Estado como da sociedade já haviam sido provadas⁷³. A lei que, inicialmente, previa penas de até três meses de prisão para aqueles que utilizassem termos como “campos de extermínio poloneses” acabou

71 O Movimento por uma Hungria Melhor (Jobbik Magyarorszagert Mozgalom) é um partido neofascista fundado em 2003 na Hungria. O partido combina etno-nacionalismo militante com antissemitismo e racismo anti-ciganos. O Jobbik se autodenomina como um "partido cristão de princípios, conservador e radicalmente patriótico", cujo "objetivo fundamental" é a proteção de "valores e interesses húngaros". Cf.: <https://www.counterextremism.com/threat/jobbik>. Acesso realizado em 25/01/2020.

72 Palonen, E. 2012, 947 *Apud* ERŐSS Ágnes. 'In memory of victims', op. cit., p. 241.

73 Cf.: “Senado da Polônia aprova polêmica lei sobre Holocausto”. In: *Deutsche Welle (DW)*, 01/02/2018. <https://www.dw.com/pt-br/senado-da-polônia-aprova-polêmica-lei-sobre-holocausto/a-42397146> e “Polônia atenua polêmica lei sobre o Holocausto” In: *Deutsche Welle (DW)*, 27/06/2018. <https://www.dw.com/pt-br/polônia-atenua-polêmica-lei-do-holocausto/a-44425875>. Acesso realizado em 27/01/2020.

sendo modificada antes de sua aprovação no Senado. E o foi muito em função das pressões estrangeiras, quer por parte dos EUA – que demonstravam preocupação de que a lei afetasse a liberdade de expressão –; quer por parte do Estado de Israel, que condenou enfaticamente a proposta, acusando-a de pretender falsificar o passado.

Já na Alemanha, o aparecimento de grupos e partidos ditos populistas de direita⁷⁴, a partir dos anos 2010, cujos discursos e práticas são profundamente marcados por pressupostos xenofóbicos e racistas, retomam o problema da relativização dos crimes do passado que, no limite, assume como proposta o negacionismo. O que é interessante, já que neste país, os investimentos em políticas sobre o passado baseadas na admissão das responsabilidades sobre os crimes do nazismo foram muito expressivos, ao menos no lado Ocidental do país, enquanto durou a divisão.

Ao analisar o aparecimento do partido *Alternative für Deutschland* (AfD), Vinicius Liebel constata que, no decorrer do rápido processo de radicalização à direita sofrido pelo partido, as referências ao passado nazista, seu vocabulário e sua retórica, tornaram-se mais frequentes⁷⁵. Assim, o líder do partido na Turíngia, Björk Höcke, por exemplo, em discurso proferido em Dresden, em 2017, lamentou que ainda hoje os alemães não tiveram a chance de chorar e honrar seus mortos em função de uma política de memória

⁷⁴ A utilização do termo “populismo” para definir partidos e movimentos políticos nacionalistas de direita não é consensual. Não obstante, recentemente, o termo vem sendo cada vez mais empregado para compreender o surgimento de grupos e partidos políticos de direita na Europa, os quais reivindicam uma pauta política mais ou menos similar: o nacionalismo exacerbado, a crítica às instituições europeias atuais e ao liberalismo, o forte tom xenofóbico e particularmente islamofóbico dos seus discursos etc. Para Sven Schönfelder, o termo não designa necessariamente “extremistas de direita”, no sentido daqueles que se voltam contra a ordem democrática. “Pelo contrário, partidos populistas de direita, como regra, não são classificados como antidemocráticos (...) Os muitos exemplos de partidos populistas de direita que tiveram sucesso mostram que esse grupo não elimina as estruturas democráticas, mas procuram se servir delas para controlá-las de forma quase autoritária” (2013, p. 99-100 *Apud* LIEBEL, Vinicius. “O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência - o Alternative für Deutschland (AfD)”. In: ANDRADE, Guilherme Inácio de Franco; BARBOSA, Jefferson Rodrigues; RIBEIRO, Marcus Vinicius; GONÇALVES, Rodrigo Jurecê Mattos. (Org.). *Tempos Conservadores: Estudos Críticos sobre as Direitas - As Direitas na Europa*. 1ed. Goiânia: Gárgula, 2020, v. 3, pp. 105-133, p. 111). Michel Wieviorka, no entanto, ao analisar especificamente o *Front National*, na França, aponta os problemas na utilização do termo. Dentre eles, a associação pejorativa à ideia de demagogia e o fato de o termo remeter a tradições muito distintas. Para o autor, o termo possui um sentido de julgamento de valor negativo, vagamente desdenhoso, (...) um *a priori* pejorativo, orientando a análise em um sentido predeterminado” (WIEVIORKA, Michel. *Le Front national entre extrémisme, populisme et démocratie*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, 2013, p. 9). Em livro publicado recentemente, Pierre Rosanvallon, embora reconheça os problemas suscitados pelo termo, defende sua utilização, sobretudo, porque ele acabou sendo reivindicado e assumido “com orgulho” pelos grupos políticos os quais se pretendia desqualificar com a utilização do termo “populista” (ROSANVALLON, Pierre. *Le siècle du populisme*. Histoire, théorie, critique. Paris: Seuil, 2020, p. 10).

⁷⁵ LIEBEL, Vinicius. *O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência*, op. cit., p. 113.

culpabilizadora, defendendo uma guinada de 180 graus neste tema⁷⁶. Um ano mais tarde, em 2018, o presidente do AfD, Alexander Gauland, declarou que “se os franceses têm o direito de ter orgulho de Napoleão e os ingleses de Churchill, não há razão para que nós não tenhamos orgulho da performance dos soldados alemães durante a Segunda Guerra Mundial”⁷⁷.

Mais recentemente, o historiador e diretor dos memoriais da Baixa Saxônia, no Norte da Alemanha, Jens-Christian Wagner, causou certo impacto nas mídias alemãs ao denunciar o aumento crescente de “provocações” feitas por visitantes que compareciam ao antigo campo de Bergen-Belsen. Assim, em função da aproximação das comemorações dos 75 anos da liberação de Auschwitz, Wagner achou por bem alertar as autoridades. Alguns dos casos relatados pelo diretor, dizia respeito à visita de um *youtuber* muito conhecido nos meios negacionistas da Alemanha, que durante sua visita, questionava os funcionários do memorial colocando em dúvida a existência de injeções letais de fenol administradas aos deportados na enfermaria do campo.

Assim, a negação e/ou a relativização dos crimes do século XX, parecem se constituir como características importantes do discurso e da prática política de grupos da direita radical que têm crescido nas duas primeiras décadas do século XXI. Não se trata, no entanto, de uma novidade. Ao contrário, ao analisar as raízes do negacionismo na França, Henry Rousso chama atenção para o fato de que “a primeira série de causas que explica a emergência do negacionismo na França está ligada à história da extrema direita”. Para o historiador, em 1944, com o fracasso de Vichy, a extrema direita conheceu expressiva derrota, a qual foi aprofundada em 1962, após a independência da Argélia. Foi somente após a morte do General De Gaulle em 1970, diante do crescente medo de que a esquerda retornasse ao poder, que a extrema direita voltou a ganhar força. Sobretudo a partir de 1972, quando da fundação do *Front National*, a extrema direita recobrou certa influência. Para Rousso, a compreensão de como o fenômeno do negacionismo apareceu fortemente na sociedade francesa a partir das décadas de 1970 e 1980 está indissociavelmente ligada à emergência da extrema direita, mas também à

⁷⁶ LIEBEL, Vinicius. O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência, op. cit., p. 123.

⁷⁷ WIDER, *Le Monde*, 27/01/2020.

importância que o debate sobre Vichy e as responsabilidades francesas adquiriam naquele momento. De acordo com o historiador,

A negação tornou-se não apenas uma condição para o renascimento da extrema direita, mas uma necessidade ainda mais urgente, na medida em que a história do Holocausto se acelerava durante esse período e produzia, cada vez mais, testemunhos ou escritos científicos. Existe, assim, uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento do negacionismo, a emergência de uma nova direita radical e a anamnésia do passado de Vichy.⁷⁸

Não por acaso, data deste período a polêmica declaração de Jean-Marie Le Pen, liderança do *Front National*, segundo a qual as câmaras de gás dos campos de extermínio nazistas eram apenas um detalhe na história da Segunda Guerra Mundial⁷⁹. Sob este aspecto, tanto a declaração negacionista de Le Pen como a polêmica que se seguiu são expressão não apenas da ascensão das extremas direitas na França, mas dos debates que se produziram, então, em torno do passado nacional daquele país.

Algo, portanto, muito similar ao que se passa em anos recentes nos casos mencionados anteriormente. Nesse sentido, se retomarmos o episódio das provocações relatadas pelos diretores dos memoriais da Baixa Saxônia e de outras regiões da Alemanha, veremos que o que há de novo não é, propriamente, a banalização ou negação do passado pelas direitas radicais, mas a sua forma de manifestação. Para o diretor do campo de Bergen-Belsen, Jens-Christian Wagner, trata-se do

discurso revisionista clássico, que se fixou desde o fim dos anos 1940 e não mudou desde então. [...] Os neonazistas com a cabeça raspada, prontos a fazer provocações nos campos, sempre existiram. Mas hoje, as coisas são mais refinadas. O *youtuber* ao qual nos referimos tem boa aparência, fala bem e se apresenta como um “educador do povo”, preocupado em restabelecer a “verdade” face à história oficial.⁸⁰

É interessante chamar atenção, mais uma vez, para o uso da expressão “discurso revisionista” para se referir a discursos e comportamentos que podem ser considerados quase abertamente negacionistas.

Mas, se o negacionismo e a *trivialização* – ou banalização – do crime estão ligados ao surgimento ou ressurgimento das direitas radicais – plurais, lembremos – não lhes são

⁷⁸ ROUSSO, Henry. *Les racines du négationnisme en France*, op. cit., p. 57-8.

⁷⁹ Cf. *Le Figaro*. “Les chambres à gaz, «détail de l'Histoire”: Jean-Marie Le Pen définitivement condamné”. 27/03/2018. <https://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2018/03/27/25001-20180327ARTFIG00191-les-chambres-a-gaz-detail-de-l-histoire-jean-marie-le-pen-definitivement-condamne.php>. Acesso realizado em 27/01/2020.

⁸⁰ WIDER, *Le Monde*, 27/01/2020.

exclusivas. A diversidade das formas de negação da história, algumas delas aqui abordadas, também dizem respeito a uma extrema esquerda que instrumentaliza a polêmica em seu combate aos EUA e ao Estado de Israel, reatualizando o antissemitismo, como vimos acima.

Diante de embates de diferentes épocas, sobrevivendo a ideologias do século XX (nazismo e comunismo) e seus regimes totalitários (Alemanha nazista e URSS), o uso de maneira indistinta dos conceitos revisionismo e negacionismo persiste, atualizando-se para realidades do presente. Tal procedimento tenta igualar a saudável e essencial iniciativa de revisar as análises do passado, sem que para tal, em absoluto, negue fatos comprovados. Trata-se de heranças do século XX a desafiar o século XXI. Nessa instrumentalização, as extremas direitas e as extremas esquerdas se encontram, negando, muitas vezes, fatos comprovados, tentando apagar suas responsabilidades em grandes tragédias. Mais comumente, as extremas direitas negam tais acontecimentos, sob a roupagem de “revisionistas” sob motivações que se combinam: por cinismo, querendo mostrar que seus regimes não foram tão opressivos assim, tratar-se-ia do discurso do vencedor; em busca de legitimidade científica. Por outro lado, as extremas esquerdas rejeitam as revisões de análises consolidadas, segundo suas motivações: recusar também suas responsabilidades em crimes, acusando as revisões de propaganda e discurso anticomunista; porque as revisões colocam em xeque teorias que não encontraram correspondência na história. Nesse combate, as extremas esquerdas desqualificam o revisionismo igualando-o ao negacionismo, favorecidas, como vimos, pelo fato de os negacionistas se autointitularem revisionistas. Uns e outros deformam a verdade histórica de acordo com interesses próprios, negam a história.

Nesse sentido, assumir que termos tão distintos como *revisionismo* e *negacionismo* possam ser utilizados como sinônimos não é, em alguma medida, ceder aos apelos por legitimidade acadêmica e científica de negacionistas? Podemos ou devemos ceder a tais apelos? Devemos aceitar o termo “revisionismo” mesmo quando se trata de processos que não negam diretamente os crimes do passado, mas empreendem

problemáticos processos de relativização da história, como aqueles colocados em prática pelas direitas radicais mais recentemente? Não nos parece razoável.

Sob este aspecto, a batalha pelas palavras e pelos conceitos parece, mais uma vez, fundamental. E aqui, destacamos outro aspecto relativo ao sentido pejorativo do termo *reversionismo*: a presença do sufixo *ismo*, utilizado em diversas línguas modernas, em geral, na formação de substantivos que denotam “ação ou prática, estado ou condição, princípios, doutrinas, uso ou característica, devoção ou adesão”. Alguns dicionários chegam mesmo a definir *ism* diretamente como “um conjunto de crenças, especialmente aquelas que você desaprova”⁸¹. Assim, o termo *reversionismo* em si, em especial, seu uso acadêmico, pode parecer comprometido, corrompido pelo sufixo que o acompanha, reduzido a “um conjunto de crenças” a serviço de determinada ideologia. Não obstante, em termos da produção do conhecimento histórico, *rever* e *revisar* são verbos plenamente legítimos e devem ser considerados parte da práxis de um bom pesquisador. De acordo com Deborah Lipstadt,

em algum nível, reversionismo é algo em que todos os historiadores legítimos se envolvem. Os historiadores não são apenas cronistas – eles não recontam simplesmente a história. Cada um tenta reunir um novo *insight* ou entendimento de uma história já conhecida, buscando uma nova maneira de interpretar o passado para nos ajudar a entender melhor o presente. Essa interpretação sempre envolve uma constante "revisão" do passado. Por sua própria natureza, a interpretação, no entanto, não pode ser puramente objetiva. Mas é construída sobre um certo corpo de evidências irrefutáveis: a escravidão aconteceu; o mesmo vale para a Peste Negra e o Holocausto.⁸²

Rever, visitar o passado, constantemente, sem abrir mão das evidências e dos demais métodos consagrados pela História. Ao contrário, buscando nos acontecimentos, devidamente verificáveis, novos ângulos, novos caminhos para *compreender*, verbo, que afinal, como nos ensina Marc Bloch⁸³, domina e ilumina a disciplina da História e as pesquisas dos historiadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: o anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975.

⁸¹ Cf. Cambridge Dictionary. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/ism>.

⁸² LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust*, op. cit., p. 25.

⁸³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*, op. cit., p. 128.

- ARENDDT, Hannah. *On Revolution*. New York, The Viking Press, 1963.
- BÉDARIDA, François. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain.” *Vingtième Siècle*, Paris, n. 11, jul-set, 1986.
- BERSTEIN, Edward. *Evolutionary socialism: a criticism and affirmation*. New York, B.W. Huebsch, 1909.
- BERSTEIN, Edward. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Cambridge Dictionary. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/ism>.
- CHIRAC, Jacques. *Discurso do presidente da República, na comemoração da grande razia do Vel’d’Hiv, de 16 e 17 de julho de 1942*. Paris, 16/07/1995. www.sunderland.ac.uk/~os0tmc/occupied/chirac.htm Last Update 16-Oct-00. Acesso em 08/02/2007.
- COBBAN, Alfred. *The myth of the French Revolution*. London, University College, 1955, 25 pp.
- Counter Extremism Project. *Jobbik*. <https://www.counterextremism.com/threat/jobbik>. Acesso realizado em 25/01/2020.
- DELY, Renaud et VIROT, Pascal. “La lente insinuation des révisionnistes”. *Libération*. 21/08/1996. https://www.liberation.fr/societe/1996/08/21/la-lente-insinuation-des-revisionnistes-quand-l-ultragauche-remet-en-cause-la-realite-du-genocide-ju_179222. Acesso realizado em 29/03/2020.
- Deutsche Welle (DW)*, 01/02/2018 e 27/07/2018.
- DROIT, Emmanuel. “Le Goulag contre la Shoah. Mémoires officielles et cultures mémorielles dans l’Europe élargie”. *Vingtième Siècle*. Revue d’histoire. 2007/2, nº 94.
- DUCLERT, Vincent. “Le Panthéon, un double enjeu”. *Libération*. Paris, 19/01/2007.
- ERŐSS Ágnes. “‘In memory of victims’: Monument and counter-monument in Liberty Square, Budapest”. *Hungarian Geographical Bulletin*, 65(3), 2016, pp. 237-254.
- European Union. *The history of the European Union*. https://europa.eu/european-union/about-eu/history_en. Acesso realizado em 28/01/2020.
- FIGES, Orlando. *A People’s Tragedy: a History of the Russian Revolution*. Londres: Jonathan Cape, 1996.
- FISHMAN, Sarah; DOWNS, Laura Lee; SINANOGLU, Ioannis; SMITH, Leonard V. e ZARETSKY, Robert (orgs.). *La France sous Vichy: autour de Robert O. Paxton*. Paris: IHTP/CNRS; Bruxelas: Editions Complexe, 2004.
- FITZPATRICK, Sheila. *Cultural Revolution in Russia*. Bloomington, 1978.
- FLORENZANO, Modesto. “François Furet, historiador da Revolução Francesa”. *Revista de História*. São Paulo, USP. 1o semestre de 1995.
- FURET, François e RICHET, Denis. *La Révolution Française*. 2 vols. Paris, Hachette, 1965-1966.

FURET, François. "Le catéchisme révolutionnaire". *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 26^e année, N. 2, 1971. pp. 255- 289.

FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978.

GELLATELY, Robert (org.). *Entrevistas de Nuremberga*. Conduzidas por Leon Goldensohn. Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

GERARD, Alice. "La crise révisionniste de l'historiographie révolutionnaire et le bicentenaire". Dans: AMALVI, Christian (dir.). *Une passion de l'histoire: histoire(s) mémoire(s) et Europe: hommage au professeur Charles-Olivier Carbonell*. Toulouse, Privat, 2002.

GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.

GODECHOT, Jacques. "As grandes correntes da historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos nossos dias". *Revista de História (USP)*, 1969, vol. 39, n. 80. p. 423-470.

Holocaust Remembrance Project. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/c1aa54_d6fdacf05b6845a3a2cacbf80ed6720c.pdf.

Acesso realizado em 01/02/2020.

JOUTARD, Philippe. "Préface". GUILLON, Jean-Marie e LABORIE, Pierre (dirs.). *Mémoire et Histoire*. La Résistance. Toulouse, Privat, 1995.

KERTÉSZ, Imre. *A língua exilada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LABORIE, Pierre. *Le chagrin et le venin*. La France sous l'Occupation, mémoire et idées recues. Montrouge: Bayard, 2011.

LABORIE, Pierre. "Négationnisme". In: LABORIE, Pierre. *Les mots de 39-45*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2006.

LABORIE, Pierre. "L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement." In: LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003 (artigo foi publicado originalmente em 1998, em *Cahiers de l'IHTP*, número especial, dez. de 1997).

Le Figaro. "Les chambres à gaz, «détail de l'Histoire»: Jean-Marie Le Pen définitivement condamné". 27/03/2018. <https://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2018/03/27/25001-20180327ARTFIG00191-les-chambres-a-gaz-detail-de-l-histoire-jean-marie-le-pen-definitivement-condamne.php>. Acesso realizado em 27/01/2020.

Le Monde. "Une lettre de M. Faurisson", 16/01/1979. https://www.lemonde.fr/archives/article/1979/01/16/une-lettre-de-m-faurisson_2788214_1819218.html. Acesso realizado em 29/03/2020.

Le Parisien. <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/Fidesz-Union%20civique%20hongroise/fr-fr/>. Acesso em 27/01/2020.

LIEBEL, Vinicius. "O Populismo de Direita e suas Estratégias de Sobrevivência - o Alternative für Deutschland (AfD)". In: ANDRADE, Guilherme Inácio de Franco; BARBOSA, Jefferson Rodrigues; RIBEIRO, Marcus Vinicius; GONÇALVES, Rodrigo Jurecê Mattos. (Org.). *Tempos Conservadores: Estudos Críticos sobre as Direitas - As Direitas na Europa*. 1ed. Goiânia: Gárgula, 2020, v. 3, p. 105-133.

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust. The Growing Assault on Truth and Memory*. Plume, 1994.

LOUVRIER, Julien. "Penser la controverse: la réception du livre de François Furet et Denis Richet, *La Révolution française*". *Annales historiques de la Révolution française*, nº351, 2008. pp. 151-176.

MATHIEZ, Albert. *La Révolution Française*. Paris, Armand Colin, (1^a ed.), 1922.

MORAES, Luís Edmundo. "Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista". In: SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SILVA, Giselda Brito. *Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: EDUPE, 2014.

PERCHOC, Philippe. "Un passé, deux assemblées. L'Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe, le Parlement Européen et l'interprétation de l'histoire (2004-2009)". In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2014/3 (Nº 45), p. 205-235. DOI: 10.4074/S0338059914003088. URL: <https://www.cairn.info/revue-revue-d-etudes-comparatives-est-ouest1-2014-3-page-205.htm>

PERETZ, Pauline. "La Grande Famine ukrainienne de 1932-1933: essai d'interprétation". In: *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, vol. 30, 1999, nº1. Dossier: "Retours sur le passé" pp. 31-52.

ROLLEMBERG, Denise. *Resistência*. Memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo, Alameda, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. *Le siècle du populisme*. Histoire, théorie, critique. Paris: Seuil, 2020.

ROUSSO, Henry. "Les racines du négationnisme en France". *Cités*, 2008/4 (nº 36), p. 51-62.

ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Entretien avec Philippe Petit. Paris: Les Éditions Textuel, 1998.

ROUSSO, Henry. *Syndrome de Vichy. De 1944 à nos jours*. 2^{ème} éd. Paris, Éditions du Seuil, 1990 (1^a ed. 1987).

SEGRILLO, Angelo. "Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens". *Projeto História* (PUCSP), v. 41, p. 63-92, 2010.

SÉMELIN, Jacques. "Qu'est-ce que 'résistir'?" *Esprit*, Paris, n. 198, jan. 1994.

SHAFIR, Michael. *Between Denial and "Comparative Trivialization": Holocaust Negationism in Post-Communist East Central Europe*. Jerusalem: Vidal Sassoon International Center for the Study of Antisemitism, ACTA, No. 19, 2002, 84 pp.

SOBOUL, Albert. *La Révolution française, 1789-1799*, Éditions Sociales, 1948.

SOBOUL, Albert. "L'historiographie classique de la Révolution française. Sur des controverses récentes". *La Pensée*, 1974.

SUNY, Ronald G. "Revision and Retreat in the Historiography of 1917: Social History and its critics". In: *The Russian Review*, Vol. 53, No. 2 (April, 1994), p. 165. Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/130821>. Accessed: 09-02-2020 17:12 UTC.

THÉNARD, Jean-Michel. "Vérité". Editorial. *Libération*. Paris, 19 de janeiro de 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2016.

TROPER, Michel. “La loi Gayssot et la Constitution”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 54^e année, N. 6, 1999. pp. 1239- 1255.

VIDAL-NAQUET, Pierre. “Thèses sur le “révisionnisme” (1985). *Les assassins de la mémoire. “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme*, sous la direction de Vidal-Naquet Pierre. Paris, La Découverte, Poche / Essais, 2005.

WIDER Thomas. « On voit et on entend des choses qu’on n’aurait jamais imaginées avant »: en Allemagne, la mémoire des camps malmenée. *Le Monde*, 27/01/2020.

WIEVIORKA, Michel. *Le Front national entre extrémisme, populisme et démocratie*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, 2013.

WIEVIORKA Olivier. *La mémoire désunie*. Le souvenir politique des années sombres, de la Libération à nos jours. Paris, Seuil, 2010.

Recebido em 10 de fevereiro de 2021

Aprovado em 19 de abril de 2021



ARTIGO
ARTICLE

Um modelo de história marginal? Um estudo sobre as prescrições historiográficas de José Oiticica (1910)

A marginal history model? A study on the historiographical prescriptions of José Oiticica (1910)

Piero Detoni 

Doutor em História, Universidade de São Paulo

pierodetoni@gmail.com

DETONI, Piero. Um modelo de história marginal? Um estudo sobre as prescrições historiográficas de José Oiticica (1910). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i17.34901>

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar o texto *Como se deve escrever a história do Brasil (1910)*, de autoria de José Oiticica. Produzido mais de 60 anos após a Dissertação de Karl von Martius ser premiada pelo IHGB, esse homônimo plano de escrita da história do Brasil emerge em meio ao debate sobre a constituição da história enquanto um saber moderno e científico. Assim, o texto aborda a sua concepção de ciência da história e de método por meio de uma teoria do conhecimento bastante singular. Destacamos, ainda, a interpretação do Brasil impressa nesta normatização.

Palavras-chave: José Oiticica; Ciência da história; Interpretação do Brasil.

Abstract: The proposal of this article is to present the text *Como se deve escrever a história do Brasil (1910)*, written by José Oiticica. Produced more than 60 years after the well-known Dissertação of Karl von Martius to be awarded by the IHGB, this homonymous writing plan of the history of Brazil emerges into the debate on the constitution of history as a modern and scientific knowledge. Therefore, the text addresses its conception of the science of history and method through a rather singular theory of knowledge. We also highlight the interpretation of Brazil printed in this normatization.

Keywords: José Oiticica; Science of history; Brazil's interpretation.

Como se deve escrever a história do Brasil (1910), de José Oiticica, revisitado

O conjunto de reflexões normativas *Como se deve escrever a história do Brasil*, elaborado por José Rodrigues Leite e Oiticica, foi publicado pela prestigiada *Revista Americana*¹ no ano de 1910 através de quatro partes. De uma forma ou de outra, essa série de prescrições estava amparada pelo desejo do jovem intelectual republicano, que nesse momento se preocupava com o magistério da história e com a direção de escolas secundaristas, em atualizar o conhecido, e influente, trabalho homônimo de Karl von Martius vindo a lume na Revista do IHGB em 1845, considerado um verdadeiro construtor de discursividade no interior da historiografia nacional.

José Oiticica acreditava ser necessário dotar as intuições filosóficas de Von Martius de cientificidade. Diríamos mais: o nosso autor pretendeu sanar as supostas insuficiências da proposta do naturalista bávaro ante as demandas e as exigências postas à prática historiográfica no contexto geral da Primeira República. Oiticica, ao estruturar normativamente o saber histórico através do vetor ciência, queria compassar o texto fundacional de Martius à luz da ambiência epistêmica do seu tempo.

É possível sinalizar que as seções que compõem o artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* apresentam-se como um veículo possível para que a atual comunidade de leitores de história tenha contato com o passado da sua disciplina, ainda mais quando se trata de uma proposta de história francamente original. As ideias de José Oiticica são capazes, então, de provocar reflexões sobre a história da historiografia localizada em um momento estratégico tanto do ponto de vista intelectual quanto político, qual seja, aquele que enredou os anos em torno da emergência e da consolidação da República no Brasil e, *pari passu*, a constituição de um saber histórico considerado “moderno”.

Salientamos que nas prescrições do professor Oiticica existia a preocupação, ainda que não sistemática, de se meditar e de se discutir uma série de problematizações que se

¹ A criação da Revista Americana era uma demanda dos países latino-americanos visando uma aproximação político-cultural e “uma estratégia diplomática voltada para o equilíbrio do continente, garantidora da paz, em um contexto de enorme instabilidade com um mundo sofrendo as consequências da corrida imperialista que levaria as nações centrais para uma guerra generalizada e uma América, especialmente do Sul, buscando se inserir nesse cenário, tentando consolidar suas instituições”. CASTRO, Fernando Vale. Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 51. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310348_07_pretextual.pdf Acesso: 29 out. 2020.

referiam à produção mais adequada de um texto com feições historiográficas e que davam conta, razoavelmente, de abordar o passado em sua singularidade própria. De alguma maneira, tal posicionamento coloca em suspenso certo consenso que posicionou a produção historiográfica brasileira do alvorecer republicano no patamar tão somente do chamado *paradigma positivista da história*, ou que usualmente veio a se chamar *metódico*. Ali nem mesmo a cientificidade da historiografia parecia ser algo evidente ou naturalizado, como o jovem Oiticica nos revelou em sua normatização.

Essa variedade epistêmico-historiográfica não era de fácil identificação, compreensão e organização, sendo necessário um aguçado processo de escuta, pois ela estruturava-se por meio de caracteres sutis, mas que em um exame detido mostravam-se importantes na construção dos diferentes trabalhos ali confabulados e na determinação da maior ou da menor aceitação de figurações do historiador como úteis, ou inválidas, para aqueles *homens e mulheres de letras*. O nosso artigo nos faz ver certa movimentação de *regimes historiográficos* concorrentes a partir das prescrições escritas por José Oiticica.

Nessa direção, novas “políticas da memória” passaram a ser implementadas nesse contexto e entraram em uma movimentação conflitiva de conformação. No período imediato ao pós-1889 emergiram discussões acerca do estatuto do passado brasileiro e novas expectativas sobre o futuro da nação foram colocadas na mesa. Isso demandou um processo de (re)escrita da experiência histórica brasileira, em que a própria epistemologia do conhecimento histórico passou por revisões e por readequações junto às demandas dos novos tempos, porque as próprias maneiras de se objetivar a realidade histórica são dependentes das suas formas de objetivação. O *Como se deve...*, de Oiticica, apresenta-se como o nosso estudo de caso para verificarmos essas transformações colocadas como hipótese geral de trabalho, ressaltando ao longo do texto o *estatuto de cientificidade conferido à história*, as suas *condições epistemológicas*, os seus *alcances metodológicos*, bem como os seus *interesses em termos de interpretações do Brasil e de temas atuais*.

Não defendemos essa ambiência, muitas vezes denominada de pré-modernista, como uma transição, situada entre um antes e um depois, um momento de passagem, mas a assimilamos a partir das soluções nela encaminhadas para os problemas levantados pelas gerações antecedentes, ligadas *grosso modo* às interpretações românticas da

história, assim como a partir dos próprios problemas por ela colocados e diante dos quais respostas possíveis foram elaboradas.

Essa consideração é importante por oferecer a oportunidade da interdição da memória disciplinar emergente no contexto universitário, que conduziu uma visada depreciativa acerca dos produtos intelectuais e culturais, incluindo os referentes aos modos operatórios e as formas historiográficas, imediatamente anteriores a esse período.² Através do texto de Oiticica resgataremos esses horizontes obliterados voltando a dar a historicidade que lhes são de direito, pois nesse cenário questões candentes entre os postulantes à historiadores estavam em jogo: a reinvenção da historiografia imperial; o esforço na direção de se definir uma cronologia republicana para a história do Brasil; a continuada busca por novas fontes e por parâmetros para examiná-las; o anseio por métodos e por suportes teóricos que conferissem legitimidade epistêmica à disciplina; o perfil do historiador face ao dos cientistas sociais; a conciliação entre história nacional e história regional; a eleição de novos atores sociais e de temáticas que representassem o povo e a identidade nacional, levando em conta que os eventos da Abolição e da Proclamação tornaram possível imaginar a existência de uma nação constituída por uma população juridicamente constituída por homens e por mulheres livres.³

Essa postura nos faz enxergar a ciência da história, ou a operação intelectual própria do historiador disciplinado, em construção.⁴ Estamos diante de um *janus bifronte*. O fazer historiográfico no contexto republicano distanciava-se, e o texto de José Oiticica nos sugere isso, das modulações epistêmicas que respeitavam integralmente os protocolos disciplinares estabelecidos pelas gerações que fundaram o Império, assim como ainda não obedecia aos padrões acadêmicos estabelecidos nos cursos e nos departamentos de história instituídos nas universidades brasileiras.⁵ Estamos em um

² FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011, p. 261.

³ GOMES, Angela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 25.

⁴ Cf. LATOUR, Bruno. Introdução. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

⁵ NICOLAZZI, Fernando. "Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil". Mimeo, 2010.

terreno em que *regimes historiográficos* conviviam abertamente.⁶ A partir da série *Como se deve...* abordaremos com um *olhar vigilante*, utilizando a metáfora epistêmica latourniana da *caixa preta do saber*, algumas dimensões dessas formas específicas de se fazer historiografia na direção da busca da historicidade da rede complexa de interações e de controvérsias políticas e de conhecimento que contribuíram para o exercício dessa prática na Primeira República.

Este artigo busca, então, retirar da latência epistêmico-historiográfica republicana possíveis modos de pensar, de fazer e de escrever a história, salientando, assim, orientações teórico-práticas esquecidas, inexploradas, negligenciadas ou até mesmo emudecidas. O texto produzido por José Oiticica é capaz de tornar plural e multidirecional o processo de “modernização” historiográfica assistido no Brasil, resultando na complexificação das narrativas únicas fomentadoras do cânone, que, no limite, propõem uma estabilidade disciplinar para o campo à custa do apagamento das diferenças.

Um leitor de Karl von Martius.

Para iniciar as suas prescrições historiográficas Oiticica se posicionou como um leitor do texto *Como se deve escrever a história do Brasil* (1945), escrito pelo naturalista Karl von Martius. Mais: ele utilizou o mesmo nome daquela Dissertação para formular as suas ideias e para polemizar.⁷ O aspirante a homem de letras estava com 28 anos de idade quando escreveu esse artigo. Oiticica, aqui, não é o anarquista que conhecemos, mas um jovem intelectual republicano. Retoricamente o autor retomava as apreciações de Araripe Junior e de João Ribeiro sobre a normatização historiográfica em exame. Eles a consideraram “admirável”. Porém, o nosso autor buscou um distanciamento ante a proposta de Martius para ditar normas e orientações ao fazer historiográfico que fossem, segundo ele, mais condizentes com a conjuntura epistêmica localizada na República. Em

⁶ Cf. NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

⁷ A polêmica era uma oportunidade dos intelectuais da passagem do século XIX para o XX ganharem projeção nacional. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1919*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Ver a vigorosa pesquisa de Vicente Detoni: DETONI, Vicente da Silveira. *A moderna historia magistra vitae de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273> Acesso: 29 out. 2020.

suas palavras: “Conquanto os seus conselhos sejam de todo excelentes, tenho que não bastam para constituir o arcabouço completo da nossa interessantíssima história”.⁸

O ponto de desacordo entre os dois intelectuais encontrava-se na forma mais precisa de sistematizar os elementos da história nacional, dando a eles visão de conjunto. Para Oiticica, isso seria possível por meio de “um plano geral de filosofia histórica”, perpassado pelo cientificismo evolucionista da época, que pudesse orientar o registro teórico movimentado e cujos princípios instituíssem classificações e interpretações gerais sobre os fatos históricos. Ou seja: “(...) os nossos melhores historiógrafos baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influência por eles exercida na evolução da sociedade brasileira”.⁹

Nessas prescrições havia a necessidade da operação de análise classificatória dos fatos históricos e a posterior síntese, que em Oiticica encetava leis, capaz de realizar um balanço da experiência histórica brasileira cientificamente orientado. Em razão de Martius não operar essa legenda científica a sua história filosófica foi interdita pela falta de “vista de conjunto”, isto é, uma disposição atravessada pelo procedimento de sistematização, ou organização geral do saber do historiador, analítico-sintético.¹⁰

A diferença da história filosófica de Martius para a proposta de Oiticica era que ela ligava os fatos de modo relacional, enquanto o *Sistema* do intelectual mineiro classificava os fatos sistematicamente em uma disposição explicativa generalizadora.

Em termos temáticos o texto do naturalista viajante apresentava-se incompleto, destacando-se que ele “voltou-se quase exclusivamente à consideração das três raças e dos entrechoques das primeiras relações”.¹¹ Além disso, Martius reduziu a história brasileira a partir da separação entre “história comum” e “história local”. Em tese pouco para quem desejava estudar a conquista da terra, a independência da colônia, a formação

⁸ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 7, pp. 1-8, 1910a, p. 1.

⁹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 1.

¹⁰ “A exigência de uma história filosófica descartava do horizonte de possibilidades os anais, as crônicas como legítimas formas de gênero histórico agora em processo de redefinição. Mais do que simplesmente narrar os fatos acontecidos localizando-os temporalmente, seria preciso a intervenção do historiador/autor, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora a um trabalho de seleção e enredamento específicos”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹¹ OITICICA, “José. Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 1.

da nacionalidade, a verificação das principais tendências de comportamento social a partir do polo da tradição. Esses e outros temas evidenciavam a desatualização do programa de Martius junto ao universo de preocupações da historiografia operada na Primeira República. Assim, sugerimos que José Oiticica, apesar da sua excentricidade teórica, não se apresentava como um pensador *outsider* da história naquela ambiência. *Não sendo, portanto, o seu projeto de história marginal, mesmo que obscurecido pela memória disciplinar da história da historiografia brasileira por tanto tempo.*

José Oiticica interditou a caracterização feita pelo naturalista acerca dos indígenas. Em termos de conceituação parecia incorreto falar, inserido que estava no contexto cientificista, em “natureza primitiva”, sendo correto mover a expressão epistêmico-sociológica “estado social”. Isso era uma diferença grande, pois falar em termos de natureza significava acreditar que o ser humano era estático em seu desenvolvimento. Já “estado social” levava os leitores a compreenderem as condicionantes que circunscreviam a ação social dos indígenas. O estudioso acreditava que não se fazia necessário o extensivo uso da arqueologia e dos estudos linguísticos para se apreender as culturas indígenas de um passado mais ancestral. O que importava em termos de história do Brasil era compreender o estado dos indígenas na época das grandes navegações. Assim, “(...) da parte do homem vermelho, só importa a esta sua organização social em 1500.¹² Ao abordar as relações sociais e os usos e costumes indígenas Oiticica sublinhava mais uma vez a obsolescência da Dissertação de Martius. Nesse “terreno [ela estava] inteiramente prejudicada pelas novas correntes científicas. Nenhum historiador consciencioso poderia prescindir atualmente dos resultados da Escola de Le Play e Tourville, que fornece processos de exames sistemáticos”.¹³

Sistemáticos em razão de não se contentarem em estabelecer respostas para os problemas colocados. Demandava-se que as próprias questões fossem válidas e, conseqüentemente, que as respostas fossem verdadeiras, relacionando-se entre si e

¹² OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil”, p. 2. José Oiticica parecia avesso às pesquisas de vanguarda no que tangia o estudo do indígena a partir da sua linguagem. Os maiores divulgadores desses estudos no Brasil no final do século XIX e início do XX foram Karl von den Steinen e Capistrano de Abreu. “Os novos estudos apontariam para a complexidade do campo etnológico brasileiro e para a necessidade do uso de um método comparativo para a pesquisa das diversas famílias de línguas indígenas”. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 106.

¹³ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 3.

esclarecendo-se mutuamente, formando conjuntos coerentes de ideias e de significações demonstradas racionalmente. Para José Oiticica, Von Martius fez uma mera urdidura factualista distante dos modos de ser dos acontecimentos.

No que tocava à sociedade portuguesa, a psicologia do colonizador e a sua transformação no meio brasileiro as prescrições de Martius mereciam severas críticas, exigindo revisões. O historiador não podia tomar aquelas asserções como absolutamente verdadeiras, mas devia destacar as contradições e os enganos. Suponho que a contenda entre Martius e Oiticica relacionava-se, nesse ponto, com o argumento da “fusão das três raças” formadoras a partir da ascendência portuguesa. Veremos que Oiticica era contrário à noção de raça.¹⁴ Mas havia na Dissertação de Martius outras deficiências. Era preciso, por exemplo, a comparação entre a colonização portuguesa do século XVI face à colonização moderna, sobretudo, no que tangia ao movimento econômico da época ultramarina. Com relação a esse fator salientamos que a história econômica foi mobilizada com maior acuidade na República, tornando o programa de José Oiticica atualizado.

Martius podia até ter prescrito que o historiador devia descer aos pormenores da vida colonial. O problema era, para Oiticica, que ele não “enfeixava” os fatos, isto é, não os reunia a partir de uma classificação sistemática - que era um procedimento reflexivo. Não era possível que aquela antiga normatização historiográfica circunscrevesse os fatos e, menos ainda, estabelecesse o acompanhamento dos seus pluri-efeitos. Aqui há um dos pontos altos da teorização de José Oiticica: o fato histórico podia ter significação múltipla, “repercutindo-se” em sentidos múltiplos. Essa dimensão complexificava o seu evolucionismo. Por isso era importante a classificação dos fatos: era o processo de análise em questão. Cumpria ao “método científico” apresentar-se como a forma adequada de destacar essa variedade de tendências implicadas nos fatos histórico-sociais. O nosso autor deixava bem claro que esse regime de saber era tributário da epistemologia da

¹⁴ A posição de José Oiticica corroborava com os movimentos que começavam a colocar em dúvida o racismo científico, muito em voga no contexto em que escreveu o seu conjunto de reflexões, como podia ser visto nas obras do seu contemporâneo Nina Rodrigues. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Escola de Le Play.¹⁵ “Esse critério diretor ainda falta para a história, por mais geniais que tenham sido as tentativas para formulá-lo desde Vico até Lacombe, ou até Azambuja, nos seus ensaios de aplicação do *método social* de Tourville à história”.¹⁶

José Oiticica não se estendia quanto ao lugar e a importância dos negros na proposta de Martius. Apenas aludia que o naturalista estava mais do que certo, sendo até mesmo um truísmo, sobre a necessidade de estudar os seus modos de ser em sociedade, pois “eles são parte componente do tipo social brasileiro”. Não se verificava, pois, traços de racismo científico, tão corrente no contexto em que foi redigido o novo *Como se deve...*

A história filosófica de Martius sublinhava que havia fatos insignificantes e inexpressivos. O seu desejo era a elaboração de um saber que colocasse em destaque o sentido orientador dos fatos. Mas Oiticica o confrontou: qual o critério mobilizado nesse processo epistêmico de “expurgação” dos fatos necessários e dos fatos irrelevantes? O problema capital da historiografia nacional era, para o jovem estudioso, a falta de *recursos de método*, condição que impedia a transformação da história em uma ciência. “Por isso, ainda homens ilustradíssimos, eruditos de polpa, desperdiçam esforços extraordinários na verificação de datas sem valor ou episódios sem nenhum interesse histórico”.¹⁷

A originalidade de uma ciência da história

José Oiticica considerava a história uma ciência social. A sua argumentação se parecia, em alguma medida, com a defesa da sociologia durkheimiana acerca da concretude dos fenômenos sociais: “A ciência que os estuda deve ter por base a mesma base das ciências concretas referentes aos fenômenos concretos”.¹⁸ O nosso autor queria

¹⁵ “Pode-se ver na construção desse método a combinação dos três papéis desempenhados por Le Play ao longo da sua vida: o engenheiro, o sociólogo e o reformador social. Da engenharia, ele importa a concepção do trabalho de pesquisa como atividade coletiva, inscrita em uma organização hierarquizada. Como sociólogo, ele se destaca como um dos inventores da etnologia moderna, com sua ênfase na observação direta e na pesquisa de campo. Finalmente, o reformador social transpõe no seu empenho em propor reformas a partir dos seus achados como sociólogo. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “A família na obra de Frédéric Le Play”. Dados, vol. 45, n. 3, pp. 513-544, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a07v45n3.pdf> Acesso: 29 out. 2020.

¹⁶ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 4.

¹⁷ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 5.

¹⁸ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 5.

afastar o seu *Sistema da história* da metafísica. Para ele a ciência da história se ocupava com as “forças cósmicas”, que ofereciam concretude aos *modos de ser* de todo o universo, fosse através de “corpos brutos” ou de “corpos orgânicos”, que neste caso se revelavam como *energia vital*. Estava instalada a “dinâmica social” quando tais forças encontravam-se no plano das sociedades. Nesse âmbito, as “forças cósmicas” se manifestavam a partir de alguns direcionamentos: a *energia física*, a *energia mental*, a *energia moral*, a *energia prática* e a *energia social*, sendo que as duas últimas possuíam condições de existir a partir da correlação entre as primeiras. Esse *Sistema da história* arquitetado por José Oiticica era apropriado, de acordo com Vicente da Silveira Detoni, de reflexões de teóricos da física moderna, tais como Julius Robert von Mayer e Nicolas Carnot.¹⁹

A realidade tangível invocada por José Oiticica através da interação das formas energéticas podia ser chamada de *força humana*. Dessa maneira, o professor mineiro podia arquitetar a sua peculiar concepção de ciência da história. Vejamos isso por intermédio das suas próprias palavras: “A história é, assim, a parte da ciência social que estuda as leis de evolução da força humana. Dela se deduzem os meios seguros de *administração*, que vem ser a *arte* de desenvolver a força humana”.²⁰ Se o devir histórico era transpassado pela força humana, dando-lhe forma, tornava-se possível acompanhar e prever a sua performance, o que impedia que houvesse perda de energia. Além disso, a administração da força humana tendia a ser um caminho seguro para a reforma da sociedade, registro devoto, talvez, dos pioneiros da Escola de Le Play.

O desenvolvimento da força humana, finalidade social por excelência, se operacionalizava através da movimentação das “forças naturais oponentes” e do aproveitamento das “forças naturais concorrentes”. O que se desejava demonstrar era o processo de desenvolvimento da “força humana” pelo aproveitamento das forças favoráveis que com ela concorriam para a interdição das oposições ambientais. Esse movimento epistemológico era chamado por Oiticica de *problema*. O autor tinha uma exemplificação que tornava mais factível o seu argumento: “Toda nossa vida individual consiste na resolução de pequenos problemas em cada um dos quais há forças oponentes

¹⁹ Cf. DETONI, Vicente da Silveira. *A moderna historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940), 2019.

²⁰ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”, p. 6.

e forças concorrentes, cumprindo-nos dominar umas por meio das outras para aumentar a nossa própria força (riqueza, saúde, consideração, condição social)".²¹

A mobilização das "forças concorrentes" para embargar as "forças oponentes" implicava na resolução dos mais diversos tipos de problemas, visto que aumentava a força proponente. O uso errado ou equivocado das forças concorrentes podia acarretar perda, prejuízo e diminuição de força humana.

Essa disposição percebida no âmbito individual podia ser projetada no campo social. Era nesse ponto que aparecia a utilidade social do historiador: ele podia perceber no passado problemas que eram colocados às forças concorrentes, ao mesmo tempo em que podia administrar a energética-social. Essa disposição era responsável até mesmo por moralizar a história, dado que se houvesse aumento de força humana era um sinal positivo, e se ocorresse a diminuição era uma indicação negativa. Assim, "a sociedade *progride* quando há aumento de força humana, *regressa* quando há diminuição, *estaciona* quando não há aumento nem diminuição sensíveis."²²

As reformas e os movimentos sociais, além das classes dirigentes, podiam se valer desse esquema de pensamento, porquanto ele sinalizava para as performances da energética-social, podendo-se prevê-la e orientá-la. O historiador podia ser, então, o administrador da força humana na duração.

Para se estudar a história de um povo era necessário, para além da racionalização do embate entre forças concorrentes e forças oponentes, determinar a expressão do *meio*, da *tradição* e do *tipo social*, cabendo a compreensão da interação evolutiva destes à luz da resolução de problemas. Após esse movimento era necessário classificar os fatos históricos. Essa disposição epistemológica, para Oiticica, ainda não era realizada no Brasil. Para desenvolver as leis de certo domínio de saber, no caso pensamos na história, devia-se "discriminar previamente os fenômenos característicos, agrupá-los, seccioná-los de tal arte que a analogias por si mesmas revelassem as divergências essenciais".²³ A comparação entre as várias classes de fenômenos levava o historiador, que era um cientista social, a compreensão e a explicação das semelhanças e das antinomias,

²¹ OITICICA, José. "Como se deve escrever a história do Brasil". p. 6.

²² OITICICA, José. "Como se deve escrever a história do Brasil". p. 7.

²³ OITICICA, José. "Como se deve escrever a história do Brasil". p. 7.

resultando em nomenclaturas que circunscreviam os fatos histórico-sociais. Aqui encontramos outro claro exemplo da leitura que Oiticica fez da Escola de Le Play.

Todo esse trajeto epistemológico da ciência da história de Oiticica o fez crer que ela era a *mestra da vida*. Eis o seu percurso: 1) percebia o embate entre as forças concorrentes, favoráveis ao desenvolvimento social, e as forças oponentes; 2) determinava os problemas derivados da luta entre as duas formas de força implicadas na energética-social; 3) de acordo com eles se podia classificar os fatos, comparando-os, e explicar como eram resolvidos; 4) era possível perguntar pelas tendências atuais da sociedade e quais os problemas urgentes que deviam ser resolvidos em nome da nação. Percebia-se que o valor cognitivo da história-ciência servia à vida. Já o valor pedagógico da história de Oiticica encontrava-se acumulado na força humana. Ali verificava-se um alto grau de experiência, capaz, inclusive, de se materializar em leis evolutivas.

Era possível aprender com a história pelo fato de o historiador ter em mãos um coeficiente da energética-social formado ao longo do tempo. Por isso, “se em mecânica se avalia a superioridade de uma máquina pelo maior rendimento na unidade de trabalho, em história calcularemos a excelência de uma sociedade pelo maior rendimento proporcional de energia humana”.²⁴

Uma proposta de método histórico e de teoria do conhecimento

A proposta de síntese de Oiticica, em seu *Como se deve...*, era dependente da erudição. Lembrando que esse registro não era o da análise. Tal composição epistemológica era apreendida nesta passagem: do trabalho erudito “miúdo de reconstituição dos sucessos” o “filósofo apanha os seus materiais, os classifica e coordena até abraçá-los num golpe de vista geral e exato”.²⁵ O historiador, para tornar científica a sua prática, devia mover o metodismo-erudito, a análise classificatória e a interpretação geral sintética. Em Oiticica, a erudição subsidiava a análise, através de materiais diversos, na compreensão do choque entre forças concorrentes e forças oponentes. Na passagem da erudição para a análise o historiador teria em mãos as tendências que regulavam a

²⁴ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 10-11, 20-38, 1910d, p. 23. (manuscrito)

²⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 8, pp. 8-15, 1910b, p. 13. (manuscrito)

evolução da força humana que eram projetadas junto aos diferentes tipos de fenômenos. A síntese emprestava um balanço geral, um eixo diretor, sobre a força humana no tempo. Da forma como ocorria com maior regularidade na República, a sua síntese era movimentada a partir de um diálogo interdisciplinar com as ciências sociais (do evolucionismo ao condicionalismo), mas, também, com certa noção de filosofia, mais no sentido de um saber abstrato e menos de um campo de saber, e com a física. Esse procedimento sintético era necessário para que a prática da historiografia se tornasse científica, que no seu entender passava pela elaboração de um *sistema*.

Essa disposição compassava-se com as exigências daquela conjuntura epistêmica, desatualizando o antigo modelo de história filosófica de Martius.²⁶ Não é de somenos importância dizer que o nosso autor nomeava o trabalho de escrita da história de *historiografia*, e o seu praticante de *historiógrafo*. O que implicava o conhecimento de todo um saber compartilhado, dado que categorizado.

José Oiticica tinha uma consciência refinada acerca do significado dos fatos históricos. Não se devia encará-los sob uma lente analítica exclusiva. Eles não eram resultados de um só efeito. “Se num efeito podem casar-se muitas causas uma só causa expande-se também, frequentemente, em inúmeros efeitos”.²⁷ Seu evolucionismo formava um espectro. Tendo isso em mente, o nosso autor argumentava sobre a necessidade de monografias preliminares. Aqui estava outra marca da Escola de Le Play em sua teoria do saber. Mas novamente o estudioso falou da necessidade de um historiador-filósofo, diferente da figuração que Martius evocou em sua Dissertação. Esse tipo de historiador manejava o produto erudito devidamente criticado e classificado indicando as carências ainda existentes nos acervos de fontes disponíveis. O trabalho historiográfico tornava-se uma operação de preenchimento de lacunas. O farto acervo de fontes era essencial para que o historiador pudesse lidar com a pluralidade de efeitos decorrentes de um fato e, posteriormente, emplacasse um eixo diretor para eles.

O ecletismo teórico de Oiticica apropriou-se da *sociologia positivista*. O nosso autor admitia que toda aquela aparelhagem epistemológica dependia de tal concepção

²⁶ Fernando Nicolazzi assinala que entre Martius e Oiticica houve uma ruptura epistemológica, oferecendo ao leitor a compreensão das diferenças acerca da historiografia praticada entre as gerações que fundaram o Império diante das demandas republicanas, já em desenvolvimento desde a geração de 1870. Cf. NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história, 2017.

²⁷ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 20.

sociológica. Seguindo Comte, a história como “dinâmica social” estava preocupada com as leis da evolução. Esse registro elaborava-se através do estudo das formas pelas quais os agrupamentos sociais caminhavam em direção à evolução. Tal mecanismo epistêmico era importante, posto que estabelecia as leis da mudança social. Enquanto isso a “estática social”, também apropriada por Oiticica, se preocupava com a ordem, o equilíbrio e as condições sociais de existência. Ela tinha por objeto a abordagem das diversas partes da sociedade percebidas como permanentes e as suas imediatas relações.

A “estática social” apresentava-se como uma espécie de anatomia social. Ela descrevia os fenômenos buscando as formas como eles se relacionavam. A partir desse recurso, almejava-se a integração e a interpenetração de todas as manifestações da vida social.²⁸ Era na “estática” que ocorria a sistematização. Segundo o nosso articulista, esse registro de saber não estava totalmente disponível em seu contexto, apesar da farta bibliografia existente. “Basta lermos, com atenção, as obras dos próceres para nos convenceremos da balburdia de opiniões e da falta de critério sistemático”.²⁹ Oiticica não perdoava nem mesmo a Escola de Le Play, a qual se filiava em muitos pontos. Argumentava que o seu método era imperfeito e que os seus adeptos, mesmo com a genialidade de Henri Tourville, não submetiam as indicações originárias da Escola à crítica diligente no intuito de transformá-las “num todo lógico definitivo”. A sua ciência da história era definida por princípios lógicos. Ao que parece o seu anunciado *Sistema da história* vinha suprir as carências arroladas acima, que eram de ordem transnacional.

A crítica à Escola de Le Play continuava, visto que os seus praticantes eram “demasiadamente dedutivos” em termos de método. Mas Oiticica não era totalmente indutivista como percebemos através da sua concepção de ciência. Ele era, sim, contrário ao exclusivismo geográfico, muitas vezes movimentado por essa Escola, para dele derivar o caráter da sociedade. A sua teoria do conhecimento se apropriava muito particularmente das ideias de “estática social” e de “dinâmica social”. Esses dois registros abrangiam todos os organismos e instituições, apresentando-se como a *transformação* e a *ordem*.

²⁸ Cf. COMTE, Augusto. Augusto Comte. Los fundamentos de la sociología. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

²⁹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”, p. 26.

Oiticica se valia dessas reflexões no plano da teoria social e no da teoria do saber. A estática e a dinâmica sociais mostravam-se como eixos explicativos da sociedade, definindo a origem, as transformações e a finalidade dos atos humanos. “Eis porque, lendo os trabalhos dessa escola, sentimos que os autores tocam nesses pontos, mas sem tato, sem apoio, mormente nas indicações das reformas”. O positivismo (redimensionado) era uma via para a resolução das limitações epistêmicas dos leplaysianos.

De todo modo, o procedimento epistemológico sintético de Oiticica era, como vimos, absolutamente referenciado empiricamente.³⁰ O historiador projetava os problemas a serem resolvidos através das forças concorrentes e oponentes. Analiticamente o sujeito cognoscente classificava os fatos a partir das leis da força humana, resultado da luta entre as forças concorrentes e oponentes, visando um balanço destas por meio da síntese. Como chegar ao conhecimento da *mecânica social*? Através, acima de tudo, da classificação das *necessidades* e das *forças*.

Oiticica revelou uma metodologia para satisfazer o seu *Sistema*. Primeiramente havia dois postulados: 1) não se conhecia o ser das coisas, mas os seus modos de ser. Aqui encontramos uma crítica ao empirismo filosófico e ao essencialismo ante as virtudes de uma abordagem social; 2) os seres movimentavam-se a partir da estática e da dinâmica sociais. Era, pois, o seu modo de explicação do devir histórico. A partir do primeiro postulado verificava-se os “modos de ser algo” a partir de um viés tripartite: *posição, forma e função*. O estudo desses fatores favorecia o conhecimento acerca da constituição íntima dos agentes e das relações com outros entes. Havia, aqui, um indicativo de teoria social. Quanto ao segundo postulado, dinâmico e estático, devia ser colocado estas questões: *origem, transformação e finalidade*, como vimos. A observação, a memória e a comparação eram importantes para o saber que se desejava acerca dos modos de ser em sociedade, o que indicava um olhar retrospectivo por sua parte. Era certo que a ciência da história de Oiticica era dedutiva. Isso era verificado no plano da análise, que transformava a empiria em conhecimento conceitual através do

³⁰ DETONI, Piero di Cristo Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6124> Acesso: 29 out. 2020.

experimentalismo. Porém, a análise induzia generalizações, isto é, sínteses. Melhor dizer, então, que a sua ciência da história abrangia esses dois polos epistêmicos, sendo considerados complementares, configurando, assim, uma “ciência mista”. Ademais, se desejava um saber científico enciclopédico, mas isso não significava, em todo caso, que o historiador devesse ser um especialista em todas as ciências.

O que fica é a constatação da sólida base científica que a história devia possuir. A teoria do conhecimento de Oiticica indicava que os fenômenos históricos se organizavam de modo dinâmico. Ela se aproximava interdisciplinarmente, sobretudo, de dois campos em especial, quais sejam, a geografia e a psicologia. Não é difícil o leitor perceber que Oiticica intercalava a passagem do tempo com o movimento de espacialização territorial. A sua fonte de inspiração era a antropogeografia de Friedrich Ratzel.³¹ Já a psicologia invocava a alma humana, sendo a chave para as pesquisas sobre as “multidões”.³² Ela catalisava necessidades e forças. Por meio dela se desvelavam institutos, sentimentos, emoções, ideias, vontades e consciência. Tudo isso entrecrocando-se com “repercussões múltiplas”, derivando efeitos diversos, tornando o tecido histórico-social complexo.

A imparcialidade e a sinceridade eram virtudes epistêmicas fundamentais para este “pensador da história”, porém ele não deixava de falar em certa “arte de expor”. O historiador, por fim, devia ser um escritor. “Só vivem livros redigidos com arte”. Estava armada a epistemologia de *Como se deve escrever a história do Brasil*, de José Oiticica.

Uma história-problema: casos operacionais

O primeiro problema percebido por José Oiticica em sua desejada história do Brasil foi a *defesa contra os estrangeiros*, em que se verificou a sua organização e a repulsa direta dos “intrusos”. Esse choque de forças levou à formação, do lado português, de fortificações e de milícias de terra e de mar, enquanto os estrangeiros incentivavam a

³¹ Apesar de José Oiticica dizer que foi o primeiro a movimentar a antropogeografia no Brasil, percebemos na passagem para o século XX o conhecimento da obra de Ratzel, como em Capistrano de Abreu. SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – A construção da história e do historiador. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/xmlui/handle/icict/16315> Acesso: 29 out. 2020.

³² Mesmo que José Oiticica mobilize certa ideia de “psicologia da multidões”, em nenhum momento ele fez alusão aos estudos de Gustave Le Bon.

pirataria e as expedições regulares. Qual a posição da Metrópole? A história brasileira se iniciava com um problema. Oiticica indicava que, após a verificação do estado da força humana resultante desse choque de forças, o historiador devia classificar os fatos, averiguando as medidas portuguesas e constatando, a partir do meio e do tempo, se havia outras formas possíveis de aproveitamento da referida força humana responsável pelos primeiros movimentos de colonização efetiva do Brasil no século XVI.

O *problema da conquista* da terra se subdividiu em modos distintos de resolução, isto é: 1) as *expedições conquistadoras*; 2) as *entradas* e as *bandeiras*; 3) as *missões*. Havia a consciência que o processo de resolução desses problemas sugestionava uma influência múltipla sobre as demais questões. Assim, o fato não devia ter como determinante um só efeito. Havia múltiplas causas e múltiplos efeitos. Era dever do historiador discriminar cada uma das causas, atendendo, pois, ao efeito particular que desejava evidenciar. Para que isso ocorresse havia a necessária classificação, organização e separação dos fatos concernentes aos problemas que tinha em mira. Exemplo: as missões comandadas pelo padre Vieira relacionavam-se com a *conquista da terra*: organização do aldeamento, estabelecimento de leis normatizadoras que incidiam sobre a vida dos indígenas etc. Já as obras dos missionários situavam-se na chave da *constituição da sociedade*. Essa sensibilidade analítica era fundamental.

Oiticica tornava evidente as formas pelas quais os portugueses expandiam o perímetro colonial e estabeleciam o seus Outros, no caso indígenas e africanos. Havia, então, uma primeira identificação dos luso-brasileiros com o território.

O *cultivo do solo* movimentava três problemas secundários, quais sejam, a *distribuição das terras*, os *capitais de exploração* e os *meios de transporte*. Acredito ser importante destacar que José Oiticica construiu, paralelamente ao desenvolvimento histórico, um registro espacial que emoldurava aquilo que se chamava de Brasil. Devia ser investigado o processo de repartição das terras brasileiras desde os donatários. Tal distribuição levava em consideração a importância dos núcleos sociais e as condições do meio. Porém, em torno dos núcleos principais eram encontrados outros secundários. Devia-se estudar esses dois tipos de núcleos. José Oiticica estava preocupado em deixar o leitor ciente de que o poder metropolitano era filtrado pelo poder local, que se autonomizava no processo de administração dos núcleos secundários coloniais. Os

capitais de exploração eram: os recursos pecuniários, os materiais de trabalho e o coeficiente intelectual. Essa demanda acionava uma história da economia colonial. Se desejava perceber quais os subsídios metropolitanos e coloniais estavam disponíveis. Esse apontamento sublinhava as relações de poder que atravessavam aquela sociedade. Oiticica pedia que os problemas de origem econômica fossem estudados “ao revés”. A realização do mapeamento dos utensílios de trabalho e o estudo dos usos dos animais aproveitados na lavoura eram de grande interesse para a sua história. Era possível investigar a *eficiência do trabalho*, a energia humana, junto à exploração dos capitais coloniais. Nesse bojo situava-se a questão do *transporte*, importante para o conhecimento do interior do Brasil, um *topos* temático da historiografia republicana. Aqui, como no caso da procura das minas, as forças oponentes ambientais eram poderosas.

O problema do *capital intelectual* estava condicionado pela energia do trabalho. O historiador de Oiticica abordaria as formas de divisão do trabalho, a instrução do operário, o talento empreendedor dos colonos e o adiantamento das ciências e das artes. Sendo um historiador filósofo, responsável pela síntese, desenhava um quadro geral da economia pública a partir dos núcleos coloniais em desenvolvimento, dado que a energia do trabalho era “um dos fundamentos da evolução histórica”. Pela análise da energética do trabalho derivavam-se explicações sobre as históricas desigualdades sociais.

Um problema em destaque era o da *escravidão* dos indígenas, dos africanos e dos seus descendentes, que para José Oiticica se operava em virtude da falta de mão de obra. A sujeição do indígena era realizada, por um lado, a partir do processo das *entradas* e das *bandeiras* e, de outro, pela *catequese*. Porém, o nosso autor era, nesse ponto, mais contido e cauteloso. A incorporação compulsiva do indígena à sociedade colonial devia ser vista através de vários fatores, sendo que cada um tinha significação múltipla. Além disso, a investigação de natureza antropológica devia ir além do processo de interação do indígena com o colono, mas avançar junto ao entendimento dos modos sociais presentes nos seus aldeamentos espalhados por todo o país, parte significativa da constituição da sociedade brasileira. “A observação se estende à vida dos negros africanos, aliás melhor ainda”.³³

³³ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 22.

Foi na última parte do artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* que Oiticica discutiu a noção de “raça”. Suas palavras eram esclarecedoras: “Essa expressão, no meu entender, tem transviado a mais de um espírito lúcido e convém ao historiador acautelar-se contra a influência nefasta dessa abstração”.³⁴ Para o jovem estudioso republicano, no processo de elaboração do conhecimento histórico, a noção de raça não tinha valor cognitivo algum, sobretudo, em termos de explicação social. A “raça brasileira”, a mestiça, não possuía elemento de diferenciação face às demais.

Oiticica preferia a categoria *povo* para designar os indivíduos em seus agrupamentos sociais, quer dizer, homens e mulheres com “um passado definido”, “uma tradição dominante”, “uma tendência” e um “tipo social determinado”. Mas o leitor deve perceber que ele ainda usava, em certos momentos, a categoria “raça” em seus escritos, mas sem a carga do racismo científico circulante.

Um dos problemas mais complicados para se resolver era o da *constituição da sociedade* após a classificação dos fatos sociais e a apropriação da sociologia de Comte através das noções de “estática” e “dinâmica”. Por meio desse registro se discriminava bem todos os fatores que organizavam os segmentos sociais. Era um modelo de abordagem sociológica que definia a ordem comunitária e as condições de progresso. Para Oiticica: “Há mister saber circunstanciadamente o que eram a agricultura, a indústria, o comércio, as finanças, a legislação, a justiça, a educação do povo, as tendências, artes, criminalidade, hábitos domésticos, superstições, regime de trabalho, bens etc.”³⁵

José Oiticica, intérprete do Brasil

José Oiticica assinalou, em sua interpretação do Brasil, que se havia uma virtude entre os países colonizadores ela se encontrava na acomodação das leis às necessidades coloniais. Essa disposição não ocorria no caso brasileiro, onde as imposições metropolitanas eram antagônicas aos desejos da jovem sociedade. Era José Oiticica e o seu antiberismo: “Portugal nunca observou a tolerância nem susteve a rédea frouxa.

³⁴ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 22.

³⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 14.

Queria sugar o possível para o gozo dos seus príncipes e maiores”.³⁶ O Brasil era, na verdade, explorado por “liliputianos”.³⁷ Os portugueses não dispunham de educação mental, moral e física para um empreendimento de tamanha monta. A moral era, em todo caso, “minguada” entre os lusitanos. Não havia civilização portuguesa.³⁸ Esse americanismo de José Oiticica, apesar de não ser majoritário, compunha o cenário historiográfico na República, como se percebia, por exemplo, em Manoel Bomfim.

Já o plano narrativo arquitetado por esse “pensador da história” estava relativamente de acordo com os cânones e com as principais exigências historiográficas formuladas desde a década de 1880 pelos republicanos históricos. Partia-se para o passado colonial em busca das raízes democráticas e libertárias do país,³⁹ condição para a sustentação ideológica do novo regime político. O motor da história do Brasil para Oiticica era a “indignação incontida contra a exploração do governo”.⁴⁰ Por isso ele elegeu as seguintes situações insurretas para comporem o passado republicano: *A Revolta de Amador Bueno, a Insurreição de Agostinho Barbalho, o Levante de Beckman, a Conjuração Mineira e a Independência*. A metrópole “insuflava nos espíritos a ânsia da separação política indicada pela separação material da terra. A cada exorbitância, a cada humilhação acendiam-se nos corações dos brasileiros-natos as chispas de um patriotismo que nos povos sujeitos são prenúncios de libertação”.⁴¹ Não havia projetos políticos e de sociedade, mas valorosos vaga-lumes libertários na escuridão do jugo português.

O sentimento patriótico emergia, então, através das extorsões e das injustiças praticadas pela Metrópole. Oiticica construiu essa teleologia com os olhos no presente, em que o sentimento de “amor pátrio” era uma das condições possíveis para o funcionamento social, agora, republicano. Era a forma dos cidadãos se reconhecerem identitariamente a partir de um lugar simbólico ou natural. A pátria incitava, no caso de Oiticica, orgulho pelo país e civismo, fatores fundamentais para a esfera pública nacional.

³⁶ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 9, pp. 15-19, 1910c, p. 15. (manuscrito)

³⁷ No contexto em questão significa pequenez.

³⁸ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 8-9.

³⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. “República versus monarquia: a consciência histórica da década de 1880”. História Unissinos, vol. 14, n. 1, pp. 16-22, 2010, p. 19. Disponível em: <http://revistas.unissinos.br/index.php/historia/article/view/4701> Acesso: 29 out. 2020.

⁴⁰ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 15.

⁴¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 15.

O historiador português Fernando Catroga admitiu que o apego à noção de pátria para os sujeitos que almejavam situar-se no tempo, orientando-se, posicionava-se ôntica, lógica e cronologicamente anterior à ideia de Estado e de nação, sendo, então, uma espécie de substrato com feições antropológicas. Esse dado ajuda a compreender melhor como ela passava a ser fundamental no processo de organização social na República por acionar sentimentos de pertencimento.⁴² E Oiticica buscava, em suas prescrições, as linhagens do espírito patriótico, fundamentais para que a República tivesse um passado.

Essas preocupações contemporâneas compreendiam, aos olhos do nosso autor, a história Brasileira através do signo da formação. Era a pátria como um vir a ser latente. Assim, o historiador devia observar como as forças concorrentes (patriotismo local) e as forças oponentes (iberismo como sistema colonial) se chocaram nos primeiros movimentos de tentativa de independência. Daí resultou força humana, que no caso específico se consubstanciava em uma energética-social condutora da ideia de liberdade local até a Independência. Mas o contrário também era verdadeiro, quer dizer, as “derramas metropolitanas”, por exemplo, contribuíram para a perda de força humana na sociedade colonial. Cabia ao historiador retirar um coeficiente energético a partir dessas situações para compreender o desenvolvimento dessa modalidade específica de força.

Havia outro problema geral que orientava a história desejada por José Oiticica: quais os elementos favoráveis, as forças concorrentes, para a emancipação colonial? Isso podia ser localizado ainda em Portugal. Na sua “fraqueza”, nas dificuldades derivadas da invasão napoleônica, na atomização das forças militares. Interessante que o estudioso argumentava que antes de “entrar na consciência popular” o conceito de nacionalidade que estava em jogo para os colonos era aquele que abrangia a libertação da condição colonial. Era, portanto, uma movimentação patriótica reativa.

De todo modo, a Independência brasileira era realizada sem preparo racional. Não havia um projeto político-nacional local, mas apenas a comoção patriótica diante dos desmandos portugueses. Tanto é que não se verificou em 1822 o “afazimento do povo a um regime predeterminado ou de antemão requerido pelos hábitos sociais”.⁴³ Oiticica

⁴² CATROGA, Fernando. *Pátria e nação*. NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens, construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013.

⁴³ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 16.

provou essa ideia a partir do caso dos Inconfidentes mineiros, que mesmo insurretos não possuíam um projeto político de sociedade, espelhando-se nos norte-americanos.

E foi o exemplo norte-americano de que Oiticica se valeu para postular que os regimes políticos deviam se apresentar, em tese, como emanção do sentimento nacional, por meio de núcleos independentes, cultura política adiantada, tradição de resistências e conquistas. Eles adotavam uma fórmula política compatível com a realidade social em questão. “Eram já republicanos antes de se federarem, tinham no sangue o sumo dessa autonomia depois confirmada na Constituição”.⁴⁴

Já no Brasil pré-Independência, devido a política, a cultura e a educação de Corte, não havia nenhum propósito federalista. “Nos Estados Unidos era regime consequente: entre nós era planta exótica”.⁴⁵ No fundo a argumentação de Oiticica vinha ao encontro das discussões ocorridas na Primeira República acerca do sentimento de inadequação entre a sociedade e o regime instaurado, o que resultou em uma longa tradição interpretativa na historiografia e no pensamento político e social que podia ser resumida pela ideia de *Brasil real e Brasil legal*, tão cara, por exemplo, a um Oliveira Viana.⁴⁶

O problema da formação nacional só emergiu após a Independência.⁴⁷ Os movimentos anteriores, mesmo sendo raízes da República, se orientaram contra as arbitrariedades metropolitanas e não por um projeto nacional. Mesmo com a forte pressão das Cortes de Lisboa, que após a Revolução do Porto desejavam reduzir o Brasil ao estado de Colônia, o que se observava era a “aspiração libertária”. Não havia nessa situação apelo pela nacionalidade. Parece que a nacionalidade brasileira era, em José Oiticica, ôntica, lógica e cronologicamente posterior ao Estado, diferentemente do caso norte-americano. A nação brasileira dependia, pois, dos intelectuais e dos *statemakers* monárquicos.⁴⁸ O período imperial fazia parte, portanto, do passado da República.

Após cerca de três séculos fundiam-se, para Oiticica, os fatores elementares da futura nação. O novo Estado era o catalizador dessas transformações. Se instituiu um povo e projetos de país. Ainda faltava unificar os núcleos dispersos do Império para

⁴⁴ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 16.

⁴⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 16.

⁴⁶ Em muitos sentidos essa tradição de pensamento subsidia a ideologia do autoritarismo no Brasil.

⁴⁷ Essa interpretação de José Oiticica não é original. Outros historiadores apontaram para um caminho próximo, especialmente Oliveira Lima.

⁴⁸ A póstuma *História da Independência* (1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen também apostava no papel do Estado na formação do sentimento nacional.

“avivar-lhes a consciência da fraternidade e a aliança no destino comum, numa palavra insuflar o espírito da nacionalidade”.⁴⁹ Era praticamente uma “inspiração providencial” a passagem da Colônia para a República federativa mediada pela Monarquia constitucional. E José Oiticica fez um elogio à centralização política do Império, responsável, segundo ele, pela iniciativa de educar elementos político-sociais tão “disparatados” e dispostos em temporalidades e em espacialidades desiguais. Essa constatação pode nos levar a crer que Oiticica desacreditava no federalismo como plano político orgânico, isto é, que congregava exemplarmente forma política e demanda social. Então era importante que os historiadores se atentassem para este fato: o papel essencial do Império na formação da nacionalidade brasileira. A “República em 1823” apresentava-se, em tese, com piores resultados do que entre as “republiquetas americanas” vizinhas.

O eixo normatizador da história desejada por José Oiticica localizava-se no plano do aumento progressivo da força humana nacional vista no povo. Isso o levou a eleger temas que respondiam a essa necessidade. Por exemplo: a publicação das leis brasileiras, a navegação marítima e fluvial, as estradas de ferro, o telégrafo, as guerras externas e a imprensa. Percebia-se que a noção de nacionalidade em Oiticica pretendia compassar estratos de tempos e disposições geográficas em um registro que se pretendia unitário.

Então, o autor de *Como se deve escrever a história do Brasil*, ao abordar a história da organização nacional, concluiu que ela não estava definitivamente pronta, mesmo que a forma de governo tivesse se fixado com a República. “Entretanto, ainda nesse particular, vícios radicais requerem séria medicina. Estou que não será, porém, violenta”. Talvez aqui encontremos a renúncia de Oiticica ao autoritarismo, que começava a ganhar força nos principais círculos intelectuais do país; o que não impede que vejamos em seus escritos certo apreço pela centralização política. Doravante, os estímulos progressistas que ele percebeu nas primeiras décadas republicanas, aliados à suposta resolução pacífica de questões de ordem internacional, fazia com que a nação caminhasse no sentido da correção dos seus “males” mais profundos.⁵⁰

O jovem Oiticica tinha em si o signo da ordem. Essa legenda da formação nacional reorientava os erros graves cometidos, o desperdício de força, as reservas sócio-

⁴⁹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 17.

⁵⁰ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 18.

energéticas sem cálculo de economia. Esse signo da ordem podia ser percebido na sugestão de que entre as forças concorrentes o capital intelectual era fundamental para a resolução do problema da formação nacional, o que o fez eleger os grandes estadistas, homens de letras e soldados como protagonistas da história brasileira.

Mas Oiticica era um sujeito que se arrogava democrata. E isso se evidenciava, pois, na defesa que fez dos dois imperadores como próceres da República, que suavizaram, em tese, a passagem da Colônia para a adaptação republicana. Mesmo com a escravidão e com a atuação do poder moderador, para dizermos pouco, ele ainda percebia uma composição político-democrática no Império. Uma República coroada?

Além do problema da formação nacional, o historiador de José Oiticica se preocuparia com a hegemonia sul-americana, “com a qual o Brasil afrontará o problema do equilíbrio universal, fim de toda a história”.⁵¹ O problema da hegemonia enredava todos aqueles tratados anteriormente, pois era capaz de dominar as tendências, indicando as soluções e sistematizando os esforços. Essa questão, segundo o intelectual mineiro, atravessava todas as correntes históricas. Ela organizava toda a herança do passado em um projeto de futuro. A luta pela hegemonia era, então, a grande lei da história.

Hegemonia significava, aos olhos de Oiticica, “condução”, uma espécie de supremacia, “mas sem a acepção odiosa deturpadora do termo”. O destino manifesto dos povos era essa luta pela hegemonia. Havia, sim, nações supremas, porém, se todas eram equivalentes existia o equilíbrio entre elas. Esta era a sua utopia: “Será esse equilíbrio o resultado fatal da história, mas em remotíssimo futuro”.⁵² No caso da América do Sul a hegemonia devia ser, obviamente, do Brasil. Era bastante ambígua essa proposta de hegemonia por sua parte, dado que essa condução acarretava uma possível dominação ideológica,⁵³ mesmo encontrando em seu princípio básico a ideia de consentimento.

De qualquer maneira, a situação presente exigia um “jogo de preponderâncias e de submissões”. Mas hegemonia não significava, em princípio, a dominação das nações menos desenvolvidas pela força. Pelo contrário: era um modo de guiá-las do suposto

⁵¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 18.

⁵² OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 19.

⁵³ Um modo de complexificar a ideia de hegemonia de José Oiticica é por meio da sua problematização a partir das reflexões de Antonio Gramsci. Ver GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1965.

“caos” que se encontravam ao progresso compatível com a civilização moderna. Uma atualização do processo civilizador iluminista?⁵⁴

O Brasil podia, por exemplo, estreitar as suas atividades econômicas junto a esses países, ao mesmo tempo em que garantia a paz regional. A proposta de José Oiticica, dependendo do ângulo analisado, fazia com que o Brasil desenvolvesse na América do Sul um movimento hegemônico total. Essa disposição para a hegemonia do Brasil na América do Sul era resultado das leis da evolução histórica, ou das “forças seculares irrefragáveis”. Essas leis assinalavam que ao lado das nações dominantes e dirigentes havia países no polo antagônico que buscavam a condição de direção intelectual e moral, porém, se não alcançavam um consentimento majoritário diante de todos os países envolvidos nessas relações transnacionais continuavam submissos. O eixo central da noção de hegemonia pensada por Oiticica era, portanto, o consentimento.

Temas de história pública: a organização nacional, a hegemonia e o mal

O tema da organização nacional era compreendido em longa duração. A sua origem era a Independência. Isso porque não existia na Colônia projetos políticos e sociais disponíveis para os colonos. O que se via antes de 1822 era uma existência social baseada na “aventura”. Havia poucas formas de valorização da vida humana naqueles tempos, tendo como ponto extremo a escravidão “soez”, isto é, desprezível. Os melhoramentos anunciados antes mesmo de se efetivarem já se tornavam ruínas.

Contudo,

proclamada a independência deixava o Brasil de ser aglomeração de feitorias a sugar. Urgia viver, aparelhar os órgãos todos numa só harmonia de equilíbrio. Assim, todos os tentamens prosperados ou falhados entravam como coeficiente de um tentamen novo, mais agigantado, criar a nação.⁵⁵

Em tese, desde então muito foi feito na tentativa de fazer o Brasil guiar-se por si mesmo. Cabe notar, aqui, que o Estado precedia e fomentava a nacionalidade. Mas tudo foi realizado de forma desorganizada e sem plano diretor, o que impediu a racionalização da força humana e a compreensão do destino nacional. Lembrando que Oiticica

⁵⁴ Cf. ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

⁵⁵ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil. p. 30.

acreditava em leis. De todo modo, amparado em seu *Sistema da história*, o jovem professor mineiro propunha uma forma possível para o estabelecimento da organização social: “Organizar a nação é arregimentar as forças concorrentes em instituições que as entrelhem num fim útil. Esse fim se obtém dominando as forças oponentes de modo que a classificação das instituições se há de fazer baseando nesse característico fundamental”.⁵⁶

Aparecendo enquanto uma questão de aplicação das forças concorrentes operando nas necessidades humanas, os problemas que daí derivavam determinavam o aparecimento, e o aperfeiçoamento constante, das instituições sociais. Oiticica falava, por exemplo, das instituições necessárias para o desenvolvimento dirigido das forças sociais: militares, diplomáticas, políticas, administrativas, propagandas. A organização nacional exigia, assim, a criação de instituições políticas e sociais que funcionassem como termômetro socioenergético para o sucesso das medidas estatais.

Só era possível avaliar o estado da organização nacional no século XX caso houvesse um bom conhecimento sobre a energética-social circulante desde o Oitocentos. O historiador tinha a capacidade de mostrar os grandes equívocos e vacilações nacionais. “O caráter do nosso estado social é de desequilíbrio de forças e incertezas correntes”.⁵⁷

A organização da nação passava, necessariamente, pela organização do tempo, que na ambiência social de José Oiticica encontrava-se “desorientado”, na fórmula precisa de Fernando Nicolazzi. A experiência do tempo que Oiticica enfrentou era a seguinte: “o presente é algo fugidio, instantâneo, que mais do que apartar, por um corte abrupto, o passado do futuro, se constitui como uma justaposição desordenada de experiências vividas, sedimentadas de maneira crítica e até certo ponto sem sentido”.⁵⁸

O problema da educação, por exemplo, estava longe de colher bons frutos na República. Se a educação era a ciência e a arte de administrar a energia humana, essa disposição desviante era um péssimo sinal para o engrandecimento nacional. A educação foi percebida pelo nosso autor em sentido *stricto sensu*, o que oferecia a oportunidade de

⁵⁶ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 30.

⁵⁷ OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. p. 32

⁵⁸ NICOLAZZI, Fernando. “Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico”, 2010.

verificar, pois, a falta de instrução dos dirigentes e o flagrante desconhecimento dos cidadãos sobre o seu papel na vida ativa.⁵⁹ Havia, aqui, um claro desperdício de energia.

Assim, entrava em cena a função pública da história e o seu magistério moderno. O historiador criava, então, um plano de administração sistematizado e uniforme acerca das leis da força humana. Essa forma de racionalizar o devir socioenergético, motivado pelos ensinamentos da história, fazia com que o historiador dirigisse, administrasse e criasse forças conscientemente e de acordo com as necessidades dos cidadãos republicanos. O historiador tinha, no entender de Oiticica, um papel público determinante na nova ordem político-social instaurada. Diante da desordem do tempo, o conhecimento e a manipulação do coeficiente socioenergético da nação, que implicava um retorno ao passado, era um porto seguro ante as vacilações do regime de historicidade moderno.⁶⁰

Dito isso, voltava José Oiticica a tematizar o significado de hegemonia. Para ele, o ideal nacional devia ter um princípio diretor, qual seja, ser vanguardista ante as demais nações do continente. Isso seria possível a partir dos cinco aspectos capitais que dirigiam a educação, quais sejam, *físico, intelectual, moral, prático e social*. A hegemonia física significava o aperfeiçoamento da “raça” pela ginástica e pela higiene, além da supremacia militar. A hegemonia intelectual era a superioridade nas ciências e nas letras, mediante educação mental de todas as classes. A hegemonia moral vinculava-se ao caráter da nação. A hegemonia prática dizia respeito ao melhoramento da formação técnica dos trabalhadores. A hegemonia social relacionava-se com a ideia de etiqueta social. Assim, a “nação que zela com igual carinho para essa preparação racional do povo conseguirá forçosamente, centuplicar as forças concorrentes, diminuirá as oponentes, tendo a estrada franca para a hegemonia decisiva, se dispõe, como nós, de recursos inesgotáveis”.⁶¹

Era uma forma de domínio consentido que extrapolava o plano ideológico, chegando ao âmbito social total. A partir dessa forma de hegemonia, que emergia da

⁵⁹ Houve um entusiasmo pela educação na República. Cf. NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

⁶⁰ Cf. HARTOG, François. “O tempo desorientado: tempo e história. Como escrever a história da França?” Anos 90 (Porto Alegre), v. 5, n. 7, pp. 7-28, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6183/0> Acesso: 29 out. 2020.

⁶¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 34.

educação nacional, se desejava construir uma visão de mundo nacional que pudesse conseguir o apoio de outros países do continente, que fosse consentida pelo maior número de camadas sociais de cada Estado-nação, assegurando que os cidadãos latino-americanos encontrassem respostas aos seus dilemas mais significativos. Todos os países se percebiam, e passavam a ser percebidos, como coparticipes de um grande projeto moral, político e social de natureza transnacional. A disputa pela supremacia era uma constante histórica poderosa no entender de José Oiticica, capaz de movimentar todo o processo histórico. Essa ideia de disputa, de “luta social”, era muito corrente nesse período, como era percebido nas várias apropriações do darwinismo pelas ciências sociais.

Mormente, argumentava Oiticica, o sujeito histórico interessado pelo destino humano abstraía na “fantasia uma humanidade sem mácula”. Nela não se verificava “decadência”, “jaças”, “hesitações”, “recuos”. Caso houvesse algo dessa natureza ocorria a condenação dessa sociedade. Mas Oiticica não aceitava como critério analítico o princípio binário do verdadeiro e do falso, havendo uma fineza teórica no argumento. O erro era um fenômeno histórico e tinha a sua história. “Só é condenável se, havendo no autor ciência do bem, procedeu ele mal”.⁶² O historiador-sintetizador possuía uma visão diferenciada acerca da noção de mal. Esse registro era percebido a partir dos processos de deturpação dos modos de aumento de energia, em que o mais forte podia “arrasar” com o mais frágil, do âmbito do cidadão ao transnacional. Para a resolução do seguinte problema devia-se fomentar uma virtude social edificante, qual seja, a cooperação. Era um registro que devia ser disseminado. O historiador tinha, então, a capacidade apreender os significados do mal na humanidade. A história ensinava: ela prevenia a sociedade contemporânea do mal tornando-a cooperativa.

Considerações finais

Oiticica e a sua nova orientação para a historiografia brasileira estavam apoiados na premissa de que o plano de Martius estava inevitavelmente prejudicado e desatualizado diante das novas correntes científicas emergentes no seu tempo e que

⁶² OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. p. 36.

atravessavam a sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX. Entre elas podemos citar como exemplo, afirmando que apropriações diversas foram efetuadas em um sentido multidirecional, os positivismos, os evolucionismos, os darwinismos de natureza diversificada, os spencerismos, os haeckelismos, os leplaysianismos, os marxismos e toda a sorte de manifestação da sociologia de matriz durkheimiana. Também havia debates epistêmicos a partir das contendas entre monismo e dualismo fenomênicos.⁶³

A importância das suas prescrições para o debate sobre a historiografia brasileira e os seus passados disciplinares não está restrita ao resgate de um agente que refletiu sobre o fazer e sobre a escrita da história naquela virada de século, e que permaneceu, até pouco tempo, como uma figura relativamente marginal no panteão dos historiadores da República. Através do seu conjunto de textos, Oiticica tornou operatório o seu saber e o seu interesse pela historiografia, a sua forma de elaborar a história do Brasil, bem como manifestou uma contundente consciência acerca da *conjuntura epistêmico-historiográfica* em que se situava, da qual o seu texto mostrou-se como um produto. Ao estabelecer um diálogo franco com o texto fundador de Martius e com outros estudiosos em geral as normatizações disciplinares recomendadas por ele se tornaram relevantes por se constituírem como uma tentativa clara de se efetuar uma operação em um debate próprio da experiência historiográfica na passagem para o século, pretendendo provocar nela alterações ou, no mínimo, inserir alguns *lances epistêmico-discursivos*.⁶⁴

O *Como se deve...*, enquanto vestígio tangível de um passado disciplinar específico, é capaz de nos remeter a uma *mensagem passada* daquilo que foi concebido enquanto possibilidades abertas, em termos de procedimentos epistemológicos e de princípios culturais, para a realização do fazer e da escrita da história do Brasil na Primeira República e para se pensar a história teoricamente de forma geral. Ele nos faz pensá-lo como uma evidência não necessariamente elaborada por meio de uma linguagem consciente no que se refere à reconstrução/evocação de culturas passadas; o que demanda “do leitor outro tipo de procedimento interpretativo”, qual seja, aquele que

⁶³ CHACON, Vamireh. História das ideias sociológicas no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1977.

⁶⁴ DETONI, Vicente da Silveira. A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940), p. 8

historiciza e que contextualiza os *regimes de saber* vigentes em uma dada *cultura histórica*.⁶⁵

Vemos Oiticica, em seu *Como se deve...*, imprimindo uma atualização mais profunda junto ao modelo filosófico proposto por Von Martius ao indicar o que podia ser entendido como *deslocamentos negociados* nas estruturas epistemológicas, discursivas, conceituais, temáticas e narrativas conformadoras dos textos históricos; ao propor, em suma, uma nova fundamentação para o conhecimento histórico a fim de elevá-lo à condição de ciência com utilidade pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

OITICICA, “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 7, pp. 1-8, 1910a. (manuscrito)

OITICICA, “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 8, pp. 8-15, 1910b. (manuscrito)

OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 9, pp. 15-19, 1910c. (manuscrito)

OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. Revista Americana (Rio de Janeiro), ano I, n. 10-11, pp. 20-38, 1910d. (manuscrito)

Referências

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “A família na obra de Frédéric Le Play”. Dados (Rio de Janeiro), vol. 45, n. 3, pp. 513-544, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a07v45n3.pdf> Acesso: 29 out. 2020.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310348_07_pretextual.pdf Acesso: 29 out. 2020.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. NAXARA, Márcia; CAMIOTTI, Virgínia (orgs.). Conceitos e linguagens, construções identitárias. São Paulo: Intermeios, 2013.

CHACON, Vamireh. História das ideias sociológicas no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1977.

⁶⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 13.

COMTE, Augusto. Augusto Comte. Los fundamentos de la sociología. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6124> Acesso: 29 out. 2020.

DETONI, Vicente da Silveira. A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870 – 1940). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273> Acesso: 29 out. 2020.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011.

GOMES, Angela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Literatura e vida nacional, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.

HARTOG, François. “O tempo desorientado: tempo e história. Como escrever a história da França?” Anos 90 (Porto Alegre), v. 5, n. 7, pp. 7-28, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6183/0> Acesso: 29 out. 2020.

LATOUR, Bruno. Introdução. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno (orgs.). Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. “Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil”. Mimeo, pp. 1-27, 2010.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “República versus monarquia: a consciência histórica da década de 1880”. História Unissinos, vol. 14, n. 1, pp. 16-22, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4701> Acesso: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – A construção da história e do historiador*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/xmlui/handle/icict/16315> Acesso: 29 out. 2020.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 – 1919*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Recebido em 22 de julho de 2020
Aprovado em 25 de setembro de 2020



ARTIGO
ARTICLE

O museu como objeto de pesquisa para o ensino de história: um balanço (1980-2017)

The museum as a subject matter to History teaching: a balance (1980-2017)

Marcelo Henrique Leite 

Doutorando em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

marcelo.leite23@gmail.com

LEITE, Marcelo Henrique. O museu como objeto de pesquisa para o ensino de história: um balanço (1980-2017). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.33752>

Resumo: O presente artigo apresenta um balanço sobre as pesquisas na área de Ensino de História que fazem usos do museu entre os anos de 1980 e 2017. Na primeira sessão, é apresentado um mapeamento dos artigos publicados em revistas científicas e em comunicações apresentadas em eventos de Ensino de História. A segunda sessão é composta por uma discussão sobre as referências metodológicas que orientam as produções historiográficas analisadas.

Palavras-chave: Ensino de história; Museu; Historiografia.

Abstract: The present article shows a balance on the research in the History Teaching area, which make use of the museum between the years 1980 and 2017. On the first section, a mapping is presented. Such mapping aims at the articles published in scientific magazines and in communications presented in History Teaching events. The second section comprises a discussion on the methodological references that guide the historiographic productions analyzed.

Keywords: History Teaching; Museum; Historiography.

Este artigo apresenta um balanço sobre o que tem sido pesquisar museu no ensino de história, levando em conta os espaços de sociabilidade intelectual para o compartilhamento de pesquisas, como eventos e revistas científicas da área.¹

O ensino de história tem se fortalecido como campo de pesquisa no Brasil desde as décadas de 1980 e 1990. O crescimento de tais pesquisas pode ser pensado, ao menos, a partir de três fatores: o primeiro, ocorrido em 1981, é a inclusão de professores da educação básica como associados da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH),² fundada em 1961; o segundo é a criação de espaços de sociabilidade para a divulgação, discussão e apresentação de pesquisas voltadas para o ensino de história por parte das universidades, como é o caso do *I Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História*,³ ocorrido em 1988, na Universidade de São Paulo (USP) e o *I Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História* (ENPEH), ocorrido em 1993, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e o terceiro é a expansão de programas de pós-graduação em Educação e História.

A passagem para o século XXI é importante para o campo de pesquisa sobre o ensino de história, principalmente por conta do aumento substancial de revistas especializadas. Até então havia a revista *História & Ensino*, editada desde 1995 pelo Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o primeiro periódico acadêmico especializado na área no país. Posteriormente, houve a criação de outras três revistas especializadas, sendo elas, a *Revista História Hoje*, da ANPUH, criada em 2003, a *Revista de Educação Histórica – REDUH*, criada em 2012, e a *Revista do LHISTE – Laboratório de Ensino de História e Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) –*, sendo o seu primeiro número em 2014. Conjuntamente com as revistas

¹ O artigo é fruto do primeiro capítulo da dissertação de Mestrado *Ensino de História e museu: Os usos docentes do Museu Republicano Convenção de Itu*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2018.

² Em 1993 a ANPUH passou a se denominar como Associação Nacional de História.

³ O primeiro *Perspectivas de Ensino de História* ocorreu na Faculdade de Educação da USP, para um público local. Foi coordenado pela Professora Elza Nadai, que pensava em dar continuidade ao evento, previsto para o ano 1990. Com o seu falecimento, a organização foi suspensa e somente em 1996, ocorreu o segundo ainda na FEUSP. Na assembleia final, decidiu-se pela transformação do evento em um evento nacional, sendo sediado, em 1998.

especializadas, a partir dos anos 2000, os grupos de pesquisa envolvendo educação e história tomaram impulso, principalmente na área de História.⁴

É neste cenário do desenvolvimento das pesquisas que este artigo apresentará como o museu vem sendo tratado como objeto de estudos nas produções acadêmicas sobre o ensino de história na educação básica. Para tal, elaborou-se um conjunto documental com artigos publicados em revistas acadêmicas, assim como comunicações nos eventos de ensino de história que envolvem a temática em questão. Ao fim, a partir da análise das produções, realizar-se-á considerações acerca dos autores que têm orientado estas pesquisas, bem como reflexões para contribuir para o fortalecimento das pesquisas em ensino de história e museu.

O mapeamento

Leandro Almeida, coordenador do Laboratório de Ensino de História do Recôncavo da Bahia (LEHRB), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), levantou 64 dossiês sobre ensino de história publicados em periódicos acadêmicos desde os anos 1980. Utilizaremos o levantamento para efetuar a análise. Os dossiês foram publicados em diversas revistas, sendo 10 da área de Educação, 22 da área de História e quatro revistas especializadas em Ensino de História. Três revistas são multidisciplinares. O levantamento foi elaborado com links para acessar *on-line* os dossiês.

Durante a consulta, em dezembro de 2016, havia 14 links indisponíveis por estar fora do ar ou ter mudado de endereço eletrônico. Do total, três revistas publicaram mais de uma vez dossiê temático sobre Ensino de História: *Antíteses* (UEL), *Educar em Revista* (UFPR) e *Revista Brasileira de História* (ANPUH).

O conjunto documental contém 38 produções, sendo 18 comunicações apresentadas no *Perspectivas* e no *ENPEH*⁵ e 20 artigos científicos.⁶ Para a análise deste

⁴ Ver mais em: EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Ensino de História, Didática de História, Educação Histórica: alguns dados de pesquisa (2000-2005). *Educar em Revista*, p. 1-21, 2006.

⁵ Para localizar os trabalhos apresentados nesses encontros, fizemos uma seleção dos que utilizaram a palavra museu. Apareceram, então, 29 artigos. Analisamos os títulos e resumos e, do total, selecionamos 20 (vinte) para ler e analisar de forma mais detalhada. Os nove trabalhos descartados se referem, apenas, ao ensino de história em contexto não formal de educação, ou seja, o museu não está em diálogo direto com a cultura escolar.

conjunto optou-se por dois movimentos. O primeiro é a criação de duas tabelas e o segundo é a elaboração de fichas de leitura dos artigos. A construção das tabelas⁷ teve como objetivo organizar informações básicas sobre os artigos e autores. A segunda etapa de análise foi o da leitura dos artigos. Para realizar essa leitura criou-se uma ficha para cada artigo, objetivando observar os pontos relevantes para essa pesquisa. Portanto, a ficha contém: título do artigo, nome do autor, objetivo, objeto e relação professor e museu, com foco nos usos do museu.

Neste conjunto constam 51 autores, que podem ser divididos em dois grupos.⁸ O primeiro é composto por pesquisadores ativos na área de Ensino de História e museu, ou seja, seus interesses de pesquisa estão voltados para estas temáticas. Fazem parte desse subgrupo: Carina Costa (UERJ), Cláudia Aristimunha (UFRGS), Isla Matos (PUC CAMPINAS), Jezulino Braga (UFMG), Juliana da Costa Ramos (Universidade Estácio de Sá, do Recife), Soraia Dutra (UFMG), Júnia Sales (UFMG), Lana Siman (UEMG), Ricardo Aguiar Pacheco (UFRPE) e Tatiana Polliana Pinto de Lima (UFRB).⁹ O segundo contempla pesquisadores interessados em áreas afins, como: História da Educação, Patrimônio, Memória, Tecnologias virtuais, História dos Museus e História Antiga. Os artigos sobre Ensino de História e museus escritos por esse grupo são esporádicos dentro da produção de cada um, diferente do primeiro subgrupo.

Um aspecto importante no que se refere aos autores é o local em que fizeram pós-graduação: 27 são formados por universidades mineiras; cinco é o número de formados no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, respectivamente; Rio de Janeiro e Pernambuco há dois; Ceará e Bahia há, pelo menos, um autor formado em cada estado.

⁶ Nas quatro revistas especializadas, a busca foi no próprio site, por meio do uso dos descritores *ensino de história e museu*. Nos dossiês temáticos, todos os sumários foram consultados a fim de buscar, nos títulos, a palavra-chave museu

⁷ A primeira tabela possui as seguintes colunas: nome da revista, edição, editor, periodicidade, título do artigo e autor. A segunda tabela possui a coluna nome do autor, área da graduação, área do mestrado, área do doutorado, interesse de pesquisa e o vínculo institucional do autor. Há duas tabelas para as produções em revistas e outras duas, com o mesmo formato, para as publicações em anais de eventos.

⁸ Para a análise dos autores utilizamos como instrumento o currículo Lattes. Considerando que deste total, será analisado apenas 39 (trinta e quatro), pois os demais não estavam com seus currículos atualizado no período da consulta ou mesmo não foi possível encontrá-lo.

⁹ Destaca-se dentro desse grupo a publicação coletiva de um livro direcionado para a reflexão das possíveis relações entre escola e museu, sendo suas autoras as pesquisadoras Júnia Sales, Lana Siman e Carina Costa. *Escola e Museu: diálogos e práticas*, lançado em 2007, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, a Superintendência de Museus e o Centro de Formação de Professores da PUC-MINAS.

Se observamos o grupo que atua efetivamente em pesquisas sobre ensino de história e museu, percebemos que a concentração destes pesquisadores está, expressivamente, em Minas Gerais.

Estes dados ganham um sentido importante para a área de Ensino de História, quando posto em perspectiva com o perfil de pesquisadores na área traçado por Flávia Caimi.¹⁰ A historiadora analisou as produções acadêmicas depositadas no Banco de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre 1998 e 2007, usando o descritor ensino de história para identificar teses e dissertações. Levando em conta os autores, se tem o mesmo resultado: a maior presença feminina, 25 pesquisadoras contra 14 pesquisadores. No entanto, no que se refere às áreas do conhecimento há uma diferença. Caimi identificou que é na área da Educação onde se concentra a maioria expressiva das produções, o que difere dos dados aqui coletados: 25 pesquisadores têm graduação em História, 11 em Educação e 03 em Museologia.

A maioria dos museus analisados nos artigos em periódicos e nas comunicações dos eventos científicos são históricos ou de História.¹¹ Similar à concentração em Minas dos pesquisadores sobre o tema, os museus que mais aparecem nas pesquisas são desse estado: Museu de Artes e Ofícios (2005), Museu Histórico Abílio Barreto (1994), Museu da Inconfidência (1944), Museu Antropológico de Ituiutaba (1997), Museu Mariano Procópio (1915). Os museus paranaenses aparecem em seguida: Museu Oscar Niemeyer (2002), Museu Egípcio e Rosacruz (1999), Museu Histórico da Erva-Mate (sem informação) e Museu da Periferia de Curitiba (2011). Os museus paulistas pesquisados são: Museu Paulista (1895), Museu de Arqueologia e Etnologia (1989) e Museu Afro-Brasil (2004). No Rio Grande do Sul aparecem também três museus: Museu Universitário da UFRGS (1984), Museu Histórico de Passo Fundo (1977) e o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves (1977). Os museus cariocas presentes são: Museu do Índio (1953), Museu Imperial de Petrópolis (1940) e Museu Histórico Nacional (1922). Em Recife consta um museu, o Museu da Cidade (1982).

¹⁰ CAIMI, Flávia. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (orgs.). O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

¹¹ Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana é o único que não se encaixa na definição de um museu de história dentre os museus que são objeto de análise dos artigos.

Não há, no recorte documental estabelecido, pesquisas publicadas em revistas científicas ou apresentadas em eventos nacionais sobre ensino de história que analisem museus das regiões Norte e Centro-Oeste. Do mesmo modo, nota-se a ausência de pesquisadores de ensino de história dessas regiões com interesses em museus.¹²

Conclui-se pelo conjunto documental que o museu de história, operando com a cultura material, é compreendido como local principal a ser visitado por professores e alunos em atividades extra sala de aula. Propositamente, isso se explica na escolha do tipo de museu que consta nas pesquisas. Nota-se ainda, pelas leituras das produções, que, de maneira geral, a história local é o foco das discussões.

Na escolha metodológica para a escrita, tanto dos artigos, quanto para as abordagens das comunicações, percebe-se ser o relato de experiência o ponto de partida principal. Ou seja, no que diz respeito ao estudo do museu, nota-se a experiência relatada advinda seja de uma vivência do próprio autor, seja de terceiros, ser a abordagem privilegiada nesses estudos. Identifica-se também que as pesquisas partem de três pontos: o da sala de aula na educação básica, o do espaço acadêmico e o de profissionais do museu (principalmente da ação educativa).

Os anos de publicação das comunicações em eventos e dos artigos científicos merecem uma reflexão. No que tange as comunicações, 16 foram apresentados no *Perspectivas* e quatro no ENPEH. Acompanhando as edições dos encontros, percebe-se o crescente interesse pelo museu no ensino de história a partir de 2001. O *Perspectivas* teve dois trabalhos apresentados tanto em 1988 como em 1996, na edição de 2001, três trabalhos, na de 2007, dois e na de 2009, novamente três. A edição de 2012 contou com cinco trabalhos, dos quais quatro foram apresentados no GT de Práticas de Memória e Ensino de História. No ENPEH temos um na edição de 2006 e três na edição de 2008.

O primeiro artigo foi publicado em 2006, de Irene Nakou, e apenas a partir de 2009 temos mais constância na publicação de artigos. No ano de 2013 foram publicados

¹² Concentra-se, portanto, na região Sudeste, com o foco em Minas Gerais, o maior número de museus sendo pesquisados. Como já vimos, esse dado é proporcional ao número expressivo de pesquisadores do estado. Esses apontamentos devem ser analisados levando em conta o Cadastro Nacional de Museus feito pelo Instituto Brasileiro de Museus, que indicou que a região Sudeste concentra 38% dos museus brasileiros, enquanto no Sul se localizam 29%, no Nordeste 24,8%, no Centro-Oeste 7,2% e na região Norte apenas 4,8%. Ora, se há baixa presença de museus em cidades fora da capital, por exemplo, isso dificulta tanto o trabalho de professores para deslocar alunos para visitas, quanto o trabalho acadêmico, com foco de pesquisar a relação escola-museu nesses lugares.

sete artigos. Esses dados são muitos significativos para entender o museu dentro da historiografia. Se considerarmos que desde a década de 1980 os trabalhos em ensino de história ganham força, e só a partir dos anos 2000 vemos publicações em revistas especializadas, que existem desde 1995, é esclarecedor sobre a pouca atenção que o museu recebeu nos últimos anos. Cabe, dentro dessa perspectiva, chamar atenção para o trabalho de Paulo Knauss que, partindo de um furto de uma tabaqueira do Museu Mariano Procópio, nos anos 1940, traça uma trajetória da relação entre museu e visitantes escolares, principalmente a partir de 1950, quando a educação em museus passava a estar na ordem do dia das discussões internacionais. Sendo assim, visitas escolares a museus não são recentes, mas as pesquisas científicas sobre escola e museu no ensino de história, sim.

Os referenciais metodológicos

Apresentado o balanço, a proposta agora é discutir os estudos que têm orientado as pesquisas de ensino de história e museu. Os autores mais citados nos artigos e nas comunicações são: Ulpiano Bezerra de Meneses, Francisco Régis Ramos, Júnia Salles, Lana Siman e Maria Lourdes Pereira Horta. O mais citado é Francisco Régis Ramos, em 13 publicações; Ulpiano Bezerra de Meneses, em 10; Júnia Salles e Lana Siman, em oito; Maria Lourdes Pereira Horta, em sete. Ressalte-se que Horta é citada apenas nas comunicações.

Educação Patrimonial

A respeito da Educação Patrimonial é necessário pontuar que, embora presente em discussões sobre ensino de história e museu, esse processo educativo não é voltado apenas para as ações promovidas por instituições museológicas. Outro aspecto importante é reconhecer que essa prática – a de educar por meio de patrimônios culturais – tem sua própria historicidade e, ao longo dos anos, vem ampliando pesquisas a fim de orientar o planejamento e a execução de ações educativas de acordo com os debates da área de pesquisa do Patrimônio.

Maria Lourdes Pereira Horta publicou pelo IPHAN, em 1999, o *Guia de Educação Patrimonial*. Escrito sob o formato de manual, apresenta uma metodologia própria para o

trabalho com o patrimônio cultural, por meio de mapas conceituais, tabelas, dicas e modelos de fichas para a análise de bens patrimoniais. Sua primeira parte é destinada à apresentação de conceitos. A segunda propõe atividades práticas. Por fim, há estudos de caso envolvendo o uso da metodologia.

O guia define o patrimônio cultural brasileiro como composto por variadas formas de expressão cultural – material e imaterial –, desde os objetos históricos que evocam uma memória nacional, até os modos de fazer, saberes, práticas, festividades de uma região, comunidade ou grupo social.

O guia contém a ideia de “alfabetização cultural”, que consiste na leitura do mundo em que o indivíduo se insere. “O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles”.¹³

A discussão sobre educação patrimonial não se encerra nas propostas de Horta, pode-se entendê-la como ponto de partida para outras publicações do IPHAN, destacando publicações oriundas da parceria IPHAN e o Mais Educação, programa do Ministério da Educação, em 2013. É importante destacar que foi publicado “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos”¹⁴, em 2012 e “Educação Patrimonial: inventários participativos”¹⁵, em 2016.

Atila Bezerra Tolentino, orientado por novas abordagens da Educação Patrimonial, reconhece que as práticas educativas devam ser constituídas em diálogos com a comunidade. Sendo assim, o patrimônio cultural não deve ser algo dado, ou seja, que o museu, por exemplo, informe o que é ou não é patrimônio. Portanto, pensar a educação patrimonial em um viés participativo

abre a possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, tendo em mente inclusive os conflitos que possam surgir nesse processo, o que implica debate, embate, dissenso, consenso. O que importa é a reflexão crítica na definição e apropriação do patrimônio cultural, com a participação democrática dos agentes e detentores das

¹³ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999, p. 6.

¹⁴ FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana Bezerra; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.

¹⁵ FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Brasília: IPHAN, 2016.

referências culturais nesse processo.¹⁶

Ensino de história e museu

No caso da educação em museu, especificamente, temos três referências: a atuação de duas autoras em Minas Gerais, Júnia Sales e Lana Siman; o trabalho do paulista Ulpiano Menezes e do cearense Francisco Régis Ramos. O que se verá a seguir é uma possibilidade de compreender de maneira mais aprofundada as referências que têm norteado as produções.

Os textos de Júnia Sales e Lana Siman são citados em oito produções do conjunto documental. Vamos apresentar as visões das autoras sobre escola e museu presentes nas publicações: *Escola e museu: diálogos e práticas*¹⁷ e *Andarilhagens em chãos de ladrilhos*.¹⁸ O museu, para as historiadoras, é, assim como para Ulpiano Menezes e Francisco Ramos, um lugar para repensar o nosso próprio tempo, a partir do passado. Essa perspectiva sobre o museu está presente nas duas publicações das autoras.

Andarilhagens em chão de ladrilhos traz uma discussão sobre o posicionamento dos museus históricos na contemporaneidade. As autoras narram as mudanças em suas concepções de exposição. Se, no século XIX, os museus eram espaços da história total e de personagens políticos, com as mudanças na museologia e na historiografia, na segunda metade do século XX, passaram a conter uma história fragmentada, em que os percursos são orientados não mais por uma história cronológica, mas sim por perguntas, temas ou recortes dos conteúdos.

Em linhas gerais, a proposta das historiadoras é pensar o visitante como um andarilho, que faz seu percurso a pé e requer atenção e passos lentos, diferente dos passos velozes que se está habituado a dar na velocidade do cotidiano das cidades. Júnia Sales e Lana Siman demarcam que o trabalho educativo no museu precisa propor leituras múltiplas, para além da possível linearidade de uma exposição.

¹⁶ TOLENTINO, A.B. Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. Revista CPC-USP, São Paulo, no. 27, especial, 2019. P.146.

¹⁷ PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro; COSTA, Carina Martins; NASCIMENTO, Silvana Sousa do. *Escola e museu: diálogos e práticas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Cefor, 2007.

¹⁸ PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana. *Andarilhagens em chãos de ladrilhos*. In: FONSECA, Selva Guimarães (org.). *Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas*. Campinas: Alínea editora, 2009.

Com uma outra linguagem, menos acadêmica, fazendo uso de perguntas, diálogos ficcionais e experiências, *Escola e museu: diálogos e práticas*, busca ampliar a atuação de professores ao usarem o museu em sala de aula. O livro procura incentivar que os professores desenvolvam práticas interativas e reflexivas, a fim de criar diálogos com os alunos acerca dos discursos dos museus – montados por meio de múltiplas linguagens –, de forma a incentivar a autonomia dos alunos nas experiências em museus, entendendo que a ida deve ser revestida de descobertas e encantamentos.

Nota-se a proposição de um diálogo efetivo entre escola e museu, desde que o museu possa reconhecer o trabalho docente em sala de aula e o professor compreender o papel educativo do museu, que tem especificidades próprias.

O que queremos propor aqui é pensar a questão do referencial teórico. No livro *Escola e museu: diálogos e práticas* há o encontro dos três historiadores já citados. Francisco Régis Ramos e Ulpiano Meneses, por exemplo, são mobilizados pelas autoras na temática acerca de leituras dos objetos em museus.

O trabalho com fontes históricas em museus envolve prioritariamente vestígios materiais. (...) De acordo com Francisco Ramos, "(...) é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história na materialidade das coisas" (RAMOS, 2004, p. 21). Mas é também possível exercitar o ato de ler "através dos objetos" (MENEZES, 2000), perscrutando-lhes significados outros, não ditos ou não suspeitados. Esse movimento pressupõe comparações entre objetos, compreensão de linguagens dos objetos e do museu, além da liberdade de produção de novos enunciados e gestos de imaginação.¹⁹

A produção de Ulpiano Meneses foi fundamental para a consolidação de pesquisas sobre ensino de história e museu, estando presente no trabalho das autoras mineiras, assim como no de Francisco Régis Ramos. Os três textos de Menezes citados nos artigos e comunicações são: *Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico*²⁰; *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*²¹ e *O museu e o problema do conhecimento*²².

¹⁹ PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro; COSTA, Carina Martins; NASCIMENTO, Silvana Sousa do. *Escola e museu...* p. 41.

²⁰ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História...* op. cit. Este texto também foi publicado em: VIDAL, Diana; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

²¹ MENEZES, Ulpiano Bezerra. *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*. *Ciências & Letras*, n. 27, p. 91-101, 2000.

²² *Idem*. *O museu e o problema do conhecimento*. Anais do IV Seminário sobre Museus-Casa, 2002. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

Cabe, portanto, explorar os aspectos que compõem o trabalho de Menezes. Ulpiano formou-se em Letras Clássicas na USP. Em 1959, foi fazer um curso de Arqueologia Clássica em Paris, no entanto, optou pela pós-graduação e concluiu um doutorado em Arqueologia Clássica. No período, participou de expedições arqueológicas na Grécia. De volta ao Brasil, em 1968, dirigiu o Museu de Arqueologia e Etnologia por cerca de 10 anos, e em 1992, assumiu a direção do Museu Paulista, ambos vinculados à USP.

O eixo de seus trabalhos é a importância da discussão sobre cultura material no museu. Aqui cabe chamar atenção do quanto os estudos de arqueologia foram essenciais na formação de Menezes como um intelectual, sendo assim, estão presentes em suas reflexões acerca das possibilidades de diálogos entre ensino de história e museu. Se levarmos em conta que os tipos de museus que mais aparecem nas pesquisas são os que operam com a cultura material, as discussões de Menezes são essenciais para um ponto de partida.

O museu de história tem a grande missão de ensinar a historicidade do mundo material em que estamos mergulhados. Ele trabalha com essas mediações sensoriais, então, é nesse sentido que se deve investir. Ele precisa ser um museu de cultura material, mas não para você ter séries de artefatos e dizer, "olha, os artefatos de cozinha conhecidos eram esses e esses". Isso é uma base, um ponto de partida para você trabalhar problemas históricos. *A primeira coisa que precisei discutir foi se o museu de história deve ser um museu de problemas históricos ou de coisas históricas.*²³ (grifo nosso)

Indo ao encontro do trabalho de Ulpiano Menezes, em 2004, Francisco Régis Ramos lança o livro *A danação do objeto: o museu e o ensino de história*²⁴. Na obra há três capítulos que se baseiam nas obras de Menezes: *A história dos objetos*, *Objetos biográficos e biografados* e *Ex-posição: objeto locado, deslocado e colocado*. Os títulos não enganam, nos capítulos, Ramos dedica-se a discorrer sobre a potencialidade dos objetos em se constituírem como pontos de partida para uma reflexão crítica acerca do que está exposto, assim como incorporá-los como documentos históricos e reconhecer seus trajetos antes de chegar ao museu. "Ninguém vai a uma exposição de relógios

²³ HEYMANN, Luciana Quillet; LOPES, Aline. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. *Estudos Históricos*, v. 24, n. 48, p. 405-431, 2011. HEYMANN, Luciana Quillet; LOPES, Aline. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. *Estudos históricos*, v.24, n.48, 2011.

²⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no Ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária”.²⁵

O livro de Francisco Régis Ramos não se encerra nas discussões sobre a cultura material, mas avança em refletir sobre os sentidos que se dá à prática pedagógica, e para isso demarca a proposta do objeto-gerador, baseada nos estudos sobre palavra-geradora de Paulo Freire. “Em certo sentido, a pedagogia do diálogo contida na ‘palavra-geradora’ constituiu uma fonte de inspiração para o papel do museu no ensino de história.”²⁶ A proposta não se encerra apenas em o professor, arbitrariamente, escolher o objeto a ser trabalhado, mas também pode partir da escolha de alunos, ou visitantes, desde que o objeto possa dialogar com outros objetos, a fim de criar um maior campo de visão para a complexidade do mundo da cultura material.

O próprio autor reconhece que esta sua proposta tem como objetivo aprofundar as relações entre pesquisa histórica, ensino de história, museologia e pedagogia, que, no caso dele, se pautou em Paulo Freire. É neste caminho que Zita Possamai apresenta, em 2018, um artigo que defende a interface entre os estudos de História, Educação e Museologia.

A historiadora, docente do curso de Museologia da UFRGS, argumenta sobre a importância de se reconhecer a história das ações educativas na perspectiva da história dos museus brasileiros, assim como o esforço em compreender a educação em museus como parte da História da Educação.

(...) não é possível fazer uma história dos museus sem mencionar seu caráter educativo, tendo em vista que estas instituições foram criadas com objetivos, mais ou menos explicitados, de se constituírem em lugares de mediação entre os sujeitos e uma determinada herança do passado. Desse modo, os museus proporcionam um diálogo com o tempo e com os restos selecionados para representar o pretérito para as gerações que virão. Desse pecado original, nenhum museu consegue escapar, ao contrário, os contornos atuais tendem a demonstrar o aprofundamento desse viés educativo dos museus no presente.²⁷

O ponto que Possamai apresenta é essencial para a discussão do tema deste artigo, pois o balanço apresentado pouco explora estudos de outras áreas do

²⁵ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto...*, p. 19.

²⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto...*, p. 32.

²⁷ POSSAMAI, Zita R. Olhares cruzados: interfaces entre História, Educação e Museologia. *Museologia e Interdisciplinaridade*. Vol.III, n. 06, 2015. P.27

conhecimento para compor as análises de suas experiências. No caso de Francisco Régis Ramos, seu livro é escrito tendo como ponto de partida sua atuação no Museu do Ceará, mas não se encerra no relato de experiência, faz uso de referências teóricas da área da Museologia e Educação para pensar sobre ensino de história e museus.

Os usos de olhares intercruzados, como chama Possamai, estão postos no trabalho de Camillo Vasconcelos,²⁸ do qual também parte de sua experiência frente ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. A proposta é pensar como um museu pode contribuir para uma visão crítica dos estudantes, entre 12 e 14 anos, sobre os povos indígenas, elencando quatro questões antes e três após a visitação. A estrutura do texto se ancora em apresentar as tabelas com as respostas coletadas, 274 ao total; seguida de considerações acerca dos resultados. O objetivo de Vasconcelos foi tentar compreender o impacto que uma visita pode ter nas visões dos alunos sobre os povos indígenas.

Para tanto, dois elementos são importantes no texto: o uso de um referencial teórico da área da Educação, David Ausubel, que, baseado na teoria da aprendizagem, afirma que ninguém aprende algo se não tiver relação com o que já conhece. Por esta razão é que no trabalho de Vasconcelos mapear os conhecimentos prévios de escolares se torna fundamental. Outro elemento é do uso dos trabalhos da área da Museologia, Ulpiano Meneses, Heloísa Barbuy e Marília Xavier Cury, para pensar o quanto a comunicação revela uma concepção de mundo dos que organizam exposições assim como é um elemento de educação social. O texto de Ulpiano Meneses, usado por Camillo, é *O discurso museológico: um desafio para os museus*. Trata-se de texto diferente do que consta entre os citados no conjunto documental analisado aqui nesse artigo. No trabalho de Vasconcelos, Meneses é usado para uma discussão sobre exposição museológica. “Não é a partir de uma única visita a esse espaço que podemos modificar completamente esse processo que envolve não apenas a visita ao museu, mas todo um contexto educacional, histórico e político afora dificuldades de outras ordens.”²⁹ Embora o olhar de Vasconcelos seja o de pensar o impacto de uma exposição nas visões dos alunos, este mobiliza, por exemplo, os estudos de Circe Bittencourt para reflexões sobre livro didático e as representações indígenas nos mesmos.

²⁸ Nota-se que este autor aparece em duas comunicações no conjunto documental analisado.

²⁹ VASCONCELLOS, C. M. O imaginário sobre o indígena: uma experiência de aprendizagem significativa no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. *Museologia e Interdisciplinaridade*. Vol. IV, nº. 07, 2015.p. 242

Desafios pela frente

A partir do mapeamento vimos um crescente interesse pela temática que torna o museu objeto de estudo nas pesquisas do ensino de história. Levando em conta que o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), por meio do Cadastro Nacional de Museus, mapeou 3.025 instituições museológicas em 2010, percebemos que é inegável o vasto terreno que ainda há para ser explorado. Para tanto, algumas questões devem ser enfrentadas, sendo as principais as três que se seguem.

A primeira é a necessidade do diálogo com a área de Museologia para discussões sobre exposição e, principalmente, sobre ações educativas. Há estudos consideráveis quando se trata de setores educativos, como é o caso da tese de Maria Machado³⁰, em que chama a atenção para conceber as ações educativas como intenções pedagógicas e contextualizadas dentro das necessidades do seu tempo. Estudos analíticos sobre o diálogo entre as ações educativas e a sala de aula ainda são escassos.

Uma segunda consideração é reconhecer que há outras tipologias de museus que requerem, concomitante, novas orientações teóricas. Um exemplo seria os museus-espetáculos que, segundo Regina Abreu, são espaços marcados pelo alto uso de tecnologia com realidade aumentada e experiências midiáticas inovadoras, aliadas com a iniciativa privada, como o Museu do Futebol, em São Paulo, o Museu Cais do Sertão e o Paço do Frevo, em Recife, ou o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Uma outra característica de museus seria o que a socióloga Amy Sodaro discute a partir do conceito museus memoriais, marcadamente pela necessidade em se musealizar as violências políticas e abusos relativos aos Direitos Humanos, como o Memorial da Resistência, em São Paulo.

Uma terceira é reconhecer a forte presença do relato de da experiência na produção historiográfica sobre o ensino de história e os museus. Uma visita com alunos, uma ação educativa, análise das experiências de professores por meio de entrevistas são exemplos que, em linhas gerais, são sustentados por uma ação concreta de visita. Ainda sobre esse ponto, se vê a preocupação em relatar o processo de elaboração da visita e os

³⁰ MACHADO, Maria Iloni Seibel. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987-2006) e a experiência do Museu da Vida. UNICAMP: Campinas, 2009 (Tese de Doutorado).

procedimentos utilizados. No entanto, devemos reconhecer a importância de transcender esse modelo instrumental ou descritivo da experiência e, assim como Francisco Régis Ramos, propor análises que possibilitem novos olhares, perspectivas teóricas e diálogos com outras áreas

Por fim, é necessário demarcar que de 2017 a 2020 há, ao menos, oito dissertações sobre ensino de história e museu defendidas no ProfHistória.³¹ A última edição do ENPEH, em 2019, ocorrida em Cuiabá (MT), contou com um simpósio temático sobre o tema, coordenado por Aline Montenegro Magalhães, Carina Martins Costa, Carmem Zeli de Vargas Gil e Mônica Martins da Silva, em que foram apresentados 14 trabalhos. Em dezembro de 2019 tivemos também o dossiê “Educar e aprender em museus. Perspectivas para o ensino de História”, dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, com a apresentação feita por Aline Montenegro Magalhães, Carina Martins Costa e Francisco Regis Lopes Ramos. Estes exemplos são parte integrante da própria trajetória do museu como objeto de pesquisa, que, cada vez mais, ganha espaço nas pesquisas sobre o ensino de história.

Referências Bibliográficas

Fontes

Artigos científicos

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ARAUJO, Edson Sousa Lucas de; PEREIRA, Kaiene de Carvalho. Museus e educadores: uma reflexão sobre o uso de museus como ferramenta pedagógica. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, p. 553-568, 2013.

BRAGA, Jezulino Lucio Mendes. Experiências de visitas ao Museu Imperial: relatos de graduandos em História. *AEDOS*, v. 7, n. 17, p. 431-447, 2015.

BRAGA, Juzelino. O museu em processo: oralidades no uso pedagógico do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte/MG. *História & Ensino*, v. 21, n. 2, p. 29-42, 2016.

COMPAGNONI, Almir. A formação do pensamento histórico de crianças em ambiente de museu. *Revista de Educação Histórica*, n. 2, p.158-169, dez. 2012 - abr. 2013.

CURY, Cláudia Engler. Educação Patrimonial e as interfaces com o Ensino de História: os museus de rua em São Paulo. *História Revista*, v. 14, n. 1, p. 51-62, 2009.

DUMBRA, Camila Nataly Pinho; ARRUDA, Eucídio Pimenta. Museus interativos: interfaces entre o virtual e o ensino de história. *Revista OPSIS*, v. 13, n. 1, p. 120-136, 2013.

³¹ https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese

HECKO, Leandro. Educação história e museus: um olhar sobre o museu como forma de apresentação do conhecimento histórico. *Revista de Educação Histórica*, n. 5, p. 153-162, 2014.

HOLLERBACH, Joana D'Arc Germano. O jovem e sua concepção de História: patrimônio, museu e memória como mediadores da construção do conhecimento histórico. *Caderno de Pesquisa do CDHIS*, n. 40, p.133-142, 2009.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. História, ensino e pesquisa em museus: uma experiência no Museu Histórico Regional (MHR). *AEDOS*, v. 5, n. 12, p. 78-94, 2013.

LIMA, Tatiana Polliana Pinto de. Museu pedagógico de História e ensino de história: a construção de um museu em sala de aula. *Revista Historien*, n. 9, p. 130-142, 2013.

NAKOU, Irene. Museus e Educação histórica numa realidade contemporânea em transição. *Revista Educar*, v. 22, n. especial, p. 261-273, 2006.

PACHECO, Ricardo. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. *Tempo e Argumento*, v. 4, n. 2, p. 63-81, 2012.

RIOS, Kênia. O amor no museu: uma experiência de ensino de História com objetos do amor romântico. *História Hoje*, v. 3, n. 3, p.139-153, 2014.

ROZA, Luciano Magela. Heterogeneidade temática e usos da memória de uma experiência histórica: uma visita ao Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, p. 223-238, 2014.

TAUSCHECK, Wagner. Lugares de memória: museologia comunitária e as primeiras aproximações com a educação histórica. *Revista de Educação Histórica*, n. 4, p.134-145, 2013.

VIEIRA, Otávio Augusto Diniz. O museu e sua função socioeducativa: o caso do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS). *Cadernos do Aplicação*, v. 22, n. 2, p. 67-95, 2009.

Apresentações em eventos – Encontro Nacionais de Pesquisadores do Ensino de História

APARECIDA, Elizabeth; SEABRA, Duque. Quem gosta de coisa velha é museu, ou os homens estão na moda? Visitas à museus e a formação de professores. In: *Edição 8*, 2008, São Paulo.

COMPAGNONI, Alamir M; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Da sala de aula ao museu: construindo uma consciência histórica. In: *Edição 8*, 2008, São Paulo.

MIRANDA, Sonia R.; PELIZZONI, Gisela Marques; SOUZA, Raphaela de; ALVIM, Yara Cristina. Mediadores culturais da aprendizagem temporal: Práticas de memória e compreensões do passado pela criança. *Edição 7*, 2006, Belo Horizonte.

SILVEIRA, Mariana. Ensino História através do museu: o relato de experiência a partir da leitura histórica de imagens. In: *Edição 8*, 2008, São Paulo.

Apresentações em eventos – Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História

ANDRADE, João C. R. Os processos de vista construídos pelos professores de história com os alunos da E.J.A ao museu de artes e ofícios: Potencialidades da relação entre ensino de história e memória. In: *Edição 7*, 2009, Uberlândia.

ARISTIMUNHA, Claudia P; DEBOM, Rosangela G. Uma tentativa de aproximação museu e escola: O museu universitário da UFRGS. In: *Edição 4*, 2001, Ouro Preto.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Museu é lugar de expor e propor ideias: Os museus e o ensino de história. In: *Edição 8*, 2012, Campinas.

CASTRO, Lana M.; COSTA, Janice Pereira da. Escola, museu e ensino de história: Perspectiva teórica e metodológica para avaliação desta relação: Um estudo de caso. In: *Edição 4*, 2001, Ouro Preto.

COSTA, Carina Martins. Comemorar no “ninho de relíquias”: Ações memoriais no Museu Mariano Procópio (1944-1980). In: *Edição 8*, 2012, Campinas.

CRUZ, Shirleide P. da S. Museu como espaço da educação patrimonial na visão docente. In: *Edição 6*, 2007, Natal.

DUTRA, Soraia Freitas. Quando um museu se reinventa e reencontra a escola: Ações educativas do museu histórico Abílio Barreto na relação com o público escolar. In: *Edição 8*, 2012, Campinas.

GONÇALVES, Ana Paula. Ensino de História no Museu de Artes e Ofícios: o museu vai à escola. In: *Edição 6*, 2007, Natal.

GUILHOTI, Ana Cristina. Pensamos historicamente dentro de um museu de história? In: *Edição 2*, 1996, São Paulo.

MATOS, Isla Andrade Pereira de. O ensino de história outside: O museu afro-Brasil na discussão da identidade nacional. In: *Edição 8*, 2012, Campinas.

MATTOS, Yara. O museu da inconfidência como sistema de meios para o ensino de história. In: *Edição 4*, 2002, Ouro Preto.

MENEZES, Cláudia Menezes; FREIRE, Beatriz Muniz. O museu do índio do Rio de Janeiro e seu programa educativo In: *Edição 1*, 1988, São Paulo.

PEREIRA, Júnia Sales. Tematizando a história no museu. In: *Edição 7*, 2009, Uberlândia.

SILVA, Maria Angélica da Costa; SILVA JÚNIRO, Astrogildo Fernandes. O museu como lugar de ensino e aprendizagem em história: Experiência no estágio supervisionado. In: *Edição 8*, 2012, Campinas.

VASCONCELOS, Camillo. A questão do ensino da pré-história In: *Edição 1*, 1988, São Paulo.

VASCONCELOS, Camillo; ALMEIDA, Adriana; BOGUS, Ricardo; LEMOS, Carmem S.; MATTOS, Yara; CHAGAS, Mario; CALDEIRA, Ruth B. Relação museu / escola: Realidade e Perspectivas In: *Edição 2*, 1996, São Paulo.

Referências

ABREU, Refina. M. R. M. A Metrópole Contemporânea e a Proliferação dos Museus-Espetáculo. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 44, p. 53-73, 2012.

ALMEIDA, Leandro Antonio de. *Dossiês sobre Ensino de História em Revistas Acadêmicas*. UFRB, 2016. Disponibilidade restrita. Até junho de 2016 disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/lehrb/sites-apoio-ao-professor/dossies-academicos>

BEZERRA, Rafael Zamorano. Relíquia. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. *Revista de História*, n. 164, p. 487-516, 2011.

BRAGA, Jezulino. Professores de história em cenários de experiência. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: História*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Legislação sobre museus*. 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

CAIMI, Flávia. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

CAZELLI, S., MARANDINO, M., STUDART, D. Educação e Comunicação em Museus de Ciências: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Access, 2003.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum: Revista de História*, n. 16, p. 147-160, 2007.

COSTA, Carina Martins. *Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

DUTRA, Soraia Freitas. A educação na fronteira entre museus e escolas: um estudo sobre as visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Ensino de História, Didática de História, Educação Histórica: alguns dados de pesquisa (2000-2005). *Educar em Revista*, p. 1-21, 2006.

FARIA, Ana C. G. de. & POSSAMAI, Zita R. O campo dos museus no Brasil: indícios das relações institucionais em meados do século XX. *Anais do MHN*. Rio de Janeiro, vol.50, 2018.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana Bezerra; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Brasília: IPHAN, 2016.

HEYMANN, Luciana Quillet; LOPES, Aline. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. *Estudos Históricos*, v. 24, n. 48, p. 405-431, 2011. HEYMANN, Luciana Quillet; LOPES, Aline. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. *Estudos históricos*, v.24, n.48, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

Instituto Brasileiro de Museus. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia História*, v. 27, n. 46, p. 581-597, 2011.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. A historicidade do ensino de história: a pesquisa e o fazer do professor. *Cadernos de História*, v. 15, n. 1, p. 161-171, 2007.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos Museus. *Educação e Sociedade*, n. 40, p. 443-455, 1991.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: VIDAL, Diana; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MACHADO, Maria Iloni Seibel. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987-2006) e a experiência do Museu da Vida. UNICAMP: Campinas, 2009 (Tese de Doutorado).

MARANDINO, Martha; MONACO, Luciana (orgs.). *Educação em museus: pesquisas e prática*. São Paulo: FEUSP, 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v.2, p. 9-42, 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras*, n. 27, p. 91-101, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O museu e o problema do conhecimento. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casa, 2002*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAUJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (orgs.). *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. A construção de referenciais para o Ensino de História: limites e avanços. *História Revista*, v. 14, n. 1, p. 193-202, 2009.

PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro; COSTA, Carina Martins; NASCIMENTO, Silvana Sousa do. *Escola e museu: diálogos e práticas*. Belo Horizonte: Secretaria de

Estado de Cultura / Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Cefor, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana. Andarilhagens em chãos de ladrilhos. In: FONSECA, Selva Guimarães (org.). *Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas*. Campinas: Alínea editora, 2009.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POSSAMAI, Zita R. Olhares cruzados: interfaces entre História, Educação e Museologia. *Museologia e Interdisciplinaridade*. Vol.III, n. 06, 2015.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no Ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Maria Célia T. M. *Museu, escola e comunidade: uma integração necessária*. Salvador: Bureau, 1987.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SEABRA, Elizabeth. Quem gosta de coisa velha é museu, ou os museus estão na moda? Visitas a museus e formação de professores. Trabalho apresentado no 8º ENPEH 2008. São Paulo: USP, 2012.

SILVA, Marco; FONSESA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010.

SODARO, Amy. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. Tradução de Cristina Meneguello. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 20, n. 44, p.207-231, 2019

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAMANINI, E. & STEINBACH, J. Educação e museu: construções e possibilidades interdisciplinares do saber formal escolar e do saber não formal comunitário. In: VASCONCELLOS, C.M.; FUNARI, P.P. & CARVALHO, A. (Orgs.). *Museus e identidades na América Latina*. São Paulo: Annablume, 2015.

TARDIF, Maurice. *Saberes profissionais e formação de professores*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VALENTE, M. E.; CAZELLI, S.; ALVES, F. Museus, ciência e educação: novos desafios. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12 (suplemento), p. 183-203, 2005.

VASCONCELLOS, C. M. O imaginário sobre o indígena: uma experiência de aprendizagem significativa no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. *Museologia e Interdisciplinaridade*. Vol. IV, nº. 07, 2015

TOLENTINO, A.B. Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. *Revista CPC-USP*, São Paulo, no. 27, especial, 2019.

Recebido em 26 de agosto de 2020
Aprovado em 30 de setembro de 2020



ARTIGO
ARTICLE

As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência Gender relations in the BNCC of History: from absence to resistance

Anderson Ferrari 

Professor de Ensino de História, Universidade Federal de Juiz de Fora

aferrari13@globocom.com

FERRARI, Anderson. As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.33344>

Resumo: A motivação para a escrita deste artigo está no desafio de pensar a introdução das relações de gênero no Ensino de História, uma discussão atual, que pretende contribuir para a formação inicial de professores e professoras com argumentos para tomar a BNCC de História como espaço de possibilidade e de resistências. Para esse propósito, foi feito um recorte no documento, o que ocasionou na escolha por analisar a parte introdutória do componente de História buscando as brechas no texto para o trabalho com as relações de gênero numa perspectiva histórica. A perspectiva teórica está ancorada nos teóricos e teóricas de gênero e do Ensino de História, com a defesa de que o trabalho com essas duas áreas do conhecimento diz de uma problemática atual de constituição dos sujeitos nas suas historicidades, fazendo parte da diversidade das escolas.

Palavras-chave: Ensino de História; BNCC; Gênero.

Abstract: The motivation for writing this article lies in the challenge of thinking about the introduction of gender relations in History Teaching, a current discussion that intends to contribute to the initial formation of teachers with arguments to take the BNCC of History as a space of possibility and resistance. For this purpose, a cutout was made in the document, which caused the choice to analyze the introductory part of the History component looking for the gaps in the text to work with gender relations from a historical perspective. The theoretical perspective is anchored in the theorists and theorists of gender and History Teaching, with the defense that the work with these two areas of knowledge says of a current problem of constitution of the subjects in their historicities, being part of the diversity of schools.

Keywords: Teaching History; BNCC; Gender.

Introdução

Esse artigo tem origem numa preocupação que marca minha ação e trajetória de formação acadêmica e profissional como professor de História em torno das relações de gênero, sexualidade e educação nas suas vinculações com a constituição dos sujeitos e suas historicidades. Neste sentido, minhas reflexões sempre tiveram ancoradas no investimento na formação docente, na problematização das formas de saber e nos impactos das construções curriculares nas escolas e nos sujeitos. Tudo isso sustentado por uma perspectiva de análise histórica, considerando que o Ensino de História é parte comprometida com essas questões. Tal comprometimento se justifica a partir da concepção de Ana Maria Monteiro e Fernando Penna¹ que defendem o “ensino de história enquanto *lugar de fronteira*, no qual são articulados instrumental teórico da educação e da história”, de tal forma que aposto no processo de mudança social dos sujeitos a partir desse campo de conhecimento, ou seja, da ação articulada entre processos educativos e históricos. Hoje, mais do que nunca, esse investimento se coloca como uma postura política de defesa da autonomia das escolas, da liberdade de definição curricular pelos professores e professoras diante dos documentos oficiais que prescrevem conteúdos e da aposta no protagonismo das experiências dos alunos e alunas em favor da diversidade que compõem nossa sociedade, nossa história e nossas escolas.

No contexto atual, marcado pelo aumento das violências contra as mulheres e comunidade LGBT² e por toda ordem de intolerância às diferenças e diversidades, se faz cada vez mais necessária a discussão em torno das relações de gênero no Ensino de História, considerando o compromisso dessa área de conhecimento e com a problematização do presente com olhos no passado para que possamos enfrentar essas opressões e propor novas formas de pensar e agir por meio das práticas educativas. Como professor de Ensino de História de uma Universidade Pública Federal, tenho introduzido a proposta de uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História, convocando meus alunos e alunas a olharem para o texto buscando espaços para o trabalho com as relações de gênero. Tal atividade se justifica

¹ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira*. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011. P. 191.

² LGBT será a sigla utilizada ao longo do texto para me referir a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis.

pela importância desse documento como o mais atual para se pensar as formas de constituição de um currículo, considerando que estou lidando com a formação de futuros professores e professoras. Desta forma, seguindo um entendimento presente no próprio documento de que se trata de “arranjo possível” e que não deve ser tomado como “modelo obrigatório”, a BNCC se coloca como um convite aos professores e professoras para, a partir dela, pensar o que falta e, portanto, o que pode ser incluído.

Cumprido destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.³

Seguindo a afirmação de que não se trata de um documento que deve ser tomado como modelo obrigatório, quero aceitar a provocação de pensar outros desenhos curriculares sem descartar o que está posto como um arranjo possível, explorando o próprio texto nos seus desafios e potencialidades para a introdução das relações de gênero na História. É esse sentido que quero retomar como foco de análise deste artigo com o argumento de que as discussões de gênero estão presentes nos objetivos e concepções do Ensino de História, na medida em que consideram os alunos e alunas como sujeitos históricos e agentes sociais da construção do conhecimento e da problematização da sua realidade. Concepções que invocam práticas educativas pela valorização das identidades em suas constituições históricas e experiências sociais, de raça, de classe e de gênero.

Feitos esses esclarecimentos introdutórios, é importante dizer dos procedimentos metodológicos que viabilizaram as problematizações. Diante da divisão da BNCC em duas partes – uma introdutória e outra com a definição de habilidades e competências – e considerando que o objetivo deste artigo não é definir as temáticas do conteúdo de História em que o gênero poderia ser incluído, fiz a escolha por trabalhar com a parte introdutória do componente de História, em que são apresentadas as concepções de Ensino de História e o que se pretende com a proposta deste currículo. Para a organização do artigo, a análise está dividida em três seções. Na primeira, vou trazer à

³ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: História. Brasília, 2017, p. 397-403. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em 13 ago. 2020. P. 402.

tona as disputas políticas e as relações de saber-poder que constituíram as condições de emergência da BNCC e suas tentativas de silenciamento e exclusão da discussão de gênero. Estabelecidas essas relações, defendo o argumento de que o trabalho com Ensino de História é o trabalho com as relações de gênero. Na terceira e última parte, invisto nas possibilidades de resistência buscando as brechas no documento para o trabalho com as relações de gênero no Ensino de História.

BNCC de História e suas condições de emergência

Inicialmente é importante pensar as condições de emergência da BNCC, ou seja, em que contexto ela foi construída? Que debates antecederam sua elaboração e quais foram aqueles que ela suscitou? O que significa a existência desse documento como discurso em torno de um currículo? Como defende Michel Foucault⁴, as palavras, assim como as ideias e as coisas têm história, de maneira que são atravessadas por discursos e relações de saber-poder, constituindo sujeitos de um determinado tipo. Seguindo as trilhas do autor, podemos dizer que os discursos e as relações de saber-poder existem e estão presentes na BNCC em seus investimentos na definição do que cabe ao Ensino de História e aos sujeitos, tanto aos alunos e às alunas, quanto aos professores e às professoras. Na tentativa de esclarecer seu entendimento sobre o que são os discursos, Foucault afirma que eles “não são apenas uma espécie de película transparente através da qual se veem as coisas, não são simplesmente o espelho daquilo que é e daquilo que se pensa”⁵, mas, ao contrário disso, o “discurso tem sua consistência própria, sua espessura, sua densidade, seu funcionamento. As leis do discurso existem como as leis econômicas. Um discurso existe como um monumento, como uma técnica, como um sistema de relações sociais etc.”⁶.

Meu argumento é que a BNCC é parte desse sistema de relações sociais que fazem os discursos funcionarem como monumento, o que significa tomá-la como um documento oficial – o mais recente documento curricular para a Educação Básica no Brasil – mas que tem uma historicidade, que é resultado de disputa, de conflitos e do jogo de força em torno do currículo. Nesse sentido, é importante sempre nos perguntarmos

⁴ FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁵ FOUCAULT, Michel. *O belo perigo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. P. 42.

⁶ FOUCAULT, Michel. *O belo perigo...* P. 42.

sobre as condições de emergência desse documento. Quem está autorizado a dizer sobre o currículo de Ensino de História? Na definição foucaultiana, o documento se torna monumento na medida em que ele é rastro deixado pelos sujeitos no passado, resultado dessas disputas e das condições de emergência históricas das gerações anteriores.⁷ Com isso, o autor defende que o documento não é mais o local da verdade, tampouco pode ser tratado como “verdadeiro” ou “falso”. Essas definições colocam Foucault⁸ sob a influência de um debate iniciado pela Escola dos Annales⁹, que ampliou o conceito de fonte histórica, transformando-o de forma significativa. Podemos dizer que esse movimento historiográfico do século XX teve duas grandes rupturas para o trabalho dos historiadores e das historiadoras, com efeitos no currículo e no Ensino de História.

A primeira é uma certa revolução documental que problematizou os usos do documento escrito, possibilitando que o trabalho dos historiadores e das historiadoras se ampliasse para além dos documentos oficiais e das tramas políticas que marcaram a história positivista e conduziram para a defesa da utilização de outras fontes históricas como a literatura, as fotografias, os filmes, as narrativas, os registros de arquitetura e da arte, dentre outras que hoje se fazem presentes como suportes didáticos nas aulas de História. A segunda foi o efeito dessa revolução documental na disciplina História e no Ensino de História. A história menor, a pequena história, aquela que está no nosso cotidiano, que faz parte da vida, passou a interessar aos historiadores e às historiadoras, aproximando a História de outras áreas do conhecimento, destacadamente a Antropologia e a Etnologia. Essa aproximação resultou na ampliação do que era o universo da História e do Ensino de História com a introdução do trabalho com o cotidiano, com a memória individual e coletiva, com as mentalidades, com o imaginário e com as sensibilidades que reforçaram o interesse da História pela vida comum e por aquilo que diz dos sujeitos em suas historicidades. Essas duas rupturas pavimentaram o caminho para que o debate no Ensino de História em torno do currículo sobre a História a ser ensinada tomasse forma, defendendo que aquilo que se apresenta como currículo

⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber...*

⁹ O termo “Escola dos Annales” foi cunhado a partir de um movimento historiográfico originário do século XX em que um grupo de historiadores franceses se destacaram pela defesa por incorporar novos métodos às Ciências Sociais e à História. Propunham explorar outros métodos para além da visão positivista da História.

seja fruto de reflexões no interior das diferentes realidades dos sujeitos. Para além da prescrição de um conjunto de conteúdos, a ideia era colocar sob investigação as formas de construção dos conhecimentos históricos, seus efeitos nos sujeitos e na sociedade, sua ação de problematização do que entendemos como realidade, de maneira que a escolarização estaria vinculada a um projeto mais problematizador de educar para a compreensão da História, nos seus processos com a memória, com as temporalidades e com a constituição dos sujeitos. Essas formas de entender o Ensino de História foram se consolidando na medida em que era constituído um campo do conhecimento¹⁰ dedicado aos questionamentos em relação à cultura escolar, à legitimação dos saberes dos professores e professoras, estabelecendo nova relação entre educação, escola e sociedade. Esse campo do conhecimento nomeado de Ensino de História, e instituído no final da década de 1970 e início de 1980, entrou na disputa na construção da BNCC com suas problematizações e defesas em torno do que seriam os objetivos da História a ser ensinada.

Como aponta Elizabeth Macedo¹¹, o debate e a disputa em torno da construção de uma base nacional comum curricular no Brasil não são novos e tampouco recentes. Eles dizem de uma história que se inicia com a Constituição de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases em 1996 (LDB), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998 (PCN), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e pelo Plano Nacional de Educação em 2010 (PNE).¹² Um conjunto de documentos que iam chamando a sociedade para o debate, que iam implicando os grupos e áreas do conhecimento na sua construção, de maneira que a questão de gênero foi sendo gestada, gradativamente, e veio à tona, com muita força, por ocasião das discussões dos planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, deixando as discussões extremamente tensas e violentas, demonstrando como educação e religião estavam misturadas e ameaçavam a laicidade

¹⁰ ZAMBONI, Ernesta. "Panorama das pesquisas no ensino de História". *Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, n. 6/ 7, jan.-dez. 2000/ 2001. FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. COSTA, Aryana Lima & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum Revista de História* (16), João Pessoa, jan/jun, 2007.

¹¹ MACEDO, Elizabeth. "Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?" *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015.

¹² MACEDO, Elizabeth. "Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?"...

do Estado brasileiro. Todos esses documentos, em certa medida, buscavam contemplar acordos internacionais firmados pelo Brasil de garantia e luta pelos Direitos Humanos, nos quais mais recentemente foi incluindo, de forma explícita, as relações de gênero e orientações sexuais no campo da educação como parte dos Direitos Humanos e como resultado da luta dos movimentos sociais, principalmente o movimento LGBT. Um exemplo disso são os Princípios de Yogyakarta¹³, que afirmam a preocupação das relações de gênero, orientação sexual e identidade de gênero ao anunciar que toda “pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero, e respeitando essas características”¹⁴. Um documento que implica o Estado no seu papel de garantir um tratamento igual a todas as pessoas no campo da educação, além de combater as formas de agressão, discriminação e violência que atingem a comunidade LGBT.

Nessa disputa, que originou a BNCC, também ocorreram movimentos de resistência que compõem essa trajetória histórica das condições de emergência deste documento oficial, que nos diz do jogo de força em torno dessa construção. Para Elizabeth Macedo¹⁵, são exemplos dessas resistências as críticas da academia e dos movimentos de trabalhadores da educação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), assim como o posicionamento do Conselho Nacional de Educação (CNE) que apontavam para um entendimento de construção de uma base como diretriz e não com uma prescrição curricular e tampouco como uma listagem de conteúdos. Ainda no que diz respeito às resistências às prescrições dos documentos oficiais e às disputas em torno da ampliação e garantia dos direitos na educação, também são destacadas, por Toni Reis e Edla Eggert¹⁶, a Conferência Nacional da Educação Básica de 2008 (Coneb) e as Conferências Nacionais de Educação em 2010 e 2014 (Conae), que defendiam a educação

¹³ YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf
Acesso em: 09 ago. 2020.

¹⁴ YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero... P. 23.

¹⁵ MACEDO, Elizabeth. “Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?”...

¹⁶ REIS, Toni; EGGERT, Edla. “Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros”. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

nos seus compromissos com o combate e a superação as desigualdades sociais, raciais, de gênero e de orientação sexual. Esses movimentos de problematização sobre as escolhas curriculares com suas relações de saber-poder e constituição dos sujeitos acabaram reforçando e fortalecendo o campo do Ensino de História, na sua luta em favor de uma valorização das Histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, assim como indígena, num caminho de afastamento e rompimento com o ensino centrado na História europeia. Dessa forma, também podemos entendê-los como um convite pela introdução de novas temáticas, como é o caso das discussões das relações de gênero.

Desde a publicação da primeira versão da BNCC, em 23 de outubro de 2015, a componente de História esteve no centro do debate. Primeiro porque a versão que foi publicada não trazia a disciplina de História, causando um estranhamento e, mesmo, um espanto por essa ausência, chegando a levantar dúvidas se a História não faria parte da BNCC. Imediatamente o Ministério da Educação se adiantou para explicar que a ausência foi motivada pela falta de consenso da comissão quanto ao texto final do documento, o que levou ao seu atraso. Quando o documento veio à tona, a inquietação se manteve, sobretudo causando um desconforto em alguns setores com o rompimento do modelo tradicionalmente presente no Ensino de História organizado por uma visão quadripartite e centrado na história europeia. A primeira versão fazia uma evidente escolha política pelo foco na história do Brasil, com especial atenção à história e cultura afro-brasileira e indígena, além de trazer discussões sobre as relações de gênero na História. Essa postura inovadora no que diz respeito ao Ensino de História gerou um movimento de crítica evidenciando, principalmente, o desencontro entre pesquisadores e pesquisadoras do campo da História e pesquisadores e pesquisadoras do campo do Ensino de História, que disputavam o direito de definir o que cabia ao Ensino de História. A questão não estava, simplesmente, na manutenção de códigos disciplinares constituídos e tradicionais ou na defesa de um currículo em mutação e em constante produção capaz de descolonizar e inventar novas tradições, mas sim numa disputa de campos de pesquisas atravessados por relações de poder em torno de um currículo. A segunda versão e a versão definitiva foram impactadas por esse debate e acabaram por fazer uma escolha desconsiderando toda trajetória de pesquisa e de luta do campo do Ensino de História, que defendia como proposta para a formulação de uma política pública o rompimento com esse modelo

tradicional que, ao final, foi o que permaneceu, através da divisão quadripartite com foco na história europeia.

Mas um outro debate sempre esteve presente desde a primeira versão e se manteve acalorado ao longo de todo debate e consulta pública: a batalha em torno da inclusão das questões de gênero, não somente na História, mas em toda BNCC. Em tempos do movimento “Escola sem partido” (ESP)¹⁷ e do pânico moral em torno da falácia da “ideologia de gênero”, esse debate tomou dimensões para além da BNCC, sendo esse documento um dos campos de batalha entre os grupos conservadores religiosos e o campo de estudo e pesquisa das relações de gênero, sexualidade e educação. A “ideologia de gênero” era utilizada como acusação e ameaça por aqueles que eram contrários à inclusão das discussões de gênero na BNCC, acusando qualquer tentativa de pautar a incorporação das relações de gênero e, sobretudo, de sexualidade, como imposição de ideias que ameaçam a família e os valores tradicionais¹⁸. O campo de pesquisa nas relações de gênero, sexualidade e educação não reconhece esse termo como algo que define o trabalho realizado por pesquisadores e pesquisadoras da área. Ao contrário disso, a defesa pela introdução das discussões de gênero na BNCC está baseada na construção histórica desse conceito que, segundo Joan Scott¹⁹, surge da luta das feministas na segunda metade do século XX pelo direito ao voto e pelo combate às opressões e desigualdades construídas no social. Mais do que isso, a historiadora inglesa defende que o gênero é uma categoria útil de análise histórica, uma vez que ele traz para o debate as ideias de construção da história e dos gêneros, assim como seu caráter relacional, que não nos permite dizer das categorias homem e mulher como algo homogêneo e isolado. Mas também neste debate, a BNCC e a parte destinada à História sofreram forte perseguição ao termo gênero, que foi excluído do documento de forma

¹⁷ O Movimento iniciado em 2004 a partir da ação do advogado Miguel Nagib também é conhecido como Programa Escola sem Partido, ou apenas Escola sem Partido, que é divulgado em todo o país afirmando representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Um movimento que combate a inclusão das discussões de gênero nas escolas sob argumento que ela faz parte das questões privadas e, portanto, cabendo as famílias a educação sexual e de gênero de seus filhos e filhas.

¹⁸ REIS, Toni; EGGERT, Edla. “Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros”...

¹⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-82.

clara. No entanto, essa ausência não significa a impossibilidade do trabalho comprometido com a igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual. Muito pelo contrário. O que estou defendendo é que há possibilidade de trabalho nas brechas do documento, mesmo porque trabalhar com Ensino de História é trabalhar o tempo todo com as relações de gênero, já que nossa história ensinada é centrada na história do homem, branco, católico e heterossexual, de maneira que, ao ensinar a História, estamos ensinando lugares de homens e mulheres e contribuindo para a manutenção de uma sociedade patriarcal, sexista, LGBTfóbica. Como reverter esse processo utilizando um documento que, a princípio, foi construído para sua manutenção na medida em que não problematiza essas características nos seus processos históricos de constituição? Essa parece ser a questão que nos coloca diante da ideia da BNCC como monumento, como capaz de dizer das relações sociais e dos rastros dos sujeitos no passado, de maneira que possamos problematizar o que sabemos, o que pensamos e como agimos para propor outras formas de pensar, de ser e estar no mundo.

Trabalhar com Ensino de História é trabalhar com as relações de gênero

Se há uma história que nos convida a pensar o jogo de forças na constituição da BNCC em suas escolhas política pela ausência da discussão de gênero no componente de História, também podemos dizer que há uma história que organiza a luta e as demandas do campo de Gênero, Sexualidade e Educação, que nos permite afirmar que o trabalho no Ensino de História é um trabalho com gênero. Dessa forma, defender a exclusão das relações de gênero no currículo de História demonstra um desconhecimento ou desconsideração sobre o que significa o conceito de gênero pelo viés feminista, assim como suas implicações sociais e políticas na História do Brasil. Como professor da disciplina de Estágio Supervisionado em Ensino de História de uma universidade pública federal, venho defendendo que trabalhar com Ensino de História é trabalhar, o tempo todo, com as relações de gênero, visto que a História é construída por sujeitos históricos que têm gêneros e que isso define suas posturas. Assim, no limite, quando os conservadores advogavam pela exclusão da discussão de gênero na BNCC, estavam determinando a impossibilidade do trabalho na História, porque não é possível discutir História sem fazer um trabalho com as relações de gênero, por mais que os professores e

as professoras não saibam que o estão fazendo. Esse talvez seja um dos pontos importantes nessa discussão, ou seja, desvendar que trabalho com as relações de gênero os professores e as professoras de História fazem e estão fazendo sem terem clareza do que estão realizando? Que trabalho de continuidade ou descontinuidade das relações de gênero estão proporcionando com suas aulas?

A disputa pela inclusão ou exclusão das relações de gênero no Ensino de História passa pelo entendimento de gênero em disputa. Aqueles que defendem sua exclusão estão baseados num entendimento de gênero determinado, única e exclusivamente, pelo Biológico, de forma que não cabe a discussão já que o gênero seria natural e algo dado ao nascimento, além de tomar que tais questões dizem de um aspecto privado e, portanto, de responsabilidade das famílias. Por outro lado, a defesa da inclusão das relações de gênero como parte do currículo do Ensino de História está ancorada na sua perspectiva histórica²⁰. E, mais do que isso, é o entendimento do gênero como um organizador social que dá sustentação a sua presença no Ensino de História, mesmo que isso não esteja definido claramente nas prescrições de conteúdos da BNCC. O Gênero é um organizador social, segundo Joan Scott²¹, o que significa dizer que nós somos educados numa visão binária de mundo, sendo as relações de gênero algo que nos constitui e nos faz olhar para o mundo a partir de um lugar nessas relações. Um entendimento que ocorre no interior das instituições, sendo as escolas e seus currículos um desses espaços de constituição dos sujeitos nos binarismos de gênero. Para Judith Butler²², o gênero é a nossa primeira identidade, que nos é dada discursivamente, antes mesmo de nascermos. É quase sempre a fala de um médico ou uma média que nos imputa nossa primeira identidade ao anunciar “é uma menina ou é um menino”.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das

²⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista...*

²¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica...

²² BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.²³

A citação de Butler nos convoca a questionar a impossibilidade da universalização da mulher, assim como do homem, negando-os como categorias homogêneas, ressaltando a necessidade de lidar com o sujeito feminino ou masculino como construção histórica nas suas interseccionalidades com raça e classe. Na mesma linha de condução pela defesa da inclusão das relações de gênero como fundamental para a análise histórica, Joan Scott (2019²⁴) vai construir argumentos em defesa do gênero como uma categoria útil de análise histórica a partir da inclusão das mulheres na construção da História, o que não significa, simplesmente, incluir as mulheres na História, mas no fazer a História. “As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente”²⁵.

A inclusão das relações de gênero na BNCC de História encontra eco e justificativa no próprio documento quando defende um olhar para o passado a partir do presente. Nesse sentido, podemos afirmar que as questões de gênero são problemáticas atuais e candentes, exigindo sua discussão para que possamos construir uma sociedade diferente desta que se apresenta como a que mais mata pessoas LGBTQs e mulheres no mundo. O desafio que está posto pela defesa do trabalho com as relações de gênero a partir da BNCC de História é, em última análise, teórico. Não se trata apenas de nos debruçarmos sobre as relações entre as experiências masculinas e femininas no passado, mas, principalmente, colocar em investigação como esse passado se renova ou é enfrentado no cenário atual, ou seja, que ligações podemos estabelecer entre a história do passado e as formas que pensamos e agimos na atualidade. Não nos parece possível pensar numa construção de sociedade mais democrática, menos racista, sexista, LGBTQfóbica com um investimento num futuro, sem o olhar para o passado.

Hoje vivenciamos um problema que se apresenta, também, nas aulas de História, que estou chamando de “ditadura da opinião”, algo que se materializa em meio ao debate quando um aluno ou aluna utiliza a frase “essa é minha opinião, você tem que

²³ BUTLER, Judith. Problemas de gênero... P. 20.

²⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica...

²⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica... P. 50-51.

respeitar”. A enunciação dessa frase encerra o debate, mantém quem pronuncia no seu lugar confortável da sua verdade, da sua opinião. Aula de História é aula do debate, um debate que deve estar ancorado numa perspectiva histórica, de maneira que ela não pode ser uma aula de opinião. Que todos e todas tenham uma opinião é mais do que esperado. No entanto, o trabalho da História parece ser exatamente a problematização dessas formas de pensar. Por que pensamos o que pensamos? Como construímos nossas opiniões? Trazer essas questões para a aula de História é afirmar que nossas formas de pensar e agir, assim como nossas maneiras de ser e estar no mundo dizem de uma história do pensamento. Colocar sob suspeita nossas formas de pensar, agir, ser e estar no mundo é o trabalho que as relações de gênero nos convidam a fazer na medida em que assumimos que nossas constituições de gênero, essa primeira identidade que nos dá um lugar e nos faz olhar para o mundo de uma maneira particular, é resultado de construção discursiva de perspectiva histórica e social. Para Guacira Lopes Louro²⁶, quando o conceito de gênero “afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando”²⁷. Se, como afirma Foucault²⁸, somos sujeitos resultados de discursos, também não podemos esquecer que esses discursos têm historicidade, de maneira que os sujeitos são produções discursivas em suas historicidades.

É com esse entendimento de gênero que quero olhar para o documento da BNCC para encontrar brechas no corpo do texto que possibilitem abertura para trabalhar com as relações de gênero, mesmo que isso não esteja prescrito textualmente. Considerando que o documento é oficial, está pronto e irá impactar a formação docente e o currículo, meu posicionamento não é de resistência no sentido de negar sua utilização, tampouco de sua incorporação acrítica, mas de resistência baseada no entendimento de que somente o investimento numa formação docente crítica será capaz de lidar com esse documento como desafio e potencialidade para o Ensino de História e de buscar brechas para o trabalho com as relações de gênero. Logo na apresentação do componente

²⁶ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

²⁷ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação...* P. 22-23.

²⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber...*

curricular de História, é definido um objetivo do Ensino de História que conduz ao gênero como constituidor dos sujeitos, mesmo que essa relação não esteja estabelecida textualmente.

Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania²⁹.

Dizer que os “indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem” e, ainda, afirmar a existência de “uma grande diversidade de sujeitos históricos” como forma de estimular o “pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania” aponta para um trabalho com as relações de gênero, sobretudo porque na sala de aula temos, minimamente, meninos e meninas cisgêneros³⁰ que são nossos focos de atuação. Essa diversidade que compõem a escola nos obriga a considerar que as relações de gênero se constituem como uma organização que conduzem os sujeitos a percepções distintas do conhecimento histórico e isso não parece sem importância para ser desconsiderado.

A possibilidade de resistência na BNCC

Meu propósito de trabalhar com as resistências ao documento, àquilo que a BNCC sugere para o Ensino de História, é o trabalho com um olhar para o documento buscando fugas, identificando brechas e explorando nas entrelinhas do texto as possibilidades do trabalho com as relações de gênero. Na atualidade, propor o trabalho com as relações de gênero na BNCC, a partir do que está posto, já é em si um ato de resistência, visto que essa inclusão enfrenta a política de ausência que dominou a construção do documento no jogo de forças das relações de saber-poder. Na primeira parte deste artigo, já foram utilizadas as ferramentas conceituais de Michel Foucault para entender as condições de emergência da BNCC e, principalmente, para situar as disputas como relações de poder ligadas aos saberes. Relações de poder que só existem com a presença das possibilidades

²⁹ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: História. Brasília, 2017, p. 397-403. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em 13 ago. 2020. P. 400.

³⁰ Cisgeneridade é quando há correspondência entre identidade de gênero e o gênero que foi atribuído a pessoa no nascimento.

de resistência, sendo a resistência parte dessas relações de poder.³¹ Resistências como uma das forças desses jogos de poder que estão ligadas às liberdades dos sujeitos e de suas subjetividades e que necessitam ser tão inventivas quanto os poderes. Na História da Sexualidade I, Foucault³² argumenta que não é possível fazer uma história da sexualidade sem uma história dos discursos. Desenvolvendo esse argumento, ele vai se dedicar a pensar as relações de saber-poder em torno das questões ligadas aos sujeitos, seus desejos e suas “verdades” para refutar a hipótese repressiva como aquela que foi capaz de excluir os discursos sobre o sexo a partir da modernidade. Ao contrário dessa repressão, o que vivenciamos foi uma proliferação discursiva fomentada pela vontade de saber e de fazer falar. Também quero pensar que a tentativa de repressão ao gênero na BNCC possa gerar essa proliferação discursiva como resistência. Essas análises vão contribuir para as discussões sobre as construções de gênero, sobretudo por sua perspectiva histórica dos discursos e pelos atravessamentos com as relações de saber-poder. Dessa forma, falar das questões ligadas às relações de gênero e sexualidade tem um atributo de poder inegável, o que Foucault vai chamar de “benefício do locutor”³³. “Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”³⁴.

Daí o caráter de resistência no trabalho com as relações de gênero a partir das brechas na BNCC. Trabalhar com as relações de gênero na BNCC dá um lugar a esses professores e professoras, como àqueles e àquelas que resistem ou que se revoltam contra o documento. Aquele e aquela que resistem parecem estar, a um só tempo, “na” história, já que resistem contra algo que existe e contra uma série de poderes que são históricos e são condições de emergência do documento, e “fora” da história, uma vez que assumem uma postura contrária a esse documento, a essa série de poderes, colocando-se fora deles. Essa é uma forma de análise que me provoca e me faz aceitar ao convite de Foucault de ser infiel a ele, de pensar para além dele e, assim, tomar a BNCC como atravessada por formações do saber e pelos jogos e forças do poder. Olhar a BNCC

³¹ FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política...*

³² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

³³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I...* P. 12.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I...* P. 12.

por esse viés é buscar uma postura crítica diante do documento, entendendo-o como produzido por formas mistas de poder-saber que buscam nos produzir, mas que também dizem das relações de poder-saber que nos organizam, que já vivenciamos, sobre as quais falamos e que nos fazem falar. Esse me parece um aspecto importante que me aproxima das possibilidades de olhar para a BNCC buscando suas possibilidades de uso para além daquilo que está prescrito e utilizando o próprio texto do documento para identificar aberturas para o trabalho com as relações de gênero. A resistência é, segundo Foucault, a necessidade do possível.

O componente curricular de História na BNCC se divide em duas partes, tanto no que diz respeito a sua organização e apresentação, quanto ao direcionamento teórico que elas se enquadram. No que seria a primeira parte, temos a apresentação dos objetivos do Ensino de História. Podemos caracterizar essa parte como curta e pouco esclarecida sobre as epistemologias que orientaram as escolhas historiográficas e os recortes temporais. Essa pode ser mais uma ausência do documento que dificulta a compreensão profunda da BNCC por parte dos professores e professoras no trabalho de colocar em prática o que está no documento, mas que também potencializa as resistências, na medida que a falta de clareza possibilita as inclusões, complementações e fugas. Ao invocar as possibilidades de resistência, é importante pensar de onde elas vêm? Se estou falando de um documento que depende dos professores e professoras para colocá-lo em vigor, estou acreditando que as resistências vêm desses sujeitos. Segundo Eugénia Vilela³⁵, pensar a origem dessas possibilidades de resistência nos conduz ao surgimento “de uma dimensão na cena das relações de força: a dimensão do sujeito ético”³⁶. O próprio documento incentiva a análise como postura dos sujeitos diante do que nos é apresentado, fazendo uma convocação em direção a esse sujeito ético.

A análise é uma habilidade bastante complexa porque pressupõe problematizar a própria escrita da história e considerar que, apesar do esforço de organização e de busca de sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa. Segundo Hannah Arendt, trata-se de um saber lidar com o mundo, fruto de um processo iniciado ao nascer e que só se completa com a morte. Nesse sentido, ele é impossível de ser concluído e incapaz de produzir resultados finais, exigindo do sujeito uma compreensão estética e, principalmente, ética do objeto em questão.³⁷

³⁵ VILELA, Eugénia. Resistência e acontecimento. As palavras sem centro. In: KOHAN, Walter Omar. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 107-128.

³⁶ VILELA, Eugénia. Resistência e acontecimento... P. 113-114.

³⁷ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 400.

“Problematizar a própria escrita da história”, como defende o documento, reforça essa postura de resistência diante do que nos é dado, demonstrando que o que chamamos de “realidade” é resultado de uma trama que coloca em ação diferentes jogos discursivos e de linguagem que vão dando significados à vida e a nós mesmos. Problematizar, segundo Foucault³⁸, diz de um processo em dar um passo atrás e transformar em problema algo que comumente não tomamos como problema de investigação e como “objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins”³⁹. Problematizar é investir nas perguntas. Problematizar é uma possibilidade de fazer pesquisa, segundo Foucault⁴⁰, sendo uma forma de se posicionar diante do conhecimento. Ao final da primeira parte da BNCC, essa defesa aparece como uma diretriz para o Ensino de História: “(...) é importante observar e compreender que a história se faz com perguntas. Portanto, para aprender história, é preciso saber produzi-las”⁴¹. Saber produzir perguntas também parece ser uma ação importante diante da BNCC para que possamos tomá-la como provocadora do pensamento e como definidora dos sujeitos e da vida.

A BNCC é parte desse jogo que visa dar significado à vida e aos sujeitos, ligando linguagens aos investimentos curriculares e aos interesses políticos, sociais, culturais que convidam os sujeitos a se reconhecerem. No Ensino de História, o debate sobre as construções curriculares está ancorado nas demandas sociais, reconhecendo que currículo diz de seleção e, portanto, de esquecimentos, o que significa dizer que são disputas de memória, de processos históricos que dão visibilidades a determinados sujeitos e suas posições sociais, sendo um discurso sobre o passado e não “o” discurso do passado. Mas os discursos sobre o passado estão diretamente ligados ao tempo presente⁴². As resistências só parecem possíveis na medida em que esses aspectos são considerados, ou seja, como ponto positivo e criativo diante do reconhecimento de que o Ensino de História é lugar de contradições, do debate, da diversidade de ideias e sujeitos,

³⁸ FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política...*

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política...* P. 231-232.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política...*

⁴¹ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 439.

⁴² JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

da provisoriamente das verdades e dos conhecimentos e da força interpretativa sobre a experiência humana no tempo.

Por todas as razões apresentadas, espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive.⁴³

Ao defender o “conhecimento histórico” como “uma forma de pensar (...) uma forma de indagar sobre as coisas do passado”, como está presente na citação, o documento fornece uma brecha para introduzir a discussão das relações de gênero, visto que o gênero, segundo Joan Scott⁴⁴, “coloca ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”⁴⁵. Esse é um temor que é explorado pelo pânico moral em torno dos ataques ao que seria a “ideologia de gênero”, ou seja, a acusação que a introdução das discussões de gênero na escola seria para falar de sexo, para ensinar sexo às crianças. Gênero não se limita a sexo e tampouco é determinado por ele. “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”⁴⁶. Um entendimento de gênero que implica o Ensino de História nas construções sociais de homens e mulheres e afasta o temor infundado sobre “ensinar a fazer sexo”. Quando a BNCC toca na relação de construção dos sujeitos em seus processos históricos, parece dar abertura para a discussão de gênero, visto que falar de constituição histórica dos sujeitos é falar de seus pertencimentos aos gêneros e sexualidades. “A presença de diferentes sujeitos ganha maior amplitude ao se analisarem processos históricos complexos ocorridos em espaços, tempos e culturas variadas”⁴⁷.

Na construção do gênero como uma categoria útil de análise histórica, Joan Scott⁴⁸ critica os usos descritivos do gênero que foram empregados pelos historiadores,

⁴³ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 401.

⁴⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica...

⁴⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica... P. 54.

⁴⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica... P. 54.

⁴⁷ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 417.

⁴⁸ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica...

entendendo gênero como tema e não como campo do conhecimento, como se inclusão de novos temas como a história das mulheres, das crianças, das famílias fossem suficientes. E ainda reforça sua crítica à ausência das relações de gênero na História, afirmando que,

aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm explicitamente a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que trabalham com o político e o poder. Isso tem como resultado a adesão a uma certa visão funcionalista baseada, em última análise, na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escritura da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens)⁴⁹.

O trabalho com o gênero busca reverter esse quadro e propor outra forma de fazer, trabalhar e ensinar a História, que passa pela inclusão das relações de gênero no currículo de forma explícita, mas também que ele possa ser entendido como transversal a vários temas clássicos do currículo e do Ensino de História. Baseada nas proposições dos historiadores e historiadoras feministas e suas contribuições para a História e para o Ensino de História, Scott⁵⁰ elenca posições teóricas que nos convidam a pensar as possibilidades do trabalho com gênero na BNCC. A primeira posição seria “um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado”⁵¹. O patriarcado está na origem da nossa sociedade, tendo fundamentos da nossa história desde o período colonial e que nos coloca o desafio de olhar para o presente, para problematizar nossas formas de pensar, agir, ser e estar nesta sociedade sem nos esquecermos do passado. O trabalho com o passado a partir do presente, das problemáticas do presente que nos constituem, que nos afligem, é um ponto defendido pela BNCC, dando uma abertura para essa contribuição de uma perspectiva feminista de gênero para o Ensino de História.

O ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p. 416⁵²).

Pensar as origens do patriarcado é uma forma de problematizar a subordinação feminina aos homens, que conduzem para relações de gênero de violência e ameaça à

⁴⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica... P. 54-55.

⁵⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica...

⁵¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica... P. 55.

⁵² BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 416.

vida. A segunda posição teórica que ajudaria a incluir as relações de gênero no Ensino de História a partir da BNCC é o estabelecimento da tradição marxista com as críticas feministas. Quando trata os procedimentos para o Ensino de História, a BNCC apregoa o trabalho com mais de uma perspectiva de análise de um mesmo fato histórico. “O terceiro procedimento citado envolve a escolha de duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes”⁵³.

Todas essas considerações de ordem teórica devem considerar a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos.⁵⁴

A citação acima traz, de forma mais contundente, a importância do protagonismo dos alunos e alunas diante do conhecimento, de maneira que as experiências dos sujeitos sejam tomadas como ponto de reflexão para intervir e adequar o currículo. Um convite aberto que faz pensar na introdução das relações de gênero, enfim, um convite para tomar essas experiências e as diversidades que compõem as escolas nas suas potencialidades, sem esquecer de estabelecer diálogos com os saberes históricos e a constituição dos sujeitos.

Pensando nessas articulações, Joan Scott atenta que as “feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história”⁵⁵, para dizer com isso de uma necessidade de se combater uma única visão das condições atuais no que diz as desigualdades de gênero. Trazer as relações de gênero para o debate com a corrente marxista significa combater os essencialismos entre gênero e a divisão do trabalho pelo capitalismo, reconhecendo que a dependência das mulheres é anterior ao capitalismo. Nossa aposta, ao final, é que uma leitura crítica da BNCC de História é capaz de encontrar espaços de fuga em que a discussão de gênero seja acionada, o que pode ser feito para além da disciplina de História. O que busquei fazer ao longo deste artigo foi defender que a postura diante desse documento deve ser de uma conduta reflexiva,

⁵³ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 419.

⁵⁴ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 419.

⁵⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica... P. 57.

sobretudo se considerarmos que esse não é um documento que deva ser tomado como algo a ser implementado na íntegra, mas que busca o diálogo com as escolas. Esse artigo buscou contribuir para o debate e para o fortalecimento dos argumentos nas escolas pela defesa do trabalho com as relações de gênero, capaz de manter a autonomia pedagógica das escolas, dos professores e das professoras.

Considerações Finais

Quero recuperar a intenção deste artigo como um “convite” a um repensar a BNCC de História como objeto de problematização para a formação docente e para o currículo.

Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental.⁵⁶

Ao longo do texto, fiz a defesa de que o documento aciona sujeitos éticos diante dos seus efeitos e das suas possibilidades de uso, considerando que a BNCC como proposta curricular deve ser entendida como escolhas culturais, temporais e, portanto, atravessadas por relações de saber-pode sempre variáveis e dinâmicas, cabendo as resistências. A BNCC acaba definindo um conjunto de saberes, concepções, valores e regras de ação que são propostas para professores e professoras e que vão definindo os grupos de sujeitos que estarão ou não presentes nas escolas pelos saberes selecionados. Mas, ao fazer isso, ela também nos convoca a nos posicionarmos, ela nos convida a pensar como cada um se constitui a si mesmo, como nos comportamos diante dessas prescrições, sobretudo no que diz respeito aos compromissos com os nossos alunos e alunas e suas diversas identidades. A defesa de inclusão das relações de gênero na BNCC passa pelos processos de formação docente, envolvendo um contexto de aprendizagem, não somente para professores e professoras, mas também para alunos e alunas, já que significa a apropriação de discussões e de novas formas de pensar e tratar as construções e desigualdades entre homens e mulheres. Também podemos pensar que tais discussões apostam numa certa radicalização, visto que elas podem representar possibilidade de

⁵⁶ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular... P. 401.

questionar as manifestações públicas das intolerâncias, das violências e das opressões que nos organizam como ligadas ao conhecimento e que estão em diferentes espaços públicos atuais.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: História. Brasília, 2017, p. 397-403. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em 13 ago. 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Aryana Lima & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O Ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá*. Saeculum Revista de História (16), João Pessoa, jan/jun, 2007.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O belo perigo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACEDO, Elizabeth. "Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?" *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira*. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 201

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf Acesso em: 09 ago. 2020.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. "Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros". *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-82.

VILELA, Eugénia. Resistência e acontecimento. As palavras sem centro. In: KOHAN, Walter Omar. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 107-128.

ZAMBONI, Ernesta. "Panorama das pesquisas no ensino de História". *Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, n. 6/ 7, jan.-dez. 2000/ 2001

Recebido em 15 de agosto de 2020
Aprovado em 25 de janeiro de 2021



ARTIGO
ARTICLE

“Eu não sou culpada de gostar de beber e viver na madrugada”: Dora Lopes, o amor e a boemia em sambas canção (1950-1962)

“I am not guilty of liking to drink and live at dawn”: Dora Lopes, love, and bohemia in samba songs (1950-1962)

Uelba Alexandre do Nascimento 

Professora de História Antiga, Universidade Federal de Campina Grande

uelba_ufcg@yahoo.com.br

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. “Eu não sou culpada, de gostar de beber e viver na madrugada”: Dora Lopes, o amor e a boemia em sambas canção (1950-1962). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.31821>

Resumo: Quando falamos de boemia, é frequente associar este mundo aos homens e dificilmente imagina-se as mulheres fazendo parte dele. Mas o mundo da boemia também era vivenciado por mulheres, especialmente as que viviam dele, como as meretrizes, as cantoras profissionais e atrizes do teatro. Dentro deste grupo também incluímos mulheres compositoras que enfrentavam preconceitos diversos para se firmarem num cenário musical ainda fechado para elas. Nosso artigo tem por objetivo analisar o mundo que permeia os sambas e sambas canção, especificamente os de composição da cantora Dora Lopes, entre 1950 e 1962, que mostrassem a relação dela com o mundo boêmio, analisando as representações do amor e relações amorosas/sexuais que as letras de suas canções apresentavam, utilizando os estudos de gênero de Teresa de Lauretis e a noção de dispositivo amoroso/sexual de Tania Navarro Swain para entender como as composições de Dora Lopes quebravam com a lógica de um modelo de relação amorosa/sexual dominante neste cenário musical.

Palavras-chave: Sambas Canção; Tecnologias de Gênero; Dispositivo Amoroso e Sexual.

Abstract: When we talk about bohemia, it is often associated with men and hardly imagines women being part of it. But the world of bohemia was also experienced by women, especially those who lived in it, such as, professional singers and actresses of the theater. Within this group we also included women composers who faced various prejudices to establish themselves in a musical scenario still closed to them. Our article aims to analyze the world that permeates the song sambas and sambas, specifically those of composition of singer Dora Lopes, between 1950 and 1962, which showed her relationship with the bohemian world, analyzing the representations of love and love/sexual relationships that the lyrics of her songs presented, using Teresa de Lauretis' gender studies and Tania Navarro Swain's notion of a love/sexual device to understand

how Dora Lopes' compositions broke with the logic of a dominant love/sexual relationship model in this musical scenario.

Keywords: Sambas Song; Gender Technologies; Loving and Sexual Device.

Sobre Música e Boemia

Quando falamos em boemia quase sempre vem em nossas mentes a noite, os bares, a música, os homens e suas amizades. Tema instigante e curioso, ela provoca sensações diversas aos que se propõem a estudá-la.

Segundo o antropólogo Fídias Teles¹, o boêmio é aquele que gosta da noite, vive da noite e faz dela sua companheira. É o frequentador assíduo dos bares e cabarés. Mantém vários laços de amizade e solidariedade com prostitutas e cafetinas, ou tem casos amorosos com elas. É aquele que gosta de cantar, dançar ou tocar músicas, declamar poesias ou, simplesmente, admirar a noite juntamente com as canções, as bebidas, os ambientes, as amizades e as mulheres.

Esta definição de boêmio feita por Teles está limitada ao âmbito masculino, deixando de lado como as mulheres se enquadram nele. Sim! as mulheres também faziam e fazem parte deste mundo a partir do momento que gostam de bares e cabarés; amam a noite, constroem laços de amizade e solidariedade. Assim como cantam, dançam, bebem, se relacionam amorosamente. Mas, ao falar de boemia, associa-se quase que imediatamente ao mundo masculino. E por que isto?

Esta associação vem de longa data, permeando os séculos, mas foi apenas no século XIX que o termo boemia ganhou contornos na França através do estudo feito por Jerrold Seigel² que retratou em seu livro a cultura e a política parisiense entre 1830-1930 a partir da boemia.³ Percebemos então; que não só a criação do termo, mas o estilo de vida que é descrito, faz referência a um mundo eminentemente masculino como se não houvesse mulheres que fizeram parte dele.

¹ TELES, Fídias. *Os Malabaristas da Vida: Um Estudo Antropológico da Boemia*. Recife: Comunicarte, 1989.

² SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa (1830-1930)*. Porto Alegre, L&PM, 1992.

³ Embora o termo tenha surgido no final do século XVIII, como sugere Robert Darnton, na passagem do Antigo Regime francês para a nova ordem após a Revolução Francesa, associado aos *cafés*, onde os sublitteratos da época se encontravam para conversar e debater questões político-filosóficas pertinentes ao contexto daqueles dias, é só no século XIX que efetivamente surgem referências escritas sobre a boemia como um tipo de vida especial e identificável. Seigel analisa a peça teatral que se tornou livro sobre o tema, no qual utiliza como fonte de sua pesquisa: *Cenas da Vida Boemia*, de Henry Murger (1849).

Elas estavam lá, mas foram silenciadas pelas vozes dos vários discursos filosóficos, religiosos, científicos, jurídicos, médicos, das tradições e do senso comum que instituíram. Como Tania Navarro Swain⁴ nos diz, através do conceito de dispositivo amoroso: a imagem de uma “verdadeira mulher”. Ou seja, doce, amável, devotada/amorosa do lar, da família, do marido e dos filhos que contrastava com o universo noturno. A “verdadeira mulher” não poderia ser e estar na vida noturna. Este mundo pertencia aos homens, mas “as outras” estavam lá.

O mundo da boemia também era vivenciado por mulheres, prostitutas ou não, que frequentavam as noites da cidade com seus maridos, amantes, namorados, amigos (as). Ou era vivenciado por mulheres que viviam dela como as meretrizes, as cantoras profissionais e atrizes do teatro e do rádio.

Era, e ainda é, um mundo bastante complexo e com muita diversidade de relações, e que frequentemente era associado as classes menos favorecidas da sociedade, especialmente em se tratando de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, como nos aponta Margareth Rago (2008).

Ao mesmo tempo que havia esta associação, a complexidade do mundo noturno boêmio cabia também aos mais abastados, aos que frequentavam bares e cafés dos mais luxuosos, homens e mulheres que andavam pelas ruas, becos e avenidas das cidades em locais elegantes.

Isto não significa que pessoas mais simples não pudessem entrar em locais luxuosos ou que as elites mais abastadas não frequentassem os bares e restaurantes mais simples. O que vemos é a presença de pessoas de vários níveis sociais nos mais diversos ambientes que a noite podia oferecer. E justamente por ser tão diverso, o mundo boêmio também era cheio de conflitos e de regras de sociabilidades que se construía nestes espaços.

As mulheres encontravam-se nestes ambientes exercendo várias profissões ou como frequentadoras assíduas, o que gerava certo incômodo a alguns homens “mais afeitos a moral e aos bons costumes” de determinada época, como nos aponta a pesquisa de Sueann Caulfield sobre o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX:

⁴ NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a Vida e a Morte, o Sexo*. (2008) http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_e_a_morte.pdf

Luís Martins[...] um boêmio nostálgico que frequentou a Lapa nas décadas de 1920 e 1930, relatou o seu desconforto quando, em 1937, pediram a ele que acompanhasse um grupo de artistas modernistas, incluindo a pintora Tarsila do Amaral e duas outras mulheres, num passeio à vida noturna da Lapa. *“Sempre desaprovei misturas de locais e de pessoas[...], lugar de farra não é próprio para família, e constrangia-me conduzir senhoras a bares em que preferia estar sozinho ou com companheiros do meu sexo”*⁵.

Homens assim como Luís Martins, citado no livro de Sueann Caulfield, que eram boêmios e socialmente transgressores, seguiam determinados padrões normativos de honra sexual relacionada as “mulheres da família” que determinavam que locais elas deveriam ou não frequentar, para manterem sua conduta ilibada. E no entanto, apesar do “incomodo” que causavam, lá estavam elas circulando pelos bares boêmios.

O mundo boêmio que pretendemos analisar é o mundo que permeia os sambas e sambas canção, especificamente os de composição da cantora Dora Lopes (1950 e 1962). E quando falamos de canção, estamos nos reportando a ela enquanto fonte de pesquisa que vem se firmando há algum tempo.

Segundo o historiador Silvano Baia⁶, atualmente existem duas formas de abordar a música, mas, que na verdade, se complementam. De um lado, uma mais voltada para aspectos da estruturação musical e, de outro, abordagens sociopolítico-culturais.

Neste sentido, o olhar do historiador se volta para aquilo que mais se aproxima de seus interesses quando escolhe privilegiar os aspectos técnicos - de estruturação da linguagem musical e como as concepções estéticas incidiram sobre estes aspectos - as conexões da música com seu contexto sociopolítico-cultural ou até os diversos aspectos da produção, reprodução e recepção do material musical e suas conexões com a vida dos indivíduos e das sociedades.

Esta não é uma relação tranquila no meio acadêmico que trabalha com a música, pois existe uma tensão que incide justamente nestas abordagens metodológicas. Para uns, a música deve ser analisada em sua formalidade e na sua linguagem própria. Para outros, ela deve ser utilizada nas reflexões históricas enquanto fonte documental em suas diversas conexões.

⁵ CAULFIELD, Sueann. *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000. P. 138.

⁶ BAIA, Silvano Fernandes. A Música Popular na Historiografia: Reflexões Sobre Fontes e Métodos. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, nº 24, jan-jun 2012, p. 61-80.

Para a realização deste artigo, entendemos que a música, na sua forma poética que é a canção, deve ser utilizada como documento histórico e que nos serve como aparato para nossas análises e reflexões visto que foram produzidas em determinada época e lugar, levando em consideração os valores socioculturais que elas expressam através das letras. É por meio da música e da canção que podemos compreender melhor as relações de gênero num dado momento histórico, onde as sensibilidades se manifestam no compor e no interpretar as canções, deixando suas marcas de historicidade nos documentos escritos (canção) e nos documentos fonográficos (interpretação).

Duas questões metodológicas devem ser levadas em consideração quando se trabalha com música. A primeira é entender que a música é um documento histórico e, como nos assevera Marcos Napolitano⁷, é composta de dois elementos que tem contato direto com o ouvinte: **os parâmetros verbo-poéticos** (os motivos, as categorias simbólicas, as figuras de linguagem, os procedimentos poéticos) os **parâmetros musicais de criação** (harmonia, melodia e ritmo) e **interpretação** (arranjo, colaboração timbrística, vocalização etc). É a partir desses elementos que Napolitano aborda a apropriação social da música por parte do ouvinte e a relação entre compositor, intérprete e público.

Trabalhar a canção enquanto documento dentro de uma perspectiva histórica é entender que essa estrutura é perpassada por tensões internas na medida em que toda obra de arte, seja ela musical ou não, é o produto do encontro de diversas influências, tradições históricas e culturais que encontram uma solução provisória na forma de gêneros, estilos, linguagens etc.

A segunda questão metodológica é que todo trabalho com música tem que, necessariamente, partir para a escuta das canções analisadas. Todos os pesquisadores da área são unânimes em advertir que não podemos nos prender ao universo da letra em si porque ela sozinha não tem autonomia na criação musical, como nos fala Adalberto Paranhos.⁸

⁷ NAPOLITANO, Marcos. *História & música: história cultural da música popular*. 2.ed. revisada pelo autor. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (História & ... Reflexões).

⁸ PARANHOS, Adalberto de Paula. *Os Desafinados: Sambas e Bambas no Estado Novo*. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

A escuta dos fonogramas é importante porque música e letra se completam na voz do intérprete. Se escutarmos uma mesma canção cantada por diferentes intérpretes, veremos que cada um tem sua entonação de voz própria e performances diferenciadas que certamente modificam o sentido da canção. Sem falar nas questões que advêm da produção musical.

Além das canções como fonte de pesquisa principal⁹, também utilizamos algumas revistas que produziram matérias sobre a compositora que nos ajudou bastante a compor o perfil artístico e pessoal de Dora Lopes, tais como: a Revista do Rádio, Radiolândia, Revista do Disco e Revista A Manhã.¹⁰

Dito isto, queremos mostrar que nossa pesquisa tem por objetivo principal mapear as composições de Dora Lopes que mostrassem sua relação com o mundo boêmio, especialmente na década de 1950 até 1962, quando ela lança seu maior sucesso musical analisando as representações do amor e relações amorosas/sexuais que as letras de suas canções apresentavam. Para isto, utilizamos os estudos de gênero de Teresa de Lauretis¹¹ e a noção de dispositivo amoroso de Tania Navarro Swain.

Lauretis, em artigo publicado em 1994, propõe que gênero, como representação e autorrepresentação é o produto e processo de diferentes tecnologias sociais (como a música); de discursos, epistemologias, práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana¹².

Pensar o gênero a partir da música é compreender que o discurso utilizado nas letras das canções e na interpretação dos artistas produz e reproduz como os sujeitos masculinos e femininos devem ser e sentir. Nas composições de sambas e sambas canção da primeira metade do século XX, percebemos o quanto a música representa esses sujeitos a partir dos valores construídos de uma época, como afirma Lauretis:

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relacionam o sexo a

⁹ Ver sites de pesquisa ao final do texto.

¹⁰ Todas as Revistas e Jornais citados aqui foram pesquisados nos arquivos digitais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, disponibilizados no site <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

¹¹ LAURETIS, Teresa de. "A Tecnologia de Gênero". 1994 <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>

¹² LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia de Gênero...* P. 208.

conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.¹³

Neste sentido, gênero, como entende Lauretis¹⁴, é uma construção sociocultural e um sistema de representação que atribui significados aos indivíduos dentro da sociedade: “a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação”, como nos afirma a autora.

Outro conceito importante para nós é o de dispositivo amoroso criado por Tania Navarro Swain¹⁵ que nos mostra que este é um elemento que constitui os dispositivos de gênero ou nos dizeres de Lauretis, das “tecnologias de gênero”. Isto é, que tentam enquadrar o feminino num destino biológico que o modula dentro de relações, condutas, emoções, subjetividades e corpos numa lógica binária e hierárquica, baseada na heterossexualidade normativa e inferiorização e subjugação das mulheres pelos homens.

Interessante perceber, em muitas letras que Dora Lopes compõe, a quebra exercida por esta compositora de certo controle dos valores vigentes na década de 1950 e nas seguintes.

Tanto nas letras quanto nas suas posturas ao longo de sua carreira artística, Dora faz questão em se mostrar como: mulher autêntica (*Se Eu Morrer Amanhã Tá Tudo Certo*, 1974), sambista (*Diploma de Sambista*, 1974), noturna (*Sereno no Samba*, 1958), boêmia (*Samba da Madrugada*, 1962), bebedora de cachaça (*Tomando Mais Uma*, 1974), amante (*Além de Tudo*, 1977), que gosta de amores passageiros (*Amor de Boate*, 1954) e tantas outras qualificações que não se enquadravam no “ser mulher” daqueles anos. Mas essa é uma discussão que faremos mais adiante.

Neste momento, vamos dar início a um pequeno percurso sobre nossa pesquisa, para em seguida apresentarmos um pouco do que foi a trajetória artística de Dora Lopes e a análise de algumas de suas composições entre 1950 e 1962.

Pequeno percurso de pesquisa sobre composições femininas no Brasil.

Paira na história da música popular no Brasil, em termos de registros fonográficos e autoria, um ar de exclusão e preconceito. Sabemos que as dificuldades para os homens se firmarem no mercado fonográfico nascente eram grandes porque ser músico e

¹³ LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia de Gênero...* P. 211.

¹⁴ LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia de Gênero...* P. 212.

¹⁵ NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a Vida e a Morte, o Sexo...* P. 6.

compositor de música popular no Brasil era sinônimo de vadiagem, como asseverou o cantor, compositor e radialista Almirante.¹⁶ Este que ficou conhecido por seu pseudônimo porque vinha de uma família tradicional e não queria “(...) arrastar seu nome para o campo ainda malvisto da música popular brasileira”.

Para as mulheres, ainda era mais difícil porque, além de serem desconhecidas do grande público, as atividades de cantora e compositora não eram valorizadas pelo mercado fonográfico nascente. Como assevera a pesquisadora Ana Carolina Murgel¹⁷, através de estudos mais aprofundados sobre a questão das mulheres compositoras no Brasil, percebeu-se que havia, sim, um grande número de mulheres que compunham, desde o século XIX, músicas eruditas e populares.¹⁸

O caso que a maioria do público conhece é o de Chiquinha Gonzaga que teve que lutar pela sua arte, separando-se do marido e enfrentando preconceitos da sua própria família e da sociedade.¹⁹

Outros estudos apontam que Chiquinha Gonzaga não era a única mulher que compunha no século XIX e primeiras décadas do século XX. A pesquisa de Vanda Freire e Angela Portella²⁰ mostram que havia mulheres que eram pianistas e compositoras em salões e teatros do Rio de Janeiro entre 1870 e 1930, onde estas atuavam como musicistas, interpretando, compondo e publicando músicas de diferentes gêneros.

¹⁶ ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 44. Almirante se chamava Henrique Foréis Domingues (1908-1980).

¹⁷ MURGEL, Ana Carolina A. T. Mulheres compositoras no Brasil dos séculos XIX e XX. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, nº 3, novembro de 2016, p. 58.

¹⁸ O estudo da pesquisadora Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel aponta mais de 2.725 cantoras e compositoras entre o século XIX e XX no Brasil.

¹⁹ Chiquinha casa-se muito jovem, aos 16 anos, com o oficial da Marinha Mercante Jacinto Ribeiro do Amaral e na ocasião de seu matrimônio ganha de presente do pai um piano. A partir de então começa a compor valsas e polcas, para desagrado do marido, que não queria ver a esposa metida com música. Com Jacinto teve três filhos, mas após o nascimento deste último, decidiu separar-se voltando para a casa dos pais. No entanto, não recebeu apoio da família, passando então a viver de dar aulas de piano e a compor música vendendo suas partituras. DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga*. São Paulo: Moderna, 2001.

²⁰ FREIRE, Vanda Lima Bellard; PORTELA, Angela Celis H. Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930). *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, vol. 5, nº 2, Jul-Dez 2010, Bogotá, Colômbia, pp. 61-68, ISSN: 1794-6670.

Os pesquisadores Zuza Homem de Melo e Jairo Severiano²¹, quando relatam o aparecimento de mulheres em meio a canção popular, citam a atriz e cantora Aracy Cortes²² a partir de 1920 e falam da dificuldade na inserção de mulheres neste cenário:

[...] se os cantores eram escassos, inexistente era o naipe das cantoras. A rigor, não há no Brasil uma só cantora popular de sucesso antes da década de 1920. Deve ser o fato, simplesmente, à não existência desse tipo de atividade profissional em nossa sociedade machista de então. O que havia eram atrizes do teatro musicado que às vezes gravavam. As exceções seriam talvez as duas moças que, no suplemento inicial de discos da Casa Edison, aparecem cerimoniosamente tratadas como Srta. Odete e Srta. Consuelo. Sobre essas moças, as primeiras brasileiras a gravarem, tem-se apenas uma informação biográfica: eram senhoritas.²³

Ao adentrarmos na historiografia da música popular no Brasil para realizarmos nossa pesquisa de doutorado em 2010²⁴, percebemos a imensa lacuna quando se tratava de autoria feminina em sambas e sambas canção.

Percebemos que na primeira metade do século XX, a historiografia brasileira referente à música e composições citam apenas Chiquinha Gonzaga, no final do século XIX e início do século XX, Dolores Duran e Maísa nos anos 1950. Era como se um buraco se abrisse entre o início do século XX até 1950, quando do surgimento das compositoras citadas.

Maria Izilda²⁵ atribui a pouca importância que a historiografia da música popular brasileira deu à produção musical dos anos 1940 e 1950. Um preconceito desvelado e um certo desprestígio do samba canção. Isto faz todo sentido visto que toda uma produção historiográfica da música popular naqueles anos é voltada, especificamente, para as origens do samba e seus compositores ilustres num movimento que ficou conhecido

²¹ SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A Canção no Tempo: 85 Anos de Música Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2006. v.1:1901-1957; *A Canção no Tempo: 85 Anos de Música Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2006. v.2:1958-1985.

²² Aracy Cortes (1904-1985) foi a primeira grande cantora popular brasileira, foi praticamente a única a fazer sucesso na década de 1920, quando, até então, os grandes nomes eram de vozes masculinas. Projetou-se através do teatro de revista que na época reunia a nata do meio artístico. RUIZ, Roberto. *Aracy Cortes*: Linda Flor. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

²³ SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A Canção no Tempo...* P. 18.

²⁴ Nossa tese de doutoramento versou sobre como a música popular brasileira representava o mundo boêmio entre as décadas de 1930-1950.

²⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções: Corpos, Subjetividades e Sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005. P. 92.

como “a Era de Ouro do Samba”, representado pela Revista de Música Popular²⁶ e compositores como Almirante.²⁷

Isso impactou também na Historiografia da Música Popular Brasileira dos anos seguintes que, de forma também preconceituosa, desqualificava o samba canção e o cenário musical dos anos 1950, como assevera Marcos Napolitano:

Recusada em nome do passado e do futuro, a cena musical da década de 1950 foi relegada a uma espécie de entrelugar na história da música popular brasileira. Perdida no vão da memória, espécie de limbo histórico-cultural entre os gloriosos anos 1930 e a mítica década de 1960, os anos 1950 passaram a ser sinônimo de música de baixa qualidade, representada por bolerões exagerados, sambas pré-fabricados e trilhas sonoras de quermesse.²⁸

Quando a década de 1950 veio aparecer no cenário da historiografia da música popular, o que se verificava era uma leva de compositores da “nova geração” de sambistas que emplacavam sucessos com seus sambas canções. Dentre eles., Adelino Moreira, Herivelto Martins, Lupicínio Rodrigues, Antônio Maria, Marino Pinto, Mário Rossi etc. Quando surgiram as vozes femininas que compunham, logo veio destaque para Maysa e Dolores Duran.²⁹ Como se apenas essas duas mulheres fossem as primeiras a se destacarem no cenário musical daqueles anos com suas composições.

No entanto, quando decidimos fazer nosso pós-doutoramento, e iniciamos as pesquisas no cenário musical com mais cuidado, pudemos perceber o grande número de mulheres que compunham e nos surpreendemos pela quase completa inexistência delas nos estudos acadêmicos na área de História e Música. Segundo a pesquisadora Ana

²⁶ A criação da Revista de Música Popular (1954-1956) por Lucio Rangel tinha como objetivo principal legitimar o que ele chamava de “verdadeiro samba”, os que eram produzidos nas primeiras décadas do século XX, como sendo a “autêntica música popular brasileira”, sem as misturas com outros ritmos que, na visão dele, “deturpavam a tradição”. Neste sentido, a RMP trazia muitos artigos com folcloristas e especialistas em música para tentar legitimar o samba como uma identidade nacional. Ver NAPOLITANO, Marcos. *História & música: história cultural da música popular...* P. 60-61.

²⁷ O cantor e compositor Almirante (pseudônimo de Henrique Foreis Domingues), forjou os conceitos de “velha guarda” e “era de ouro” do samba, a partir de uma campanha lançada por ele para resgatar e dar o devido reconhecimento a obra de Noel Rosa em 1947. Mas não só Noel Rosa ganhou esse reconhecimento, outros compositores também passaram a ser revalorizados, tais como Pixinguinha, Ismael Silva, Bide, Marçal, Ataulfo Alves, Wilson Batista etc.

²⁸ NAPOLITANO, Marcos. *História & música: história cultural da música popular...* P. 64.

²⁹ Um pouco da produção musical destas duas compositoras foi analisado por nós em nossa tese de doutoramento defendida em 2014. NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *“Boemia, Aqui Me Tens de Regresso”*: Mundo Boêmio e Sensibilidades na MPB (1940-1950). Tese (Doutorado em História do Brasil), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Carolina Murgel, em sua pesquisa de pós-doutoramento, foram catalogadas por ela nada mais nada menos que 2.725 cantoras e compositoras entre o século XIX e XX no Brasil.

Um número expressivo que não pode deixar de ser colocado na pauta da nossa história. Isso nos mostra o quanto as mulheres que compunham foram negligenciadas e apagadas da memória de nossa historiografia musical, notadamente feita por homens.

O que se sabe é que este é um universo praticamente inexplorado e pouco se conhece sobre estas compositoras. O que se tem notícia são de algumas que foram citadas nas obras de Jairo Severiano e Zuza Homem de Melo: composições que fizeram sucesso ao longo da primeira metade do século XX.

Na primeira etapa de nossa pesquisa tivemos como objetivo catalogar as compositoras que vivenciaram e compuseram entre as décadas de 1940 e 1950: período de grande sucesso do samba canção. Identificamos, pelo menos, 91 compositoras deste período. Mas aquelas que compunham em sua maioria samba e samba canção perfizeram um total de 42 mulheres. O que é um número bastante expressivo.³⁰

Destas, ainda tivemos que redirecionar nosso trabalho para apenas uma compositora, visto que, para além de questões mais pessoais, a quantidade de informações e de pesquisa seria muito grande para dar tempo de concluirmos nosso prazo para a pesquisa de pós-doutoramento. Desta forma, nosso trabalho foi redirecionado para uma compositora e cantora chamada Dora Lopes Freitas. Mas por que, exatamente, esta compositora nos chamou atenção? Vamos explicar.

Num primeiro momento, quando fazíamos a pesquisa mais geral sobre as compositoras e algumas de suas canções, encontramos duas questões que nos chamou a atenção para Dora Lopes: a primeira delas é uma referência na biografia pessoal da cantora que a identificava como sendo assumidamente lésbica, visto que uma cantora e compositora assumir-se lésbica num contexto histórico de bastante preconceito como a década de 1950, era bastante desafiador.

³⁰ Esse é um número com possibilidades de ser maior, porque tivemos que encurtar nossa pesquisa devido ao nosso processo gestacional (e consequente Licença Maternidade) e foi preciso redirecionar a pesquisa para analisar uma compositora, no nosso caso Dora Lopes, para podermos concluir o nosso estágio pós doutoral no Programa de Pós-graduação da UnB, que inicialmente era de um ano, e passou a ser de um ano e quatro meses.

Maria Izilda Matos³¹ nos fala que estes foram anos de muitas ambiguidades e tensões de uma nova forma de viver e sentir em contraste com o que ainda existia de valores “mais tradicionais” que vinham de fins do século XIX. O que torna essa década um ponto de encontro desses valores em transição.

A segunda questão que nos chamou atenção para Dora Lopes foi o fato de que grande parte de sua produção de sambas e sambas canção versavam sobre a vida noturna. Foi a primeira vez que encontramos uma compositora afirmar categoricamente que gostava da vida boemia e assumia isso em suas composições.

Mapeando as composições de Dora Lopes, pudemos perceber que parte de sua produção fala sobre a vida boêmia e a vida amorosa: bares, boates, noites, bebidas, jogos, malandragem, amor/paixão, desilusão etc. Tudo que compõe o universo da vida noturna está nas letras compostas por Dora Lopes como autora e em parceria com outros compositores/compositoras.

A partir destas duas questões que nos chamaram atenção para a cantora e compositora Dora Lopes Freitas, passamos à segunda etapa de nossa pesquisa que teve por objetivo conhecer e analisar as letras compostas por ela e o universo do qual ela fazia parte.

Devemos dizer que pesquisamos toda a obra, apesar de não podermos ouvi-la por completo. Pois grande parte dela não está disponível em plataformas digitais. Passamos agora a conhecer um pouco a trajetória artística da cantora e compositora Dora Lopes e a época em que vivia.

A Trajetória Artística e Composições de Dora Lopes.

Filha de pai espanhol e mãe venezuelana, Dora Lopes Freitas (06/11/1922-24/12/1983) nasceu na rua do Resende numa vila humilde: casa 1, no centro do Rio de Janeiro. Não eram ricos, mas tinham uma vida confortável a ponto de sua família ter condições de pagar empregada doméstica. Foi a única filha dentre quatro irmãos: Nelson, Waldemar, Jorge e Gilberto. Cresceu observando os irmãos Nelson e Jorge cantarem e também desenvolveu o gosto pela música.

³¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções...* P. 93 e ss.

Mas seu pai não permitiu que ela cantasse profissionalmente: primeiro porque, segundo a própria Dora, no especial da TV Cultura (Programa Ensaio, MPB Especial, 1975), não havia necessidade financeira e seu pai queria que ela se formasse em Medicina; E, segundo, porque as mulheres que faziam parte do meio artístico. As cantoras não eram bem vistas pela sociedade, porque tinha-se em certo imaginário popular que estas mulheres eram de vida fácil.

Mesmo com as interdições do pai quando adulta, Dora Lopes cantava desde tenra idade, como ela nos relata em uma entrevista a repórter Alcy Leal, do Diário da Noite (15/06/1952):

Desde garotinha que vivo botando a bôca no mundo... Comecei a cantoria ninando minhas bonecas. Depois cantava sempre. Começava pelo banheiro. Quanto mais fria a água do chuveiro, mais forte ouviam minha voz. Uma empregada de casa me apelidou de 'sabia', mas mais parecia um 'tico-tico no fubá', tão irrequieta eu era.

Iniciou sua carreira artística como parte de uma dupla chamada *Tip-Tin*³² que atuou longo tempo na extinta Radio Ipanema³³ provavelmente entre 1940 e 1944 quando a Radio foi confiscada pelo governo federal. Quando a dupla se desfez, Dora compôs um grupo de seis mulheres chamado *Seis Pequenas do Barulho*³⁴, apresentando-se na Rádio Globo durante seis meses de 1945.

Mas foi cantando sozinha, em 1947, que obteve sua grande oportunidade no programa Calouros em Desfile de Ary Barroso, onde se inscreveu com o nome de Silvinha Barreto para que sua família não soubesse de sua participação neste programa. Ganhou o primeiro lugar, levando a nota 5 de Ary Barroso (nota máxima) cantando o samba “Da Cor do Pecado” (1939) de Bororó que era interpretado por Silvio Caldas.³⁵

³² Entrevista com Dora Lopes feita por Alcy Leal, em 15 de julho de 1952, para o jornal Diário da Noite, em que ela fala do início de sua carreira.

³³ A emissora foi fundada em 5 de junho de 1935 como Rádio Ipanema, por um grupo de empresários de origem alemã, com o prefixo PRH 8. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a rádio foi confiscada pelo Governo Federal em julho de 1944. Em 7 de setembro do mesmo ano, a emissora foi renomeada para Rádio Mauá. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-maua>

³⁴ Conjunto composto por Dora Lopes e suas amigas Inezita Falcão, Verinha, Nivinha (irmã de Herivelto Martins), Ana Maria e Virgínia Cruz. (Fonte: *Revista do Disco*, 1953, edição 10).

³⁵ Segundo o Dicionário Cravo Albim da MPB, a canção cantada por Dora teria sido o samba “Plac-Plac” (1939), sucesso na voz de Dircinha Batista. No entanto, a própria Dora Lopes fala no Programa Ensaio MPB Especial da TV Cultura em 1975 que a canção escolhida por ela para cantar no programa de calouros de Ary Barroso foi “Da Cor do Pecado” (1939), de Bororó, sucesso na voz de Silvio Caldas. E como Dora Lopes fala que esta foi uma das grandes emoções da vida dela, certamente uma lembrança marcante como esta não poderia ser esquecida.

Segundo Dora, sua emoção foi completa porque quem veio entregar-lhe um buquê de rosas do primeiro lugar foi nada menos que Francisco Alves: o Chico Viola, cantor de projeção nacional e admirado por todos naqueles anos.

Pouco depois, Dora é contratada pela Rádio Nacional para fazer parte do seu cast de estrelas, ganha de imediato um apelido de “cabrita” por Victor Costa (dono da Rádio Nacional), por ser muito agitada e gostar de “maluquices”. Além disso, neste mesmo ano de 1948, aparece pela primeira vez na Revista do Rádio, como a mais nova contratada da Rádio Nacional.

Dora não era uma artista tão convencional e já demonstrava isso logo na sua primeira entrevista à Revista do Rádio. Interessante notar que ela não aparece em trajes “comportados”, como a maioria das artistas de seu tempo. Aparece de “maillot”, numa reportagem feita na praia que posa para o fotógrafo mostrando toda uma sensualidade, no auge dos seus 26 anos de idade. Sensualidade esta que será constantemente explorada por ela na sua carreira.

O título de sua entrevista é: *Ainda é cedo para casar*, na qual a cantora responde que não tem a intenção de casar porque quer dedicar-se a carreira artística. Num movimento que se contrapõe ao que se esperava de uma mulher naqueles anos. E é justamente em sua primeira entrevista para a imprensa que Dora fala na rejeição ao casamento para dedicar-se a vida artística e posa para inúmeros clics da Revista do Rádio³⁶ com seu “maillot”.

Ao que tudo indica, Dora gostava de explorar seu corpo e sua beleza esguia, o que caiu muito ao gosto da Revista do Rádio, que frequentemente enfatizava a sensualidade da então apenas cantora. Sempre que possível, estava a dita Revista e seus colunistas construindo imagens e produzindo uma identidade de Dora Lopes como uma mulher sensual e desejável para o mundo masculino.

Essa é uma construção que Tania Navarro³⁷ chama de dispositivo da sexualidade que compõe as tecnologias do sexo. Ou seja, toda uma rede de discursos sociais atua não apenas para induzir certa sensualidade e sexualidade às mulheres, mas também criam imagens que induzem a elas.

³⁶ Revista do Rádio, 1948, edição 10, p. 28 e 29.

³⁷ NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a Vida e a Morte, o Sexo...* p. 11.

E isto não só a Revista do Rádio fazia em suas entrevistas com Dora Lopes, mas outras revistas também utilizavam da exposição do corpo da então cantora para atrair o público masculino.

Por ser muito branca, magra, alta e de cabelos de um loiro extremo, bastante extrovertida, recebeu logo o apelido de “loira atômica”. E a Revista do Rádio tinha razão no “atômica”, pois Dora volta e meia estava metida em polêmicas.

Numa coluna que traz como recorte alguns olhos e bocas de cantoras, lá estão os olhos de Dora Lopes que, segundo o colunista, embora fossem inexpressivos, não deixava de ser atraente e de provocar um certo mistério...

Convenhamos que o olhar que aí esta não desperta atenção, sendo bastante inexpressivo, por sinal. A sua possuidora, Dora Lopes, é, entretanto, bem atraente. Mas como todo olhar, o que vemos acima diz ou sugere alguma coisa. Difícil é dizer o que será...³⁸

Mas, ao falar da boca de Dora, a coisa muda de figura. É então que aparece a descrição da mulher sensual e loira, que atrai olhares e provoca desejos:

Lábios como esses de cima, com a parte superior bem definida no centro (vejam bem) significam, (dizem os que entendem) muita sensualidade. E é bem capaz de ser verdade, porque esses lábios pertencem a loura Dora Lopes, uma pequena que tem sensualidade de sobra...³⁹

Na sua ida a Manaus, Dora também não perde a oportunidade de mostrar “sua plástica”, deixando-se fotografar com seu famoso “maillot” e com seu violão: instrumento por excelência do mundo boêmio. Na legenda da foto lê-se: *Dora Lopes gosta de mata virgem e do violão... principalmente de violão e de “maillot”*.⁴⁰

Dora gostava de chamar atenção em Copacabana por estar sempre a desfilando com o seu “maillot” (maiô) pelas praias. Como era adepta das novidades da moda, compra imediatamente o que acabava de ser lançado: o biquíni que provocou escândalo e sensacionalismo na imprensa carioca. Um belo dia resolve pôr seu biquíni e estrear nas praias de Copacabana, bairro em que morava e ficava a poucos quarteirões da praia.

Não deu em outra. A Revista do Rádio logo foi chamada para registrar o estardalhaço provocado por Dora que parou o trânsito da avenida Atlântica, a principal

³⁸ Revista do Rádio, 1950, edição 35. P. 27.

³⁹ Revista do Rádio, 1950, edição 35. P. 27.

⁴⁰ Revista do Rádio, 1950, edição 35. P. 26.

de Copacabana, arrastando multidões de admiradores e carros, para vê-la com o “*mais novo maillot da moda*”.

A polícia foi chamada para desobstruir a avenida e reconduzir Dora para seu apartamento em segurança, pois já havia um grupo enorme de homens a assediá-la. E mais uma vez, a Revista do Rádio expõe o corpo de Dora com suas *curvas aerodinâmicas*, na reportagem que intitulou: *Parou o Transito: Dora Lopes Aderiu ao Bikini*.⁴¹

Nestas e em outras reportagens que foram feitas com Dora Lopes pelas revistas da época, especialmente quando ela surge como contratada da Rádio Nacional e chama a atenção por ser novidade, percebemos como o dispositivo da sexualidade funciona através dos discursos das revistas que esquadrinham o corpo de Dora para mostrar ao público como ela era desejável e, por ser perigosamente desejável, deveria se casar logo!

No entanto, não é isso que Dora Lopes deseja para si porque em várias entrevistas concedidas a imprensa da época, ela afirmava que não queria casar porque seu foco era a carreira artística. Mas sabemos que esta era uma forma que a compositora tinha para despistar sua lesbiandade nos primeiros anos de sua carreira artística.

Polêmicas à parte, continuemos com sua trajetória. Dora teve seu primeiro 78 rpm gravado ainda em 1948 pela Star (80-a), com os sambas *Volta pro teu barracão* e *Roubei o Guarani*, ambos sem autoria definida.

Em 1950 embarca para a Argentina com a Companhia de Revistas de Colé, fazendo várias apresentações em Buenos Aires, destacando-se por interpretar, o que a Revista do Rádio chamou de *samba estilizado*, um cântico ao orixá Xangô. E lá se vem mais uma identidade na construção da carreira de Dora Lopes: a macumbeira.

Ao tratar-se de uma música que fala sobre um orixá da cultura afro, a Revista do Rádio mostra certo tom preconceituoso ao tratar do número executado por Dora como *um ritmo de macumba* de difícil interpretação, do qual Dora sai elogiadíssima. Muito mais elogiada porque, segundo a Revista do Rádio, era *uma pequena de pele muito clara e cabelos muito louros. Conseguia um contraste bizarro e original*.⁴²

⁴¹ Revista do Rádio, 1951, edição 120.

⁴² Revista do Rádio, 1950, edição 25. P. 7.

Aqui podemos perceber o tom de preconceito da Revista, não só com a cultura afro, nomeando a música de forma pejorativa de “macumba”⁴³, mas de raça e gênero porque o número que Dora apresentou de dança afro é bastante comum nos terreiros de Umbanda e Candomblé frequentados por adeptos destes cultos. Como Dora era uma mulher branca e loira, o número, nas falas da Revista, tornava-se *excêntrico, bizarro e origina*

Daí decorre uma discussão interessante feita pela Avtar Brah⁴⁴, quando fala da diferença como identidade. Segundo ela, como toda prática discursiva produz poder, nos dizeres de Foucault, as artes visuais também produzem. E não apenas isso, elas também criam uma identidade que vai ganhando forma de acordo com os efeitos que os discursos sobre as diferenças são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados.

O discurso da diferença produzido pela Revista do Rádio, e outras revistas que também fizeram matéria sobre as performances de Dora Lopes, ganha força pela ênfase que foi dada ao fato da dança executada por ela: mulher branca e loira, de religião matriz afro. Ela chega a ser chamada de *querida macumbeira* pelo Jornal A Manhã, *rainha da dança negra no Brasil* pelo jornal Carioca; e *a macumbeira* pela Radiolândia. E não parou por aí.

Os números de Dora com seu jeito de dançar a “macumba” não fizeram sucesso só na Argentina, como pudemos comprovar em várias matérias sobre o assunto em diversas revistas da época.⁴⁵

Ao chegar ao Brasil em 1950, foi em turnê para região Norte e Nordeste, apresentando o mesmo número e recebendo muitos elogios. Seu número de Xangô foi elogiadíssimo e, segundo a correspondente de Manaus da Revista do Rádio, Lynéa Braga, *é uma das artistas mais raras do gênero de dança que interpreta – a macumba verdadeira*.⁴⁶

⁴³ Sabemos que macumba é um instrumento musical que faz parte dos cultos afro-brasileiros, mas esta também é uma forma pejorativa de tratar os cultos de matriz afro em quase todo país.

⁴⁴ BRAH, Avtar. “Diferença, Diversidade, Diferenciação”. *Cadernos Pagu* (26), Janeiro-Junho de 2006, p. 329-376.

⁴⁵ “A sambista que conquistou o México” (*Revista do Disco*, 1953, edição 10); “O samba de cabelos dourados” (*Revista do Disco*, 1954, edição 20); “O regresso da lourinha” (*Carioca*, 1951, edição 797); “Dora Lopes, de cabelos dourados, fez-se a rainha da dança negra no Brasil” (*Carioca*, 1951, edição 841); “A macumbeira” (*Radiolândia*, 1959, edição 269); e uma nota no jornal *A Manhã* de 1951, edição 3180, “Dora Lopes, a querida macumbeira da Rádio Nacional, já aderiu ao carnaval...”

⁴⁶ Revista do Rádio, 1950, edição 53. P. 27.

Em 1953, quando foi para o México apresentar-se com Ary Barroso e seu conjunto, uma das atrações que mais chamou atenção foi Dora Lopes, com seu número de “macumba”:

Dora na macumba: segundo um jornal mexicano, do grande conjunto brasileiro que Ary Barroso apresenta pelas Américas, a grande sensação é a loura Dora Lopes, dançando e cantando a macumba como ainda não se viu.⁴⁷

Dora era realmente adepta da Umbanda. O que não era nenhuma novidade no meio artístico visto que grande número de cantores e cantoras do Rádio frequentavam terreiros de Umbanda e Candomblé.⁴⁸

No entanto, poucos tinham coragem de expor isto na imprensa e, embora este não tenha sido seu primeiro número interpretando canções das religiões de matriz afro, é numa entrevista à Revista do Rádio em 1959 intitulada *Macumba não faz mal a ninguém* que Dora expõe para o grande público que, embora fosse *católica*, acreditava e praticava o *espiritismo*.

Termo pelo qual os adeptos da Umbanda se referiam a sua religião: *sou católica, mas creio firmemente no espiritismo*.⁴⁹ Ela ainda fala de como se sentia quando entrava no palco para interpretar *passos típicos da macumba*:

É bem verdade que, quando estou no palco ou no auditório, com os cabelos desgrenhados e o corpo estremecendo em contorções, sinto que uma influência estranha quase chega a dominar meus nervos e impulsos. Há certos momentos em que não consigo mais distinguir as fisionomias das pessoas. Por vezes eu até quero parar de cantar e não consigo! A música como que me traumatiza e faz com que meus músculos desobedeçam a minha vontade.⁵⁰

Em várias fotos da entrevista, Dora Lopes aparece com trajes típicos da Umbanda “imitando” um caboclo, sentada no chão com um cachimbo na boca. Nos dizeres do

⁴⁷ Revista do Rádio, 1953, edição 198. P. 9.

⁴⁸ Pery Ribeiro afirma que muitos artistas que conviveram com seus pais (Dalva de Oliveira e Herivelto Martins) eram adeptos da Umbanda, inclusive eles mesmos eram. Herivelto chegou mesmo a montar um centro de Umbanda sob sua direção e da nova esposa, Lurdes. RIBEIRO, Pery. *Minhas Duas Estrelas: Uma Vida com Meus Pais Dalva de Oliveira e Herivelto Martins*. São Paulo: Globo, 2009. P. 174-177.

⁴⁹ Por conta do imenso preconceito que existia e ainda existe em nossa sociedade, era bastante comum, como hoje, as pessoas que eram adeptas dos cultos de matriz afro, especialmente a Umbanda, se autoafirmarem como “espíritas”. Mas sabemos que as diferenças são muitas entre a Umbanda, religião de matriz afro-brasileira criada em princípios do século XX, e o Espiritismo, doutrina codificada pelo educador francês Hippolite Leon Denizar Rivail (Allan Kardec) em meados do século XIX.

⁵⁰ Revista do Rádio, 1959, edição 505. P. 15.

fotógrafo: *A cantora não negava que seja adepta do Espiritismo, doutrina que professava antes mesmo de ingressar na carreira artística.*⁵¹

Dora expõe claramente como sente a incorporação dos espíritos em seu corpo e fala de onde vem sua dança e seu gestual: de uma *influência estranha* que domina seus nervos a ponto de fazer contorções que estão para além de sua vontade. E era esse número que atraía e fazia sucesso quando ela executava sua dança nos palcos.

Discussões religiosas à parte, o que queremos demonstrar aqui é que a própria Dora cria identidades para si, num movimento constante de experiências vividas no âmbito das religiosidades de matriz afro da qual ela já era adepta antes mesmo de ser famosa.

A Revista do Rádio, assim como tantas outras da época, nomeiam essas experiências religiosas como as excentricidades da cantora que teve seu nome associado a Umbanda e passou a ser chamada pela imprensa da época de macumbeira.

Mesmo assim Dora Lopes não se intimidava com os preconceitos e, ao longo de sua carreira, cantou e compôs outras músicas que faziam referências às entidades da Umbanda, tais como: Cao Cabieci (1951, de Luiz Soberano e Anício Bichara) e Maria Navalha (1957, de Jorge de Castro, Manoel Casanova e Inácio Heleno), de outros compositores; e dela com parcerias, Ina Ina (1957), A Mandinga vai voltar (1976), Colar e Boné (1976), Pai Edu (1976) e Partido Alto da Pomba Gira (1976).

Ao longo de sua carreira artística, Dora Lopes gravou 20 discos de 78 rpm, entre 1948 e 1964; 9 compactos single entre 1960 e 1974; e 4 LP's entre 1960 e 1976 intitulados: Enciclopédia da Gíria (1960), Minhas Músicas e Eu (1965), Testamento (1974) e Esta é Minha Filosofia (1976).

Como compositora, Dora Lopes gravou e compôs 159 músicas. A maioria em parceria com outros compositores/compositoras. Grande parte de suas composições são de sambas, sambas canção e marchinhas carnavalescas. Mas também encontramos algumas composições da Jovem Guarda, Bossa Nova e Brega (ou Cafona).

Com as marchinhas carnavalescas ela emplacou alguns sucessos, como as polêmicas Marcha da Pimenta (1959) e Pó de Mico (1962), que aparecem nas manchetes das Revistas como sendo imoral e de duplo sentido.

⁵¹ Revista do Rádio, 1959, edição 505. P. 15.

Dora se destacará mais no samba e no samba canção. Até porque ela se autointitulava *branca por fora e crioula por dentro* numa referência a uma de suas identidades: a de sambista e boêmia.

Compositora de samba e sambas canção

Enquanto compositora, Dora aparece pela primeira vez em um samba canção chamado Um Amor Assim (1952), gravado por Dolores Duran⁵²:

UM AMOR ASSIM (1952)

Um amor assim,
Um ciúme assim,
Parece incrível,
Nós nos amamos,
Vivemos brigando,
Cada qual pro seu lado.

Um amor assim,
Um ciúme assim,
É melhor separado,
Você também concordou,
Viu que o nosso amor teve um fim,
Um amor assim,
Um ciúme assim.

Um amor assim,
Um ciúme assim,
É impossível,
Sei que nos queremos,
Porém não podemos,
Viver lado a lado,
Um amor assim,
Um ciúme assim,
É melhor separados....

Neste samba canção, Dora relata a experiência de uma relação amorosa permeada por brigas e ciúmes e, enquanto mulher, prefere que a relação acabe ao ter que viver assim. Interessante notar que não se fala em casamento, em casa, em família... esta relação que aparece nesta letra de Dora é o chamado “caso amoroso”, relatado por Maria Izilda (2005) ao analisar as letras compostas por Dolores Duran.⁵³

⁵² Um Amor Assim (Dolores Duran), Dora Lopes, 78 rpm, Star, 349-a, IMMUB.

⁵³ Fim de Caso (Dolores Duran), Dolores Duran, 78 rpm, Copacabana, 1959, nº 6069, lado B.

A palavra "caso", refere-se a um tipo de relacionamento intermediário entre a estabilidade e a instabilidade visto que seria uma relação que dependia muito da afinidade afetiva e sexual entre o casal, como assinala Maria Izilda⁵⁴ no seu estudo sobre as composições de Dolores Duran, especialmente na canção Fim de Caso (1959), em que a palavra aparece explicitamente. Era um termo já conhecido antes da década de 1950 que ganha novos contornos neste período e será relatado em varias canções, mas sempre de forma implícita.

Esta é o caso da canção de Dora Lopes que não explicita o tipo de relação, mas deixa claro que não é uma relação formal. Neste sentido, ela antecipa em sete anos a composição de Dolores, que aliás interpreta Um Amor Assim (1952), mostrando que por mais que exista amor numa relação, ela não se sustenta com brigas e ciúmes. E, como não há um contrato formal de casamento, a melhor opção é viver separados⁵⁵.

Numa entrevista à Revista do Disco em 1953⁵⁶, perguntada sobre se era a favor do divórcio, Dora responde: *Completamente. Existe uma necessidade premente de que o divórcio seja introduzido em nossas leis, mesmo que para isso seja necessário reformar a própria Carta Magna.*

O tema das relações amorosas era uma constante na vida da compositora, especialmente porque o cenário musical da década de 1950 favorecia este tema através dos sambas canção e de todo um contexto intimista que esse genero musical trazia para aqueles anos, como analisa a pesquisadora Maria Izilda (2005) em seu livro sobre Dolores Duran e o contexto cultural dos anos 1950.

Essa também foi a temática de outra composição dela em parceria com Pery Ribeiro, intitulada Não Devo Insistir (1958)⁵⁷, interpretado por Dalva de Oliveira, de quem Dora Lopes tinha verdadeira adoração.

NÃO DEVO INSISTIR (1958)

⁵⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções...* P.134 e ss.

⁵⁵ Neste contexto histórico não havia ainda a separação formal em cartório, que só veio a acontecer no Brasil em 1978. Quando a mulher era casada, a única forma de se ver livre do marido era o chamado desquite, que legitimava a separação de corpos, mas não da formalidade em cartório. Numa relação informal, a separação era tida como algo natural e própria deste tipo de relacionamento.

⁵⁶ Entrevista na Revista do Disco intitulada "Sou Fã de Ary Barroso", 1953, edição 948, reportagem de Roberto Espíndola.

⁵⁷ Não Devo Insistir (Dalva de Oliveira), Dora Lopes e Pery Ribeiro, 78 rpm, Odeon, 1958, catálogo 14.367, IMMUB.

Não, eu não devo insistir
Pois o amor que morreu
Já não pode voltar
Não, não podia dar certo
Nosso amor complicado
Só podia acabar
Você não sentiu
Tudo o que eu senti
Para mim foi mais uma ilusão de querer
Sim, foi melhor terminar
Aprendi a lição
Pois do amor
Só se aprende a sofrer

Neste samba canção, Dora Lopes continua na mesma discussão das relações amorosas não oficiais, ou seja, aquelas constituídas fora do casamento e, portanto, não registradas em cartório. O que possibilitava uma maior dinâmica e volatilidade nos relacionamentos.

Segundo Maria Izilda Matos, a década de 1950 é extremamente significativa porque ainda prevalecia no país certa naturalização dos papéis de homens e mulheres que advinham de valores sociais construídos por certa burguesia a partir da segunda metade do século XIX.

O homem, quando solteiro, deveria passar por várias experiências sociais, sexuais e amorosas antes do casamento. Deveria, também, estudar e fazer um curso universitário, de preferência Medicina ou Direito para conseguir um bom emprego e um bom casamento. Quando casado, era de sua responsabilidade prover o lar e não deixar que nada faltasse em casa.

As mulheres, quando solteiras, deveriam ser comedidas, aprender as atividades do lar e saber minimamente ler e escrever. No máximo, fazer um curso na Escola Normal, pois outros cursos não condiziam com o “ser mulher”.

Jamais poderia ter experiências amorosas e sexuais antes do casamento, pois a configurava como “uma qualquer” ou “mulher fácil”. Quando casada, deveria cuidar da casa, do marido e dos filhos, manter uma “sexualidade saudável” que se direcionasse para procriação; e deixar a casa bem cuidada e limpa, como nos fala Mary Del Priori.⁵⁸

⁵⁸ DEL PRIORI, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. P. 119 e ss.

Essas caracterizações marcam justamente os discursos sociais bem ao gosto do dispositivo da sexualidade que produz discursos sociais, como argumenta Tania Navarro⁵⁹ que naturalizam os sexos (biologicamente) e a sexualidade (as práticas sexuais) de forma mais densa no binarismo e na hierarquia.

E desta forma, produzem gêneros, diferenças, margens, centros, polaridades, padrões, tipologias. E as diferenças, assim instituídas, trazem as marcas do político e das relações de poder.

É assim que as relações amorosas/sexuais eram tidas e vistas na década de 1950 a partir desses valores que, embora fossem um pouco relativizados, ainda estavam muito presentes nos extratos sociais mais tradicionais. E estes convivendo, ao mesmo tempo, com as novas sensibilidades e sociabilidades em que as mulheres estavam cada vez mais presentes nos espaços públicos noturnos e em profissões “duvidosas” como atriz e cantora.

Podemos considerar que, para além daquilo que era desejado em termos de moral e bons costumes por certa elite social, vários arranjos eram feitos em termos de relações amorosas, afetivas e sexuais que perpassavam os conceitos de classe, raça e gênero.

Muito embora houvesse discursos e práticas que constituíam os valores de uma época e que eram almejados por muitos, havia mulheres que nem sempre atendiam as exigências de certas construções morais e que buscavam meios de burla-las. Casar-se, ajuntar, manter um caso ou relações efêmeras, faziam parte do horizonte de diferentes mulheres.

Indo na direção oposta de certas caracterizações das relações amorosas/sexuais e de certos valores morais, o samba canção *Não Devo Insistir* (1958) nos revela um tipo de sentimentalidade feminina que escolhe seus amores e desejos, vive as relações que quer e, quando se vê numa situação de amar e querer mais que o outro, sabe que está na hora de acabar porque esse tipo de relação amorosa não comporta uma via de mão única em que apenas uma pessoa se doa e a outra não.

Neste caso, o amor é visto como dor e sofrimento porque apenas um lado aposta na relação. E, apesar da dor e do desengano, a melhor opção era realmente o fim. E como todas as relações não oficiais tem mais liberdade de rompimento porque não há um

⁵⁹ NAVARRO-SWAIN, Tania. *Entre a Vida e a Morte, o Sexo...* P. 06.

compromisso formal como no casamento, a escolha de pôr um ponto final é da mulher e isto é bastante interessante nas composições de Dora Lopes porque esta escolha está de acordo com o que a compositora pensava sobre o divórcio e o casamento.

No entanto, nenhum desses dois sambas canção ganhou tanta notoriedade e popularidade como o samba *Mesa de Bar* (1953)⁶⁰, parceria com Paulo Marques. Esta composição de Dora fez tanto sucesso que ganhou uma nota na Revista do Rádio sobre sua “estreia” como compositora: “COMPOSITORA: Dora Lopes estréia como compositora com o samba “Mesa de Bar”, composto de parceria com Paulo Marques e gravado por Linda Rodrigues”.⁶¹

MESA DE BAR – 1953

Estava sentada a mesa de um bar
Quando alguém eu vi entrar e passar indiferente
Os amigos me perguntam
O que houve entre nós dois
E eu conto a história diferente
Pois a verdadeira historia
Desse amor que foi sem glória
Eu só conto a mesa de bar, confidente

Mesa de bar confidente
Fiel companheira
És a maior testemunha da minha desgraça
Ao erguer a minha taça
Expresso a vida inteira
Por que padeço assim, cruelmente?
Só sei que trago no rosto
A marca do meu desgosto
E só a ti eu confesso
Mesa de bar confidente

No mundo boêmio, estudado por nós no doutoramento, percebemos que é no bar que as sociabilidades se dão. É neste ambiente que se foge aos excessos de exigências do dia a dia, das imposições, das renúncias, das humilhações, das preocupações cotidianas, como analisa Fídias Teles.⁶²

São nestes ambientes de descontração onde as emoções fluem e as mágoas e dissabores com a vida amorosa são destiladas e confessadas. É lá, na mesa de bar, que

⁶⁰ *Mesa de Bar* (Linda Rodrigues), Dora Lopes e Paulo Marques, 78 rpm, Continental, 1953, 16.742-a, IMMUB.

⁶¹ Revista do Rádio, 1953, edição 193. P. 8.

⁶² TELES, Fídias. *Os Malabaristas da Vida...* P. 120.

homens e mulheres contam suas histórias, transformando-a em confidente e fiel companheira.

São nas mesas de bar, especialmente à noite que amores e desamores acontecem. E, neste sentido, Dora Lopes mostra um pouco destas relações amorosas informais que começam e terminam sem muitas explicações. Para os amigos, uma versão do fim do relacionamento de forma evasiva.

Quando está sozinha, num canto de mesa, com seu cigarro e sua bebida, chora-se a realidade que se padece sem dizer palavra alguma: apenas ergue-se a taça para ninguém na tentativa de expressar uma vida inteira de lamentações...

Bares famosos ficaram marcados na historiografia da música brasileira, por serem o “escritório” de muitos compositores famosos. No Rio de Janeiro na década de 1950 havia vários, como por exemplo o famoso Café Nice⁶³, que é descrito pelas memórias do jornalista Nestor de Holanda (1970) e que foi homenageado na composição de Artúlio Reis e Monalisa, com o samba Memórias do Café Nice (1975), interpretado por Milton Carlos.

Em São Paulo havia o Nick Bar⁶⁴ descrito nos estudos de Lúcia Helena Gama (1998) que foi homenageado com um samba canção homônimo: Nick Bar (1952), composição de Garoto e José Vasconcelos, interpretado por Dick Farney.

Esses são alguns exemplos de bares que ficaram famosos em composições de samba, mas temos inúmeros outros que foram descritos na nossa historiografia musical que falam do cotidiano das mesas de bar em todo Brasil.⁶⁵

Mas, o primeiro samba de sucesso de Dora Lopes não ficou restrito apenas a nota da Revista do Rádio. Ele fez tanto sucesso que foi um dos mais comentados durante vários meses de 1953.

Ganhou uma versão em fotografia no ano seguinte feita pela Revista Radiolândia, imitando as “fotonovelas”⁶⁶. Era uma coluna que colocava em fotos a representação das músicas mais famosas do momento numa versão chamada de “Canção Fotografada”⁶⁷.

⁶³ O Café Nice foi fundado em 18 de agosto de 1928 e encerrou suas atividades em 1954. Foi durante muito tempo ponto de encontro da elite do samba dos anos 1930 ao início de 1950.

⁶⁴ O Nick Bar foi inaugurado em dezembro de 1949 e encerrou suas atividades em 1964. Foi um bar que serviu de ponto de encontro para os grã-finos de São Paulo que frequentavam o teatro TBC, bem como atores, atrizes, cantores e cantoras de renome nacional que ali se apresentavam.

⁶⁵ Sobre esta discussão ver capítulo III de nossa tese de doutoramento. NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. “Boemia, Aqui Me Tens de Regresso”... P. 131.

Na canção fotografada de Mesa de Bar percebemos a cantora Linda Rodrigues sentada à mesa num bar noturno com mais dois amigos. Um copo de bebida na mão, uma carteira de cigarros, um isqueiro e um batom estão sobre a mesa. Interessante é notar que apenas ela tem um copo de bebida.

Os outros dois amigos, aparentemente, não estão bebendo porque não aparece mais taças sobre a mesa a não ser a de Linda Rodrigues. Depois de explicar sorrindo aos amigos “a história diferente” do fim do relacionamento, com o cigarro entre os dedos, nos quadros seguintes a fisionomia de Linda se modifica, como se ela já estivesse sozinha na mesa.

Com o batom na mão vai rabiscando um desenho na mesa como que a contar, apenas para ela, “a verdade” do fim da relação e ao expressar o tormento em que vivia. Em seguida ergue a taça e toma um trago.

E é através deste trago por onde “desce” o dissabor e o desamor que trazem a marca do desgosto na imagem seguinte na qual Linda leva uma das mãos ao rosto como que a chorar, terminando no último quadro em que ela desenha um coração com a letra “A” dentro dele.

A Revistolândia propõe na Canção Fotografada um quadro que se almejava em certas relações: a busca do amor romântico.

Embora as fotografias nos mostrem uma mulher que quebra com certos padrões culturais estando só entre dois homens, bebendo e fumando numa mesa de bar noturna, e em seguida estando sozinha, afogando suas mágoas na bebida da mesma forma que muitos homens faziam, a Revistolândia propõe, deixando subentendido, que todo sofrimento se dá por conta da busca de um amor romantizado, dentro de determinados padrões sociais e que não foi concretizado.

⁶⁶ No Brasil, a primeira editora a publicar fotonovelas foi a editora Artes Gráficas do Brasil, no ano de 1951, quando esta lançou a revista Encanto, inaugurando o gênero a partir da história intitulada de *O primeiro amor não morre*. Sobre a história das fotonovelas no Brasil ver artigo de FIGUEIREDO JÚNIOR, Paulo Matias de; e FARIA JUNIOR, Vitor Celso Melo de. “O primeiro amor não morre: apontamentos sobre a reconfiguração das fotonovelas na atualidade a partir dos Tableaux Vivants e dos Memes”. IN: *Revista Temática*, Ano XIV, n. 7. julho 2018. NAMID/UFPB - <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em 11/05/2020.

⁶⁷ *Revista Radiolândia*, 1954, edição 0002, sessão Canção Fotografada, texto e direção de Yolandino Maia e fotografia de Judith Munk.

E mais, mostra a frieza e indiferença do homem quando passa pela mesa, cumprimenta os dois amigos que lá estavam, e não fala com a “ex”. Neste sentido, a *Revistolândia* reforça certos padrões sociais, mostrando fragilidade e sensibilidade que seriam características das mulheres e frieza e indiferença que marcariam o comportamento dos homens.

É uma cena que contrasta com o que Dora Lopes escreveu na letra de *Mesa de Bar*. Possivelmente a intenção da compositora era mostrar que as mulheres também frequentavam a noite, que bebiam muito, fumavam e podiam, sim, afogar suas mágoas sozinha. E mais, mostra que não havia cumplicidade com os amigos, já que era apenas a mesa do bar, objeto inanimado, que ela confiava para falar suas verdades.

A *Revistolândia*, ao que parece, responde aquela pergunta que Dora faz na canção: “Por que padeço assim, cruelmente?” E a resposta parece ser: porque você não vive um amor dentro dos modelos tradicionais para as mulheres!

É nesse modelo tradicional de amor romântico, exposto no formato do coração desenhado na mesa, que as mulheres são, como afirma Susane Rodrigues⁶⁸: “...colonizadas em um processo de educação dos sentidos que implica em uma renúncia pessoal, no esquecimento de si mesma, em uma entrega total que potencializa comportamentos de dependência e assujeitamento aos homens.”

O sofrimento faz parte do fim de toda relação e este é um tema bastante comum nos sambas canção deste período, que ganha um tom mais choroso a partir da interpretação de cada artista.

Mas ao que parece, há uma potencialização desse sofrimento por parte da *Radiolândia* com a *Canção Fotografada de Mesa de Bar* que quer mostrar, a todo custo, um assujeitamento da mulher ao homem através do amar acima de tudo. A este processo, Marcela Lagarde⁶⁹ chama de colonização amorosa:

Para as mulheres, amar é colocar o outro em um lugar mais importante na sua vida do que a si mesma. (...) Dizemos: ‘sem você eu morro’, e isso significa que a substância da minha vida está no outro, não em mim, que minha vitalidade depende da existência do outro, não da minha, que meus pensamentos estão apenas no outro, que meu amor está monopolizado pelo outro. Isso é o que algumas autoras

⁶⁸ OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. “A Violência do Dispositivo Amoroso e Assujeitamento das Mulheres nos Livros Didáticos de História”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, julho/2016-junho2017, p. 08.

⁶⁹ LAGARDE, Marcela. *Claves Feministas Para la Negociación en el Amor*. *Managua*: Puntos de Encuentro, 2001, p. 31.

têm chamado de colonização das mulheres através do amor. Não somente habita entre as quatro paredes, mas também o seu corpo, suas subjetividades, seus desejos e pensamentos. Na colonização amorosa, uma pessoa exerce poderes de dominação sobre a outra.

Embora houvesse sofrimento e dor pelo fim da relação, a mágoa pela indiferença do outro, a mulher que Dora descreve neste samba canção não parece assim tão aos moldes tradicionais, visto que ela sai à noite sozinha para encontrar os amigos num bar, afoga as mágoas na bebida e confessa suas dores a um objeto inanimado. Talvez porque ele fosse “melhor para ouvir” sem julgamentos.

Esse tipo de mulher não era “pra casar”, dentro dos moldes desejados por certa elite social, pois já vinha de outras relações amorosas e outras histórias. E Dora Lopes, como sambista, frequentadora assídua dos meios boêmios do Rio de Janeiro e São Paulo, sabendo e vivenciando vários arranjos afetivos, amorosos e sexuais, lançou no ano seguinte outro samba canção, que mostra outras relações vivenciadas por mulheres num ambiente bastante conhecido dos anos 1950: a boate.

“Começa gostoso, mas acaba ligeiro”

Boîte é uma palavra francesa (diminutivo do termo “boîte de nuit”) que significa caixa, caixinha, caixote. O termo se expandiu na Paris dos anos 1930 para definir uma pequena casa noturna à meia-luz onde as mesas seriam menores e as pessoas poderiam falar ao pé do ouvido acompanhados de uma boa bebida com um espaço para dançar ao som de um piano ou saxofone. Aliado a isso, algum artista cantava as dores e delícias do amor.

Segundo Rui Castro⁷⁰, no Brasil ela chega por volta do final da década de 1940. Mais precisamente em 1946 com a grafia “boite” sem o acento francês e, posteriormente, se transformando na forma como as pessoas pronunciavam: boate.

Estes ambientes noturnos surgiram no Brasil com o fim dos cassinos⁷¹ com uma conformação bem diferente dos grandes espaços que estes ofereciam. No mesmo período, o samba canção vinha ganhando popularidade e recebeu grande impulso com a

⁷⁰ CASTRO, Ruy. *A Noite do Meu Bem: A História e as Histórias do Samba Canção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. P. 34-35.

⁷¹ Os cassinos foram extintos oficialmente no Brasil através do decreto presidencial 9215, de 30 de abril de 1946, sancionado por Eurico Gaspar Dutra, provocando uma grande convulsão na classe artística, pois eram nos cassinos que muitos ganhavam dinheiro.

mudança de espaços amplos para espaços menores e mais intimistas, luz fraca, música suave. É aí que o samba canção ganha novas cores e encontra o ambiente perfeito para cair no gosto nacional.

Começam a surgir as primeiras boates ainda em 1946 no Rio de Janeiro: Big Rio, Casablanca, Night and Day. Mas as mais famosas boates do Rio de Janeiro dos anos 1950 ainda estavam por vir, como o Vogue, Tasca, Atlântida, Copa, Beguine, Little Club, Baccarat, Acapulco, Montecarlo, Bambu, Siroco, Mocambo etc.

Dora Lopes, amante da noite e conhecendo muito bem seus espaços, não poderia deixar de homenagear esse local tão aconchegante e descrever numa canção um dos tipos de relação que surgiam nestes ambientes: o Amor de Boate (1954).⁷²

Amor de Boate (1954)

Um amor de boate
É tão passageiro
Começa gostoso
Mais acaba ligeiro
Encontram-se as taças – tim tim!
A conversa de sempre – “quero você só pra mim”
Com pouca luz
A luz quase apagada
Um piano dizendo
Coisas na madrugada
Assim é o amor de boate
Amor que é tão passageiro
Começa gostoso
Mais acaba ligeiro
“Quero você só pra mim”
Com pouca luz
A luz quase apagada
Um piano dizendo
Coisas na madrugada
Assim é o amor de boate
Amor que é tão passageiro
Começa gostoso
É, mais custa dinheiro
Um amor de boate

Este é um samba canção bastante emblemático escrito por Dora Lopes e Donato, que nos revela um pouco do que eram as relações vivenciadas não só nas boates, mas em outros espaços também, marcada pela fluidez, nos dizeres de Zigmunt Bauman⁷³.

⁷² Amor de Boate (Linda Batista), Dora Lopes e Donato, 78 rpm, RCA Victor, 1954, 80-1298-a, IMMUB.

Quem frequentavam estes ambientes? Pessoas que tinham dinheiro para custear minimamente as despesas com bebidas (whisky Old Par ou White Horse), com cover artístico, comidas finas e boa gorjeta.

Além do mais, só entrava nestes ambientes homens e mulheres bem-vestidos. Artistas e boêmios eram assíduos, mas também se encontravam jornalistas, políticos, radialistas, profissionais liberais e pessoas da alta sociedade, quando o ambiente era mais sofisticado.

O samba canção de Dora Lopes traz em si os desejos efêmeros de uma mulher. Sim, e por que não? Ele quebra com a lógica que o discurso da época tinha de que as mulheres só podiam relacionar-se, inclusive sexualmente, se fosse dentro do casamento.

Quebra com a perspectiva de um amor incondicional, ideal, pacífico, eterno, baseado na entrega total da mulher. O amor vivenciado nas noites de boemia, inclusive por mulheres, não era duradouro, era passageiro.

O Amor de Boate descrito por Dora não é aquele pelo qual o dispositivo amoroso opera nas mulheres através de práticas discursivas que vão assujeitando-a, como nos fala Tânia Navarro. É aquele que é vivenciado nas brechas, no formigamento do desejo de liberdade, na permissividade da luz apagada e das taças brindando.

É aquele amor que gosta dos sussurros ao ouvido que excita os sentidos, nos corpos entrelaçados na dança no meio do salão ao som do piano, na embriagues dos desejos efêmeros que, muitas vezes, custam dinheiro para serem realizados. O Amor de Boate não pode ser duradouro justamente porque ele se produz como um tipo de relação fluida em que ambas as partes sabem e conhecem a volatilidade.

Tanto é assim que a pessoa que Dora Lopes confiou esta canção para interpretar foi sua amiga Linda Batista, na época dona de boate e com um currículo amoroso bastante vasto, que incluiu, por exemplo, um *affair* com Getúlio Vargas.

Linda sabia como ninguém cantar este samba canção, com sua voz marcante, enfatizando tanto os sussurros (“quero você só pra mim”) quanto a malícia de ter que pagar por aqueles momentos de prazer (“É, mas custa dinheiro”).

⁷³ BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Amor de Boate, assim como Mesa de Bar, fez tanto sucesso que ganhou a versão na Canção Fotografada da Radiolândia, com Linda Batista como personagem principal, sendo fotografada na Boate Lindóia, de sua propriedade.

No primeiro quadro aparece Linda Batista e um rapaz. Cada um com sua taça e os braços se cruzando para fazer o famoso “tim-tim”. Vale salientar o ar de malícia que ela joga para o rapaz, bem ao gosto das conquistas amorosas da cantora, e de tantas outras mulheres.

No quadro seguinte, está Linda ao lado do pianista como que cantando e o rapaz debruçado ao piano olhando para ela em plena atitude de flerte. E o último quadro que representa as cinco últimas frases da música, Linda está a sorrir achando engraçado toda a despesa que o rapaz em atitude de aflição, e com a conta na mão entregue pelo garçom, está pagando.

Estes quadros são bem diferentes dos que foram produzidos com a canção Mesa de Bar (1953). Aqui já se percebe mais uma posição de descontração da mulher em atitude mais empoderada e menos submissa.

Interessante perceber como a Radiolândia tenta explicar a composição de Dora Lopes através do seguinte questionamento: “O amor também subiu de preço ou está caro nos romances fechados numa boate?”

Aqui a revista faz uma relação entre a inflação da época com a alta dos preços dos produtos, e os romances passageiros das boates que custavam caro para os homens porque eram eles que, frequentemente, pagavam a conta ao final e depois queriam “uma recompensa” que poderia terminar, ou não, na cama.

Mas pela forma como Linda Batista canta a primeira estrofe da canção, maliciosa quase com ar de riso, não resta dúvidas de que forma o amor de boate terminaria: “Um amor de boate/É tão passageiro/Começa gostoso/Mais acaba ligeiro”.

Mas a revista quer mostrar na Canção Fotografada que, com a aflição no rosto do rapaz ao pagar a conta, o amor terminaria ali porque também se acabara o dinheiro.

Mais uma vez a Radiolândia, em tom saudosista, retoma a discussão do amor romântico, quando compara as relações do passado e as daquele momento: “Antigamente bastava um muro perfumado de jasmim, a penumbra acolhedora da luz da

lua filtrada nas folhagens e um piano trazendo de longe a melodia de uma valsa romântica.”

A busca por um amor verdadeiro e para a vida toda, vinha na linha discursiva dos valores que na década de 1950 ainda se almejava dentro das imagens românticas provenientes do século XIX. Mas isso não significa dizer que todas as pessoas almejavam esse tipo de relação.

A década de 1950, como já assinalamos mais acima, foi um ponto de encontro entre valores mais tradicionais advindos da sociedade burguesa e de toda uma malha discursiva tecida séculos antes, e os novos valores de uma sociedade dita moderna, que trazia em seu bojo uma diversidade de outras relações, desejos, amores e sexualidades.

A Radiolândia saudosamente trazia, para os quadros da Canção Fotografada, o amor romântico para comparar com aquele outro tipo de amor, que era o amor passageiro, efêmero e muitas vezes, mercadejado, escrevendo ao final do quadro: “Porém, hoje, no ‘Amor de Boate’, como afirma Dora Lopes e Donato neste sambacção, gravado pela admirável intérprete Linda Batista, ‘o amor começa gostoso... mas custa dinheiro’.”

Dora Lopes era uma cantora e compositora que gostava da noite e era vista todos os dias perambulando pelos bares e boates noturnos a cantar, mas, também, a curtir as noitadas que Copacabana oferecia.

Eminentemente era uma mulher que gostava da boemia e compunha muitas letras de sambas narrando o cotidiano noturno do Rio de Janeiro.

É de Dora Lopes e mais duas parceiras, Carminha Mascarenhas e Herotides Nascimento, um dos sambas que mais foram gravados e regravados de sua carreira artística e do qual, pela primeira vez, uma mulher admitia em composição própria ser uma mulher boêmia.

“Eu não sou culpada, de gostar de beber e viver na madrugada”.

Numa crônica intitulada *O Que é um Boêmio*⁷⁴, escrita para o jornal porto alegreense *Última Hora*, Lupicínio Rodrigues fala sobre o que era ser boêmio:

⁷⁴ As crônicas de Lupicínio Rodrigues foram compiladas num livro organizado pelo seu filho mais velho, Lupicínio Rodrigues Filho, escritas para o jornal *Última Hora* entre 09/02/1963 a 20/02/1964. RODRIGUES

Quase todo mundo caracteriza o boêmio como um indivíduo sem caráter, que não trabalha, que vive a cometer desajustes, ou mais comumente: um vagabundo. Ser boêmio não é nada disso. O boêmio, em princípio, é um notívago, depois um poeta, um amoroso, um admirador das serestas e é verdadeiramente um companheiro da Lua. Poderia citar aqui uma grande relação de nomes de médicos, engenheiros, advogados e outros, que são grandes boêmios e que, como eu, gostam da madrugada.

Como se vê, Lupicínio Rodrigues e tantos outros que vivenciaram a boemia nos anos 1940 e 1950 sabiam muito bem qual era a caracterização que as pessoas faziam do boêmio.

Sempre o identificando com pessoas “sem caráter”, “que não trabalha”, que “comete desajustes” ou são notórios “vagabundos”. A fala de Lupi é muito elucidativa porque desfaz a ideia de que o ser boêmio é aquele/aquela que vive a cometer desatinos e que são “inimigos do trabalho”.

O ser boêmio para Lupi era, antes de tudo, uma pessoa notívaga, ou seja, aquela que ama a noite. A noite cheia de mistérios, de nostalgias, inspiradora de músicas e poemas. Daí ele ser também um poeta.

O ser boêmio é também um ser amoroso porque ele tem sua sensibilidade aguçada e vive cada momento como se fosse o último, intensa e desesperadamente.

Mas nos chama atenção como Lupicínio Rodrigues, nesta mesma crônica, descreve as mulheres boêmias:

Os boêmios, quase sempre, são artistas ou pessoas muito sentimentais; digo pessoas, porque existem também mulheres boêmias, mulheres que, igualmente, gostam da noite e sabem que é na noite que se faz música, que se diz poesia com mais sentimento e que, enfim, é à noite que o amor é mais amor.

Da mesma forma que o homem é um notívago e que tem na noite sua maior inspiração, a mulher boêmia descrita por Lupi sabe que é a noite que as coisas acontecem, pois assim como os homens elas também se utilizam dos vários códigos sociais que, nos bares e nas boates, se utilizavam para manter as sociabilidades e sensibilidades, especialmente no meio artístico.

Esta convivência com a noite, o bar, os amigos, as amantes, a música, a bebida liberadora e tantos outros componentes da vida boemia, segundo a socióloga Sevy

FILHO, Lupicínio. *Foi Assim*: O Cronista Lupicínio Rodrigues Conta as Histórias das suas Músicas. Porto Alegre: L&PM, 1995. A crônica que nos referimos em especial foi a primeira que Lupi escreveu para o jornal, datada de 09/02/1963.

Madureira⁷⁵ faz com que se abram as portas de um mundo não convencional ao ser boêmio. O que facilita que as suas relações possam ser mais livres, democráticas, permissivas e mais prazerosas.

Por ter uma vida mais livre e de relações mais fluidas, muitos artistas, homens e mulheres, como descreve Mônica Velloso⁷⁶ no seu livro sobre Mário Lago, sabiam que a sua liberdade de criar e imaginar estava na convivência boemia de cada noite, de bar em bar, que eles e elas (re)criavam sua própria identidade para viver desafiando os valores tradicionais de uma época.

As experiências boêmias de Dora Lopes já vinham de longa data, muito antes dela ser contratada pela Rádio Nacional em 1948. No início da década de 1940 ela apresentava-se na extinta Rádio Ipanema e depois na Rádio Globo.

Com o fechamento dos cassinos em 1946, começou a se apresentar nas nascentes boates de Copacabana. Ainda não era famosa como descreve Rui Castro⁷⁷ mas tinha muito prestígio.

Em diversos jornais da década de 1950 encontramos Dora Lopes nas noites cariocas cantando, bebendo e exercendo sua liberdade na boemia. No início de 1961 ela arrenda a boate Dimdim em São Paulo e muda-se para lá.

É como proprietária de boate que Dora vivencia a boemia mais intensamente e todas estas experiências noturnas lhe inspiram a escrever o samba que virou marca de sua carreira artística: Samba da Madrugada (1962)⁷⁸:

SAMBA DA MADRUGADA (1962) – Dora Lopes

Amanhã, eu já posso morrer
 Pois sei que todo boêmio vai sofrer
 Eu, eu não sou culpada
 De gostar de beber e viver
 Na madrugada

Todo boêmio tem que ter um coração
 Gostar de violão
 Ou então sentir saudade
 Se por um acaso eu morrer numa noitada

⁷⁵ MADUREIRA, Sevy. *Bairro do Recife: A Revitalização e o Porto Seguro da Boemia*. Recife: SEPLAN, 1996.

⁷⁶ VELLOSO, Mônica. *Mário Lago: Boemia e Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. P. 83.

⁷⁷ CASTRO, Ruy. *A Noite do Meu Bem...* P. 50.

⁷⁸ Samba da Madrugada (Dora Lopes), Dora Lopes, Carminha Mascarenhas e Herotides Nascimento, 78 rpm, Copacabana, 1962, catálogo 6395, IMMUB.

Deixo o meu samba com vocês
Na madrugada
(é isso aí!!!)

Este samba é muito significativo para nós porque é o primeiro escrito por mulheres que se autodenominam como boêmias. Houve outros sambas que tiveram mulheres por intérprete do mundo boêmio, mas em nenhum deles encontramos um escrito por mulheres que, quebrando com a lógica do dispositivo amoroso que atuava em várias áreas do saber, se autodenominavam como mulheres boêmias.

O discurso que vigorava na primeira metade do século XX em várias canções da nossa música popular era de que ser boêmio, para os homens, era sinal de vadiagem e mulher que gostava ou vivia na boemia era sinal de “tipo fácil”, mulher fatal, perigosa, destruidora de lares, sinônimo de tentação e pecado⁷⁹.

Essa era uma caracterização que reverberou durante muito tempo na sociedade brasileira, através dos discursos produzidos pelas mais diversas áreas do saber de que mulheres que saíam a noite sozinhas, não eram mulheres sérias e que, por isso, não podiam ser levadas em conta para casar.

Estes discursos que infantilizam, subjagam e assujeitam as mulheres a determinadas práticas e valores sociais fazem parte do que Teresa de Lauretis chamou de tecnologias de gênero que seriam um conjunto de práticas, discursos e representações que constroem o feminino enquanto ser dotado de um destino biológico pronto para ser sacrificado e assujeitado em detrimento a outrem.

Daí advém os “papéis” atribuídos às mulheres socialmente como mãe, esposa, dona de casa, para aquelas que eram, verdadeiramente, mulheres para casar. E mesmo assim, com tantos discursos cerceadores das liberdades femininas, muitas delas continuavam a fazer arranjos nas relações amorosas, afetivas e sexuais, a despeito de toda malha que pretendia polir seus desejos.

O Samba da Madrugada vem na contramão de toda essa caracterização, pois mostra uma mulher que se autodenomina como boêmio e como ser boêmio, sabe das consequências sociais advindas desta posição.

⁷⁹ NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. “Boemia, Aqui Me Tens de Regresso” ... P. 147.

Por isso Dora escreve que sabe que “todo boêmio vai sofrer”. Mesmo assim, exime-se de certa culpabilidade porque entende que ser mulher e ser boêmio é algo que está na sua alma. Por isso a afirmação: “eu não sou culpada, de gostar de beber e viver na madrugada”.

E a autodenominação de boêmio no samba não é à toa. Dora como cantora e compositora certamente sabia que ser “mulher boêmia” representava um tipo fácil, de mulher sedutora, perigosa e fatal.

Possivelmente essa identificação ela não queria para si. Sua postura era de identificar-se como sambista e compositora, bem como ser boêmio, no masculino mesmo.

Isso ela explica na própria música, porque entende que ser boêmio “é ter um coração” que significa ter uma sensibilidade mais aguçada do que as demais pessoas comuns “É gostar de violão”, o instrumento por excelência do boêmio que durante muito tempo foi identificado como sinônimo de vadiagem, mas que ganha, na metade do século XX, as conotações de amigo, confidente, companheiro e consolador pelas composições de vários artistas.

“Ou então sentir saudade”, tema comum na teoria existencialista que percorreu muitos sambas canção da década de 1950 e início dos 1960, marcando a alma boêmia pelos saudosismos de todos os tipos.

Com uma vida tão agitada pelas noites paulistas, Dora não deixa de dar o seu recado e sua contribuição ao mundo do samba. Em 1962 ano do lançamento do Samba da Madrugada, com 40 anos de idade, administrando uma boate e já consolidada como cantora, buscava ainda consolidar sua vida artística como compositora. Até então, já tinha composto 29 canções.

Mas é justamente com este samba que ela faz um movimento de desconstruir e reconstruir o ser feminino na boemia. Dora Lopes consegue, efetivamente, se firmar enquanto compositora. Samba da Madrugada teve 34 gravações com os mais diversos artistas e ganhou o prêmio Chico Viola pela sua composição.

E ela termina o samba deixando um recado peculiar: “Se por um acaso eu morrer numa noitada/ Deixo o meu samba com vocês/ Na madrugada”. E essa madrugada foi

longa porque esta música percorreu as décadas tornando-se um dos sambas preferidos nas rodas boêmias dos cariocas até hoje.

Dora Lopes não parou por aí. Ainda compôs várias músicas e algumas delas se tornaram sucessos na voz de outros intérpretes, como as marchinhas *Marcha da Pimenta* (1959) e *Pó de Mico* (1962), sucesso no carnaval de 1962 na voz de Emilinha Borba; os sambas *Toalha de Mesa* (1963) e *Pedra 90* (1966) sucessos na voz de Noite Ilustrada; e *Amor Proibido* (1974), na voz de Agnaldo Timóteo.

Participou ativamente das noites boêmias do Rio de Janeiro e São Paulo nas décadas de 1950, 1960 e 1970 assim como foi dona de boates e bares neste período, incluindo uma boate frequentada por lésbicas (ela mesma assumida enquanto tal) chamada *Caixotinho* que deu muito trabalho a polícia do Rio de Janeiro na década de 1960.

Dora, com toda sua irreverência na forma de cantar seus sambas, viveu intensamente seus 62 anos de vida, dos quais mais de 40 anos em plena boemia. Depois dos grandes sucessos das décadas de 1950 e 1960, caiu no esquecimento da música popular brasileira nos anos de chumbo do nosso país.

Deixou uma obra importante, quase inexplorada, com letras de samba e samba canção ricos em conteúdo que desconstruía muito dos valores de uma época que exigia das mulheres comportamentos e ideias que estivessem de acordo com a rede discursiva formada pelas tecnologias de gênero através dos dispositivos da sexualidade e amoroso.

Falou dos amores passageiros, das sexualidades vivenciadas nas noites boêmias, das experiências noturnas nas mesas de bar e nas boates, do fim dos relacionamentos e das escolhas femininas, culminando com a autoafirmação de ser mulher e ser boêmio.

Sua voz calou no sábado, dia 24 de dezembro de 1983, vitimada por uma pancreatite aguda e insuficiência renal, no Hospital Paulistânea, na cidade de São Paulo. Foi sepultada na manhã do dia 25 de dezembro de 1983, no cemitério Gethsemani, no Morumbi.

Em seu velório poucos amigos e artistas, dentre eles Agnaldo Timóteo e Edith Veiga. Deixou seu recado e se juntou aos Grandes Mestres da Velha Guarda que tanto admirava e que lhe serviu de inspiração para seus sambas. Calava-se a voz, mas não a obra.

Foi homenageada por Ricardo Cravo Albim no show por ele produzido e dirigido entre 2001 e 2003 chamado “Estão Voltando as Flores” e em 2018 a cantora Mariá Sallum apresentou um show no Teatro Paiol em Curitiba chamado “Eu Sou a Madrugada”, cantando os maiores sucessos da compositora boêmia.

Dez anos antes de sua partida, Dora compunha com Clayton Werre o samba Ponto de Encontro (1973), onde recorda toda a turma da Velha Guarda que já havia partido. Num dos trechos ela canta e conversa com seus sambistas preferidos:

A velha guarda agora está se reunindo em outro lugar
(Me espera Dolores! Me espera Noel! Me espera Ataulfo!)

Foi à chamado de Jesus por isso agora está se reunindo em outro lugar
(Eu estou indo qualquer dia, mas ainda estou aqui deixando aquele samba legal! Tô curtindo meu samba)

Dora Lopes Freitas, sambista, cantora e compositora, vai se despedindo e chamando pelos maiorais da Velha Guarda, lembrando aqueles anos dourados em que ela vivenciou o mundo boêmio. Se despediu de fato dez anos depois, mas não como queria: numa noitada na mesa de um bar, como escreveu em Samba da Madrugada.

Partiu sozinha na UTI de um hospital, levando consigo sua voz marcante e suas composições para quando reencontrasse com os amigos de outrora, pudesse dizer, finalmente, com a alegria e a voz que lhe era peculiar: “Cheguei minha gente!”

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Blog MPB Cifrantiga com a cronologia dos maiores sucessos e a história da MPB, dispõe de letras de todas as canções, desde o século XIX ao XXI: <http://cifrantiga3.blogspot.com/>

Site que contém a história do samba e de alguns sambistas famosos: http://www.sambando.com/historia_do_samba.html

Site com vários verbetes sintéticos sobre autores, movimentos e obras: www.cliquemusic.com.br

Site Instituto Moreira Sales (IMS) possui todo o acervo fonográfico do historiador Jose Ramos Tinhorão e Humberto Franceschi digitalizado, além de partituras originais do século XIX e XX: <http://www.ims.com.br/ims/>

Site do Acervo do arquivo Nirez que contém discos de 78 rpm digitalizados em áudio (em sua grande maioria): <http://arquivonirez.com.br/>

Site Instituto Memória Musical Brasileira (IMMUB), congrega um vasto arquivo de cantores/as e compositores/as e suas respectivas biografias e discografias, com grande parte de arquivo sonoro disponibilizado: <https://immub.org/>

Site Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/musica-arquivo-sonoro>

Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional onde encontra-se acervos das revistas e jornais citados neste trabalho: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Referências:

ALMIRANTE. No tempo de Noel Rosa. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BAIA, Silvano Fernandes. A Música Popular na Historiografia: Reflexões Sobre Fontes e Métodos. Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 14, nº 24, jan-jun 2012, p. 61-80.

BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRAH, Avtar. “Diferença, Diversidade, Diferenciação”. Cadernos Pagu (26), Janeiro-Junho de 2006, p. 329-376.

CASTRO, Ruy. A Noite do Meu Bem: A História e as Histórias do Samba Canção. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CAULFIELD, Sueann. Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

DEL PRIORI, Mary. História do Amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006. DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga. São Paulo: Moderna, 2001.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Paulo Matias de; e FARIA JUNIOR, Vitor Celso Melo de. “O primeiro amor não morre: apontamentos sobre a reconfiguração das fotonovelas na atualidade a partir dos Tableaux Vivants e dos Memes”. IN: Revista Temática, Ano XIV, n. 7. Julho/2018. NAMID/UFPB - <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em 11/05/2020.

LAGARDE, Marcela. Claves Feministas Para la Negociacion em el Amor. Managua: Puntos de Encuentro, 2001, p. 31. LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia de Gênero”. 1994 <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>

MATOS, Maria Izilda Santos de. Âncora de Emoções: Corpos, Subjetividades e Sensibilidades. Bauru: EDUSC, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Dolores Duran: Experiencias Boemias em Copacabana nos anos 50. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MURGEL, Ana Carolina A. T. Mulheres compositoras no Brasil dos séculos XIX e XX. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, nº 3, novembro de 2016.

MADUREIRA, Sevy. Bairro do Recife: A Revitalização e o Porto Seguro da Boemia. Recife: SEPLAN, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. História & música: história cultural da música popular. 2.ed. revisada pelo autor. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (História & ... Reflexões).

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. “Boemia, Aqui Me Tens de Regresso”: Mundo Boêmio e Sensibilidades na MPB (1940-1950). Tese (Doutorado em História do Brasil), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. “A Violência do Dispositivo Amoroso e Assujeitamento das Mulheres nos Livros Didáticos de História”. Revista Labrys Estudos Feministas, julho/2016-junho2017, p. 08.

PARANHOS, Adalberto de Paula. Os Desafinados: Samba e Bambas no Estado Novo. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

RAGO, Margareth. Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2ª. Edição revisada e ampliada, 2008.

RODRIGUES FILHO, Lupicínio. Foi Assim: O Cronista Lupicínio Rodrigues Conta as Histórias das suas Músicas. Porto Alegre: L&PM, 1995
RIBEIRO, Pery. Minhas Duas Estrelas: Uma Vida com Meus Pais Dalva de Oliveira e Herivelto Martins. São Paulo: Globo, 2009
RUIZ, Roberto. Araci Cortes: Linda Flor. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

SEIGEL, Jerrold. Paris Boêmia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa (1830-1930). Porto Alegre, L&PM, 1992.

TELES, Fídias. Os Malabaristas da Vida: Um Estudo Antropológico da Boemia. Recife: Comunicarte, 1989.

VELLOSO, Mônica. Mário Lago: Boemia e Política. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Recebido em 27 de maio de 2020
Aprovado em 10 de fevereiro de 2021



ARTIGO
ARTICLE

Pela América Latina, em nome da Virgem Maria: o teatro de revista na peça *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, de Vianninha (1967)

For Latin America, in the name of Virgin Mary: the magazine theater in the play *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, by Vianninha (1967)

Letícia Gomes do Nascimento 

Doutoranda em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro

lgomesnn@gmail.com

NASCIMENTO, Letícia Gomes. Pela América Latina, em nome da Virgem Maria: o teatro de revista na peça *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, de Vianninha (1967). *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.39216>

Resumo: Neste artigo, através da análise da peça *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, o objetivo é refletir sobre o lugar do riso na produção dramaturgical de Vianninha. Assim, observamos, através do uso de mecanismos do teatro de revista presentes na peça, um dos argumentos estético do autor como forma de coadunar crítica social e uma linguagem que pudesse ser considerada como "popular".

Palavras-chave: História do teatro; Teatro contemporâneo; Teatro brasileiro.

Abstract: In this article, through the analysis of the play *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, the objective is to reflect on the place of laughter in Vianninha's dramaturgical production. Thus, we observe, using theater magazine mechanisms present in the play, one of the author's aesthetic arguments as a way to combine social criticism and a language that could be considered as "popular".

Keywords: Theater history; Contemporary theater; Brazilian theater.

Escrita em 1967 por Oduvaldo Vianna Filho, junto com Paulo Pontes e Armando Costa, *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex* foi caracterizada por seus autores como uma revista musical composta de dois atos e oito quadros. Todas as 20 músicas que atravessam a revista foram compostas por Francis Hime, Dorival Caymmi e Sidney Waismann¹; enquanto os cenários ficaram a cargo de Carlos Fontes e Armando Costa. O enredo da peça gira em torno dos impasses da Virgem Maria, mediante ao aceite da proposta de Deus de vir para a América Latina e resolver os problemas do Brasil.

Originalmente, o título da peça seria *Das Grossen Safadezen (sic)*, mas, devido à censura imposta pelo regime ditatorial, foi substituído pelo bordão utilizado no produto para cabelos chamado Gumex, certamente como forma de satirizar o mal-estar ocasionado pela ação dos censores.² A peça foi apontada em alguns jornais como o marco inaugural do Teatro do Autor Brasileiro, o TAB, um grupo fundado por Vianninha e Paulo Pontes, logo após a saída deles do Grupo Opinião, também em 1967.

Se observarmos mais de perto alguns aspectos formais das peças escritas por Vianninha, incluindo *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, podemos identificar a permanência de parte do ideário, em consonância com um projeto estético-cultural de reformulação teatral. O uso da tradição do teatro de revista permite a Vianninha uma ampliação dos mecanismos brechtianos por ele valorizados. É possível sustentar, assim, que modelos encontrados, no que passou a se chamar "teatro antigo" brasileiro, geraram novas formas de construção dramática, em diálogo com perspectivas estéticas tais como o brechtianismo, muitos anos após a crise desse modelo de teatro,

Assim, a proposta aqui é a de chamar a atenção para o fato de que Vianninha também escreveu para os próprios pares, o que nos leva a refletir sobre as relações, no domínio teatral, entre os indivíduos e os grupos que compõem a cena. Além do aspecto

¹Na nota 17, Thaís L. Vieira apresenta todas as músicas e seus respectivos compositores. Cf. VIEIRA, Thaís L. *Allegro ma non troppo: ambiguidades do riso na dramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. p.149.

²Cf. PONTE PRETA, Stanislaw. *Arte e Manhas. O Cruzeiro: Revista*. Rio de Janeiro, 1967, Edição 0066(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Uma outra versão para o título da peça é dada por Thaís L. Vieira, em sua tese, afirmando que Vianninha optou por este nome devido ao impacto *non-sense* que o autor sentia em relação ao momento vivenciado. Levando em consideração o contexto de censura, acredita-se ser mais provável ter havido algum corte, ou imposição de mudança, como era comumente realizado no período. Por isso, acredita-se que faça mais sentido o *non-sense* como forma de sátira à censura, do que mero produto da criação do autor. Cf. VIEIRA, Thaís L. *Allegro ma non troppo: ambiguidades do riso na dramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho*. *Op. cit.* p. 151.

social de mudança, havia, ao longo da trajetória de Vianna Filho em geral, e em *Dura Lex*, em particular, uma proposta estética de um novo modelo para o teatro brasileiro. A forma escrita é capaz de demarcar, nesse caso, uma posição dentro de um espaço específico de atuação, como tentativa de legitimação do dramaturgo perante seus pares. Longe de desconsiderar a importância das temáticas e dos objetivos sociais na dramaturgia de Vianninha, vale ressaltar, portanto, as estratégias discursivas, especificamente dramatúrgicas, como parte da busca de uma linguagem compatível com o seu projeto estético-teatral, aproximando-se ou distanciando-se dos debates e das disputas presentes no âmbito teatral naquele momento.

O uso particular de Brecht por Vianninha, em *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, é repleto de referências ao teatro de revista, com efeitos evidentes nos modos como a crítica recebeu essa peça. Mais do que simplesmente analisar o texto teatral, interessa identificar, aqui, as conexões que o dramaturgo estabelece com os circuitos que permeiam o seu meio de atuação.

O teatro de revista brasileiro

O teatro de revista, enquanto braço do teatro de comédia³, alcançou grande proeminência nos palcos brasileiros durante as primeiras décadas do século XX. Em *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*, Neyde Veneziano enquadra o teatro de revista, no Brasil, como uma vertente do teatro 'popular'. Para a autora, o

³No *Dicionário de teatro*, de Patrice Pavis, o gênero *Comédia* é dividido em vários verbetes. Aqui, optou-se por uma das definições que atribuída a este gênero. A comédia "[...] se dedica à realidade cotidiana e prosaica das pessoas comuns: daí a sua capacidade de adaptação a qualquer sociedade, a infinita diversidade de suas manifestações e a dificuldade de deduzir uma teoria coerente da comédia. [...] A comédia vive da ideia repentina, das mudanças de ritmo, do acaso, da inventividade dramatúrgica e cênica. [...] MARMONTEL dá uma definição muito geral, mas bastante completa, da comédia: "É a imitação dos costumes, posta em ação: imitação de costumes no que difere da tragédia e do poema heroico; imitação da ação, no que difere do poema didático moral e do simples diálogo." [...] A fábula da comédia passa pelas fases de *equilíbrio, desequilíbrio, novo equilíbrio*. A comédia pressupõe uma visão contrastada, até contraditória do mundo: um mundo normal, geralmente reflexo do mundo do público espectador, julga caçoa do mundo anormal das personagens consideradas diferente, originais, ridículas e, portanto, cômicas. Tais personagens são necessariamente simplificadas e generalizadas, uma vez que encarnam de modo esquemático e pedagógico uma extravagância ou uma visão inusitada do mundo. [...] A comédia, diferentemente da tragédia, presta-se facilmente aos efeitos de distanciamento e se autoparodia de bom grado, pondo assim seus procedimentos e sua forma de ficção em exergo. Desse modo, ela é o gênero que apresenta grande consciência de si, que frequentemente funciona como *metalinguagem* crítica e como *teatro dentro do teatro*." Cf. Verbetes COMÉDIA In: PAVIS, Patrice. *Op. cit.* São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 52-54.

gênero revista é a marca característica de uma época em meio a um processo de formação identitária, pois as leis dramáticas que regem o funcionamento do teatro de revista são "leis que se casaram com a brasilidade".⁴ Pelo visto, esta forma teatral, ao longo da história, desenvolveu-se em paralelo a um teatro considerado superior, convencionado através de uma dramaturgia específica. Não obstante, Veneziano mostra que o teatro popular não está diretamente relacionado a uma cultura popular, uma vez que o teatro de revista e o popular não visam necessariamente um mesmo público; o primeiro seria feito para o povo, o segundo pelo povo.⁵

O teatro de revista colocou em questão, de diferentes formas, a brasilidade. Desde o século XIX até a primeira metade do século XX, foi tido como uma representação do Brasil por dramaturgos e atores. Veneziano já indica, ao tratar do teatro de revista, um modo de distanciamento desta cena teatral, distinto daquele proposto por Brecht, chamando a atenção para seu caráter particularmente brasileiro:

[...] com o teatro do distanciamento acontece algo peculiar. Poderíamos dizer que desembocam num mesmo resultado duas correntes de origem diversa. A ideia de Brecht, elaboração precisa de uma separação entre gesto e palavra, forma e conteúdo (tentando traduzir por analogia e essência de uma produtividade contemporânea) teve e tem sua tradução "*ipsis literis*" cá entre nós. Porém, cá entre nós também, o desenvolvimento do deboche enquanto recurso estilístico, que tempera picantemente nossa chanchada, nossa comédia de costumes, nosso Teatro de Revista, para citar alguns gêneros de história já consagrada, e que ainda funcionam não apenas como precursores, mas como fonte de inspiração, cópia e citação, dotou o teatro brasileiro de uma face própria, que se assemelha àquela do teatro épico (aquele que se utiliza do efeito de distanciamento). A confluência de perspectivas (a crítica social, a sátira) relativas ao conteúdo da encenação parecem convergir para a relação distanciada entre ator e personagem.⁶

O teatro de revista trata do presente. A escrita voltada às atualidades de uma época é o que permite a este gênero teatral uma constante mutabilidade, seja na sua mensagem, seja na sua forma.⁷ Até os anos 1940, o fio condutor dos espetáculos do teatro de revista tinha por função retratar um acontecimento da atualidade, que poderia ser político. Veneziano ainda afirma que o gênero revista propiciou o surgimento de

⁴Cf. VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991. p. 15-17. Citação direta na página 17.

⁵Cf. *Ibidem*. p. 19-20.

⁶Cf. FERNANDES; MEICHES, 1988, p. 7-8 *apud* VENEZIANO, Neyde. A arte do ator no teatro de revista... *Caderno de Registros Macu (Pesquisa)*. Campinas, v. 12, n. 7, 2015. p. 75.

⁷Cf. *Ibidem*. p. 115.

produções caracteristicamente nacionais, com assuntos diretamente relacionados ao "cotidiano popular", pois, para ela,

Há um modo de se fazer revista à francesa, um à portuguesa, um à inglesa e, é claro, um à brasileira. Cada uma dessas nações a reivindicar dela uma representatividade essencialmente local e nacionalista. Já se disse ser a revista um gênero tipicamente francês, inglês, americano. E tudo isto pode ser verdade. Ao colocar em cena os disparates, as tolices, as asneiras dos políticos, dos poderosos, combiná-los à música própria da terra e desenhar um painel dos acontecimentos imediatos, este gênero nasceu para servir, sob medida, à nacionalidade de quem o adotar.⁸

No Brasil, a recepção do teatro épico teve uma aproximação com o teatro de revista, sobretudo através da noção de que cada cena existe por si mesma, rompendo com a necessidade de encadeamento presente na forma dramática.⁹ Através do ridículo, entre a música e a farsa, a revista se estabeleceu como um gênero teatral. Ainda segundo Veneziano,

[...] a revista de ano brasileira, [...] consistia num resumo crítico dos acontecimentos do ano anterior. Às vistas do público, desfilavam os principais fatos do ano findo relativos ao dia-a-dia, à moda, à política, à economia, ao transporte, aos grandes inventos, aos pequenos crimes, às desgraças, à imprensa, ao teatro, à cidade, ao país. Era uma história miniaturizada sob o painel anual, em linguagem popular, teatralizada. Equilibrava-se entre o registro factual e a ficcionalização cômica. [...] O fio condutor garantia a unidade do texto. [...] A ação revisteira [...] difere desta concepção aristotélica da ação dramática. Enquanto esta é desencadeada por conflitos internos e externos dos personagens e recheada de Emoções até subjetivas, aquela costuma ser impulsionada pelo movimento (físico) e mostra, ao narrar e comentar os fatos, um semblante próximo do épico-brechtiano.¹⁰

Na trajetória de Vianninha, os diferentes sentidos, muitas vezes conflitantes, da noção de "popular" vêm à tona. Se teatro do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes buscou valorizar, uma "cultura popular" produzida por operários, camponeses, estudantes, etc., os trabalhos de Vianninha, junto ao grupo

⁸Cf. VENEZIANO, Neyde. *Não adianta chorar: teatro revista brasileiro...* Oba! Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 34.

⁹Costa tem por argumento assinalar que *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal e *A mais-valia vai acabar seu Edgar*, de Oduvaldo Vianna Filho, foram pioneiras na experiência de recepção da abordagem brechtiana no Brasil. Ela indica que *Eles não usam black-tie* foi um marco para a dramaturgia brasileira e abriu caminho para a peça *Revolução na América do Sul*, como já afirmado no corpo do texto. Ainda afirma que Vianninha foi o responsável por desenvolver as questões trazidas pela peça de Boal e que, possivelmente, o fato de Vianna Filho ter atuado na peça o tenha favorecido nesta reflexão. Ademais, para Costa, Vianninha, com *A mais valia vai acabar, seu Edgar* trouxe como novidade uma modificação à função da cena através do uso de alegorias. Cf. COSTA, Iná C. *A hora do teatro épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 76.

¹⁰Cf. VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Op. cit. p. 88-91.

Opinião, direcionaram o sentido de "popular" para esta noção de teatro feito para o povo, recorrendo a modos de diversão tradicionais no Brasil. A dramaturgia de Vianna Filho pode, assim, ser pensada não somente a partir da incorporação de elementos épicos em suas peças – processo que se deu ao longo de sua trajetória cepecista –, e de outras referências teatrais, como o teatro de revista: recorria ao coro, à música, aos slides, aos arquétipos sociais como forma de caracterização das personagens, às vozes, como um modo de aproximação de um tipo de fazer teatral, tendo como horizonte a criação de um estilo de representação que abarcasse os aspectos de uma suposta teatralidade brasileira.

Como visto, podemos identificar, de saída, duas vertentes do gênero: a revista enquanto espetáculo e a revista satírica. A primeira é marcada pelos "quadros relacionados à atualidade, prevalecem os elementos externos, ligados à riqueza dos cenários e figurinos, como a beleza dos componentes dos corpos de baile, a popularidade das vedetes e a eficiência da orquestra e das coreografias". A segunda, também conhecida como revista de "costumes, que dá absoluta primazia texto, reduzindo a segundo plano a cenografia, a música, a coreografia, mas que, por sua própria natureza, permite os atores grandes momentos na interpretação".¹¹ Em termos estruturais, como componente obrigatório do gênero revisteiro, a apoteose teve por muito tempo um viés patriótico. Durante os períodos da Primeira e Segunda Grande Guerra, a tônica regional-nacionalista foi um atributo marcante deste tipo de convenção do teatro de revista.¹²

Outro aspecto importante é o uso de alegorias que, segundo Veneziano, é uma convenção retomada do teatro popular medieval pelo teatro de revista. Isso é o que permite a organização do gênero dentro de uma estrutura formal permeada de contrastes. Esta forma é o que torna possível a existência de um jogo entre a realidade e a fantasia, entre naturalismo e alegoria. Do mesmo modo, é através das alegorias que é possível identificar as personificações de classes e grupos sociais, de instituições, ou ainda, de outros gêneros teatrais.¹³

¹¹Cf. VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. *Op. cit.* p. 33.

¹²Cf. VENEZIANO, Neyde. *Não adianta chorar: teatro revista brasileiro... Oba!* *Op. cit.* p. 110-111.

¹³Cf. *Ibidem.* p. 138-139.

Ao longo do tempo, as alegorias revisteiras perderam o tom moralizante¹⁴ e ganharam um tom satírico. A intenção era rir, não ensinar. Neste sentido, era possível despertar o interesse no público pela chave da comicidade e também da crítica, uma vez que a alegoria é " elemento dessacralizado, a serviço da sátira. Menos universal, mais característica. Menos Bem, Mal, Poder, Inveja. Mais pindaíbas, doenças, golpes do baú, males em profusão".¹⁵

Em *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex* estes mecanismos podem ser evidenciados em várias passagens. Em uma delas, os problemas específicos da América Latina são retratados com doses satíricas tipicamente revisteiras, como no trecho reproduzido a seguir, em que o personagem Surdo, responsável por introduzir interrupções nos diálogos, aparentemente digressivas, que, na realidade, remetem aos problemas da produção agrícola brasileira, à época, em torno dos dois produtos, o café e a laranja, que comandavam o mercado de exportação brasileiro para outros países da América e da Europa.

PRESIDENTE – E seguem-se então todas as mazelas
sociais de imensas áreas geográficas –
moléstias, desemprego, as endemias,
criminalidade, falta de fé.
SURDO – O senhor dá licença de um aparte?
PRESIDENTE – Pois não, Excelência.
SURDO – Cadê o café?
VELHO 2 – Na América Latina morre uma
criança cada quarenta segundos.
Na América Latina não existe
superpovoação, terra desolada.
PRESIDENTE – Mas nasce uma em cada dez segundos.
Quatro a um. Ganhei de goleada.
SURDO – Laranjada, não, prefiro café.
VELHO 3 – É? Não existe superpovoação?
Na minha casa, na praça da Sé,
só de irmão da minha mulher tem trinta,
quinze são José, quinze só de Zé.
Eu não consigo ir no banheiro –
às vezes eu fico sem urinar
um mês inteiro, bato – "quem está
aí? " – sempre respondem – "É o José!"¹⁶

¹⁴Neyde Veneziano afirma que o tom moralizante advém do teatro popular medieval, mas que foi ressignificado junto ao desenvolvimento do teatro de revista no Brasil. Cf. *Ibidem*. p. 138.

¹⁵Cf. VENEZIANO, Neyde. *Não adianta chorar: teatro revista brasileiro... Oba! Op. cit.* p. 141.

¹⁶Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Coleção Vianninha Digital. Volume 11, 2007. p. 16-17.

Na continuidade da cena, o debate entre as personagens traz referências sobre a relação com a cultura estadunidense, fazendo menção ao imperialismo e à pílula anticoncepcional, que durante os anos 1960 eram assuntos relevantes. Além disso, há uma referência direta a um dos traços culturais mais evidentes do Brasil, e uma das maiores paixões de Vianna Filho: o futebol.

SURDO – Café fraco?
 PRESIDENTE – Seria possível Vossa Excelência parar de encher o saco?
 VELHO 5 – Vossa Excelência desvia nossa linha:
 nosso mal não é o superpovoamento,
 nosso grande mal é o imperialismo...
 VELHO 4 – Que Vossa Excelência quer omitir
 Com um toque mágico de varinha!
 PRESIDENTE – Excelência, imperialista é
 a vossa veneranda mamãezinha!
 VELHO 5 – Sim, o senhor é um testa de ferro
 do capitalismo internacional
 que produz esta pílula anti-cristo (*sic*)!
 PRESIDENTE – Não, a pílula não é anti-cristo (*sic*),
 meu senhor, é anticoncepcional.
 SURDO – Quero falar.
 PRESIDENTE – Ih, vai virar FlaFlu... Manda.¹⁷

A metalinguagem, ou o teatro dentro do teatro, também foi uma técnica utilizada no teatro revista no Brasil, mecanismo de auto explicação, cujo efeito era uma tentativa de aproximação e de validação do texto perante o público. Aos poucos, essa técnica seria abandonada, apesar da figura do *monsieur de parterre* não deixar de existir e continuar permeando a cena; o didatismo cedeu lugar, então, ao gracejo, ao riso.

Em *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, não há uma única figura que desempenhe esse papel, mas há trechos em que a função auto explicativa, acrescida à chave cômica, se faz presente no texto.

ATRIZ – Hei, minha senhora, acorde
 o seu marido e avise
 que até que enfim chegou a
 hora do *strip-tease*.
Slide. Um casal em foco.
 SLIDE – Como toda geladeira
 moderna tem seu *freezer*
 toda revista porreta
 tem que ter

¹⁷Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Op. cit. p. 17.

Strip-tease.

OUTRO SLIDE – *Strip-tease.*

Luz aumenta no casal. Os dois tiram a roupa. Brincos, relógios.

ELAS – Tem que tirar tudo?

ELES – Tudo... (*Tiram tudo. Ele de ceroula. Um tempo, Tio Sam entra. Pega tudo e asi. Os dois olham o público desconsolados. Um tempo. Entram todos nus. Chacrinha nu.*)

CHACRINHA – Depois deste primeiro *strip-tease* participante, com todo mundo nu, antes que degenere, terminamos a primeira parte.

CORO – Palmas para a gente, que estamos nus.

Termina a primeira parte

com todo mundo nu

aproveite o intervalo

e vá tomar café!¹⁸

De Edgar à Virgem Maria

Como visto, para Vianninha, o teatro de revista funciona como um mecanismo capaz de conjugar uma perspectiva crítica a uma forma "popular" de linguagem, deia presente desde os tempos de sua atuação no CPC da UNE, recorrente até o seu último trabalho, a peça *Rasga coração*.

A primeira peça escrita em formato de revista por Vianna Filho a ter uma grande projeção foi *A mais-valia vai acabar seu Edgar*, encenada, pela primeira vez, através do Teatro Jovem, na cidade do Rio de Janeiro, em 1961, sob a direção de Chico de Assis. Ela é considerada o marco fundador da experiência do CPC. Para Iná Camargo Costa¹⁹, o texto em questão fez parte do início do movimento do teatro épico no Brasil. Para ela, as peças pioneiras da experiência de recepção brasileira da abordagem brechtiana foram *Eles não usam black-tie* (1959), de Gianfrancesco Guarnieri, *Revolução na América do Sul* (1960), de Augusto Boal, e *A mais-valia vai acabar, seu Edgar* (1960), de Oduvaldo Vianna Filho, De forma geral, esta última peça é caracterizada como uma revista brechtiana.²⁰ Entre ela e *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, destaca-se uma mudança de direcionamento, uma vez que, na primeira, a revista pretendia um tom didático e panfletário, e, na segunda, a atualidade dos acontecimentos é o que determina o fio condutor da peça, remetendo ao

¹⁸Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Op. cit. p. 25-26.

¹⁹ Cf. COSTA, Iná C. *A hora do teatro épico no Brasil*. Op. cit.

²⁰Sobre as produções de Vianninha durante sua fase cepecista, a autora afirma que *Brasil versão brasileira* consolidou a opção estética presente em *A mais-valia vai acabar seu Edgar*. Entretanto, os dispositivos do teatro de revista aparecem, mais ou menos vezes, em outras peças e autos escritos por Vianninha no CPC da UNE, como *Quadra quadras de terra*, *Os Azeredo mais os Benevides* e *O auto dos 99%*. Cf. COSTA, Iná C. *A hora do teatro épico no Brasil*. Op. cit.; VILLARES, Rafael de S. *Por uma dramaturgia nacional-popular: o teatro de Oduvaldo Vianna Filho no CPC da UNE (1960-1964)*. Op. cit.

fazer teatral revisteiro próprio do início do século XX. É o que se pode observar analisando logo o primeiro slide apresentado na peça.

Abre o pano. Escuro. Todas as mulheres da companhia cobertas com véus negros, estão ajoelhadas no palco. Um tempo. É projetado um "slide".

SLIDE – "Vocês não imaginam – dizia ontem uma das figuras de maior prestígio dentro do governo – como o presidente sofre quando sabe que um estudante foi espancado pela polícia". Jornal do Brasil 27.7.67. ²¹

A rubrica já indica um sinal de luto, com mulheres cobertas por véus negros, possivelmente remetendo às carpideiras. O conteúdo do slide refere-se a uma nota do Jornal do Brasil, sobre a prisão do jornalista Hélio Fernandes e a garantia do cumprimento, por parte do governo, da sentença judicial sem nenhuma contestação, pois o então presidente Costa e Silva seria contra qualquer tipo de agressão e arbitrariedade. É importante salientar que na ocasião, em 1967, já haviam sido instituídos quatro Atos Institucionais, o quinto sendo outorgado no ano seguinte, dando início ao período mais tenebroso da ditadura civil-militar que assolou o país.²²

Após um pedido de súplica direcionado à América Latina, há uma sequência de quatro slides anunciando a chegada da Virgem Maria como solução para as mazelas brasileiras.

SLIDE 1 – Fez-se tamanho escarcéu
aqui na América Latina
que as súplicas ouvidas
agora neste teatro
também chegaram ao céu.

SLIDE 2 – Eis que o Altíssimo ouve,
Ouve, mas fica tranquilo –
não tem que mandar ninguém –
pois sempre vê lá de cima
seu time em ótima forma
com Frei Chico, Hélder Câmara
e Alceu de Amoroso Lima.

SLIDE 3 – Porém desta vez resolve
nos mandar um mensageiro.
Sim, sabe que sua turma briga
bem na América Latina,
mas ele fica indignado
com a total falta de auxílio
para o teatro brasileiro.

SLIDE 4 – Eis que ele nos envia –

²¹Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex. Op. cit.* p. 4.

²²Cf. JORNAL DO BRASIL. O presidente da OAB nega entrevista. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1967, Edição 00095(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

com todo o devido respeito
e permissão da censura –
nos manda a própria Maria.²³

A falta de auxílio ao teatro brasileiro, como tratada especificamente nos últimos dois slides, foi comentada por Vianninha em dois de seus ensaios: *Perspectivas do teatro em 1965* (1965) e *A questão do autor nacional* (1966-1967), escritos bem próximos ao momento da peça. Um dos pontos principais que levantava era a ausência de democracia no Brasil, sobre o que Vianninha defende o seguinte:

Para que o teatro possa atuar, possa divertir – possa reunir um mundo de sensações novas, originais, recém-reveladas – a condição política básica é a existência da democracia; a liberdade de expressão e de manifestação de pensamento. Para que o teatro possa ter uma estrutura econômica que permita aos artistas brasileiros a aventura, a descoberta e a grande participação, é preciso um regime econômico que defenda os interesses nacionais, que planeje a produção nacional, que traga para a realidade efetiva o imenso potencial econômico da nação brasileira. Essa política econômica só pode se sustentar na democracia, na consciência social liberta para criticar, exigir e auto criticar-se permanentemente.²⁴

A falta de condições materiais adequadas para a produção teatral brasileira era problemática, segundo o dramaturgo, em dois níveis: (1) no âmbito do Estado e (2) no próprio circuito teatral, ou da "empresa teatro". Para ele, o governo não investia suficientemente na cultura e na educação, se fossem comparados os gastos feitos com o orçamento militar. Especificamente em relação ao teatro, o Serviço Nacional de Teatro (SNT) não distribuía a verba recebida de modo equânime, privilegiando a manutenção e a construção de espaços pouco proveitosos, tidos como "elefantes brancos" pelo autor. Afora isso, Vianninha faz uma crítica, nesses ensaios, à postura paternalista do SNT, alegando que ela impedia uma distribuição de verba capaz de garantir a subvenção necessária a todas as companhias profissionais de teatro no Brasil. Isso ainda somado à diminuição anual do orçamento do SNT e à restrição da construção de teatros no Rio de Janeiro fora da zona sul da cidade. Se por um lado, o teatro havia se aprimorado culturalmente, economicamente ele desfaleceu, no Brasil. Isso para Vianninha foi um grande impasse, uma vez que o ritmo econômico não acompanhava o crescimento do

²³Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex. Op. cit.* p.5.

²⁴Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Perspectivas do teatro em 1965. In: VIANNA FILHO, Oduvaldo. Vianninha: teatro, televisão e política. Seleção, organização e notas: Fernando Peixoto. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.103.*

potencial do teatro e a inviabilização geral da cultura não permitia a expansão do público teatral.

De volta a *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, na imagem da Virgem Maria, nos trajes de Princesa Isabel²⁵, por que Vianninha teria mantido a opção da revista, se o trabalho que pretendia naquele momento era diferente do movimento realizado no CPC? É uma pergunta que o dramaturgo responde no programa teatral da peça, ao dizer que

[...] o segredo está na comunicação da revista. [...] falar dos acontecimentos e não do encadeamento deles. [...] A superficialidade da crítica é intimamente compensada pela sua rapidez. "Essa gente não deixa passar nada" é o lema da revista, que representa a consciência social no seu policiamento diário.²⁶

A possibilidade de uma linguagem rápida, imediata e urgente ainda agradava Vianninha, mesmo a partir de uma tentativa de afastamento da experiência "sectária" do CPC. Foi a incessante busca por uma nova linguagem que o moveu, por tantas vezes, no sentido de descobrir as relações humanas que presidem esse país e o convívio do homem brasileiro".²⁷

O riso na revista é sempre acompanhado de uma linguagem mais livre, com gírias, regionalismos e neologismos. Desde os primórdios da revista no Brasil, a sátira sempre foi carregada de um tom político e nacional. Para Veneziano, o teatro de revista é a marca característica de uma época em meio a um processo de formação identitária, pois, como foi visto, as "leis dramáticas" que regem o funcionamento do teatro de revista são amarradas com a brasilidade.²⁸ Ao longo de *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, é possível perceber essa ênfase nas questões referentes ao Brasil, em que a sátira ganha espaço como forma de apontar a mendacidade da política.

Abre a luz. Virgem Maria com a faixa presidencial.

MARIA – Bem, vou tomar minha primeira providência. Vou regulamentar a remessa de lucros. (Entra um sujeito com braços descomunais dando bananas.)

SUJEITO – Aqui ó. Aqui ó. Aqui ó.

MARIA – Bem, já que há alguma oposição, primeiro vou formar meu Ministério. Um ministério técnico sem influências político partidárias. (Entra o da Paraíba.)

PARAÍBA – O Ministério da Agricultura para a Paraíba, Presidente. Foi onde Vossa

²⁵Devido à censura do governo militar, durante a encenação de *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*, a Virgem Maria foi substituída pela princesa Isabel. Cf. VIEIRA, Thaís L. *Allegro ma non troppo*: ambiguidades do riso na dramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho. *Op. cit.* p.159, nota 46.

²⁶Cf. MORAES, Dênis de. *Vianinha, cúmplice da paixão*: uma biografia de Oduvaldo Vianna Filho. Rio de Janeiro: Record, 2000. *Op. cit.* p. 243.

²⁷Cf. *Ibidem.* p. 244.

²⁸Cf. VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil*: dramaturgia e convenções. *Op.cit.* p. 15-17.

Excelência teve maior votação relativa.

MARIA – Você é técnico em agricultura?

PARAÍBA – Em agricultura propriamente não, mas sou técnico do Paraíba Esporte Clube. (Entra o do Paraná.)

PARANÁ – Perdão, mas a Paraíba só tem três deputados federais, nós do Paraná temos cinco.

MARIA – E o senhor é técnico em agricultura?

PARANÁ – Não. Mas adoro a vida no campo. (Entra o de São Paulo.)

SÃO PAULO – Perdão, o Paraná tem cinco deputados federais, mas um é fresco. Nós de São Paulo temos cinco também, mas nenhum nega fogo. (Entra a assessora vestida de anjo)

ASSESSORA – Excelência, os excedentes de Medicina pedem uma audiência.

MARIA – Já vai. E você é técnico em agricultura?

SÃO PAULO – Claro, fui campeão de plantar bananeiras pelo Harmonia Tênis Clube. (Volta assessora.)

ASSESSORA – Excelência, os excedentes de Engenharia pedem uma audiência.

MARIA – Já vai. (Aponta para os três) Minha mãe mandou bater neste daqui... Agricultura fica com São Paulo.²⁹

O trecho selecionado refere-se ao momento em que a Virgem Maria é eleita presidente e passa a distribuir os setores de governança do país, sem avançar nenhuma qualificação técnica por parte dos contemplados, representando uma disputa no âmbito de um discurso de poder esvaziado de sentido, abrindo espaço ao ridículo da situação: a escolha de Maria como presidente da república era, de saída, uma brincadeira infantil. E a situação se estende, reforçando a ideia do jogo farsesco.

PARAÍBA – No que a bancada da Paraíba se retira da situação.

PARANÁ – E o Paraná tchibum, direto na oposição.

ASSESSORA – (*Voltando*) Excelência, os excedentes do Curso de Corte e Costura pedem uma audiência.

MARIA – Aôôôô. Já vai! Calma. Você fica com a saúde e você com a Fazenda. (Entra um forte)

FORTE – Saúde é meu que eu sou saudável. (*Entra Tio Sam*)

TIO SAM – O da Fazenda é meu, perdão. É uma tradição compreende? Tradição. (*Volta a assessora*)

ASSESSORA – Excelência, os excedentes do Curso de Expressão Corporal pedem uma audiência.

MARIA – Aôôôô. Então o do Transportes para você.

PARAÍBA – Transportes não que eu enjoo muito. Quero o da Justiça. (*Entra um de Minas*)

MINAS – Justiça é coisa mineira. Justiça é coisa mineira. (*Volta assessora*)

ASSESSORA – Excelência, os excedentes do Jardim de Infância Pernalonga pedem uma audiência.

MARIA – Calma, calma, eu disse calma. Não tem mais ministério. Não tem mais. (*Entram mais pessoas*)

VOZES – Não é possível! – O meu estado! – E o Piauí? E o Piauí? – Manhê (*sic*) me dá

²⁹Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex. Op. cit.* p. 33-34.

um ministério. Eu quero um ministério.

MARIA – Não tem mais ministério.

VOZES – Vou para a oposição – E o Piauí? E o Piauí? Manhê (*sic*) me dá um ministério? Eu quero um ministério!

MARIA – Está bem, está bem! Você fica com o ministério do In, você com o Ministério de Dústria, você com o Ministério de Co, você, Ministério de Mércio; você, Edu, você Cação; você Trans, você Portes... Ministério de Trânsito, Ministério da História em Quadrinhos, Ministério de Documentários do Jean Manzon...³⁰

No âmbito das convenções, a tipificação das personagens foi um traço que acompanhou o teatro de revista no Brasil, desde seu início, e pode ser considerada fruto da comédia de costumes e do panorama político-social, buscando representar o tom cosmopolita e os anseios progressistas.³¹ Na abordagem brechtiana, a tipificação das personagens também tem seu espaço reservado, o que permite que o épico e a revista, no Brasil, se aproximem, com afinidades atestadas entre as duas vertentes teatrais.

Interessante notar que Vianninha manteve a figura de um narrador, tanto em *A mais-valia vai acabar, seu Edgar* quanto em *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Na primeira peça, ele se apresenta através do personagem Sujeito e tem por função criticar a própria peça no decorrer dos acontecimentos, como um tipo de *alter-ego* do autor, como afirma Costa.³² Já na segunda, quem exerce essa função é a Voz, que representa Deus, guiando a Virgem Maria. Ao final, o Altíssimo identifica a moral da história, retomando a noção de fábula.

A VOZ – Está bem... está bem... fui eu... Foi a moral da peça, manja? Uma parábola, entende? Moralidade, mora? A mensagem da peça – vejamos. Você está nessa fossa porque não resolveu os problemas que parecem tão simples de resolver, não é? Mas é sempre simples pra quem não tem o problema, pra quem não está no fogo. Andar é simples, não é? Mas pra aquele cara que não sabia andar é a coisa mais complicada do mundo. É isso, minha santa. Tu chegou (*sic*) há duas semanas, deu uma espada, e queria resolver tudo... porque parece simples? Calma. Eu disse calma. Tá certo, na América Latina eu escrevi certo por linhas tortas demais... fiz ela por último, já estava meio grogue... mas calma... Nada de desespero, não. Você já fez coisa à beça (*sic*). Aprendeu! Vai, vamos terminar essa revista animada... é revista, não é Antonionni, não... Vamos lá... Vou botar o maior partido alto... vou botar um partido alto... Vamos lá... (*Começa a cantar*)³³

Por fim, vale ressaltar que durante a peça, a crítica da censura sofrida no país é bastante presente através da sátira de figuras militares. Além disso, a ironia em relação

³⁰Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Op. cit. p. 34-35.

³¹Cf. VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Op. cit. p. 121-122.

³²Cf. COSTA, Iná C. *A hora do teatro épico no Brasil*. Op. cit. p. 88-89.

³³Cf. VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Op. cit. p. 42-43.

ao sentimento de anticomunismo pulsante daquela época caminha lado a lado com a chacota do imperialismo estadunidense frente às mazelas sociais enfrentadas no país (desemprego, corrupção, contexto antidemocrático, a liberdade cerceada etc.); e, por fim, a Virgem Maria não teria sido capaz de nenhum ato revolucionário grandioso para dar conta dos problemas enfrentados. Nem mesmo Deus conseguira encontrar soluções, a não ser ensinar que a esperança do futuro residiria nas brechas do cotidiano, embora, individualmente, isso não fosse o suficiente para uma transformação social efetiva.

Considerações finais

O duplo movimento pensado por Vianninha, ao projetar as bases do CPC, consistiu em uma resposta aos próprios pares quanto à necessidade de repensar o fazer teatral, atrelada a uma vontade em promover algum tipo de mudança social de forma substancial através da arte. É neste sentido que se buscou compreender as suas opções estéticas, a partir dos mecanismos de construção dramatúrgica mobilizados e do seu efeito em sua obra, produzida em um ambiente social e em um momento histórico particulares.

Arelado a isso, o reconhecimento da importância da tradição do teatro de revista como parte do projeto estético-político de Oduvaldo Vianna Filho corrobora seu discurso em torno de noções fulcrais como "nacional" e "popular". Isso porque a história do teatro brasileiro no século XX foi muito marcada pela oposição entre um "teatro antigo" e um "teatro moderno". Em termos mais explícitos, as companhias teatrais mais antigas, cuja prática girava em torno da comédia, sobretudo da revista, perderam espaço para companhias relacionadas a um repertório teatral moderno, na segunda metade do século. Essa disputa por um lugar na modernidade gerou grandes embates públicos entre críticos, autores, encenadores, dentre outros profissionais de teatro.³⁴

No interior desse embate, *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex* surgiu como um "panorama cômico satírico e crítico da vida atual do Brasil", e Vianninha como um reformulador do gênero, elaborador de um "teatro alegre", no Rio de Janeiro. Em uma única frase: "um grande de sucesso", como escreveria, em 1967, o crítico Bricio de

Abreu.³⁵ Logo a seguir, ainda no mesmo ano, seria considerada por Yan Michalski como "boa, mas não o suficiente pelo seu primarismo nas falas e nas situações", pelas razões que expunha, relacionadas, justamente, ao gênero misto: "a estrutura da peça é bastante frouxa: a pretexto de escrever uma revista, o autor não dedicou os devidos cuidados à carpintaria dramática, e acabou por fazer uma obra que não é nem bem uma peça, nem bem uma revista".³⁶

O texto de *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex* ficou entre um dos musicais finalistas no I Seminário de Dramaturgia Carioca, organizado pela Secretária de Turismo do então Estado da Guanabara. O crítico Fausto Wolff, ao comentar sobre o Seminário, descreveu suas impressões da peça: "urgente e se mantém na primeira linha. Não pretende ser mais que periférica e atinge as suas pretensões"³⁷. Mas também apontou as falhas em sua estrutura:

[...] seu fôlego, entretanto, através da leitura pareceu-me curto, exatamente pelo fato do autor pretender englobar na sua crítica, que ele mesmo classifica de leviana todos os aspectos caricaturais dos principais, ou pelo menos, dos mais populares acontecimentos brasileiros: revolução, desemprego, corrupção, chacrinha, futebol, JK, inflação, et-cetera. E para tudo isso, o autor foi obrigado a lançar mão de apenas 13 atores para desempenhar, em média, cada um, cerca de 10 personagens. Isso, evidentemente, confunde e se aproxima o texto da revista (ocasião em que os figurinos são da maior importância, bem como uma excelente caracterização), o afasta da comédia musical, convencionalmente, presa a um roteiro, via de regra, rígido³⁸

Pelo visto, as disputas sobre a validade do uso da revista, na cena teatral brasileira, se conectaram, também, com os anseios da crítica por legitimar ou não um modelo de teatro com ares modernizadores. Isso traduziu-se no rebaixamento do dito "teatro antigo", como uma forma de superação dos "velhos" modelos teatrais. A tônica moralizante de grande parte da crítica dos anos 1960 invadiu as páginas dos periódicos e

³⁵Cf. ABREU, Bricio. Teatro. *O Jornal. Rio de Janeiro*, 1967, Edição 14191(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁶Cf. MICHALSKI, Yan. O seminário de dramaturgia carioca (II). Teatro. *O Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1967, Edição 00227(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁷Cf. WOLFF, Fausto. O que foi o I Seminário (III). *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1968, Edição 05463(2). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁸Cf. WOLFF, Fausto. O que foi o I Seminário (III). *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1968, Edição 05463(2). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

marcou o declínio da revista no Brasil, muitas vezes empurrando-a para os programas televisivos.³⁹

A dramaturgia de Vianninha teve a particularidade de se colocar no sentido oposto ao movimento mais geral da crítica, ao considerar o teatro de revista, no final dos anos 1960, como uma forma ainda capaz de produzir significado, aliando-a a modalidades do teatro brechtiano então em voga. Seu projeto estético encontrou, assim, nessa experiência teatral considerada local e pregressa, e que a crítica passava a designar como “rebaixada”, a possibilidade de legitimar o seu tom moderno na crítica social.

Referências bibliográficas

ABREU, Bricio. *Teatro*. O Jornal. Crítica. Rio de Janeiro, 1967, Edição 14191(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

COSTA, Iná C. *A hora do teatro épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JORNAL DO BRASIL. *O presidente da OAB nega entrevista*. Nota. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1967, Edição 00095(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MEDEIROS, Christine J. L. de. *Yan Michalski e a consolidação da crítica moderna carioca no início dos anos 60: a trajetória da crítica no teatro brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MICHALSKI, Yan. *O seminário de dramaturgia carioca (II)*. Teatro. Crítica. O Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1967, Edição 00227(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MORAES, Dênis de. *Vianinha, cúmplice da paixão: uma biografia de Oduvaldo Vianna Filho*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PONTE PRETA, Stanislaw. *Arte e Manhas*. O Cruzeiro: Revista. Nota. Rio de Janeiro, 1967, Edição 0066(1). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

VENEZIANO, Neyde. A arte do ator no teatro de revista... *Caderno de Registros Macu (Pesquisa)*. Campinas, v. 12, n. 7, p. 72-81, 2015 | https://www.macunaima.com.br/cadernos/caderno_07/caderno_07_dossie12.pdf

VENEZIANO, Neyde. *Não adianta chorar: teatro revista brasileiro...* Oba! Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

³⁹Cf. MEDEIROS, Christine J. L. de. *Yan Michalski e a consolidação da crítica moderna carioca no início dos anos 60: a trajetória da crítica no teatro brasileiro*. *Op. cit.* p. 126-131.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Dura lex sed lex, no cabelo só Gumex*. Coleção Vianninha Digital. Volume 11, 2007.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Vianinha: teatro, televisão e política*. Seleção, organização e notas: Fernando Peixoto. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Thaís L. *Allegro ma non troppo: ambiguidades do riso na dramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VILLARES, Rafael de S. *Por uma dramaturgia nacional-popular: o teatro de Oduvaldo Vianna Filho no CPC da UNE (1960-1964)*. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

WOLFF, Fausto. *O que foi o I Seminário (III)*. Crítica. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1968, Edição 05463(2). Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Recebido em 9 de julho de 2021
Aprovado em 12 de agosto de 2021



RESENHAS
BOOK REVIEWS



RESENHA
BOOK REVIEW

A máquina de guerra de Florence Dupont: notas críticas sobre o projeto de um “teatro verdadeiramente pós-aristotélico”

Florence Dupont's war machine: critical notes on the making of a “truthfully post-Aristotelian theater”

DUPONT, Florence. *Aristóteles ou o vampiro do teatro ocidental*. Tradução de Joseane Prezotto, Marcelo Bourscheid, Rodrigo Tadeu Gonçalves, Roosevelt Rocha e Sérgio Maciel. Desterro [Florianópolis]: Cultura e barbárie, 2017, 224 p.

Henrique Buarque de Gusmão 

Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro

henriquebgusmao@gmail.com

GUSMÃO, Henrique Buarque. A máquina de guerra de Florence Dupont: Notas críticas sobre o projeto de um “teatro verdadeiramente pós-aristotélico”. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. [http:// 10.26512/rhh.v9i17.39522](http://10.26512/rhh.v9i17.39522)

Aristóteles ou o vampiro do teatro ocidental, de Florence Dupont, traduzido no Brasil em 2017, pode provocar em seus leitores impressões muito distintas. Não se segue, neste comentário crítico, a sequência de argumentos e capítulos da obra em questão⁴⁰, apenas uma análise mais particular de determinadas perspectivas ou, até mesmo, de posicionamentos que parecem estar na base da proposta do livro.

Um dos esforços mais longamente empreendidos por Dupont em *Aristóteles ou o vampiro do teatro ocidental* é o de revelar o quanto a *Poética* – principal alvo do estudo – não dá a atenção necessária a uma série de práticas que constituíam o acontecimento teatral na Atenas clássica. Como afirmado, desde a Introdução, “Aristóteles isolou o texto de teatro para fazer dele um objeto de análise” (p. 10), produzindo uma reflexão autônoma sobre “um texto objetivável” (p. 22). Esse isolamento faz com que a *Poética* ignore o papel da música na tragédia antiga; do coro, transformado “em um personagem como outro qualquer” (p. 17); do destinatário dos espetáculos, celebrante de um grande evento, o cidadão ateniense que, aliás, Aristóteles não era, como lembra Dupont. Criou-se, assim, um estatuto específico para os personagens, dentre outros efeitos decorrentes da análise centrada no texto trágico. Florence Dupont é enfática ao afirmar que “nunca se insistirá o bastante na distância que separa a *Poética* – que é uma teoria do texto trágico – da realidade histórica do teatro em Atenas” (p. 20). O rigor com que lê o texto aristotélico – em grego, como faz questão de ressaltar – e a erudição apresentada ao tratar da experiência teatral antiga, em seu “contexto litúrgico e epidítico” (p. 21), evidenciam o quanto de anacronismo há nas nossas leituras contemporâneas das tragédias gregas, centradas nas perspectivas do filósofo.

Séculos depois da derrocada do mundo antigo, o encontro da *Poética* com o que Dupont chama de “a ‘cultura liberal’ do Ocidente moderno” (p. 53) faz com que a fábula seja colocada “no cerne da reflexão teatral moderna” (p. 16), orientando, a partir da autoridade do filósofo, uma série de reformulações no mundo do teatro. A autora defende, assim, que as principais noções aristotélicas – especialmente *mythos*, *mimesis* e *katharsis* – são condições de possibilidade para diferentes eventos determinantes da história do teatro moderno e contemporâneo, como a invenção do drama (a partir de um

⁴⁰ Uma resenha do livro, apresentando a sequência de argumentos e comentando-a, já foi produzida por Edécio Mostaço e publicada na revista *Urdimento* (cf. MOSTAÇO, Edécio. “Dentes afiados de Vampiro”. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 3, n. 36, p. 532-538, 2019).

deslocamento de sentido dessas categorias) e da encenação, entendida como um modo de ler a dramaturgia, tornando o público de teatro uma espécie de leitor. Mais do que isso, ela afirma que “a história do teatro europeu moderno tem sido uma sucessão de revoluções aristotélicas, conduzidas, por vezes, contra o próprio Aristóteles” (p. 56). Afinal, como fica estampado desde o título de sua introdução, “não é assim tão fácil ser não aristotélico”. A enorme difusão de um modelo de compreensão do teatro produzido por Aristóteles teria feito, então, com que ele se impusesse, até mesmo entre os artistas que o renegassem, sendo Brecht o grande exemplo avançado no livro.

No capítulo 3, principalmente, são também estudados os casos de manifestações teatrais que teriam conseguido escapar do racionalismo aristotélico e de sua excessiva valorização do texto e da fábula. A comédia romana seria uma dessas expressões cênicas em que “o texto e a história eram somente materiais a serviço do espetáculo lúdico” (p. 8). Se, tomadas a partir das categorias aristotélicas, “as comédias romanas parecem mesmo muito ruins” (p. 8), funcionam mal quando vistas a partir da lógica da centralidade da fábula. O texto, nesse caso, apenas ganha sentido num contexto de enunciação muito particular, atuando como uma dentre tantas outras engrenagens que coloca em relação os artistas e o público. Molière é outro caso analisado, uma vez que a música e a dança, em seus espetáculos, possuíam um papel dificilmente imaginado por seus leitores contemporâneos.

Florence Dupont busca demonstrar, enfim, como a *Poética* produziu um tipo de hegemonia e acabou por gerar uma leitura anacrônica da tragédia grega, impondo-se com força na prática teatral moderna e contemporânea, sempre de forma equivocada. A força dessas hipóteses confirma uma atitude que atravessa a reflexão: a denúncia contra o que é tido como “arapuca aristotélica” (p. 104). Entra em jogo um tipo de juízo de valor: Aristóteles surge como um produtor de “noções parasitas” (p. 207), de “postulados estéticos que envenenam o teatro ocidental” (p. 7) e que teriam levado a uma “ditadura do *mythos*” (p. 106). Dupont passa a afirmar, hiperbolicamente, que “o aristotelismo colonizou o discurso sobre o teatro” (p. 128): eis aí um “desastre hiperaristotélico” (p. 210).

A *Arte poética* chega a ser tomada, no livro, como “uma máquina de guerra dirigida contra a instituição teatral” (p. 23). Uma vez identificada a batalha, Dupont

instaura sua própria maquinaria belicosa, assumindo o objetivo de “descolonizar os palcos” (p. 10), ou seja, de “desconstruir a *Poética* de Aristóteles e seus conceitos, e sair assim do aristotelismo dominante” (p. 7). É desse modo que um projeto de “libertação dos discursos sobre o teatro” (p. 207) encontra os inimigos a serem denunciados e os modos de se fazer teatro a serem superados. Já nas páginas finais do livro, num momento bastante esclarecedor do que está em jogo nessa disputa, Dupont opõe um “teatro vivo” a um “teatro literário”, o que reserva a seu adversário um lugar de desvantagem na batalha conceitual travada: fundado na *Poética*, o teatro que se opõe ao “vivo” seria “literário, elitista, profano, austero e solitário, sem corpo nem música: um teatro de leitores” (p. 53).

Nesses termos, o debate avança a partir de premissas visivelmente frágeis, com maior evidência no capítulo 2, em que Dupont busca entender como o aristotelismo foi se impondo à cena teatral desde o século XVII. Uma dessas premissas seria a de que o teatro dos dias de hoje é recebido com tédio pelo público, pela naturalização da ideia de uma suposta atitude subjetiva do espectador, constatação que atravessa toda a construção do argumento do livro, segundo o mesmo pressuposto de uma hegemonia da perspectiva aristotélica. Da mesma forma, a invenção da encenação, no século XIX, teria igualmente “instalado definitivamente o aristotelismo com o qual ela tem ligação intrínseca, já que ela implica num texto primeiro” (p. 101). Se a relação entre princípios aristotélicos e a própria ideia de encenação mostra-se proveitosa no debate promovido por Dupont, a constatação de que qualquer encenação pressupõe um texto prévio pode ser facilmente questionada se tomamos a variedade de expressões e possibilidades criadas por encenadores no último século.

Ainda no capítulo 2, a discussão sobre a obra de Constantin Stanislavski como veículo de fortalecimento do aristotelismo no teatro é, à primeira vista, bastante convincente. Porém, uma leitura mais atenta de sua obra revela também uma proposta de modalidades de trabalho teatral que se afastam decisivamente da *Poética*. A própria noção de “ação”, tão determinante para Stanislavski, por mais que herdeira da tradição aristotélica, é apropriada por ele de um modo muito particular, tornando-se “ação física” e dialogando com um tipo de acontecimento que só se dá no chão do palco, no jogo dos atores, numa relação entre corpos, que esteve na base do próprio trabalho do Teatro de

Arte de Moscou. Não por acaso, como é amplamente sabido, Stanislavski se notabilizaria como diretor dos textos de Anton Tchekhov, que assumiram sentidos muito particulares ao serem articulados, justamente, na lógica das ações físicas. Ao apresentar como meta para o futuro do teatro a saída “do aristotelismo dando aos textos de teatro uma necessidade que lhes seja exterior” (p. 211), Dupont parece propor algo notoriamente corriqueiro nos trabalhos conjuntos de Tchekhov e Stanislavski. Aliás, o exemplo mais contundente, nesse sentido, seria o do diretor polonês Jerzy Grotowski – ausente do livro de Dupont – que, a partir das preceptivas stanislavskianas, criou toda uma proposta de evento teatral seguramente estranha às proposições da *Poética*. Ou seja, para afirmar que Stanislavski “submete a cena totalmente ao texto” (p. 97), Dupont tem de abstrair toda uma série de modalidades de trabalho propostas e levadas a cabo pelo diretor russo, catalogando seu teatro de modo ligeiro e impreciso.

O projeto declarado de denúncia de uma força imperialista a obriga, portanto, a deixar de lado os usos mais particulares que foram feitos das categorias aristotélicas, que inevitavelmente transformam a produção diferencial de modelos dramáticos, determinantes nos estudos em história do teatro. Afinal, como poderia ter emergido de um teatro stanislavskiano totalmente submisso ao texto uma proposta teatral centrada na máxima “teatro é encontro”?⁴¹ Como teria sido possível conceber, nesses termos, um encontro entre organismos, encontro direto e vivo, muitas vezes sem qualquer intermediação do texto dramático? As sutilezas, por mais que visíveis, da dinâmica de formulação, de circulação e de uso dos modelos teatrais contemporâneos parecem não ter lugar no livro de Florence Dupont, cedendo espaço a um projeto maior, mais estritamente historiográfico, assim definido em seus próprios termos: “localizar os momentos de ruptura em que o teatro foi explicitamente reformado e em que essas reformas foram feitas, instalando-se, em fragmentos, a ideologia da *Poética*” (p. 85). O entendimento prévio de que a história do teatro ocidental pode ser tomada como a invasão e a deturpação da cena por uma ideologia estranha à prática teatral gera, assim, uma série de equívocos.

Em nome do combate contra a dominação ideológica aristotélica, Florence Dupont autoriza-se a ocupar o lugar de quem diz o que o teatro é, com o que se relaciona e pode

⁴¹ GROTOWSKI, Jerzy. *Em busca de um teatro pobre*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1987, p. 47.

se relacionar. A partir dessa posição, decreta, nas últimas linhas do livro: “O teatro não tem nada a ver com a literatura” (p. 212); como decretara antes: a “dramaturgia desteatralizou o teatro” (p. 209). Pelo visto, a máquina de guerra de Florence Dupont, ao ganhar em intensidade, na análise, não permite que se leve em conta o fato de que aquilo que o teatro é ou pode vir a ser está em constante disputa. Afinal de contas, é de se imaginar que a difusão das categorias aristotélicas se dê em meio a processos culturais em marcha, numa dada cultura, sempre em transformação. Essa discussão, entretanto, não ganha corpo no livro. O filósofo Paul Ricoeur, que poderia trazer elementos determinantes para o debate acerca das possibilidades de um teatro em que “o romanesco e o narrativo invadem o palco” (p. 68), é tomado como um “teórico do imperialismo narrativo da modernidade” (p. 124), uma espécie de ideólogo de um grande projeto que se volta contra o verdadeiro teatro. Nega-se, assim, qualquer prática teatral orientada ou afetada por lógicas textuais, quaisquer que sejam. O pressuposto radical de que “não existe nenhuma *praxis* teatral em Aristóteles” (p. 33) expande-se, em suma, para qualquer cena que se constitua a partir de textos, anulando a possibilidade do questionamento: o palco não seria sempre o *locus* gerador de algum tipo de *praxis*, em particular na relação entre texto e *performance*?

Ao final da leitura, a proposta, que se definia, inicialmente, como um “projeto tão radical” (p. 10), mostra-se frágil. A análise da tensão entre a *Poética* e as práticas teatrais gregas, necessariamente erudita, acaba por se colocar a serviço da defesa prescritiva do que deve ser o teatro. A prescrição que recai sobre o teatro contemporâneo, um teatro que, segundo Dupont, se tornou elitista, entregue aos intelectuais, é a seguinte: “Um teatro verdadeiramente pós-aristotélico não pode ser outra coisa que um teatro popular, em que o acontecimento espetacular seria a manifestação emocional de uma cultura das palavras e das imagens, da música e do palco, das vozes e dos corpos, comum aqui e agora aos autores, encenadores, atores e espectadores” (p. 57). O seu projeto ganha, assim, contornos imprecisos, apoiando-se em oposições facilitadoras (teatro popular e teatro intelectual), na defesa de um “aqui e agora” supostamente comum aos presentes. É possível que a imprecisão seja o preço da atitude flagrantemente belicosa adotada e que arrasta a reflexão para um dos lados de um conflito forjado, que exige escolhas: é assim que se autorizam ou se desautorizam tradições, movimentos e artistas particulares

(Nietzsche e Hegel são difusores de equívocos aristotélicos; o diretor Olivier Py e outros artistas presentes no festival de Avignon defendem uma visão de teatro restrita e textocêntrica; Bob Wilson negou o aristotelismo sem criar uma nova tradição; Tadeusz Kantor, por sua vez, conseguiu ser verdadeiramente não aristotélico etc.). O combate em tom prescritivo é, sem dúvida, estranho à atitude intelectual esperada, patente no título escolhido para a conclusão: “Algumas maneiras de sair do aristotelismo contemporâneo e não nos entediarmos mais no teatro” (p. 207).

Evidentemente, não se recorre nestas notas críticas à defesa ingênua da “objetividade”, mas coloca-se em discussão uma medida que, nos dias de hoje, merece ser considerada. Se parece óbvio que todo projeto intelectual e historiográfico exige uma tomada de posição, também é importante chamar a atenção para os efeitos da denúncia, em particular contra processos estruturais de longa duração, que acabam gerando novos mitos de origem e de pureza. No nosso tempo, essas mitologias já podem muito bem ser superadas.



HOMENAGEM
TRIBUTE



HOMENAGEM
TRIBUTE

A história da filosofia como arqueologia

Ernani Chaves 

Professor Titular de Filosofia, Universidade Federal do Pará

ernanic@ufpa.br

Roberto Machado tinha uma especial predileção pelo período arqueológico do pensamento de Foucault. O primeiro livro que ele leu de Foucault, *As palavras e as coisas*, o marcou profundamente, tal como ele mesmo narra em *Impressões de Michel Foucault*, de 2017. Um livro que ganhou de presente e de que leu, de início, apenas as páginas finais, o que o deixou bastante desconfiado. Ainda embebido de fenomenologia e do humanismo que lhe correspondia, Roberto não podia aceitar – porque não havia entendido, como ele mesmo diz – a “previsão” de que, tal como o “homem” apareceu no horizonte da episteme do século XIX como um duplo empírico-transcendental, em breve talvez pudesse também desaparecer “como, na orla do mar, um rosto de areia”.

Essa predileção se materializou em dois livros, que marcaram época na recepção brasileira de Foucault e que hoje podemos considerar “clássicos”: *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*, a tese de doutorado defendida em Louvain e publicada em 1982; e *Foucault, a filosofia e a literatura*, de 2000. Mesmo tendo Roberto testemunhado, como ouvinte do curso *Em defesa da sociedade*, proferido por Foucault no Collège de France, em 1975-1976, a passagem da arqueologia à genealogia; mesmo tendo participado do trabalho coletivo de que resultou *Danação da norma: a constituição histórica da medicina social e da psiquiatria no Brasil*, publicado em 1978; e, mais ainda, tendo, ele próprio, organizado a edição brasileira de *Microfísica do Poder*, de 1979, publicações que já estavam em consonância com os pressupostos da genealogia, seus livros sobre Foucault permaneceram no universo da arqueologia. O que o atraía para a

arqueologia? O que o fascinava nesses textos e livros de Foucault dos anos 1960? Sua resposta em *Impressões de Michel Foucault* mostra que, para além das questões teóricas e metodológicas, o que lhe interessava sobremaneira era o fato de que Foucault estava em constante deslocamento, que se desprendia com facilidade dos “objetos” que havia estudado, assim que um livro tivesse sido publicado. E esse deslocamento era, para ele, constante. Como ele mesmo demonstrou, assim como se poderia falar de uma “arqueologia da percepção”, “do olhar” e “das ciências humanas” nos livros arqueológicos, seria possível, igualmente, falar de uma “genealogia do poder” e “da subjetivação” (e não do “sujeito”) nos livros genealógicos. Entre esses momentos, seria possível até encontrar continuidades, mas Roberto sempre insistiu na dimensão do deslocamento. Considerava absolutamente “estranho” (foi essa a palavra que usou em uma conversa comigo, se a memória não me trai) que se falasse com tanta ênfase, entre nós, de uma “arqueogenealogia”. Para ele, Foucault era sempre uma cobra mudando de pele, lembrando de um aforismo de Nietzsche em *Aurora*.

Se eu fosse escrever algo como *Impressões de Roberto Machado*, diria que ele tomou para si essa dimensão do deslocamento que tanto admirava no trabalho de Foucault, o que implicava em insistir na renúncia ao que ele já havia feito antes. Assim, ele pode passar de Foucault a Nietzsche, depois a Deleuze, para logo em seguida radicalizar seu experimento filosófico ao não mais escrever um livro monográfico, mas sim temático, o monumental *O nascimento do trágico*, publicado em 2006. Esse deslocamento também aparece, certamente, quando lembramos que ele deixou um livro pronto para ser publicado sobre a filosofia em Proust. E que esperamos para lê-lo com ansiedade comparável a que acompanhou os leitores e estudiosos de Foucault à espera de *As confissões da carne*, o último volume da *História da sexualidade*.

Essa predileção pela arqueologia está em estreita ligação à recusa, à crítica de Roberto a essa espécie de método consagrado, em especial a partir da USP, que é o da leitura “estrutural” dos textos filosóficos, seguindo a tradição francesa de Victor Goldschmidt e Martial Guérout. Não que Roberto, com isso, estivesse do outro lado da barricada, aderindo à leitura analítica, num acirrado combate para saber o que significava estudar filosofia, nem mesmo que estivesse do lado da leitura hermenêutica nos tons heideggerianos, para delimitar com clareza, principalmente, quem mereceria o título

honroso e pomposo de “filósofo”. Foucault, Nietzsche, Deleuze não faziam parte do cânone e não atendiam às exigências da filosofia universitária brasileira, ciosa de igualar-se ao resto mundo ao adotar critérios de rigor inquestionáveis. Roberto lembra, com leveza e certa ironia, jamais com ressentimento, essa desqualificação. Aliás, uma desqualificação que ele próprio já tinha feito no seu período na universidade de Louvain, como ele mesmo conta, quando a filosofia francesa era igualmente considerada secundária, apenas uma cópia esmaecida da grande filosofia alemã. Desse modo, mesmo considerando que não se faz filosofia sem a história da filosofia, era necessário encontrar uma espécie de terceira via. Foi justamente esse o papel representado pela arqueologia, o de se constituir como uma alternativa aos três “métodos” acima mencionados. Nem “ordem das razões”, nem elucidação dos argumentos, muito menos hermenêutica textual.

Gostaria de assinalar a partir de agora duas perspectivas utilizadas por Roberto para escolher a arqueologia como esse “método de investigação”. Em primeiro lugar, lembro que, já em *Deleuze e a filosofia*, de 1990, na sexta seção do livro, Roberto procura diferenciar Deleuze e Foucault justamente pela maneira diferente com que encaravam a história da filosofia. Grosso modo, em Deleuze, a “colagem”; em Foucault, a “arqueologia”. O modelo de Deleuze vem das artes, o de Foucault da confrontação com a história epistemológica. “Personagem de uma encenação”, no teatro filosófico de Deleuze, a interpretação deleuziana confrontada com a interpretação de Roberto, ele próprio, o leva a concluir que o objetivo de Deleuze em fazer de Foucault um “neokantiano” é um equívoco. Ao contrário de Foucault e seu constante deslocamento em meio a pesquisas históricas, em Deleuze, segundo Roberto, haveria sempre uma “invariante”, uma “homologia estrutural” a unir seus estudos sobre Hume, Kant, Espinosa, Nietzsche e... Foucault. Assim, a maneira de Deleuze de fazer história da filosofia também não o satisfaz. Esse distanciamento, a meu ver, diz respeito ainda ao fato de que, embora tenha privilegiado o confronto entre arqueologia e epistemologia, a partir de seu crescente interesse por Nietzsche, Roberto vai cada vez mais relacionar a arqueologia ao pensamento do “profeta sem morada”, para lembrar esse trecho da famosa canção de Caetano Veloso, artista brasileiro tão admirado por ele. E, se a publicação de *Nietzsche e a filosofia*, de Deleuze, em 1962, representou um marco na

recepção de Nietzsche – entre outros motivos, por distanciar Nietzsche da interpretação de Heidegger, dominante na cena francesa do pós-guerra, e por colocar em relevância a relação entre a teoria das forças e da vontade de potência (para utilizarmos a tradução consagrada de *Wille zur Macht* para o francês) –, o Nietzsche de Foucault, na visão de Roberto, será cada vez mais o filósofo trágico (na arqueologia) e, posteriormente, o genealogista. Em *Foucault, a filosofia e a literatura*, por exemplo, logo na “Introdução”, Roberto faz uma distinção inteiramente nova e relevante para os seus propósitos: a de que a arqueologia comportaria dois níveis, um histórico e um filosófico. Neste último, a figura determinante é Nietzsche. Assim, livros como *O nascimento da tragédia* e *Para a genealogia da moral* seriam uma espécie de prefiguração de como se faz história da filosofia fazendo arqueologia, sempre tendo em conta o gesto anti-historicista de atenção ao presente.

Mas, até então, o próprio Roberto não tinha se ocupado extensamente em analisar um determinado período da história da filosofia. Seus livros permaneciam monográficos. *O nascimento do trágico* constitui, nessa perspectiva, um duplo deslocamento: de uma monografia para um livro temático, da análise de um filósofo para a consideração de vários, tendo em vista o objeto do livro. Desde o seu título, já alude à relação intrínseca que passou a estabelecer com Nietzsche e a dimensão filosófica da arqueologia de Foucault. De tal modo que, agora, ele podia exercitar com maestria uma história da filosofia, que vai desde a segunda metade do século XVIII até Nietzsche, mas sempre a retomando como um todo – a questão da catarse, por exemplo, o leva de volta a Aristóteles, ou a questão da modernidade até Descartes –, escapando da análise estrutural e da perspectiva analítica ou mesmo hermenêutica.

E isso Roberto diz explicitamente, já no primeiro parágrafo da “Introdução” do livro: sua abordagem histórico-filosófica, que ele poderia chamar de “arqueológica”, assinala sua dívida com Michel Foucault. Se lermos com atenção *O nascimento do trágico*, veremos que ele se orienta pela perspectiva arqueológica, seja pela presença da descontinuidade na análise, embora não seja uma descontinuidade total – apenas em *As palavras e as coisas* se trata de uma descontinuidade total –, mostrando os deslocamentos que a questão do trágico sofre, de Schiller a Nietzsche; seja por não situar o nascimento da modernidade filosófica em Descartes, como faz Heidegger, por exemplo,

usando a periodização de Foucault ao denominar os séculos XVII e XVIII como período “clássico”. Assim sendo, também se utiliza de Foucault para marcar o nascimento da modernidade com a filosofia de Kant e dos pós-kantianos.

É justamente a escavação arqueológica empreendida por Roberto que vai lhe permitir se distanciar criticamente dos trabalhos de Peter Szondi, para quem a noção de trágico teria sido introduzida por Schelling. Roberto vai mostrar, com muitas justificativas, que já em Schiller podemos encontrar o momento da passagem de uma poética da tragédia, vigente desde Aristóteles, para uma filosofia do trágico. A arqueologia como perspectiva a ser adotada pela história da filosofia permitiria, então, que o trabalho historiográfico, sempre indispensável, pudesse descobrir outras vias de acesso a um tema, a um problema, que parecia já ter encontrado sua resposta definitiva.

Não tenho palavras para expressar o quanto devo, no meu próprio trabalho, a essa perspectiva que Roberto Machado nos ofereceu. Reticente a homenagens, ele rejeitou a ideia que tive, por ocasião dos seus 70 anos, de fazer um *Festschrift*, uma publicação comemorativa. Mas aceitou de bom grado o dossiê que organizei para a Revista Cult, por ocasião do lançamento de *Impressões de Michel Foucault*. Menos por ele e mais por Foucault. De todo modo, eu havia decidido que publicaria um *Festschrift* por ocasião dos seus 80 anos, à revelia de sua vontade. Que ele não possa ler estas mal traçadas linhas que acabo de escrever sobre seu trabalho e fazer reparos e críticas inunda meu coração de saudade e tristeza.



HOMENAGEM
TRIBUTE

Roberto Machado ou a modesta sabedoria

Durval Muniz de Albuquerque Júnior 
Professor Visitante, Universidade Estadual da Paraíba

durvalaljr@gmail.com

Amo Aquele que justifica os futuros e redime os passados:
pois ele quer ir ao fundo pelos presentes.

Nietzsche, *Assim falou Zaratustra*

Assim falou Zaratustra: vai Roberto, ser a ponte, ser a passagem, ser a travessia para a outra margem, transversalidade de campos e saberes.

Vai ser a corda atada entre a Europa e o Brasil, o teu Brasil pernambucano, que nunca abandonou o grão da tua voz, com o qual semeastes tantas palavras.

Vai aprender, com estudantes e camponeses, a praticar a educação como a prática da liberdade e da criação, como a prática da modéstia e da alegria ao conhecer.

Vai aprender, com a pedagogia do oprimido, a nunca ser um professor opressivo, a nunca pretender ser o dono da verdade, vai aprender a ouvir e a perguntar com sabedoria.

Vai aprender com a ação popular, a força da oração, a força do falar, o discurso como ação, a ação como discurso, a fazer do difícil conceito uma imagem lapidar.

Vai, Roberto, se arrepiar e parar, meditativo, perante os perigos e a grandeza da vida, mas vai também fazer teus discípulos se arrepiarem e pararem diante do perigoso e do fascinante que lhes apresentas, com teu entusiasmo e alegria no olhar.

Vai ser o homem do desprezo pelas honrarias e salamaleques, vai ser o tímido observador de teus próprios limites e de teus grandes triunfos.

Vai, catolicamente, ser um homem universal, um pensador sem fronteiras, louvando em Louvain a fenomenologia alemã e a epistemologia francesa.

Vai nos mostrar que todo grande espírito desabrocha no exílio, na solidão, que todo grande homem é um estrangeiro, até para si mesmo.

Vai, Roberto, trabalha, inventa um professor libertário em plena ditadura, prepara a terra paraibana para o cultivo da filosofia, semeia, em tempos áridos, as ideias do porvir.

Vai à cidade luz e vê um anunciador de relâmpagos, te faz discípulo e intérprete, intercessor e amigo, fazendo, em seus escritos, o além desse homem.

Vai ao Collège de France, segue os cursos, a trajetória do arqueólogo do saber, o quebrador, o infrator da tábua de valores cristãos em que te formastes, Aquele que os crentes de todas as crenças vão considerar perigoso e herético.

Vai, Roberto, tu que trazes no nome familiar a promessa de poesia (Cabral de Melo), que herda do pai a ferramenta para o trabalho (Machado), escreve um trabalho, uma tese sobre a ciência e o saber d'Aquele que pôs em questão o nome de autor e a relação entre as palavras e as coisas.

Vai a Vincennes-Saint-Denis e descobre outro companheiro de viagem, companheiro vivo, apesar do frágil fôlego. Lá, uma luz se acenderá em ti e deixarás, definitivamente, de ser seguidor e discípulo, de ser repetidor para ser criador, para fazer a diferença.

Vai e desenha uma nova geografia do pensamento, aporte ao Sul o que parece só destinado ao outro hemisfério, faz desembarcar na *terra brasilis* autores nunca dantes navegados.

Ai, Roberto, te darás conta de quanto andas transmutado, que não és mais camelo, mas um leão que é senhor de seu próprio deserto, espírito livre e conquistador, quando os padres da Pontifícia universidade te virem como um dragão da maldade e não como um santo guerreiro, te trespassando com a lança da demissão, na cidade de Jorge.

Ai, machado de lâmina afiada, os cristãos, da mesma instituição que mal te formou, na tua cidade dos arrecifes, por não seres vaca colorida, por não cultivares o espírito de rebanho, te cortaram, por não suportarem o gume de teu pensamento e de teu ensino.

Ai, Roberto, o luto entre os estudantes, órfãos daquelas aulas com o professor que os transmutava em crianças, com olhares e ouvidos virgens e abertos para a criação do novo; tu mesmo, feliz como pinto no lixo, livre de todo o peso do já sabido, do sagrado, fazendo da aula um começar de novo, um jogo, uma roda rodando por si mesma, uma ciranda de ideias, onde nasciam, ainda na placenta, novas maneiras de pensar.

Mas soubestes manter sagrada a tua mais alta esperança, e fostes encarar de frente um novo ídolo: o Estado, o mais frio de todos os monstros frios, segundo aquele filósofo tornado tua nova paixão.

Mas foi na universidade do Estado que foste cultivar essa nova paixão pelo pensador dos abismos, pelo pensador da vontade de potência, pelo filósofo que auscultou a saúde ou a doença de um pensamento, de um corpo de ideias.

Mas foi cercado de um outro povo, distinto daquele que costumavas encontrar na Pontifícia – gente das alturas sociais e da vida ao rés das praias –, povo que vinha de mais baixo na vida social, embora, por vezes, habitassem as montanhas e morros, que passaste

a cultivar o pensamento para além de bem e de mal, a encarar a alegria trágica da vida humana.

Em verdade, tivestes que encarar os pregadores da morte, os anunciadores do caos, os disseminadores do medo e da frustração, para se tornarem profetas de uma boa nova que está no futuro, no além, nunca no presente, no aqui e agora.

Em verdade, tivestes que enfrentar muitos deuses ciumentos, ídolos em crepúsculo, ranzinzas e sem compostura, com moderação, docilidade e firmeza, com a sabedoria do riso, da gaia ciência, com a alegria do encontro que soma e não com a tristeza dos desencontros que dividem.

Em verdade, tivestes que fazer o cultivo do niilismo ativo, aquele que nasce da coragem de encarar a verdade trágica da existência, que encara de frente a finitude e a morte – como, mais uma vez, temos que aprender contigo que te foste – aquele que diz sim para a vida, que a afirma, mesmo sabendo-a inseparável da dor, do sofrimento e da morte.

Em verdade, sempre afirmaste a existência, sempre cultivaste o bem viver, os prazeres, saberes e sabores da vida, sempre foste um sábio em levar tua vida, privilegiando fazer o que querias, afirmando o teu querer, as tuas vontades, escapando, com educação e delicadeza, de assumir tarefas indesejadas.

Em verdade, tua sabedoria estava em saber dizer não, em te desvencilhar, com elegância, de demandas que não eram de teu agrado e nas quais não vias serventia; sabias da força do silêncio, do valioso que pode ser não dar respostas, fazer de conta que não havias recebido aquele convite embaraçoso ou de difícil recusa.

Ó meus irmãos historiadores, que acontecimento foi a *Danação da norma*, livro nascido de um experimento coletivo de pesquisa, que pioneiramente fez o passado brasileiro, a história da psiquiatria e do saber médico no Brasil se encontrar com o pensamento de Foucault.

Ó meus irmãos, como é difícil que as normas se danem em nosso ofício, como nosso campo é fértil para a proliferação de caga-regras, como é difícil ser criador, inventar o passado, com tantos guardas de esquina a apitar para que não rompamos os limites disciplinares.

Ó meu irmão de ofício, que fastio me dá constatar que foi preciso um estrangeiro ao campo, um profeta de outras plagas, um criador de novas formas de fazer pesquisa, de

ensinar e de pensar, para que nosso campo pudesse convalescer de seu nojo permanente em relação aos que questionam as suas normas sacrossantas, esse eterno retorno do mesmo e do menor.

Vede o que Roberto Machado fez pela historiografia brasileira, o que ele fez por todo o campo das humanidades, com seus livros fundadores de novas análises, com suas conferências e palestras que tinham o brilho do sol, com as aulas em que ninguém bocejava de tristeza e de tédio.

Vede esse corpo saudável, belo, esguio, moreno, vede esses cabelos prateados, esses gestos largos e aéreos, vede esses olhos faiscantes e meditativos, vede esse olhar que parece procurar no horizonte, visualizar a imagem daquele conceito que a voz sibilada e calorosa, a voz audível de qualquer lugar do auditório, acaba de dizer.

Vede essas mãos pousadas no queixo, mãos a folhear um caderno em que está escrito o esquema impecável do que vai ser dito, o fragmento do livro que está por vir, as reflexões de uma mente brilhante e inovadora.

Vede quanta generosidade nesse falar, nesse existir, nesse ensinar; quanta modéstia nesse dizer, nesse afirmar; quanta moderação ao se posicionar; quanto comedimento na expressão pública; quanta clareza ao se expressar; quanta sobriedade ao se vestir; quanta fidalguia herdada da aristocracia de engenho havia nesse corpo tão despojado de vaidades.

Demasiadas foram as invejas que despertaste, essa serpente negra e nojenta entalada na garganta de tanta gente na academia. Eles fizeram ouvidos moucos, eles não te ouviram ensinar como morder e cortar a cabeça da serpente, como cuspi-la, como se livrar da vaidade, esse hediondo e inflado réptil que sufoca tanta gente de escola.

Contigo, desde que te conheci pessoalmente, desde que contigo convivi, aprendi que o homem superior não é aquele de nariz arrebitado e com a eterna expressão de repulsa no rosto, não é aquele que se ocupa em estar gastando seu tempo com querelas estéreis, com textões em rede social, que se abaixa para querelar com quem só sabe rebaixar, mas é aquele que se coloca acima das pequenezas e mesquinhas, aquele que olha para a luz, que com sua luz sábia vaza os olhos das cobrinhas rastejantes que nos procuram envenenar. Questão de saúde, sempre!

Ó visionário! Cada livro teu abriu caminhos, nos fez mais próximos de e sabidos acerca de Nietzsche, de Foucault, de Deleuze, de Schiller, de Proust, nos colocou na senda de Zaratustra, nos aproximou dos desafios lançados pelo pensamento trágico, nos fez aprender sobre as várias faces do niilismo, essa doença dos espíritos modernos.

Talvez por teres te formado como um crente, talvez por teres uma formação cristã, o Anti-Cristo te calou tão fundo, tu precisaste vencer o masoquismo do monte das oliveiras, para aceitar, no entanto, que a morte é a derradeira e única verdade que temos que aceitar em vida, se quisermos efetivamente viver, fazendo dela nosso único e derradeiro tempo.

Assim cantou Zaratustra: “Enquanto isso corro com pés cálidos, a torto e a direito, sobre meu monte das oliveiras: no recanto ensolarado de meu monte das oliveiras canto e zombo de toda compaixão”.

Com paixão, é com ela que, embora vivendo nesse canto do planeta, nesse calvário, nesse horto noturno e frio, onde aguardamos, a qualquer momento, a espada desembainhada do soldado a cortar a nossa orelha ou a nos recambiar para a prisão, a tortura e a crucifixão, tu viveste e morreste estando vivo, mesmo depois de morrer.

Assim canta e conta Zaratustra: Roberto Machado foi e continuará sendo uma zona ensolarada, uma sebe cheia de luz, nesse jardim das oliveiras; sua vida e seus escritos serão sempre um convite a cantar e zombar de todo pensamento piegas, fascista, de todo pensamento da repetição e da disciplina.

Assim canta e conta Zaratustra: Roberto Machado nos ensinou a ir além do homem cotidiano, banal e boçal; nos ensinou a nos submetermos à grande prova ética do eterno retorno: gostarias que tudo que viveste, e como viveste, retornasse, uma e outra vez?

Roberto, cujo nome já augurava a brilhante glória, nos desafiou a partilhar com ele a modesta sabedoria, a sabedoria trágica da embriaguez pela vida e pelo vivo, pelo saber vivo e vivificante, o saber que tem sabor, que, como uma bela taça de vinho, nos prepara para encarar o apolíneo da vida, com as artes e as manhas, com as auroras de Dionísio.

“Pois todo prazer quer a si próprio; por isso quer também sofrimento de coração! Ó felicidade, ó dor! Ó, quebra, coração! Vós, homens superiores, aprendei, pois, o prazer quer eternidade”.

Ter te conhecido Roberto Machado, ter lido teus escritos, ter te escutado foi um prazer inenarrável. E se o prazer quer eternidade, quer profunda eternidade, tu, Roberto, serás eterno, profundamente eterno entre nós.

PUBLIQUE NA RHH

A revista *História, histórias*, de periodicidade semestral, publica artigos, resenhas, notas críticas, documentos de pesquisa, traduções e entrevistas, em português, inglês, francês, italiano e espanhol. Dentre estas modalidades, apenas as traduções e as entrevistas não obedecem ao fluxo contínuo e espontâneo de submissão, pois dependem das diretrizes estabelecidas pelo conselho editorial, no sentido de garantir a coerência de cada publicação. Os manuscritos devem ser encaminhados exclusivamente por meio do seu site. No caso de dossiês, eles também deverão ser organizados pelo conselho editorial, podendo resultar em chamadas públicas, destinadas a recrutar especialistas nacionais e internacionais em suas respectivas áreas de atuação. Textos recebidos em fluxo contínuo serão analisados, primeiro, pelo conselho editorial, com a finalidade de determinar a pertinência do material submetido. Caso aprovados nessa etapa, serão encaminhados anonimamente a pareceristas ad hoc, responsáveis por produzir relatórios sigilosos que orientem a decisão final de publicação, de responsabilidade do editor chefe e do conselho editorial. Esse processo de avaliação será observado em todos os originais, mesmo nos casos de textos recebidos a convite da RHH, ressaltando que as partes envolvidas serão indagadas sobre eventuais conflitos de interesse. Ao propor uma submissão, os autores são convidados a verificar a conformidade do manuscrito em relação aos itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas de submissão propostas serão devolvidas.

1. Os autores devem ser doutores e possuir ORCID, mesmo no caso de coautoria.
2. A contribuição é sempre original e inédita e não deve estar submetida, no mesmo momento, à avaliação para publicação por outra revista.
3. Os arquivos devem ser submetidos em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB).
4. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nas Normas de submissão, a seguir.
5. Os autores são responsáveis por remover toda identificação de autoria do trabalho, de modo a garantir a “avaliação cega”.

Normas de submissão

Artigos e ensaios devem ser elaborados com a extensão mínima de 25.000 e máxima de 80.000 caracteres (considerados os espaços, notas e referências

bibliográficas). Os textos das seções “Artigo” e “Documento de pesquisa” devem apresentar pesquisas inéditas e originais, calcadas em investigações em andamento ou concluídas. Textos que evoquem problemas gerais de um campo de saber nas humanidades e, em particular, na historiografia, podem integrar a rubrica “Notas críticas”.

As **resenhas** críticas devem ter entre 10 mil e 18 mil caracteres com espaço. Podem ser resenhados livros autorais ou coletâneas, publicados no Brasil ou no exterior, em português ou em línguas estrangeiras. A obra deve ter sido publicada há, no máximo, dois anos, no caso de publicações brasileiras, e quatro anos, no caso de publicações estrangeiras. As resenhas devem, preferencialmente, conter uma breve descrição da estrutura narrativa da obra, uma indicação da situação da obra numa vertente analítica, e, finalmente, a apreciação crítica. Deve trazer também um título, em português e em inglês, que expresse o cerne da crítica. Logo após o título em português e em inglês, as resenhas devem trazer a referência bibliográfica completa da obra resenhada. O texto pode conter notas explicativas e, sobretudo, notas bibliográficas completas. Não há bibliografia a ser listada ao final da resenha.

Todas as propostas de resenhas devem ser comunicadas de antemão ao editor chefe ou ao editor de resenhas da revista, através do e-mail editorcheferhh@gmail.com. É condição para a confecção de uma resenha que o resenhista e o autor da obra não tenham tido relações acadêmico-profissionais que envolvam o trabalho em foco.

Os textos devem ser formatados a partir das seguintes orientações:

Títulos: fonte Times New Roman, tamanho 14, centralizado e em negrito. O título em língua estrangeira deve vir abaixo, em fonte tamanho 12, centralizado e em negrito.

Resumo e palavras-chave: o resumo deve conter até 700 caracteres com espaços, em fonte Times New Roman, tamanho 11, justificado, a que se seguem três palavras-chave. As versões em inglês seguem o mesmo formato.

Corpo do texto: os manuscritos podem ser divididos em seções (Times New Roman, tamanho 12, negrito, usando-se a primeira letra em maiúscula) que sinalizem para a organização e desenvolvimento dos argumentos, hipóteses e conclusões destacados desde o resumo. O texto deve ser redigido em Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, justificado. Citações de até três linhas devem vir no corpo do texto.

Citações superiores a três linhas devem ser destacadas do corpo do texto, em fonte Times New Roman, tamanho 11, recuados de 2 cm à esquerda em espaçamento simples. Imagens podem ser inseridas diretamente nos manuscritos, mas somente serão publicadas com o envio de versão em 300 dpi, com a autorização de reprodução, se não estiverem em domínio público.

Referências: a serem introduzidas em notas de rodapé (fonte Times New Roman, tamanho 10, justificado) e, mais extensamente, na seção “Referências bibliográficas”, ao final do texto, apresentada em ordem alfabética, contendo apenas aquelas efetivamente utilizadas.

Referências bibliográficas: devem aparecer completas em notas de rodapé, no primeiro uso. Nos usos subsequentes, utilizar a estrutura sobrenome do autor, nome, título, op. cit. (ou art. cit.), p. x, conforme o exemplo: BAXANDALL, Michael. Giotto e os oradores, op. cit., p. 24-26.

Citação de livros: BAXANDALL, Michael. Giotto e os oradores: as observações dos humanistas italianos sobre pintura e a descoberta da composição pictórica (1350-1450). Trad. Fábio Larsson. São Paulo: EdUSP, 2018.

Citação de coletâneas: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Trad. Marcela Mortara. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

Citação de capítulo de coletânea: GRAFTON, Antony. Comment créer une bibliothèque humaniste: le cas de Ferrare. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Trad. Marcela Mortara. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, 189-203.

Citação de artigos: KLEIN, Kelvin Falcão. O estilo tardio em Giorgio Agamben. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 77-94, jan./abr. 2021 | www.revistatopoi.org.

Citação de dissertações e teses: PARRON, Tâmis Peixoto. A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Citação de atas e anais de eventos: WOOD, Christopher S. Art History's Normative Renaissance. In: GRIECO, Allen J. et al (orgs.). *The Italian Renaissance in the Twentieth Century. Acts of an International Conference. Florença Villa I Tatti, June 9-11, 1999.* Florença: Olschki, 1999, pp. 65-92.

Todos os originais devem ser enviados após revisão ortográfico-gramatical, responsabilizando-se os autores por todas as informações neles contidas. As submissões acarretam cessão dos direitos e de publicação para a RHH. Não obstante, a revista pode eventualmente autorizar seu uso em outras publicações, mediante comunicação prévia ao editor chefe e menção à publicação original na RHH.